



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ÉRICA ELENA AVDZEJUS**

**A UNIVERSIDADE EM TEMPO DE PRECARIZAÇÃO:  
REFLEXÕES A PARTIR DO DISCURSO DO SUJEITO.**

Salvador  
2017

**ERICA ELENA AVDZEJUS**

**A UNIVERSIDADE EM TEMPO DE PRECARIZAÇÃO:  
REFLEXÕES A PARTIR DO DISCURSO DO SUJEITO.**

Tese apresentada ao eixo acadêmico do Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA - como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador  
2017

*Ao meu filho, Davi, que materializou o amor em mim.*

*Aos meus colegas de profissão e de dor que lutam dia após dia em prol do sonho da educação e por isso, parafraseando Chico Buarque, dedico esse trecho “Sonhar mais um sonho impossível, lutar quando é fácil ceder, vencer o inimigo invencível, negar quando a regra é vender”*

*À Profa. Maria Teresa, exemplo de ser docente. Que não se rende, que não se vende e que não desiste. “O bom mestre é alguém que não esteja à venda, e ele se opõe claramente a prática predominante que atribui a educação a mercenários”  
Rousseau*

## AGRADECIMENTOS

GRATIDÃO! Palavra singela que alimenta a alma e auxilia a entender o sentido da vida.

A Deus, em cuja fé me permite continuar e acreditar numa evolução humana, onde todos seremos iguais, independente de gênero, raça, credo ou classe social.

A minha orientadora, Maria Teresa, que como um instrumento de Deus, me possibilitou escrever sobre as dores do trabalho, me permitiu mudar o caminho e escrever sobre o que realmente desejava. Gratidão se torna pouco para externalizar o quanto esse encontro me possibilitou crescer intelectualmente e como ser humano. Um exemplo de docente, de força feminina, e uma luz na minha vida.

A minha amiga Tânia Moura, cujo tema de sua tese serviu para despertar em mim, a indignação que sempre existiu. Minha amiga, irmã de alma e exemplo de mulher.

Aos membros da Banca Examinadora, cuja contribuição foi de fundamental importância para a consolidação deste trabalho.

Aos meus pais (*In memoriam*), que deram o melhor que tinham e que me ensinaram que o estudo era a minha salvação.

A todos os professores que participaram desse trabalho através de seus depoimentos, doando-me o tempo que lhes é tão restrito.

As amigas Almerinda e Renata Rossi, por serem quem são.

As minhas amigas Juliana e Ana Tereza, que como eu, compartilham dores e opiniões.

A Anaélia, ariana querida, que nem sabe o quanto foi importante para mim. Com seu sorriso e sua boa vontade, me direcionou para Maria Teresa, como que ouvindo o que meu coração queria.

Ao Professor Sandro Cabral, que me aceitou como aluna especial, revisou meu projeto de ingresso e sempre foi muito atencioso.

Aos meus afilhados, Pedro, Valentina, Branda, Samuel, Rafael, Madu, Benício e quem mais chegar. Vocês são extensão do meu amor de mãe e me permitiram exercê-lo antes de conhecê-lo.

Aos meus filhos caninos, Popó e Eros, fiéis companheiros! Sempre!

Ao *Mass*, que tornou o período das entrevistas um dos melhores da minha vida.

Ao meu amado filho, Davi, que é a razão do meu acordar e da minha vontade de me tornar um ser humano melhor a cada dia. Grata por estar me ensinando, dia após dia, a desempenhar o papel mais desafiador da vida: o de mãe!

## RESUMO

Esta tese de Doutorado teve como objetivo analisar quais as mudanças dos conteúdos e das condições do trabalho docente, no contexto de precarização do trabalho, a partir dos anos 1990, considerando as especificidades das IES públicas e privadas de Salvador/Ba. O presente trabalho apresenta um olhar crítico para as complexidades encontradas pelos professores de IES Públicas e Privadas no contexto neoliberal, tendo como foco a percepção a partir da prática dos professores para a tendência à precarização do trabalho docente, seguindo a mesma lógica das organizações empresariais. Os dados secundários foram obtidos através de levantamento bibliográfico. Os dados primários foram obtidos através da realização de entrevista semiestruturada realizada com docentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis de IES públicas e privadas, visando colher dados que permitiram perceber as especificidades das relações entre contextos de precarização nas IES públicas e privadas. Para a construção do instrumento de coleta de dados, optou-se por um grupo focal com cinco professores e a pesquisa foi realizada com oito professores, sem mestrado, com mestrado, com doutorado e em postos de coordenação, pertencentes aos cursos de: Administração e Contabilidade de IES pública e privada, localizada no município de Salvador e em Camaçari/BA. Para a análise dos dados coletados foi utilizado o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que busca através do discurso do Sujeito, analisar o pensamento da opinião coletiva (LEFÈVRE, 2003). Percebeu-se que o discurso se torna único e que, após a reforma gerencialista dos anos de 1990, a Universidade Pública assume a lógica hegemônica. Com a recomendação do Banco Mundial, as Instituições de ensino superior privado tornam-se uma empresa igual a todas as outras. A intenção é o lucro pelo lucro e a qualidade, apesar de todos os esforços de mensuração, é visivelmente relegada a último plano. Há pontos fundamentais: a ideologia neoliberal e a busca pela flexibilização e terceirização. Esse processo leva a um desengajamento em relação a um mundo compartilhado, o que impede a criação de laços duradouros, favorecendo a obsolescência de valores como responsabilidade, respeito e solidariedade. O movimento frenético impõe a fragilidade dos vínculos, uma hiperatividade vazia e destrutiva.

Palavras-chave: precarização. Docência. Ensino Superior.

## ABSTRACT

This Doctoral thesis had as its goal the analysis of what are the changes of contents and of conditions for the teaching work inside the context of precariousness of work, since the 1990's, considering the specificities of public and private Superior Teaching Institutions of Salvador, Bahia. The current work presents a critical view to the complexities found by professors of public and private Superior Teaching Institutions inside the neoliberal context, focusing on the perception, from the practice of the professor, to the tendency towards precariousness of the teaching work, as it follows the same logic of the managerial organizations. The secondary data were produced through bibliographic research. The primary data were produced through the fulfillment of partially structured interview performed with professors from the courses of Management and Accounting Sciences of public and private Superior Teaching Institutions, looking towards the gathering of data that have enabled to perceive the particularities of the relations between public and private Superior Teaching Institution precariousness contexts. In order to build up the gathering of data instrument, the option chosen was a focal group composed by five professors and the research was fulfilled with eight professors, without Mastering degree, with Mastering degree, with Doctoral degree and in coordination positions, belonged to the following courses: Management and Accounting from public Superior Teaching Institution, located in Salvador and in Camaçari, Bahia. In order to analyse the data gathered, it was used the Collective Subject Discourse, which intends, through the subject's discourse, to analyse the collective opinion's thinking (LEFÈVRE, 2003). It was perceived that the discourse becomes unique and that, after the management reform of the 1990's, the Public University assumes the hegemonic logic. Embracing the World Bank recommendation, the private superior teaching turns into a company like all the others. The goal is the profit by profit and the quality, besides all the efforts of measuring, is visibly left down in the last level. There are fundamental points: the neoliberal ideology and the searching for relaxation and subcontracting. This process leads to a decommissioning in relation to a shared world, what blocks the creation of long links, favoring the obsolescence of values like responsibility, respect and solidarity. The frenetic movement imposes the fragility of the links, an empty and destructive hyperactivity.

Keywords: precariousness. Teaching. Superior Teaching.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	11
<b>2</b>	<b>TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO</b>	<b>17</b>
2.1	O TRABALHO COMO CONDIÇÃO DO SER	17
2.2	PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO – AS BASES ESTRUTURANTES DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	34
<b>2.2.1</b>	<b>As especificidades do Neoliberalismo</b>	<b>37</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Neoliberalismo no Brasil</b>	<b>55</b>
<b>2.2.3</b>	<b>A acumulação flexível: o método para a precarização do trabalho</b>	<b>58</b>
<b>3</b>	<b>AS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS</b>	<b>84</b>
3.1	A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA – A CONSTRUÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA	84
3.2	A UNIVERSIDADE PRIVADA BRASILEIRA – UM APANHADO DOS ANOS 90 AOS DIAS ATUAIS	99
3.3	A IES PÚBLICA E A IES PRIVADA ANALISADAS	108
<b>3.3.1</b>	<b>A Organização Pública</b>	<b>109</b>
<b>3.3.2</b>	<b>A Universidade Privada</b>	<b>110</b>
<b>4</b>	<b>PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO – A CONDIÇÃO DOCENTE</b>	<b>115</b>
4.1	IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS DOCENTES	122
4.2	O TRABALHO DOCENTE – ESPECIFICIDADES DA ATIVIDADE DO PROFESSOR	134
4.3	PRECARIZAÇÃO DO PROFESSOR – O MODO DE VIDA DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	141
4.4	A SAÚDE DO PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE: ADOCIMENTO E DROGATIVIZAÇÃO	147
4.5	O SURGIMENTO DE NOVOS “VALORES” E O PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE	155
<b>5</b>	<b>REFLEXÕES FINAIS</b>	<b>172</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>180</b>
	<b>APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE</b>	<b>186</b>
	<b>APÊNDICE B – PERFIL PROFESSORES GRUPO FOCAL</b>	<b>190</b>
	<b>APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b>	<b>191</b>
	<b>APÊNDICE D – PERFIL PROFESSORES ENTREVISTADOS</b>	<b>194</b>
	<b>APÊNDICE E – DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO</b>	<b>195</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Todo trabalho humano possui fins, que se manifestam de diversas formas no decorrer da ação: motivos, intenções, objetivos, projetos, planos, programas, planejamento, execução e avaliação. O ser humano elabora uma representação mental antes de realizar o trabalho e a fim de realizá-lo. O mesmo se aplica ao trabalho docente que vem enfrentando modificações quanto a seus fins e que pretendemos abordar neste trabalho.

O sociólogo Giovanni Alves (2013), reitera que o trabalho como um processo metabólico entre homem e natureza, implica na regulação e controle social determinados historicamente. O modo de produção capitalista é um modo de organização do processo de trabalho, ou seja, um “modo de regulação e controle social desse processo metabólico entre o homem e a Natureza caracterizado pelo trabalho alienado/estranhado”. Assim sendo, a sociedade do capital ou sociedade moderna é a sociedade do trabalho alienado/ estranhado. A organização social das atividades humanas, seus objetos e meios, isto é, o modo de controle do metabolismo social, incorporam o caráter do trabalho alienado.

De acordo com Tardif e Lessard (2005), verifica-se que os professores são os principais mandatários da organização escola, porém esse mandato depende da finalidade assumida pela instituição, esperando-se uma convergência entre os fins da escola e dos professores. Apesar de o trabalho docente comportar certa ambivalência, por ser regulado e flexível, a autonomia é um pressuposto básico para seu exercício.

A partir dos anos 90, percebe-se o aumento crescente de Universidades privadas e uma orientação à produção do conhecimento a partir da racionalidade de mercado nas IES públicas. De acordo com a psicóloga Denise Silva (2007), trabalhos publicados nas últimas décadas como “Universidade em Ruínas”, de Héglio Trindade (2001), “Universidade dilacerada: tragédia ou reviravolta?”, de Luis Humberto Pinheiro (2004), “Universidade sitiada” de Menezes (2000), “Ensino alienante e pesquisa alienada” de Silvio Botomé (1996), entre outros, deixam claro a perda da autonomia universitária, a desqualificação das universidades públicas e o avanço da ideologia neoliberal no campo da educação que implicam, por sua vez, na perda da autonomia do professor (JANNOTTI, 1986).

Trata-se de uma consequência das transformações ocorridas no capitalismo nas últimas décadas, quando os processos de reestruturação produtiva e de globalização, e a ascensão e hegemonia político-ideológica do neoliberalismo repercutiram também na educação (FILGUEIRAS, GONÇALVES, 2009). De acordo com o Sociólogo Giovanni Alves



(2013), que busca identificar o novo carácter da precarização do trabalho que surge com a nova precariedade salarial vigente no capitalismo global, mas, que não se restringe apenas à dimensão trabalho enquanto força de trabalho como mercadoria, mas, também a precarização do trabalho na dimensão do homem-que-trabalha. Dessa forma, o autor redefine o conceito de precarização do trabalho enquanto experiência humana de individualidades pessoais de classe num determinado contexto histórico-concreto: o contexto histórico do capitalismo manipulatório.

Assim sendo, a precarização do trabalho na dimensão do homem que trabalha, diz respeito a precarização do ser genérico do homem por conta das novas condições salariais de exploração/espoliação da força de trabalho. Então, a precarização do homem-que-trabalha ocorre no plano da subjetividade humana, impactando em desequilíbrios metabólicos das individualidades pessoais que conduzem, no limite, no caso das singularidades pessoais, às situações de adoecimento.

No que se refere à precarização das condições salariais propriamente ditas, temos: contrato, remuneração e jornada de trabalho. E, por outro lado, em se tratando de precarização das condições de trabalho por conta das mudanças na organização da produção com a implantação do novo arcabouço tecnológico informacional e novo método de gestão de cariz flexível que contribui para a intensificação das rotinas de trabalho e reforça o controle e envolvimento do trabalho vivo no processo produtivo do capital. A precarização salarial, diz respeito à morfologia social do trabalho flexível e suas consequências na força de trabalho como trabalho vivo (ALVES, 2013)

Gaudêncio Frigotto (2003) apregoa que a educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais, sendo ela constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como campo da disputa hegemônica. Esta disputa, de acordo com o autor, pode ser verificada na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos da escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe. Na perspectiva das classes dominantes, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Dessa forma, a função social da educação de forma controlada está subordinada a responder as demandas do capital.

Nessa perspectiva e concordando com o referido autor, ao contrário do que postula o ideário liberal clássico, o longo processo de passagem do feudalismo para o sistema capitalista não representou a superação de uma sociedade marcada pela opressão, servilismo e

desigualdade de classes por uma sociedade livre e igualitária. A superação do servilismo e da escravidão não foram pressupostos para a abolição da sociedade classista, mas condição necessária para que a nova sociedade capitalista pudesse, sob uma igualdade jurídica, formal e portanto, legal (não estamos discutindo a legitimidade), instaurar as bases das relações econômicas, políticas e ideológicas de uma nova sociedade de classes. Surge então o mercado, sob as relações das classes fundamentais capital/trabalho, de um lado, constitui-se como *locus fetichizado*, onde todos os agente econômicos e sociais supostamente se igualam e podem tomar suas decisões livres, e o contrato, de outro lado, na garantia do cumprimento das escolhas “ igualitárias e livres” (FRIGOTTO, 2003).

Ainda com respaldo em Frigotto (2003), ressaltamos que no plano da concepção da realidade histórica, não estamos em um debate novo. Na verdade, são questões de um velho debate travado não apenas no âmbito da economia clássica liberal e clássica marxista, mas, num diálogo mais amplo, no conjunto do pensamento que embasa o ideário da sociedade capitalista e das perspectivas que lhe são antagônicas. Dessa forma, percebe-se que o papel social da educação, ou mais especificamente da relação entre o processo de produção e os processos educativos ou de formação humana, vem marcado por concepções conflitantes e acima de tudo, antagônicas.

Nesse contexto, dentro da formulação clássica liberal ou neoliberal, a educação, o trabalho e a tecnologia são concebidos como fatores. E a depender de um determinado período, um desses fatores é o principal e o determinante. Sendo assim, a educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que devem assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada e sujeitas à sua reprodução (FRIGOTTO, 2003).

No que se refere especificamente ao trabalho docente, produtividade, competição, produtivismo, *burnout*, doenças do trabalho, assédio moral, sobrecarga, intensificação, angústia, barateamento, mediocrização, classificação, ranqueamento, punição, Lattes, pressão, publicação, Qualis, cansaço, desconforto, doença, estresse, redução de tempo, tempo médio de titulação, visibilidade, etc. são palavras ou expressões que fazem parte do ambiente acadêmico, através, de professores, orientadores, coordenadores de cursos e de programas, e pós graduandos. Estudos comprovam que há uma convergência entre um grande número de pesquisadores de que existe uma relação de dependência entre avaliação e financiamento, que vem gerando graves consequências para suas vidas e para a própria ciência. Tais estudos

comprovam que como consequência da pressão exercida sobre os professores, especificamente nesse caso, pesquisadores, instaurou-se uma espécie de nova categorização espaço temporal, invadindo os espaços da vida privada desses profissionais. Parece tratar-se de uma nova dimensão do tempo, que ultrapassa a clássica duração da jornada de trabalho e a apropriação do processo e do resultado do trabalho, questões que voltam à Marx, ao tratar de mais valor relativo e absoluto. A literatura começa a denominar tal relação de “capitalismo acadêmico” (BIANCHETTI, MACHADO, 2013).

Pesquisa realizada no Scielo em 15 de março de 2017, na base regional integrada, todos os índices, usando as palavras-chave “Trabalho docente e contexto”, levou à identificação de cento e vinte e sete artigos. A análise dos abstracts desses artigos evidenciou que múltiplas variáveis contextuais relacionadas ao trabalho docente têm sido objetos de pesquisa no Brasil. São exemplos: sobrecarga de serviço e a percepção de pouca preocupação governamental em fornecer subsídios para o trabalho de inclusão em escolas (SILVEIRA et al, 2014); contextos como facilitadores ou dificultadores de desenvolvimento de capacidade individual de autoregulação (DAURA, 2013); o trabalho do professor e relações com prescrições oficiais e condições de trabalho na instituição escolar (NOGUEIRA, 2012); análise das políticas educacionais em desenvolvimento no sistema estadual de ensino em Minas Gerais e seus efeitos sobre as relações de trabalho docente (AUGUSTO, 2012); trabalho dos professores na escola de massa, hoje (LELIS, 2012); políticas curriculares desenvolvidas, contexto da globalização e do neoliberalismo e ações do Estado de regulação social no campo educacional (HYPOLITO, 2010), modelo de Gestão, precarização, pressão avaliação quantitativa e intensificação do trabalho. Nova análise dos abstracts dos 85 artigos permitiu identificar que a maioria das pesquisas relatadas tem foco no professor de ensino básico e médio. Analisou-se também a tese em Ciências Sociais, da Professora e Psicóloga Denise Vieira da Silva Lemos, orientanda da Professora Graça Druck, “Alienação do Trabalho Docente: O professor no centro da contradição” que finalizada em 2007, foi publicada como livro em 2015 e a Tese em Educação da Professora Angelita Alaíde Monteiro Menezes, orientada pela Professora Regina Antoniazzi, “ O professor entre a Luta e o Luto – Da Paideia ao Pandemônio”, defendida em 19 de dezembro de 2014.

Delineados conceitos-chave, mudanças contextuais do trabalho docente, a relativa escassez de trabalhos sobre docentes do ensino superior e contextos e principalmente, a necessidade de se conhecer melhor os processos e as complexidades do trabalho docente na atualidade, o problema de pesquisa deste projeto é: quais as mudanças dos conteúdos e das

condições do trabalho docente, no contexto de precarização do trabalho, a partir dos anos 1990: as especificidades das IES públicas e privadas de Salvador e Região Metropolitana de Salvador/Ba?

Considerando que os contextos de precarização das condições de trabalho e de produtivismo influenciam a autonomia do docente e afetam seu trabalho quanto aos fins, o objetivo geral desta pesquisa é analisar quais as mudanças dos conteúdos e das condições do trabalho docente, no contexto de precarização do trabalho, a partir dos anos 1990, considerando as especificidades das IES públicas e privadas de Salvador/Ba e Região Metropolitana de Salvador/Ba. Por objetivos específicos busca-se: caracterizar o contexto de trabalho dos professores das IES pesquisadas, notadamente em termos de precarização e de produtivismo; identificar as especificidades de precarização de trabalho das IES públicas e privadas, no que se refere especificamente à autonomia docente; verificar como as contradições existentes no trabalho docente, nas dimensões precarização do homem que trabalha e precarização salarial, assumindo que a categoria trabalho não diz respeito apenas à produção, mas na sua própria vida física e mental (corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão) ou seja, nas instâncias da reprodução social.

### 1.1. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Buscando superar a dicotomia entre sujeito e objeto, e reconhecendo o imbricamento entre teoria e método, acredita-se que é no processo de desenvolvimento da pesquisa que o pesquisador legitima a construção do conhecimento que produz. Segundo Bourdieu (2001), nas ciências sociais, tanto o objeto quanto o sujeito da pesquisa são frutos de uma *construção social*. Para o autor, o campo das ciências humanas tem como vocação ser contestado e controvertido: a única saída parece ser a busca de uma epistemologia realista, ancorada numa reflexão constante, entendida como sendo o trabalho que a ciência social toma a si mesma como objeto, utilizando a si mesmo para se compreender e se controlar, nesse sentido, é um meio particularmente eficaz de reforçar ambas as censuras que permitem controlar mais atentivamente os fatores que podem enviesar a pesquisa.

Segundo Denise Lemos (2007), a complexidade metodológica da pesquisa se expressa no momento em que o pesquisador é parte do objeto pesquisado, o que exige uma postura de prontidão por parte do pesquisador, ou seja, o exercício de objetivação do sujeito objetivante, nos termos de Bourdieu, da distância e vigilância epistemológica.

O presente trabalho apresenta um olhar crítico para as complexidades encontradas pelos professores de IES Públicas e Privadas no contexto Neoliberal. A tese surgiu por interesse da própria pesquisadora em se aprofundar nas relações de trabalho vividas por ela mesma, destacando que toda realização humana fala da sua própria trajetória. Desse modo, o Materialismo Histórico apresenta-se como o método mais apropriado para a melhor compreensão das relações de trabalho estabelecidas no contexto em questão. Busca-se a separação entre a autora e o objeto, mas, admite-se que muitas vezes ocorre a mistura. Respalamos tal entendimento em Boaventura de Sousa Santos (2010), que numa crítica ao paradigma dominante, afirma que “todo conhecimento é um autoconhecimento”, onde não há mais razão para distinção entre ciências sociais e ciências naturais e nem para a distinção entre sujeito e objeto, conforme apregoado pela ciência moderna. Assim, todo ato de conhecer um objeto é uma forma do cientista se conhecer.

O tema para a tese surgiu então das experiências profissionais vividas pela pesquisadora, junto a IES privadas nos últimos dez anos como docente e Coordenadora de Curso e em IES públicas nos últimos cinco como docente e aluna de Doutorado. Ressalta-se que o tema foi modificado durante o curso de Doutorado em Administração da UFBA por uma inquietude por parte da pesquisadora originada nas próprias aulas assistidas. Percebeu-se que um trabalho quantitativo não poderia analisar em profundidade todas as questões que apareciam durante a construção da tese e as aulas de Psicometria foram fundamentais para tanto. Houve então uma constatação de que era preciso buscar um outro caminho para entendimento da realidade vivida e foi necessária a mudança de orientação para isso. Assim, reitera-se que esse trabalho consiste numa relação dialógica entre o sujeito e o objeto e que a própria escolha do método propõe uma das possíveis visões acerca do problema e coadunando com a visão de mundo da própria pesquisadora.

Concorda-se com a pesquisadora Graça Druck (2011) na justificativa para escolha de um método qualitativo ou quantitativo para a realização do trabalho. Tal escolha perpassa pelo posicionamento crítico frente à atual realidade do trabalho.

A pesquisa pretendeu assim estabelecer uma relação dialógica entre sujeito e objeto, na busca da compreensão da evolução das condições e da natureza do trabalho do professor, nas universidades pública e privada, no contexto de Salvador e Região Metropolitana de Salvador. Nosso foco é a percepção a partir da prática dos professores para a tendência à precarização do trabalho docente, seguindo a mesma lógica das organizações empresariais. Para lidar com essa categoria, a precarização, a pesquisa incorporou as

dimensões consideradas por Graça Druck (2011) e por Giovani Alves (2013), ou seja: a) a precarização salarial e b) a precarização do homem que trabalha. Os autores pretendem assim considerar as dimensões práticas – relativas ao modo como as relações concretas se desenvolvem – e teóricas – que refletem os conceitos e os discursos de uma relação historicamente determinada. Além do conceito ligado à precarização do trabalho, tratar-se da especificidade da precarização do trabalho docente, da alienação, da terceirização e do conceito chave que respalda todos os demais das condições históricas do processo de acumulação de capital. Buscou-se nesse diálogo, incorporar contribuições de autores de vertentes variadas que refletem direta ou indiretamente sobre a questão da precarização. Notadamente, os autores de influência marxista possuem uma abordagem que respalda os pressupostos estabelecidos nesse trabalho. Cabe destacar que a abordagem aqui adotada deriva sim dos estudos marxistas, mas apesar da atualidade dos escritos de Marx e da consulta aos seus trabalhos, optou-se pela escolha de abordagens de autores que se debruçaram sobre a sua obra e empreenderam leituras específicas, atualizando seu trabalho e incorporando às suas obras reflexões importantes das metamorfoses do capitalismo e especificamente das condições do trabalho na contemporaneidade.

Os dados secundários foram obtidos através de levantamento bibliográfico e em relação aos dados primários foram produzidos através da realização de entrevistas semi estruturadas juntos aos docentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis de IES públicas e privadas visando colher dados que permitiram perceber as especificidades das relações entre contextos de precarização nas IES públicas e privadas. Esta dinâmica, que reflete distintas formas de compreensão da realidade, em nosso entendimento, dificilmente seria apreendida pela aplicação de questionários ou através de entrevistas de estrutura rígida, menos permeável pela manifestação de aspectos subjetivos, políticos e ideológicos que circunscrevem tais processos. O enfoque abordado foi a sala de aula, uma vez que as duas Universidades em análise possuem o ensino como pilar estrutural. Apesar de terem pesquisa e extensão, o ensino é o mais destacado dentre as atividades dos professores dos cursos de Ciências Contábeis e Administração. Entrevistas semiestruturadas caracterizam-se por viabilizar um ambiente mais flexível no qual as percepções sobre acontecimentos, as interpretações e experiências podem ser reveladas pelo interlocutor de maneira mais autêntica e profunda. Além disso, entrevistas semiestruturadas caracterizam-se por estimular o entrevistado a refletir sobre certos aspectos suscitados na interação com o pesquisador que, por si só, não seria capaz de prever e de produzir (QUIVY, 1998).

Do ponto de vista metodológico, considera-se a abordagem desta pesquisa como qualitativa. Esta escolha pode ser explicada a partir dos posicionamentos de Deslauriers e Kérisit (2008) quando afirmam que o objetivo de uma pesquisa qualitativa pode ser o de dar conta das preocupações dos sujeitos sociais. Os autores destacam a categoria “trabalho” como sendo um objeto privilegiado de uma abordagem qualitativa.

Reiteramos que esta tese partiu da seguinte questão de investigação: quais as mudanças dos conteúdos e das condições do trabalho docente, no contexto de precarização do trabalho, a partir dos anos 1990: as especificidades das IES públicas e privadas?

Considerando que os contextos de precarização das condições de trabalho e de produtivismo influenciam a autonomia do docente e afetam seu trabalho quanto aos fins, o objetivo geral do trabalho foi analisar quais as mudanças dos conteúdos e das condições do trabalho docente, no contexto de precarização do trabalho, a partir dos anos 1990, considerando as especificidades das IES públicas e privadas da Região Metropolitana de Salvador/Ba. Por objetivos específicos buscou-se: caracterizar o contexto de trabalho dos professores das IES pesquisadas, notadamente em termos de precarização e de produtivismo; identificar as especificidades de precarização de trabalho das IES públicas e privadas, no que se refere especificamente à autonomia docente; verificar como as contradições existentes no trabalho docente, nas dimensões precarização do homem que trabalha e precarização salarial, assumindo que a categoria trabalho não diz respeito apenas à produção, mas na sua própria vida física e mental (corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão) ou seja, nas instâncias da reprodução social.

Para a construção do Instrumento de Pesquisa, foi realizado um grupo focal com cinco professores. Optou-se por tal metodologia, por entender que a mesma possibilitasse um entendimento maior dos fenômenos sociais, uma vez que esse tipo de dinâmica foca nas experiências subjetivas dos participantes que foram expostos à situações e problemas a serem analisados. Entende-se Grupo Focal como um grupo de indivíduos que selecionado e estruturado pelos pesquisadores, com o objetivo de discutir e comentar, a partir de suas experiências pessoais, o tema de investigação. Assim sendo, como técnica de pesquisa, busca obter com riqueza de detalhes, as experiências dos indivíduos, com base em suas ações, crenças, percepções, visões de mundo (ALENCAR, F.R., *at all*, 2016).

Dos cinco professores que participaram do Grupo Focal, três estão inseridos na iniciativa pública e na privada concomitantemente, um inserido exclusivamente na iniciativa pública e um exclusivamente na privada. O perfil dos professores ouvidos no Grupo Focal,

consta em tabela de elaboração própria [apêndice B]. A condução do Grupo Focal foi realizada com base em modelo de análise também com elaboração própria [apêndice A].

A construção do instrumento de pesquisa [Apêndice C] foi realizada com base nas dimensões sugeridas por Graça Druck (2011) em seu trabalho sobre: Trabalho, Precarização e Resistências e por Geovanni Alves (2013): Precarização do Trabalho (Nova Precariedade Salarial) e Vida (Precarização do Homem que trabalha).

O instrumento de coleta utilizado para a entrevista [apêndice C] teve as suas questões derivadas do Grupo Focal. As sessenta e sete questões que compõem o instrumento, foram separadas por dezessete blocos, sendo eles: Perfil do Entrevistado; Inserção Produtiva; Intensificação do Trabalho; (In) segurança; Identidade Coletiva; Desigualdade Social; Organização dos Trabalhadores; Flexibilização dos Direitos; Identidade Individual; Saúde Adoecimento, Drogativização da Vida Pessoal); Autonomia; Autodeterminação; Consumismo; Descarte da Pessoa Humana (Banalização da Injustiça Social); Teia Informacional (Vida Just in Time); Corrosão da Responsabilidade Pública e dos Espaços; Novos Valores ( Autoestima, Empreendedorismo, Prosperidade, Apego a Marca).

Foram entrevistados oito professores [Apêndice D], sem mestrado, com mestrado, com doutorado e em postos de coordenação, pertencentes aos cursos de: Administração e Contabilidade de IES pública, localizada no município de Salvador e em Camaçari/BA. No que se refere às privadas, por acessibilidade, foi escolhida uma Universidade localizada em Salvador, pertencente a um Grupo Econômico Americano. Dessa forma, o trabalho abrange a capital soteropolitana. A seleção de tais cursos se deu por serem em comum em todas as instituições de ensino pesquisadas, e dessa forma, poder-se-á realizar uma comparação entre as IES públicas e Privadas, analisando uma Pública e uma Privada, abrangendo as duas possibilidades de financiamento educacional.

Para uma melhor condução da pesquisa de campo, por se tratar de uma entrevista semi-estruturada, seguiu-se o roteiro de entrevista [apêndice C] a fim de se garantir que fossem abordados todos os aspectos relevantes à compreensão do problema de pesquisa. As entrevistas foram gravadas e os relatos transcritos [conforme anexos] a fim de garantir utilização dos dados de forma mais precisa por parte do pesquisador.

Para a análise dos dados coletados foi utilizado o DSC – Discurso do Sujeito Coletivo, que busca através do discurso do Sujeito, analisar o pensamento da opinião coletiva (LEFÈVRE, 2003). Trata-se de um discurso síntese, que se origina “de fragmentos de discursos individuais reunidos por similaridades de sentidos”. Tratado na primeira pessoa do



singular e não na terceira, sendo utilizado pelo pesquisador e analista do discurso. A utilização da primeira pessoa do singular, simboliza de modo mais preciso o sujeito coletivo único (individual), com um caráter ontológico para tanto. A base teórica de sustentação do DSC é a Teoria das Representações Sociais. Ressalta-se que o autor não interfere na formação do discurso, nem nas correções do idioma. Assim, o discurso do sujeito coletivo, deriva dos fragmentos da fala dos entrevistados. Optou-se por colocar os discursos na íntegra no apêndice [E], a fim de que a leitura de torne fluída. A organização dos discursos seguirá a ordem de inclusão na tese e não a do Instrumento de Pesquisa, de forma a facilitar a leitura.

Percebe-se que existem diferenças significativas entre a precarização das Instituições de Ensino Superior Privadas e as Públicas, porém, optou-se pela utilização de um único discurso, haja vista que dos 8 (oito) professores entrevistados, 7 (sete) estão nas IES públicas e privadas concomitante, além do que todos os entrevistados iniciaram suas carreiras na iniciativa Privada. Dessa forma, o discurso contempla a tônica neoliberal e buscamos perceber tal questão.

Esta tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro aqui apresentado traz o delineamento da pesquisa e é denominado introdução. No segundo, discutimos e contextualizamos a problemática da tese, ou seja, as transformações do mundo do trabalho e ele está dividido em duas seções e duas subseções, objetivando embasar o alcance dos objetivos de pesquisa. No terceiro capítulo, serão explicados os objetos de estudo, no que se refere as especificidades pública e privada, além da caracterização das IES. No quarto capítulo, discute-se a precarização do trabalho no que se refere a condição docente e será dividido em cinco seções, onde será realizada a análise dos dados através do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC. O quinto e último capítulo deste trabalho, apresenta a conclusão do mesmo e buscou responder à questão de partida da pesquisa.

*“O trabalhador põe a sua vida no objeto;  
porém agora ele já não lhe pertence, mas, sim ao objeto.  
Quanto maior a sua atividade, mais o trabalhador se encontra objeto.  
Assim, quanto maior é o produto, mais ele fica diminuído.  
Quanto mais valor o trabalhador cria, mais sem valor e mais desprezível se torna. Quanto mais  
refinado é o produto mais desfigurado o trabalhador”  
(MARX, Karl, Manuscritos Econômicos e Filosóficos)*

## **2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Neste capítulo, serão tratadas as principais mudanças produtivas e do trabalho buscando respaldo teórico para compreender os aspectos da contemporaneidade. Está dividido em duas seções, cuja primeira trata do trabalho como condição essencial do ser humano e a segunda, das bases estruturantes das transformações no mundo do trabalho.

### **2.1 O TRABALHO COMO CONDIÇÃO DO SER**

Como já assinalado, assume-se neste trabalho que a autonomia do professor é requisito básico para o exercício da atividade docente. Inicia-se a discussão sobre trabalho docente, recuperando-se a evolução histórica do trabalho humano.

O homem na sua essência, numa dimensão filosófica e considerando que trabalho é a capacidade humana de criar, pensar, refletir e produzir necessita dessa atividade para se relacionar com a natureza, com outros homens e para se diferenciar de outros animais (DRUCK, 2000). Além do sentido filosófico, o trabalho possui um sentido histórico. Ou seja, assumiu diferentes formas na história, como o trabalho livre, o trabalho escravo, o trabalho servil, o trabalho assalariado.

A autora Graça Druck (2000) chama atenção para a dominação existente na relação de trabalho, provocada pela divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Prossegue assinalando que tal dominação pode ser utilizada para explicar a alienação no trabalho, que, segundo Marx, ocorre em três momentos. O primeiro é quando se dá o processo de separação dos homens dos meios e instrumentos de trabalho. As sociedades passam a ser divididas entre aqueles que possuem propriedade e os homens que não a tem. Em sequência, o trabalho se torna estranho ao trabalhador que só possui sua capacidade de trabalho para assegurar suas condições de sobrevivência. O segundo momento da alienação ocorre quando

os homens são separados e desapropriados do produto do seu trabalho. Eles não produzem mais de acordo com os seus objetivos, suas necessidades, sua vontade, mas de acordo com o objetivo dos homens que se apropriaram da sua força de trabalho e, portanto, do seu trabalho. O terceiro e quarto momento da alienação, é o resultado do processo dos dois momentos anteriores. No momento em que os homens são afastados da atividade e do processo do seu trabalho, começam a se sentir estranhos e separados de si mesmos. Sentem-se afetados em sua autoestima; não se sentem mais capazes de produzir autonomamente (DRUCK, 2000).

A psicóloga Denise Silva (2015), cujo trabalho tem como objeto a alienação do trabalho docente, resgata as heranças de Hegel e Feuerbach para explicar a origem do termo “alienação do trabalho”. Segundo a autora, o principal contexto em que o termo foi usado antes de Hegel, foi na teoria política, onde o termo tinha o significado de “transferência da autoridade soberana de uma pessoa para outra”. Tal afirmação, significa um sacrifício voluntário de um direito e a completa liberdade de ação em função da preservação do coletivo da sociedade política. Porém, de acordo com a autora, não fica claro o que será alienado. Seguindo a análise com amparo em Rousseau, acrescenta-se que não são exatamente os direitos a serem transferidos, mas, a pessoa em si mesma, seria entregue a comunidade. Seria então, o seu self, o que seria necessário para se tornar uma parte indivisível do todo. A alienação em Hegel deriva em um dos seus sentidos da afirmação em questão.

Ainda de acordo com a referida autora, e num resgate à Fichte, o mundo fenomenológico (objeto) é produzido pelo espírito (o sujeito). E, quando o objeto é colocado para fora do espírito, se opõe a ele como algo externo separado de si mesmo. Fichte caracteriza esse processo como *entausserung* (alienação). E são elementos fundamentais para a concepção de Hegel.

Dessa forma, a “Fenomenologia do Espírito” para Hegel é o estudo sistemático dos fenômenos coletivamente descritíveis como manifestações do espírito humano. Sendo assim, ele traça o desenvolvimento completo do espírito humano, levando em consideração as grandes conquistas do passado do seu tempo (Grécia, idade antiga, idade média, renascimento, iluminismo, revolução francesa e o período subsequente), além do que descreve os vários estágios através dos quais o indivíduo deve passar para atingir o nível de desenvolvimento espiritual alcançado até aquele ponto da história (SILVA, 2015) .

Assim, Hegel está discutindo a emergência de um indivíduo fora de uma unidade não reflexiva com a sua sociedade e cultura, como uma personalidade distinta e independente

e o subseqüente estabelecimento de uma nova unidade de consciência, dentro da qual não existe lugar para a individualidade.

O mundo no qual o homem vive, foi criado por ele, são as suas instituições políticas, sociais e culturais. Como um produto do espírito humano, a substância social é essencialmente espiritual, na medida em que o mundo natural é modificado pela atividade humana. Assim, o mundo é uma entidade espiritual, sua existência é o trabalho de autoconsciência, é a fusão da individualidade com o ser (SILVA, 2015).

A autora afirma ainda que para Hegel, o homem é essencialmente individual, logicamente esse é apenas um dos aspectos, outro aspecto, é o equilíbrio necessário que tem que ocorrer entre individualidade e universalidade. Assim sendo, a concepção do homem tem que levar em conta a razão, que resulta na transcendência da particularidade e o movimento do pensamento para o nível geral. A universalidade é a essência da consciência humana. A universalidade é sua significância e sua atualidade. Sua significância depende dele ter feito a si mesmo em conformidade com aquilo que é universal. A substância social transcende a particularidade. A filosofia do direito é uma base substantiva para a universalidade e é encontrada na instituição social. A unidade com a substância social é a essência da natureza humana (SILVA, 2015).

Dessa forma, o lugar da verdade do objeto, passa a ser o discurso do sujeito, sendo ele o lugar da auto manifestação ou do auto reconhecimento – da experiência – em suma, do próprio sujeito. Sendo assim, não bastará comparar a certeza do subjetivo e a verdade objetiva, mas, será necessário submeter a verdade necessária do objeto à verdade originária do sujeito ou a lógica imanente do seu discurso. Assim, será necessário conferir-lhe a objetividade superior do saber que é a ciência. Essa é a estrutura dialética fundamental que irá se desdobrar em formas cada vez mais amplas.

Segundo Hegel, o primeiro saber é denominado de “certeza sensível”. Trata-se do domínio onde se move a consciência ingênua, quase animal, que “pensa” possuir a verdade do objeto na certeza de indica-lo na sua aparição no aqui e no agora do espaço e do tempo no mundo. A dissolução da certeza sensível ou o evanecer-se do isto, que tem a pretensão de ser concreto, da experiência do mundo na percepção da coisa abstrata, do objeto que possui diversas propriedades abstratas universais, mostra que a ciência da experiência da consciência ou a dialética da fenomenologia se inclina na direção que irá levar à plena explicitação da consciência como instituidora da verdade do mundo.

O conceito de consciência é definido por Hegel a partir de três momentos: a) o eu puro indiferenciado é o seu primeiro objeto imediato; b) esta imediatez é, porém, ela mesma, absoluta mediação, é apenas como supressão do objeto do desejo independente. A satisfação do desejo é verdadeiramente a reflexão da consciência de si em si mesma ou a certeza tornada verdade; c) mas a verdade dessa certeza é, na realidade, uma dupla reflexão, a duplicação da consciência em si. A consciência tem um objeto que anula em si mesmo o seu ser outro ou à diferença e, é assim, independente.

Dessa forma, entende-se que a pretensão de Hegel com a fenomenologia é a elevação da filosofia à condição de ciência – sair do amor ao saber para o saber efetivo. E, assim, retirar os homens do aprofundamento do sensível, no vulgar, no singular e dirigir o seu olhar para as estrelas. Em vez de permanecer nesse presente, o olhar pode direcionar-se além, rumo a consciência divina. Para o autor, a vida de Deus é tranquila igualdade e unidade consigo mesma, não lida seriamente com o ser outro e a alienação, nem tampouco com o superar da alienação. Esse em si é a universalidade abstrata, que não leva em conta a sua natureza de ser para si o movimento da forma em geral.

Assim, para o autor, o espírito só encontra a sua verdade na medida em que se encontra a si mesmo no “dilaceramento absoluto”. Ou seja, só quando o ser se depara com o negativo e se demora junto a ele, através dos dois estágios da consciência (o do saber e o da objetividade – sendo o segundo negativo ao primeiro), é então exposto em sua efetividade e verdade (SILVA, 2015).

Assim, existem duas perspectivas para o conceito de alienação, segundo Hegel: 1) Separação ou relação discordante, que é obtida entre o indivíduo e a substância social, ou autoalienação entre a condição atual de alguém e sua essência natural; 2) Entrega ou sacrifício da particularidade e da obstinação, em conexão com a superação da alienação e retenção da unidade.

Segundo István Mészáros (1981), a teoria da alienação em Marx, sofreu uma influência direta de Feuerbach, Hegel e a economia política. Porém, considera que o conceito pertence a uma extensa e complexa trajetória própria, que envolvem um percurso literário que vai da Bíblia a trabalhos literários. Notadamente, tais influências são reflexos das transformações de estruturas sociais e só adquirem significado real sob a perspectiva do desenvolvimento, sendo exercidas no sentido dialético da “continuidade e descontinuidade”.

Nessa perspectiva, o primeiro aspecto a se considerar, parte da abordagem judaico-cristã e se refere a alienação do “homem em relação a Deus” ou a “perda da graça”.

Segundo tal abordagem, a ordem divina foi violada, uma vez que o homem “alienou-se” do caminho de Deus, ou “a queda do homem” e mais tarde, pelo comportamento dos “cristãos alienados da Vida de Deus”. Assim, a missão messiânica é salvar o homem desse estado de “auto-alienação-de-si-mesmo”.

István Mészáros (1981) explica que as semelhanças entre as abordagens judaica e cristã se esgotam aí. Numa recuperação direta ao trabalho de Marx, ele nos rememora que “Foi só em aparência que o Cristianismo superou o verdadeiro Judaísmo. Ele era demasiado refinado, demasiado espiritual para eliminar a crueza das necessidades práticas a não ser elevando-as á esfera etérea. O Cristianismo é o pensamento sublime do Judaísmo. Este uma aplicação vulgar do Cristianismo. Mas essa aplicação prática só se poderia tornar universal quando o Cristianismo, como religião aperfeiçoada, tivesse realizado, de modo teórico, a alienação do homem de si mesmo e da natureza”.

Assim sendo, Mészáros (1981) reitera que o Judaísmo reflete com maior veracidade a realidade das coisas, ou seja, a verdade nua e crua, sem o “embelezamento” do Cristianismo, apregoando uma continuação interminável dos seus poderes no mundo, na forma de dois postulados: 1) A redução dos conflitos de classe internos, no interesse de uma coesão da comunidade nacional, em confrontação com o mundo exterior “dos estranhos”: “não faltarão pobres na terra; portanto eu te ordeno, dizendo: “Abre tua mão para o teu irmão, para o teu pobre e para teus necessitados, em tua terra”; 2) A promessa de readmissão à graça de Deus é parcialmente realizada na forma de concessão do poder de dominar os "estranhos" a Judá : "E os estranhos estarão lá para apascentar vossos rebanhos, e os filhos dos estrangeiros serão vossos jornaleiros e vinhadeiros".

Enquanto a usura era proibida entre os irmãos dentro do Judaísmo, era permitida perante os estranhos. O cristianismo, ao se recusar a conservar a discriminação do povo de Deus, tornou os cristãos presas fáceis para o Judaísmo.

O resgate histórico bíblico realizado por Mészáros (1981), visa rememorar “o espírito do judaísmo”, ou seja, o princípio interno do desenvolvimento europeu, que culmina no surgimento da sociedade capitalista. Desse modo, o “espírito judeu” pode ser entendido como o espírito do capitalismo. Além do que, a metamorfose do judaísmo para o Cristianismo, findou numa transformação do Cristianismo numa forma mais educada, polida e desenvolvida de judaísmo.

Desse modo, dentro da sociedade de classes, e com a existência contraditória de parte e todo, e conseqüentemente, do interesse parcial dominar a totalidade da sociedade, o

princípio da parcialidade está em contradição insolúvel com o princípio da universalidade. Porém, é na verdade a relação de forças que eleva a condição de parcialidade para uma universalidade fictícia, na medida que a negação com inclinação para o ideal dessa universalidade, se mantem como ilusória, irreal e impotente. Porque na realidade, o dinamismo sócio econômico é ao mesmo tempo: autocentrado e dirigido para fora; nacionalista e cosmopolita; protecionista e imperialista. Trata-se em verdade, das contradições capitalistas.

O que se torna uma novidade histórica no trabalho de Marx para definir o problema em termos do conceito dialético concreto “parcialidade predominando como universalidade” em oposição à universalidade autêntica, a única que podia abarcar os múltiplos interesses da sociedade como um todo, e do homem como um ser genérico. Ou seja, liberado dos interesses individualistas brutos.

Mészáros (1981) reitera que o trabalho de Marx não tinha relação com o humanismo abstrato e traz o aspecto da alienação como “vendabilidade universal”. O autor traz tal conceito, como a realização dos aspectos religiosos, ou seja, a materialização desses. Assim sendo, nada pode deter a tendência de transformar tudo em algo vendável, por mais “sagrado” que tivesse sido em determinada fase. O autor cita como exemplo de tal afirmação, a “queda do homem”, questionada por Lutero, em nome da “liberdade do homem”.

Na sociedade Feudal, houve impedimentos, obstáculo, para o avanço do espírito do capitalismo, na medida em que o vassalo não podia alienar sem o consentimento do seu superior, bem como o burguês sem o aval do Rei. Assim, com o ideal supremo de que “cada um pudesse alienar o que lhe pertence”, foi possível com o tal glorificado “contrato”, cuja principal função era a introdução de uma “fixidez” que assegurava ao novo senhor, o direito de manipular como coisas, seres humanos livres, desde que estes escolhessem livremente celebrar o contrato em questão (MÉSZAROS, 1981).

Desse modo, a alienação humana foi realizada pela transformação de tudo em “objetos alienáveis, vendáveis, em escravos da necessidade e traficantes egoístas. A venda é a prática da alienação. Do mesmo modo que o homem mergulhado na religião, só pode objetivar sua essência em um ser alheio e fantástico, assim também, sob o influxo da necessidade egoísta, ele só pode afirmar-se a si mesmo e produzir objetos, na prática, pela subordinação de seus produtos e de sua própria atividade à dominação de uma entidade alheia, e, atribuindo-lhes a significação de uma entidade alheia, ou seja, “dinheiro”.

Mészáros (1981) continua sua análise sobre os aspectos da alienação, levando em consideração a relevância dos aspectos antropológicos e ontológicos para entendimento do conceito em questão, dado que tal conceito é “iminentemente histórico”. Reitera que sem uma análise do entendimento da base natural da história não poderia levar ao conhecimento real do conceito.

Assim, a análise vem de Aristóteles e os conceitos contraditórios de “liberdade por natureza”, oriunda das contradições sociais da época pelo conceito fictício de “escravidão por natureza”. Surge então, a inter-relação entre uma consciência da alienação e a historicidade da concepção de um filósofo para que surja a questão ontológica fundamental: “a natureza do homem” – que é o ponto de partida para ambas. Reitera-se que no desenvolvimento do pensamento moderno, o conceito da alienação tenha adquirido uma importância crescente, paralela à ascensão de uma antropologia filosófica autêntica, historicamente fundada.

Com efeito, Mészáros (1981) afirma que antes de Feuerbach reconhecer a distinção entre “verdadeiro” – antropológico, ou “falso” – essência teológica da religião, essa última era reconhecida como um fenômeno histórico e sua natureza estava submetida à historicidade do homem. A supressão da religião foi possível com base nessa concepção, haja vista que a mitologia e a religião fossem essenciais numa fase particular do desenvolvimento da humanidade. E é com base em Vico que ele distingue tais fases: 1) a era dos Deuses; 2) a era dos heróis e 3) “a era dos homens na qual todos os homens se reconhecem como iguais em natureza humana.

Porém, é em Diderot que Mészáros (ano) respalda o “segredo” do desenvolvimento sócio político de todo esse desenvolvimento, ao afirmar que “quando o homem tem êxito em sua crítica à majestade dos céus, ele não se absterá por muito tempo de atacar o outro opressor da humanidade, o soberano terrestre, pois estes dois resistem ou caem juntos”. Também é com base no filósofo em questão, contradições básicas que apreendem a problemática da alienação, como: “a distinção entre o meu e o teu”; a oposição entre: “tua utilidade particular e o bem geral”; e a subordinação do: “bem geral e o bem particular”. Além de ampliar para as contradições entre: “produção de bens supérfluos, bens artificiais e bens imaginários – quase nos mesmos termos de Marx descrever as “necessidades artificiais e apetites imaginários”, produzidos pelo capitalismo. A diferença entre Diderot e Marx, está na solução. O primeiro não conseguia ver nenhuma solução, exceto a limitação da necessidade,



para a “libertação” do homem com relação ao deformante tédio no trabalho, recorrendo a uma ficção utópica de limitação “natural” das necessidades.

Nesse ponto, Istvan Mészáros (ano) aponta claramente as diferenças entre Marx e Diderot. A superioridade radical nos antecessores, está em Marx propor a historicidade dialética, em contrastes aos predecessores. Assim, Marx descobriu a relação dialética entre a ontologia materialista e a antropologia, ressaltando que “os sentimentos, paixões, etc., do homem, não são só fenômenos antropológicos, mas, afirmações ontológicas do ser essencial, ou seja, da natureza”

Seria impossível realizar um resgate antropológico da alienação sem rememorar Rousseau. Mészáros (ano) traz que um resumo de suas obras, no tocante à alienação: 1) na insistência de apregoar que o homem não pode “alienar sua liberdade”, pois alienar é “dar ou vender”. Que o indivíduo não perdeu nada ao elaborar um contrato com base na sua liberdade natural e que pelo contrário, adquire também a liberdade civil. Passando então, da realidade para a moralidade. 2) Apregoa a indivisibilidade da Soberania, sendo esta “nada mais do que o exercício da vontade coletiva”. Outro postulado moral, no tocante a reconhecer que “a vontade particular tenderá em sua própria natureza à parcialidade, enquanto que a vontade geral tende para a igualdade. 3) Com relação à alienação da natureza, temos um tema recorrente no pensamento de Rousseau: a) “É a civilização que degenera o homem; b) a forma alienada de desenvolvimento é caracterizada pela grave contradição entre sociedade e espécie humana; c) o homem é dominado pelas instituições, a tal ponto, que o tipo de vida que leva nas condições de institucionalização não pode ser chamado de qualquer outra coisa, senão, escravidão; d) o vício e o mal florescem nas grandes cidades e o único antídoto possível para essa alienação, a vida no campo, está cada vez mais sob o domínio das grandes cidades; e) a multiplicação das necessidades artificiais e o crescimento forçado dos desejos inúteis, caracterizam a vida dos indivíduos e do Estado Moderno. 4) Nas origens para a alienação, o pensamento do filósofo remonta ao dinheiro e a riqueza a principal responsabilidade para a transformação do homem a um mercenário. Neste pensamento, o “bom mestre é alguém que não esteja à venda, e ele se opõe claramente à prática predominante que atribui a educação a mercenários.

Por mais ingênuas que sejam as soluções de Rousseau, parte indiscutivelmente dele, o fim do “positivismo não crítico”, que predominava antes de modo geral. O filósofo esclarece vigorosamente as várias manifestações da alienação capitalista, alertando para a vigorosa extensão da mesma para todas as esferas da vida humana.

Parte-se então para a análise de Mészáros (1981), com respaldo nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Marx, para a complexidade do conceito de alienação que é visualizada no momento em que abrange quatro aspectos principais: 1) o homem alienado da natureza; 2) o homem alienado de si mesmo (de sua própria atividade); 3) de seu ser genérico (membro da espécie humana); e 4) o homem alienado do homem (dos outros homens).

Com relação ao primeiro aspecto, o homem alienado da natureza, se refere à relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, sua relação com o mundo exterior dos sentidos, os objetos da natureza. Tal aspecto está relacionado com a “coisificação”, onde a desvalorização do mundo humano aumenta à medida que aumenta a proporção direta a valorização do mundo das coisas. Marx denominou tal processo de “objetivação”, pelo fato do homem se tornar objeto de seu próprio trabalho e, ao objetivar sua atividade, se objetiva, e torna-se inferior e escravo do objeto. O autor explica ainda, que a “objetivação” seria, ao mesmo tempo perda e servidão ao objeto, e o extremo dessa servidão é que apenas como trabalhador ele pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador. Assim, há uma transferência da força de trabalho para o objeto criado pelo trabalhador, “aquilo que é encarnado no produto do seu trabalho deixa de ser seu”. E, é nesse sentido, que o trabalho deixa de pertencer ao trabalhador, lhe sendo “externo”. E, como consequência, o trabalhador não se afirma, não desenvolve sua energia física e espiritual, se nega, não se sente feliz e arruína seu espírito. Por tal razão, só se sente em si fora do trabalho e no trabalho, fora de si. O trabalho é, então, forçado (MÉSZÁROS, 1981).

O segundo aspecto está ligado à expressão da relação do trabalho com o ato de produção dentro do processo do trabalho, isto é, a relação do trabalhador com a sua própria atividade como se fosse uma atividade alheia, que não lhe satisfaz, que só serve para vendê-la para alguém. Há uma relação de sofrimento, sacrifício, o trabalho vira um meio e não uma atividade vital e deixa de ser a necessidade essencial humana. Tal característica remete à questão da produção de subjetividade e é denominada de autoalienação. O trabalho é constantemente apropriado por outro, já não pertence ao trabalhador, lhe é estranhado. Não existe satisfação e nem lhe é permitido desenvolver plenamente as suas energias físicas e mentais, uma vez que o trabalho é imposto por fatores exógenos.

No que se refere à alienação do homem em relação a seu ser genérico, à espécie, ao gênero humano, está relacionada com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana, pois se desdobra não só na consciência como na realidade e portanto, se situa no mundo que o ser humano criou. Dessa forma, o trabalho

alienado, transforma o ser genérico do homem, tanto a sua natureza quanto suas faculdades espirituais, num ser alheio a ele num meio para a sua existência individual. No momento em que há uma alienação do homem em relação à natureza e a si próprio, há uma alienação do homem em relação ao gênero, que faz da vida do gênero um meio de vida individual. O homem não se reconhece no próprio homem, há uma alienação da sociabilidade, os homens se alienam entre si, assim como estão alienados de seu ser humano (MÉSZÁROS, 1981).

Da mesma forma que o terceiro aspecto está implícito nos dois primeiros, ou seja, está expresso nas relações humanas, o quarto aspecto é a consideração da alienação do homem com relação aos outros homens. Ou seja, trata-se de uma consequência imediata do fato de o homem estar alienado do seu produto, da atividade, de toda a sua vida, de sua espécie e, conseqüentemente, da sua relação com o homem. Assim, a alienação da natureza da espécie do homem, significa que todos eles estão alienados da essência humana (MÉSZÁROS, 1981).

Assim sendo, o conceito de alienação em Marx abrange as manifestações do estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo de um lado, e às expressões desse processo na relação entre homem e humanidade e homem e homem, de outro (MÉSZÁROS, 1981).

Marx apregoa então, que o objeto do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem ao se duplicar não apenas na consciência, intelectualmente, mas, efetivamente operativa, ao contemplar-se a si mesmo num mundo criado por ele. Sendo assim, o trabalho estranhado retira do homem o objeto de sua produção, retira-lhe de forma abrupta a sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica (MÉSZÁROS, 1981).

Ainda de acordo com Mézáros (1981), com base nos estudos de Marx, é na medida em que há uma alienação do homem em relação à natureza, e a si próprio, que há a alienação do homem em relação ao gênero, que faz da vida do gênero um meio de vida individual. No tipo de atividade vital jaz o caráter inteiro de uma espécie, o seu caráter genérico e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. O homem não se reconhece no próprio homem, só se vê no plano individual. A vida só aparece como meio de vida. Há uma alienação da sociabilidade, os homens se alienam entre si, assim como estão alienados de sua condição de ser humano. O trabalho alienado faz do homem um ser genérico, tanto da natureza como de suas faculdades espirituais, um ser alheio para ele. Torna estranho ao homem seu próprio corpo, a natureza fora dele, sua essência espiritual, sua essência humana.

Giovanni Alves (2013), também amparado na obra de Marx, O Capital, nos traz o conceito de processo de trabalho, como “um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. Para Marx, segundo o Sociólogo, Natureza, é a matéria natural como uma força natural. Ou seja, a própria corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão do homem pertencem às forças naturais do que o próprio homem possui e que coloca em movimento para apropriar-se dessa força natural, numa forma útil para a própria vida. Noutros termos, e citando diretamente Marx, o homem “vive da natureza, significa que a natureza é o seu próprio corpo, com o qual tem que permanecer em constante movimento para não morrer. Assim sendo, a vida física e mental do homem está interligada com a natureza e não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza.”

Giovanni Alves (2013), explica ainda, com respaldo em Marx, que o trabalho é, portanto, um processo entre o homem e a Natureza externa a ele como matéria natural, isto é, o objeto e seus meios de trabalho; e entre o homem e a Natureza interna a ele, a natureza que o constitui como homem – sua vida física e mental que permitem que ele exerça uma atividade orientada a um determinado fim. Nesse contexto, e considerando que o homem é um ser social, a vida física e mental do homem implica num processo metabólico com si mesmo. Ou seja, o homem e outros homens e o homem consigo mesmo – dessa forma, expõe o caráter sociometabólico do trabalho como atividade vital.

Assim sendo, a categoria trabalho não diz respeito apenas à produção propriamente dita, ou seja, o local da exploração ou produção de mais-valor. Se refere também, à própria atividade vital ou processo entre o homem e natureza, compreendida como:

- a) a matéria natural que ele se apropria para dar-lhe uma forma útil para a sua própria vida e
- b) a sua própria vida física e mental (corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão), elementos postos não apenas no interior do território da produção propriamente dita, mas nas instancias da reprodução social. (ALVES, 2013)

Nessa perspectiva, Giovanni Alves elenca os elementos do processo do trabalho:

- a) a atividade orientada a um fim – no caso do modo de produção capitalista, a atividade vital estranhada, tendo em vista que ela possui um telos estranhado;
- b) o seu objeto;
- e c) seus meios técnicos ou tecnológicos que aparecem como capital propriamente dito ou condições objetivas alienadas do processo de produção de mais valor. Conclui-se então, que a sociedade do capital ou sociedade moderna é a sociedade do trabalho alienado/estranhado, sendo a

organização das atividades humanas, seus objetos e meios, ou seja, o modo de controle do metabolismo social, que incorporam o caráter do trabalho alienado.

Assim, na medida em que a atividade vital do homem ou a produção da sua vida física e mental, totalmente necessária para a produção do mais valor relativo, implicam em instâncias sociais que operam no território do consumo, lazer, o revolucionamento do modo de produção está totalmente ligado à mudança do modo de vida e das relações sociais (ALVES, 2013).

Amparado em Gramsci, o Sociólogo Giovanni Alves (2013) classifica a sociedade moderna do capital como sociedade do trabalho alienado e considera tal característica ontológica de que trabalho e vida estão interligados. Assim, o processo de acumulação de capital provoca cada vez mais a dimensão da atividade vital no processo de produção de valor.

Aprofundando o debate, a socióloga Graça Druck (2000) estabelece a distinção entre trabalho propriamente dito e força de trabalho, tendo como base a sociedade capitalista. Dessa forma, força de trabalho é o potencial, é a capacidade física e intelectual, que homens e mulheres possuem para realizar o trabalho e que é oferecido no mercado em troca de um salário. Enquanto que o trabalho é a realização da força, é a materialização da abstração potencializada, seja ela física ou intelectual.

Assim sendo, quando o capitalista compra a força de trabalho, o que está sendo adquirido é a possibilidade ou o potencial de trabalho, que só será realizado quando o trabalhador desenvolver esta sua capacidade no processo. Dessa forma, para que o trabalho se realize, é necessária uma determinada forma de organização do trabalho que discipline e controle o trabalhador.

Quiroga (1998) e Silva (2007), ao examinarem o impacto dos processos sociais na subjetividade humana, considerando que existe uma relação dialética fundamental entre a ordem social histórica e a subjetividade, sendo o social, portanto, a essência do psiquismo. Tal questão resultaria numa definição de sujeito como ser de necessidades, as quais só se satisfazem socialmente em relações que o determinam. É o indivíduo, enquanto um ser da praxis, que se constitui em sua subjetividade por meio de atividades transformadoras de si e da realidade; e, por conseguinte, atividades emergentes dos processos sociais, institucionais, vinculares e, ao mesmo tempo, produtores da sua vida material. Essa relação, então, o define como criador da ordem social e do universo simbólico que é seu cenário.

Ainda de acordo com Silva (2007), a crise se associa com ruptura, descontinuidade súbita, desestruturação de uma ordem prévia e com uma tensão extrema de contradições. A essência humana, então, caracteriza-se pelo movimento de estruturação, desestruturação e reestruturação, por equilíbrios transitórios, sendo, portanto, o ser humano um sujeito das crises e de suas elaborações. Esse movimento permanente, entretanto, esse aspecto de “não acabado”, remete contraditoriamente à necessidade de uma estrutura relativamente estável que opere como sustentação e referência.

Ainda segundo a autora, o anúncio do fim do trabalho coloca o homem na categoria de excluído, disfarçando as características e eficácia das relações sociais que desenvolvem os processos tecnológicos e das diversas formas de trabalho presentes. O vazio, a incerteza, a desestruturação, levam o ser humano à confusão e ao sofrimento psíquico, intensificando os sentimentos de vulnerabilidade e de solidão, a fragilização egóica, a vivência de “estar à mercê dos acontecimentos”.

O professor Paulo Freire (1982) afirma que a sociedade alienada não tem consciência do seu próprio agir. Desse modo, um profissional alienado é um ser inautêntico, uma vez que o seu pensar não está comprometido consigo mesmo e ele não é responsável. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas, com olhos alheios, vivendo uma realidade imaginária e não uma própria realidade objetiva. Vive, então, a realidade de um outro país que não o seu.

O autor resume que a sociedade alienada não conhece a si mesma, é imatura, tem comportamento exemplarista, trata de conhecer a realidade por diagnósticos de outros países e não conhece a realidade nativa.

No capitalismo contemporâneo, o foco de análise do trabalho é o resultado. O Sociólogo Sadi Dal Rosso, em seu estudo sobre a intensificação do trabalho na sociedade contemporânea, explica que a intensificação que estamos tratando, são quantitativamente e qualitativamente superiores, por consumirem muito mais energia do trabalhador do que outrora. No que se refere ao trabalho não físico, mais do tipo intelectual, como é o caso do professor, do pesquisador, os resultados podem ser observados na melhoria da qualidade mais do que na quantidade (DAL ROSSO, 2008).

Ainda de acordo com o Professor Dal Rosso (2008), denomina-se intensidade do trabalho, o fenômeno que se refere a uma situação de trabalho qualquer, onde as condições técnicas e externas sejam constantes. Para ilustrar tal questão, supõe-se que seja constante também o número de trabalhadores sob a observação e se refira a um determinado período de

tempo. Desse modo, a obtenção de mais ou de melhores resultados pode ocorrer desde que o grupo de trabalhadores se aplique mais ao trabalho. Assim, com o aumento da intensidade do trabalho, em um determinado período de tempo, melhores resultados serão conseguidos.

Notadamente, a relação complexa entre a intensidade do trabalho e os fatores que a condicionam necessitam de uma análise mais profunda no termo “produtividade”, para que se possa distinguir produtividade de “intensidade”. Assim, lembra-se que o termo produtividade, oriundo da economia, abrange na relativa ciência, o termo intensidade. Porém, adotamos que o termo intensidade do trabalho é uma condição distinta de produtividade, por envolver elementos e mecanismos diferentes e, pelo fato de ser construída com estatuto e formas de mensuração própria (DAL ROSSO, 2008).

Com efeito, um trabalho é considerado mais produtivo, quando seus resultados no momento após são maiores do que no momento anterior. Assim, para diferenciação, quando ocorrem resultados decorrentes de avanços realizados somente nos meios materiais com os quais o trabalho é realizado, temos o aumento de produtividade. No momento em que se tem avanços tecnológicos – ou até mesmo a sua ausência, e que exigem maior envolvimento e desgaste do trabalhador, denomina-se esse componente social de elevação da intensidade (DAL ROSSO, 2008).

Desse modo, a distinção de termos em análise, já começa a ser reconhecida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que se trata de uma influente entidade internacional que reúne os países capitalistas mais ricos do mundo e que propõe critérios e medidas de crescimento para a produtividade. Tal reconhecimento por parte de uma organização de grande relevância mundial mostra que a intensidade é um fato pertinente, não uma abstração. Além do que, deve ser reconhecida na prática como uma exigência de maior esforço dos trabalhadores nas condições contemporâneas. Notadamente que a conjuntura contemporânea mostra crescimento da demanda por maior envolvimento no trabalho e o reflexo de tal questão na produtividade é reconhecido pela organização (DAL ROSSO, 2008).

Com efeito, o autor explica que todas as atividades que concentram volume de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e fronteiras, mesmo imateriais, como é o caso da educação, o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por um maior envolvimento do trabalhador. As atividades não-materiais estão em estado avançadíssimos de reestruturação econômica e a intensificação do trabalho nessas áreas é comum.

Se faz necessário ressaltar, principalmente dado o objeto de estudo deste trabalho, o professor, que a intensidade de trabalho para um pesquisador, por exemplo, deve e pode ser considerada pelo aspecto imaterial do seu trabalho, o apelo à sua inteligência. Do mesmo modo que, para um professor, a sua capacidade de se relacionar com os seus alunos. Verifica-se nesse momento, a necessidade de se aprofundar mais nessas situações: o aumento da intensidade do trabalho imaterial, haja vista que a teoria do valor trabalho considera a dimensão tempo de trabalho por meio da fórmula do tempo médio socialmente aceito e o trabalho imaterial escapa desse esquema de medida de tempo.

Tal questão pode ser exemplificada pelo valor do trabalho de um pesquisador, onde a faísca cerebral e a fogueira mental que conduziram à descoberta são de natureza distinta ao tempo médio. Desse modo, se a métrica tempo de trabalho não se aplica à atividades imateriais e se as atividades imateriais são cada vez mais crescentes e empregadoras de uma proporção cada vez maior da força de trabalho, o Sociólogo Dal Rosso (ano) nos apresenta dois caminhos: 1) em primeiro, supor que a etapa da teoria do valor está sendo superada pela divisão social do trabalho e que é necessário desenvolver novas categorias para analisar a luta de classes dentro da sociedade; 2) o outro ponto, consiste em alargar as tradicionais noções da teoria do valor no sentido de incorporar a produção do valor também em diversas atividades imateriais.

Com efeito, é sentido e enxergado por todo trabalhador que existe uma onda de exigências cada vez maiores por mais trabalho e mais resultados. O autor afirma que a própria revolução tecnológica que estamos vivendo contribui grandemente para que cada indivíduo seja a cada dia mais sugado em sua capacidade de produzir mais trabalho. Assim, o título da obra em questão, “mais trabalho”, resume esse envolvimento superior, exigido aos trabalhadores, quer seja físico, mental ou emocional, que visa resultados superiores no mesmo espaço de tempo.

Nesse contexto, o grau de intensidade pode ser aumentado basicamente de duas formas: num primeiro momento, quando as transformações tecnológicas fazem crescer a carga de trabalho; num segundo momento, quando a reorganização do trabalho eleva a carga, na presença ou não de mudança técnica. O aumento do grau de intensidade resultante das mudanças tecnológicas ocorre durante os períodos de revoluções industriais, da mesma forma que hoje com a revolução da informática. Já no que se refere às reorganizações do trabalho, podem ocorrer durante os períodos de revoluções industriais ou fora delas. Nesse sentido, o



grau de intensidade varia combinada ou isoladamente em função de alteração das condições técnicas e de mudanças em sua própria organização (DAL ROSSO, 2008).

Assim, em geral, o contrato entre empregador e empregado não explicita o grau de intensidade mediante o qual o trabalho deve ser executado. Sendo assim, permanece como uma indeterminação a intensidade do trabalho nos contratos, e, essa não definição prévia, tem consequências tanto para o empregador quanto para o empregado. Aqueles procuram retirar o maior proveito possível da força de trabalho comprada, intensificando o trabalho até o máximo possível. Todavia, a indeterminação nos contratos possibilita aos trabalhadores controlarem a velocidade e o ritmo do próprio trabalho. Nesse contexto, se outrora as preocupações com a intensidade não faziam parte dos contratos de trabalho, hoje em dia, os sindicatos procuraram introduzir cláusulas nos acordos coletivos, que resguardem os trabalhadores, principalmente, nos casos de acidentes, doenças e estresses, que normalmente são consequências do grau de intensidade.

Nessa ambivalência humana e especificamente em relação ao trabalho docente, Tardif e Lessard (2005) enxergam a existência de uma corrente que verifica que a docência e seus agentes muitas vezes ficam subordinados à esfera da produção, dada que sua função primeira seria preparar os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho. O tempo de aprender não teria então, valor por si mesmo, mas, pela preparação para a verdadeira vida.

Os autores antes mencionados não concordam com essa visão e defendem que a mesma não corresponde mais à realidade socioeconômica das sociedades modernas, que se distinguem pelos seguintes aspectos: há cinquenta anos a categoria dos trabalhadores produtores de bens materiais está em queda livre em todas as sociedades modernas; na sociedade dos serviços, grupos de profissionais ligados a serviços e consultorias, cientistas e técnicos ocupam progressivamente posições importantes e até dominantes em relação aos produtores de bens materiais; além disso, essas novas profissões estão relacionadas historicamente às profissões e aos profissionais que são representantes típicos dos novos especialistas na gestão dos problemas econômicos e sociais com auxílio de conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais; entre as transformações em curso, parece essencial observar o crescente status de que gozam, na organização socioeconômica, ofícios e profissões que têm como objeto de trabalho os seres humanos.

Wanderson Alves (2007) acrescenta que os professores, a partir do século XX, se depararam com novos conceitos relacionados à sua formação e ao seu trabalho, sendo eles: epistemologia da prática, professor-reflexivo, prática-reflexiva, professor-pesquisador,

saberes docentes, conhecimentos e competências. Esses termos se incorporaram aos debates sobre educação e em especial à formação dos professores. O autor aponta ainda que na década de 1980 as pesquisas sobre docência e especialmente sobre profissionalização dos professores são iniciadas no mundo anglo-saxão, refletindo um movimento que buscou a elevação da formação profissional, transformando a estrutura do ensino e da carreira, elevando salários e o *status* profissional.

Com relação ao ocorrido no Brasil, Wanderson Alves (2007) evidencia que, no início da década de 1990, por meio do texto pioneiro de Tardif, Lessard e Lahaye (1991), estudos que focam conhecimentos tácitos dos professores são realizados. Tais estudos possuem em comum a valorização da experiência profissional, o entendimento de que é possível a produção de um conhecimento prático, ao longo do desenvolvimento do seu trabalho e da mobilização dos saberes dos docentes.

Essa forma de compreender o trabalho docente não vem ocorrendo sem críticas. Wanderson Alves (2007) salienta que autores como Arce (2001) e Duarte (2003), num contraponto ao que foi postulado por Tardif, Lessard e Lahaye (1991), acreditam que a perspectiva que investiga os saberes docentes pode ser compreendida como um recuo no modo de se conceber a formação do professor, representando um ajustamento ao ideário neoliberal.

Em meio a muitas controvérsias, o trabalho de Borges (2003) ajuda a organizar o campo de pesquisa sobre trabalho docente no Brasil. Segundo esse autor, existem diversos tipos de estudos sobre os saberes do professor, alguns, inclusive, situados em mais de uma abordagem. Esses estudos incorporam perspectivas variadas que podem ser classificadas em: pesquisas sobre o comportamento do professor; a cognição do professor; o pensamento do professor; pesquisas compreensivas, interpretativas e interacionistas; e, por fim, pesquisas que se orientam pela sociologia do trabalho e das profissões.

Borges (2003) afirma que as pesquisas sobre o comportamento do professor, correspondem à tradição behaviorista ou comportamentalista do ensino. Nela estão localizadas as pesquisas processo-produto e buscam identificar o impacto da ação docente sobre a aprendizagem do aluno, não levando em consideração aspectos subjetivos das interações entre professor e alunos, bem como o contexto em sala de aula.

Pesquisas sobre a cognição do professor também são oriundas da psicologia, mas, diferenciam-se das anteriormente mencionadas por centrarem suas análises nos processos cognitivos dos professores, procurando superar os problemas da abordagem

comportamentalista. Objetivam compreender como os professores percebem e coordenam suas ações, como aprendem e fazem uso das informações (BORGES, 2003).

Pesquisas sobre o pensamento dos professores são conhecidas pela expressão inglesa *teacher's thinking*. Trata-se de uma abordagem que se desdobrou da psicologia cognitiva, mas com contribuições das ciências sociais. Compreende estudos que se interessam pelas narrativas, pesquisas do tipo psicossocial, psicanalítica, sociocrítica e socioconstrutivista, tendo como foco central o pensamento dos professores.

Ainda de acordo com o referido autor, as pesquisas compreensivas, interpretativas e interacionistas foram elaboradas a partir da abordagem da fenomenologia, do enfoque etnográfico e do interacionismo. Abarcam estudos que visam investigar e evidenciar pensamentos, ações e interações dos sujeitos, mas, que o fazem no contexto em que o sujeito está inserido através da lente histórica e social.

Em consequência, na próxima seção, pretende-se entender quais contextos estão relacionados à precarização do trabalho e às suas bases estruturantes para as transformações no mundo do trabalho.

## 2.2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO – AS BASES ESTRUTURANTES DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A crise econômica do início dos anos 1970, na Europa e nos EUA, teve como resposta a redefinição estrutural no padrão de acumulação capitalista até então vigente. Isto implicou profundas transformações tecnológicas, produtivas, comerciais e financeiras. Estas transformações tiveram consequências dramáticas no mundo do trabalho – nos planos econômico, social e político (FILGUEIRAS, 2009).

O referido autor menciona que os fenômenos denominados convencionalmente, na literatura recente, como “reestruturação produtiva”, “globalização” e “neoliberalismo” sintetizam o conjunto dessas transformações. Estes fenômenos deram origem a novo padrão de acumulação, cuja característica fundamental, em contraponto ao padrão fordista anterior, é brusca e obsessiva pela flexibilidade. Esta última é entendida como a derrubada de toda e qualquer barreira ao movimento dos capitais e à acumulação. A flexibilidade engloba as esferas econômica, social e política, bem como as relações entre elas, impactando a sociedade

globalmente. A busca por resultados de curto prazo, com a distribuição de lucros e dividendos aos acionistas, subordinou e redefiniu as políticas corporativas.

Concorda-se com a Professora Graça Druck (2007), as bases teóricas que tratam os conceitos de flexibilização e precarização na literatura de sociologia do trabalho no Brasil, se referem a quatro matrizes que se tornaram clássicas nos estudos sobre trabalho, sendo elas: 1) a tese da “especialização flexível” [Piore e Sabel], apresentada como um novo paradigma produtivo industrial e alternativo à produção fordizada ou de massa; 2) a tese da “acumulação flexível” (Harvey), que expõe um novo regime de acumulação (de transição em resposta a crise do fordismo) e, portanto, de caráter mais sistêmico, pois trata do capitalismo e das mudanças estruturais que vêm sofrendo; 3) as teses sobre a precarização do trabalho e a vulnerabilidade social como constituidoras de uma “nova questão social” [Castel] e 4) as teses que afirmam sobre uma crise estrutural do capital [Mészáros; Antunes e Alves]. Notadamente, as realidades empíricas, a partir das quais Piore e Sabel formularam o paradigma, já sofreram muitas transformações, pois datam dos anos 1970.

A professora Graça Druck (2005), no seu texto que resgata as bases teóricas da Precarização do Trabalho (2007), explica, com base em Ramalho (2000), Githay et al (1997) e Paiva et al (1997), no contexto do debate da sociologia do trabalho, nos anos 1980, onde o debate sobre o "pós-fordismo", ou sobre a "reestruturação produtiva", ganha força a partir da constatação de um intenso processo de "flexibilização" da produção e das relações de trabalho. Nesse tocante, as interpretações mais influentes, como as da "especialização flexível", de Michael Piore e Charles Sabel de 1984, *“The Second Industrial Divide”*, passaram a enfatizar o caráter positivo das novas formações produtivas, em contraposição à rigidez da produção fordista e dos processos hierárquicos de subordinação dos trabalhadores. Nesse sentido, as teses da “especialização flexível” são retomadas naqueles estudos que tem por objetivo analisar a flexibilização nas empresas, nos padrões de organização do trabalho, nas relações inter-firmas, num contexto alternativo ao esgotamento do fordismo e do taylorismo.

Importante salientar que naqueles estudos que analisam as mudanças organizacionais, ressaltam o surgimento de um novo tipo de inserção do trabalhador, ao tempo que indicam a segmentação do mercado de trabalho, com a separação entre qualificados e desqualificados ou inseridos e excluídos, conforme análise de Professora Graça Druck (ano).

Assim, para o paradigma da “especialização flexível”, a flexibilidade do trabalho é, no essencial, um elemento positivo, ao possibilitar a inserção, a integração, a capacitação dos trabalhadores que, convivendo com as novas tecnologias, apreendem com elas, podem desenvolver múltiplas atividades (polivalência), tornam-se ágeis e dinâmicos para responder às novas demandas do mercado e, portanto, são dotados de empregabilidade. Nesse sentido, a flexibilidade é considerada como uma condição necessária dos novos tempos de reestruturação e de crise do fordismo (ou da produção em série), considerado um sistema produtivo rígido, pesado, lento e, portanto, que não responde às rápidas mudanças de hábitos, de novas necessidades e demandas da sociedade. Além de, no plano da organização do trabalho, o fordismo representar a consolidação do taylorismo, da rotinização do trabalho e da automatização dos trabalhadores. Processo que seria radicalmente alterado pela “revolução” provocada pelo trabalho e produção flexíveis (DRUCK, 2005).

No tocante aos estudos brasileiros que buscam analisar os processos de flexibilização e precarização do trabalho no âmbito mundial e também na aplicação de suas principais formulações às metamorfoses do trabalho no Brasil, a obra de Robert Castel de 1995, torna-se um clássico. O autor analisa a perda de inserção ou da “condição de assalariado” – a partir da crise da “sociedade salarial”, quando a precarização do emprego e do desemprego se insere na dinâmica do processo de modernização em curso, onde a reestruturação industrial e nas empresas tem como elemento fundamental a flexibilidade. As empresas adotam a flexibilidade interna – polivalência, disponibilidade para atender as flutuações da demanda, que exigem um operário rápido, ágil e flexível – e a flexibilidade externa – através da subcontratação (ou terceirização)(DRUCK, 2005).

Notadamente, para o autor, há um processo de “desestabilização dos estáveis”, de “instalação na precariedade” e de constituição de um “déficit de lugares” na estrutura social, homens e mulheres que ocupam uma posição de “supranumerário ou de inúteis para o mundo”. A perda do emprego e/ou de uma inserção estável no emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalho precários, no plano objetivo e subjetivo, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos e assim tornando os trabalhadores vulneráveis e numa condição social fragilizada, ou de “desfiliação” social (DRUCK, 2007).

Nesse contexto, o processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas há muito tempo, não havendo nada de novo nessa dinâmica. Do mesmo modo que a pobreza do século XIX estava inserida no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas

novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno (CASTEL, 1995 *apud* DRUCK, 2007).

Faz-se necessária, uma recuperação histórica para que possamos entender o complexo fenômeno, a fim de que nos aprofundaremos nas bases teóricas da acumulação flexível (Harvey) e as crises estruturais do trabalho, a crise “endêmica” ou o “capitalismo dos nossos dias” (Mészáros, Antunes e Alves), para, dessa forma, correlacionar com as transformações ocorridas na educação como um todo, mais especificamente nos contextos do ensino superior.

### **2.2.1 As especificidades do Neoliberalismo**

Iniciaremos, antes de tratar sobre a crise dos anos 1970 e a crise de 2008, uma recuperação histórica, com base em Dardot e Laval (2016), sobre a crise do liberalismo e nascimento do neoliberalismo. Desse modo, os autores iniciam sua análise com a constatação de que o liberalismo é um mundo de tensões, cuja unidade é problemática desde a concepção. Seus princípios essenciais, considerados dogmas no pensamento liberal dominante em meados do século XIX, são: o direito natural, a liberdade do comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio de mercado. A modificação de tais princípios, romperia a máquina do progresso e acabaria com o equilíbrio social. Assim, não faltariam críticas para tal concepção, tanto no âmbito doutrinal, quanto no político, pelo simples fato de que nenhuma parte e nenhum domínio da sociedade, se deixaria reduzir a uma soma de trocas contratuais entre indivíduos.

Desse modo, a crise do liberalismo trata-se de uma crise interna, que, a partir de meados do século XIX, fica exposta e aprofundada pela Primeira Guerra Mundial e o entre guerras. Assim, sempre houve tensão entre os dois tipos de liberalismo, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e dos partidários da liberdade individual como um fim absoluto. Com efeito, a divisão da doutrina, reduziu a unidade do liberalismo a um simples mito e constituiu a crise do modelo que foi de 1880 até 1930. Pouco a pouco, a revisão dos dogmas ocorreu em todos os países industrializados onde os reformistas sociais ganharam terreno (DARDOT, LAVAL, 2016).

Pierre Dardot e Christian Laval, com base em Gauchet (2007), questionam a natureza da crise do liberalismo, e identificam um problema: “como a sociedade que se

libertou dos deuses para descobrir-se plenamente histórica poderia abandonar-se a um curso fatal e, assim, perder o controle do seu futuro?” E continua: “Como a autonomia humana poderia ser sinônimo de impotência coletiva?”. Os autores afirmam que o “encanto” do socialismo se deu exatamente por parecer uma encarnação da vontade de construir um futuro. Mas, ressaltam que tal simplificação só se dá se o liberalismo for reduzido à crença nas virtudes do equilíbrio espontâneo do mercado e suas contradições situadas no campo das ideias. Na verdade, os autores assumem que já a partir do século XVIII, a ação governamental se tornou bem complexa, e afirmam também, que, a crise do liberalismo foi uma crise de governamentalidade liberal, para utilizar um termo de Foucault, ou seja, uma crise que apresenta na sua essência, um problema prático da intervenção política em matéria econômica e social e da justificação doutrinal dessa intervenção.

Assim, o que põe em crise o liberalismo “dogmático”, seria a necessidade prática da ação governamental para fazer frente às mutações organizacionais provocadas pelo capitalismo, além dos conflitos de classe que “ameaçavam” a propriedade privada e às novas relações de forças internacionais. São exemplificados: Solidarismo e radicalismo na França, Fabianismo e liberalismo social na Inglaterra, nascimento do “liberalismo norte-americano”, como termos para denominar não só os sintomas da crise como algumas respostas para enfrenta-lo (DARDOT, LAVAL, 2016).

Com efeito, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) afirmam que o liberalismo não conseguiu incorporar os novos dados do capitalismo tal como este se desenvolveu durante a longa fase de industrialização e urbanização. Desse modo, todo o conjunto de tendências e realidades exigiam uma revisão a fundo da representação da economia e da política. Assim, o “capitalismo histórico” não conseguia corresponder às escolas liberais quando elas inventavam histórias em torno da “harmonia econômica”. Os Capitalismos das duas potências emergentes de meados do século XIX, Estados Unidos e Alemanha, demonstravam que o modelo atomizado, de agentes econômicos independentes, isolados e guiados pela preocupação com os seus próprios interesses, com decisões guiadas pelo mercado concorrencial, não conseguiu mais corresponder às estruturas e às práticas do sistema industrial e financeiro que existia realmente. No que se refere ao sistema financeiro então, era cada vez mais concentrado nos ramos principais da economia, dominado por oligarquias ligadas ao sistema político e seus dirigentes, sendo que tais “modus operandi” fugiam completamente das concepções primárias da lei da oferta e da demanda, apregoada pelos economistas ortodoxos.

A mitologia do *self-made man*, que surgiu com o “reinado” de uns poucos aristocratas à frente de empresas gigantescas, controlando o setor das ferrovias, do petróleo, dos bancos, do aço e da química nos Estados Unidos, que foram qualificados como “barões ladrões”, desacreditava a ideia de uma coordenação harmoniosa de interesses particulares. Ou seja, o ideal do mercado perfeitamente concorrencial, já parecia muito longe das realidades do novo capitalismo em grande escala, bem antes da elaboração da concorrência “imperfeita”.

Tais afirmações, constatam, ainda com base nos estudos dos autores franceses, que o liberalismo clássico não incorporou totalmente o fenômeno da empresa, sua organização, suas formas jurídicas, a concentração de seus recursos, as novas formas de competição. Nesse contexto, as novas necessidades da produção e de vendas exigiam uma “gestão científica” ou “profissionalizada” que pudesse comandar exércitos industriais num modelo hierárquico praticamente militar, liderado por pessoal qualificado e especializado. Assim, os autores explicam que as especificidades da empresa moderna e tudo que surgiu com ela, tornaram-se uma realidade que os economistas ortodoxos não conseguiam explicar. Em tempo, alguns, menos preocupados com os dogmas, mais precisamente os institucionalistas, começaram a analisar e buscar entendimento das nuances que cercavam a “nova” organização.

Com efeito, o capitalismo das pequenas empresas foi marginalizado com o surgimento da empresa moderna, dos grandes grupos cartelizados. Do mesmo modo que o desenvolvimento de técnicas de vendas, o aprimoramento comercial que tais grupos trouxeram ao mercado, debilitaram a crença na soberania do consumidor. Além dos acordos e práticas dominadoras e manipuladoras dos monopólios e oligopólios que destruíram a ideia da concorrência leal. Desse modo, a “mão invisível” dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados à rede, enfraqueceu consideravelmente a ideia da “mão invisível do mercado”.(DARDOT, LAVAL, 2016)

Outro fator de crise, conforme os autores, foi a inadequação das fórmulas liberais às necessidades de regulação salarial pela própria impossibilidade da doutrina em questão, de dialogar com as reformas sociais realizadas no período. Em verdade, desde meados do século XIX, mais precisamente a partir das reformas de Bismark, a Europa realizou um movimento crescente de regulamentações e leis destinadas a consolidar a situação dos assalariados, tentando evitar o pauperismo que atingiu o século XIX, podendo-se exemplificar: legislação sobre o trabalho infantil, limitação da jornada de trabalho, direito a greve e associação, indenização por acidente, aposentadoria para operários. Assim, a ideia de que uma relação



salarial era um contrato entre duas vontades independentes e iguais parecia uma verdadeira utopia diante da realidade social daquele período, com as grandes concentrações industriais e urbanas. Nesse contexto, o movimento operário soava como uma advertência constante à concepção estritamente individual e harmônica do contrato de trabalho defendido pela doutrina liberal.

No que se refere à conjuntura internacional, Dardot e Laval (2016) afirmam também, que o fim do século XIX não se parecia com a grande sociedade universalmente pacífica no que se referiria aos princípios racionais da divisão do trabalho idealizada por David Ricardo para tal período. O que se via no período, como proteção alfandegária e crescimento do nacionalismo, além do imperialismo rivais e crise do sistema monetário internacional, funcionavam como contrapontos e rupturas para a ordem liberal. Na época, nem parecia que o livre câmbio seria a fórmula para prosperidade mundial. Teses que apregoavam a “proteção nacional” como a de Friedrich List e suas barreiras alfandegárias elevadas, pareciam mais coerentes com a nova realidade e foi o que a Alemanha e os Estados Unidos adotaram, além de adotarem também, um capitalismo de grandes unidades protegidas idem, por essa barreira alfandegária.

Assim, no que se refere a concepção do Estado como o “vigia noturno” apregoada na Inglaterra (Escola de Manchester) e França (Sucessores de Jean-Baptiste Say), davam uma visão muito restrita no que tange às funções governamentais (manutenção da ordem, cumprimento dos contratos, eliminação da violência, proteção dos bens e das pessoas, defesa do território contra inimigos externos, concepção individualista da vida social e econômica). Verificou-se que o que era tido como “excesso” e, muitas vezes, formas de despotismo, tornou-se, de forma progressiva, uma defesa conservadora dos direitos de propriedade. Desse modo, a concepção do Estado fortemente restrita, até no que se refere às “leis de polícia”, defendidas por Adam Smith, parecia cada vez mais ultrapassada em relação às necessidades de organização e regulação que a nova sociedade urbana e industrial demanda no final do século XIX. Com efeito, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) concluem que os defensores da doutrina liberal, não possuíam uma teoria de práticas governamentais, que havia sido desenvolvida até aquele momento, e foram incapazes de perceber às necessidades da sociedade de seu tempo.

Avançando um pouco nesse contexto histórico, a primeira guerra mundial e as crises que vieram depois dela, apenas aceleraram a revisão dos princípios dogmáticos da doutrina liberal do século XIX. De modo que as repetidas crises econômicas, os fenômenos

especulativos e as desordens sociais e políticas revelaram a fragilidade das democracias liberais. Assim, os períodos de crises múltiplas geravam desconfiança por parte da sociedade em relação à doutrina que apregoava a liberdade total dos atores no mercado. (Qualquer semelhança com os dias atuais, é mera coincidência). A tal ponto, o *Laissez Faire* foi considerado ultrapassado até para os que reivindicavam o liberalismo. Nessas circunstâncias, o Estado parecia ser o único capaz de recuperar a situação econômica e social caótica. Assim, com amparo teórico em Karl Polanyi, a crise de 1930 foi o “estopim” para um freio no mercado através de regulamentações, quadros legislativos e princípios morais.

A mudança para o “novo liberalismo” que aconteceu na Inglaterra depois da Grande Depressão, nos Estados Unidos, ocorreu antes. Desde o final do século XIX que as palavras *liberalism e liberal* começava a mudar e tinha o intuito de designar uma doutrina que condenava o *Laissez Faire* e objetivava revisar e reformular o capitalismo. Então, o surgimento do “novo liberalismo”, procuraria ser mais consciente da realidade econômica e social, além de buscar definir uma nova maneira de compreender os princípios do liberalismo que emprestaria certas críticas do socialismo, com o intuito simplesmente de realizar os fins da civilização liberal. Com efeito, o “novo liberalismo” surge diante da constatação da incapacidade da doutrina liberal no que se refere à definição dos novos limites para a ação governamental. Cita-se na obra em análise, o ensaio de John Maynard Keynes, “o fim do *Laissez-Faire*”, para ilustrar o momento da transição. Assim, rememora-se que Keynesianos e neoliberais compartilharam a mesma preocupação durante muito tempo: “Como salvar do liberalismo o próprio sistema capitalista? ”.

De acordo com o contexto histórico, a força keynesiana se deu exatamente por ter tido espaço para alocar a questão da governamentabilidade na sua crença dogmática. Tal questão fica claro em seu texto que atribui como “tarefa essencial do economista” repensar a distinção entre agenda e não agenda. Sendo então classificada como complemento político a concepção de governo que fossem capazes de colocar “tal agenda” em execução. Assim, o que existiu não foi o desejo de “extinguir” com o liberalismo, mas, resolver o abismo dogmático que se tinha com relação a governamentabilidade. O que existia era a necessidade de fazer o que na época não era feito, era na verdade, uma tentativa de suplantar a falta, sua “deriva dogmática”. O momento da “refundação” da Doutrina, o novo liberalismo, que visava controlar as forças econômicas para evitar a anarquia social e política, representado na questão da “agenda e não agenda” em sentido favorável à intervenção política, foi reivindicado por Keynes (DARDOT, LAVAL, 2016).

Assim, amparados pela construção do liberalismo com respaldo teórico em Hobhouse, Keynes ou Dewey, Dardot e Laval explicam que a corrente defendida por aqueles, no final do século XIX e no início do século XX, na intersecção do radicalismo com o socialismo, se empenhavam em pensar na reforma do capitalismo. Assim, a intenção era que a política fosse guiada para o bem comum e submetida a finalidades morais coletivas. Porém, não se pode esquecer que esse novo liberalismo foi situado também no radicalismo inglês. A esta altura, Hobson é citado em sua declaração de que desejava “um novo utilitarismo em que as satisfações físicas, intelectuais e morais tivessem seu lugar justo”.

Com amparo em Karl Polanyi em sua obra *A grande Transformação*, fica claro que a questão da natureza da intervenção governamental deve ser distinguida da questão das fronteiras entre o Estado e o mercado. Assim, verifica-se que o Estado liberal possuía ações contrárias no século XIX, no tocante em que agiu em favor da criação dos mecanismos de mercado e de outro implementou mecanismos que o limitaram. Apoiou o movimento no sentido da criação da “sociedade de mercado” em contraponto, levou em consideração e reforçou o contramovimento de resistência da sociedade aos mecanismos de mercado (DARDOT, LAVAL, 2016).

Dada tais ambivalências, a entrada no mercado dos fatores econômicos foi condição fundamental para o crescimento capitalista, tendo a Revolução industrial condições para constituir um sistema mercantil em que os homens devem conceber-se como vendedores de serviços para poder adquirir recursos vitais para a troca monetária. Desse modo, amparados na teoria marxista, seria necessário que a natureza e o trabalho se tornem mercadorias, que as relações que o homem mantém com seus semelhantes e com a natureza tomem a forma da relação mercantil. Porém, para que a sociedade toda se organize para tal intento, a intervenção do Estado é indispensável no que se refere ao plano administrativo para que nas relações sociais fossem estabelecidas regras múltiplas necessárias ao funcionamento concorrencial e ao respeito de tais regras.

Assim, na economia do *Laissez-Faire* a ação do Estado era deliberada enquanto que restrições posteriores, surgiam de forma espontânea. E após 1860, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, um contramovimento com intenção de proteger a sociedade, e como reação contra as tendências destruidoras do mercado, mais precisamente de duas formas: protecionismo comercial nacional e o protecionismo social que foi instalado no final do século XIX. Em outras palavras, todo desequilíbrio ligado ao funcionamento do mercado ameaça a sociedade que se submete a ele, assim, inflação, desemprego, crise de crédito

internacional, para citar alguns fenômenos econômicos, atingem diretamente e principalmente, a sociedade. Com efeito, essas tensões, que são consequências da contradição interna da “sociedade de mercado”, passam da esfera econômica para a social e conseqüentemente, para a política, do cenário nacional para o internacional e que finalmente, provocou a reação fascista e a Segunda Guerra Mundial.

Assim, a construção do “novo liberalismo”, e amparados ainda em Polanyi, Dardot e Laval (ano) afirmam que a “A grande Transformação” se deu entre os anos 1930 e 1940 e caracterizou uma resposta ao “desaparecimento da civilização de mercado”, ou mais precisamente, “uma tentativa desesperada de restabelecer o mercado autoregulador dos anos 1920. Assim, o movimento político dos anos 1930 caracterizou-se como uma ressocialização da economia. Porém, não seria com a morte do liberalismo, conforme previu Polanyi. Talvez, pelo fato de ter subestimado um dos principais aspectos do liberalismo, no que se refere ao intervencionismo do Estado e que se trata das “intervenções de funcionamento do mercado”. Tais intervenções tem a função de assegurar a autoregulação do mercado objetivando respeitar o princípio da concorrência. Assim, o equívoco do autor ao prever o fim do liberalismo, foi obscurecer a natureza específica do neoliberalismo, que não se resume “a uma grande transformação” ou “redução do Estado” que antecederia um “retorno do Estado”. Seria melhor defini-lo como um “intervencionismo destinado a moldar politicamente relações econômicas e sociais regidas pela concorrência”.

Cabe aqui salientar que o que estamos tratando é a transformação do liberalismo em “novo liberalismo”. O “neoliberalismo” vem mais tarde. O que se torna necessário ressaltar também, é que a proximidade entre os nomes não se deu de imediato, sendo em verdade, o uso que se fez delas, os conteúdos que foram elaborados, as linhas políticas que se destacaram pouco a pouco, que, de forma retroativa, permitiu aos autores que estudam o sistema, realizar uma análise mais completa.

Resgata-se, portanto, que a proximidade entre os nomes: “novo liberalismo” e “neoliberalismo” explica numa primeira instância, a tentativa de responder a uma crise do modo de governo liberal, na tentativa de superar as crises geradas pelas mutações do capitalismo, dos conflitos sociais, dos confrontos internacionais, até mesmo, de tentar fazer frente ao totalitarismo que surgiu após a primeira guerra mundial e que seria a destruição da sociedade liberal. Nesse sentido, o discurso criado, teórico e político, que dá razão, forma e sentido à intervenção governamental e produz uma racionalidade governamental, que visava revisar o naturalismo liberal que foi transmitido ao longo de XIX.

Ainda na tentativa de estabelecer a diferenciação entre o “novo liberalismo” e o “neoliberalismo”, verifica-se que o primeiro, cuja expressão mais elaborada no plano econômico foi a de Keynes, buscou reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos. Tal projeto poderia ser resumido em duas propostas: 1) as Agendas do Estado devem ir além dos limites que o dogmatismo do *laissez faire* impôs a elas, no intuito de salvaguardar o que pode ser considerado como essencial para uma sociedade liberal; 2) essas novas agendas devem pôr em questão, em termos práticos, a confiança nos mecanismos autoreguladores do mercado e na justiça dos contratos entre indivíduos que supostamente seriam iguais. Desse modo, defende-se a criação de leis de proteção do trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações. Ou seja, seria necessária a utilização de meios “aparentemente” contrários aos ideais do liberalismo com o intuito de defender sua implementação, logicamente, que a restrição dos interesses individuais para os fins coletivo, tem a intenção apenas de garantir as condições reais de realização dos fins individuais (DARDOT, LAVAL, 2016).

Nesse contexto histórico, o surgimento do neoliberalismo é mais tarde. A similaridade entre os dois modelos se dá no tocante em que o “neo” parece uma decantação do “novo liberalismo”, ao passo em que em outros aspectos, como uma alternativa aos tipos de intervenção econômica e reformismo social pregado pelo “novo liberalismo”. Os neoliberais se opõe a qualquer ação governamental que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados. Assim, a intervenção do estado se dá muitas vezes em sentido contrário, no sentido de que além de não limitar o mercado, deve desenvolver ações e purificar o mercado concorrencial, por um “enquadramento jurídico” cuidadosamente ajustado. Com efeito, a função do Estado passa a ser a de produzir condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse individual, onde a intervenção pública ganha uma concepção de mercado baseado na concorrência. Desse modo, a concorrência passa a ser o princípio central da vida social e individual, reconhecendo que a ordem de mercado não é um dado da natureza, porém, um produto artificial de uma história e de uma construção política.

Assim, se a crise no liberalismo se deu pela necessidade de reformas sociais a partir do fim do século XIX, o neoliberalismo se deu como uma resposta a reforma realizada. Ou seja, uma tentativa de entrar essa orientação às políticas distributivas, assistenciais,

planificadoras, reguladoras e protecionistas, que eram vistas como uma degradação que conduzia ao coletivismo (DARDOT, LAVAL, 2016).

De acordo com Dardot e Laval (2016), a citação da criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, como o nascimento do neoliberalismo, trata-se de um equívoco, haja vista que os autores creditam tal surgimento ao Colóquio Walter Lippmann, de Agosto de 1938, quase 10 anos antes, em Paris. Tal atribuição se dá pela qualidade dos autores presentes, como: Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Ropke e Alexander Von Rustow, nomes que iriam marcar a história do pensamento e da política liberal dos países ocidentais pós Segunda Guerra Mundial.

Os dois acontecimentos possuem correlações, porém, atribuir ao primeiro a criação do neoliberalismo, pode prejudicar a análise como um todo. A criação da sociedade de Mont-Pèlerin, trata-se, então, de um prolongamento da iniciativa de 1938, que foi a primeira tentativa de criação de uma “internacional” neoliberal. A ideia decisiva do Colóquio foi que o liberalismo clássico era o principal responsável pela crise que se passava. Os erros de governo, aos quais favoreceram o planismo e o dirigismo, consistiam essencialmente em confundir as regras de funcionamento de um sistema social com leis naturais intangíveis.

Assim, longe de condenar por princípio a intervenção do Estado, trouxe a originalidade de substituir a alternativa da “intervenção ou não intervenção” pela questão sobre qual deve ser a natureza das suas intervenções. Especificamente classificar as intervenções como legítimas ou ilegítimas. No que se refere ao *Laissez Faire*, é ambíguo e serve apenas para deformar os princípios sobre os quais explicam a política liberal. Dessa forma, será mais relevante o caráter da atividade do governo do que seu volume. Assim, a repetição dessas formulações do velho liberalismo, e as críticas com relação a insuficiência do modelo, foram colocadas no Colóquio e compartilhadas pelo principal responsável pelo renascimento liberal após a Guerra – Hayek.

O que Pierre Dardot e Christian Laval (ano) alertam é que apesar da proximidade entre as críticas, não implicam em comunhão de visões sobre a natureza das intervenções do Estado bem como a legitimidade das mesmas. O que se verifica é um desacordo persistente, primeiramente que parece ser apenas terminológico, mas, que refere-se a palavra “Social”. Verifica-se uma discordância literal com relação ao liberalismo alemão, pois Hayek acreditava que o erro dessa corrente era alimentar uma confusão conceitual entre as condições da ordem de mercado e as exigências morais da justiça. Desse modo, compreende-se que a posição de Hayek sobre a questão da legitimidade da intervenção governamental nas questões

tidas como sociais é negativa. Seus trabalhos deixam isso claro e verifica-se uma rejeição de princípio a qualquer forma de atribuição ao governo de objetivos sociais, pelo fato de que tais objetivos poderiam implicar numa concepção artificial da sociedade. Tal concepção significa dizer que a sociedade poderia ser dirigida para fins coletivos susceptíveis de ser positivamente definidos.

Com intuito de clarear o pensamento de Hayek, convém introduzir a diferenciação entre o natural (que é independente da ação humana) e o artificial (o que procede diretamente da vontade humana), com o surgimento de uma classe intermediária: que seria uma classe de fenômenos correspondente a todas as estruturas que são independentes de qualquer intenção e ainda assim, resultantes da ação humana. O ganho conceitual com a tripartição é importante porque permite pensar a ordem específica que constitui o mercado: a ordem de mercado é, sendo assim, uma ordem espontânea e de alguma forma uma ordem artificial. E é importante ressaltar que esta é a tese principal do pensamento de Hayek que vários aspectos. Em primeiro, não se deve criar confusão entre ordem de mercado e economia. Sendo que ao contrário da economia, a ordem de mercado é independente de qualquer objetivo em particular, por esta razão, pode ser utilizada para perseguir inúmeros objetivos individuais divergentes e até opostos. Desse modo, não possuem objetivos comuns, porém, possuem conciliação de diferentes objetivos com benefício mútuo de participantes.

No que se refere ao segundo aspecto, verifica-se que a coesão da ordem de mercado é possibilitada por regras formais que valem precisamente em razão de sua generalidade. Desse modo, a ordem de mercado pode ser caracterizada por ser regida pela lei (nomocracia) e não pôr um fim ou fins (teleocracia).

No que tange ao terceiro aspecto, é que a própria sociedade não é compreendida à ordem do espontânea. Não pode ser reduzida a uma ordem de mercado mesmo que se encontrem nela ordens espontâneas como organizações ou ordens construídas, como família, empresas, instituições públicas e o próprio governo. Assim, nessa ordem de conjuntos que constitui a sociedade, a ordem de mercado encontra-se em local de destaque (DARDOT, LAVAL, 2016).

Com efeito, a concepção da ordem de mercado como ordem espontânea, corrobora com outra tese, também central do pensamento de Hayek, a da divisão do conhecimento. Tal tese apregoa que os indivíduos possuem conhecimentos limitados e fragmentados e por que razão, ninguém pode afirmar que detém em um dado momento, o conjunto do conhecimento que na realidade está disperso nos milhões de indivíduos que

compõem a sociedade. Porém, em função do mecanismo de mercado, esses fragmentos são combinados e, tal combinação, gera resultados em toda a sociedade e não poderiam ser gerados de forma deliberada pela via de uma direção consciente. De acordo com tal pensamento, isso só é possível na medida em que, numa ordem de mercado, os preços desempenham o papel de vetores de transmissão de informações.

Tal pensamento de Hayek, se opõe à teoria do equilíbrio geral proposta por Léon Walras, em termos de doutrina econômica. Sendo que a teoria do equilíbrio propõe agentes perfeitamente informados de todos os dados que seriam necessários para a tomada de decisão e a hayekiana presume a situação de incerteza em que o mercado coloca os agentes econômicos. Rememora-se que a concepção hayekiana resgata de forma original uma das ideias forças do liberalismo smithiano, onde a metáfora da “mão invisível”, se refere a impossibilidade de uma totalização do processo econômico, ou seja, uma inconsciência benéfica (DARDOT, LAVAL, 2016).

Ressalta-se que no âmbito do direito, se faz necessário explicar resumidamente que dentre os três atributos da Lei (generalidade, certeza, igualdade), o terceiro é que evidencia mais plenamente o pensamento hayekiano, onde o ideal do Estado de direito confunde-se com o ideal de uma sociedade de direito privado. E é nesse ponto que o neoliberalismo vai além do pensamento liberal clássico, ou seja, no que se refere ao princípio do controle da autoridade política.

Pierre Dardot e Christian Laval resgatam David Hume para explicar que ao fazer das leis gerais e iguais às quais os órgãos do governo devem conformar-se com o princípio de uma limitação a fim de que não se tornem absolutas, porém, não informa ao certo em algum momento que as Leis devem conformar-se ao modelo de regras do direito privado, ao passo em que confunde tais leis com as regras de justiça ou leis da natureza (estabilidade das posses, transferência por consentimento, cumprimento da promessa). O mesmo vale para John Locke no que se refere ao imperativo de igualdade somente na medida em que este se aplique à indivíduos definidos por sua situação social (rico e pobre, cortesão e camponês) e não a aplicação por parte do Estado de uma regra do Direito Privado. (DARDOT, LAVAL, 2016)

Portanto com a extensão do Direito Privado para o Estado, temos como consequência, sob o ponto de vista hayekiano, é que: “o poder político somente poderá intervir na esfera privada e protegida de uma pessoa para punir uma infração cometida contra uma regra promulgada”. Desse modo, não cabe ao Estado “dar ordens”, ou seja, prescrições relativas a um fim determinado, cabendo a ele apenas, velar pelo respeito às regras de conduta



justa que são válidas para todos. Sendo, exatamente esse dever de proteção da esfera privada de todos os indivíduos que, em caso de violação das regras por parte de um indivíduo, cabe ao Executivo intervir na esfera desse indivíduo, a fim de se aplicar a sanção penal. Fora tal questão, não cabe as autoridades governamentais, nenhum poder discricionário que permita invasão na esfera privada de um cidadão. O ponto fundamental dessa questão é a preservação da ordem de mercado, onde o elemento de suma importância da “confiança”, reside no fato de que o indivíduo possa contar com a aptidão do Estado para que as regras gerais sejam respeitadas. Com efeito, a certeza proporcionada pelo quadro jurídico deve compensar a incerteza inerente a situação do indivíduo dentro da ordem espontânea da mesma forma que a ordem de mercado (DARDOT, LAVAL, 2016).

A segunda consequência da subordinação do poder governamental se dá na medida em que esse princípio constitui uma limitação apenas para as ações coercitivas do governo, onde um campo inteiro de atividades é deixado para o Estado, sendo tais atividades não coercitivas. Enfatiza-se que tais atividades são na verdade todos os serviços que são nitidamente desejáveis, porém não são fornecidos por empresas concorrenciais, seja por não haver interesse, seja porque são difíceis de seus beneficiários pagarem. Porém tudo que se refere a um controle ou uma discriminação arbitrária entre as pessoas é abolido. Todo o controle de preços e quantidade de produção deve, também, ser exterminado, pela mesma razão: “arbitrário e discricionário” e, portanto, impede que o mercado possa funcionar corretamente. Assim, a busca de que o Estado intervenha numa distribuição de renda justa, está em contradição formal com a regra do estado de Direito, na perspectiva neoliberal. Muito relevante a explicação de que o fato do governo “tentar” assegurar “fora do mercado” que exista uma proteção contra a miséria extrema de todos aqueles que são incapazes de estarem no mercado, não implica em nada numa restrição da liberdade. Muito pelo contrário, permite a inserção destes no mercado através do consumo. Assim, entendemos que o neoliberalismo não só não exclui o Estado, como pede a sua intervenção. De modo que essa intervenção seja praticada como uma arbitragem nas “regras do jogo”.

Na perspectiva de David Harvey (2011), o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de Direito e as Instituições de Mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Desse modo, os arranjos institucionais são fundamentais para a garantia das liberdades individuais, sendo o arcabouço legal disso, obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente negociados no

âmbito do mercado. Reitera-se então, que o Estado deve utilizar seu monopólio dos meios de violência para assegurar a todo custo a liberdade do mercado.

Com relação à democracia, existe uma suspeita por parte dos teóricos neoliberais, haja vista que a governança pelo regime da maioria, pode ser um risco aos direitos individuais e a liberdade constitucional. Desse modo, só seria possível a sua instauração, com a forte presença da classe média para garantir a estabilidade política. Notadamente, a governança deve ser exercida pela elite, com preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial do que decisões parlamentares e democráticas. Com efeito, a teoria neoliberal está centrada no regime de Direito e na interpretação estrita da ordem constitucional, sendo que a resolução para qualquer problema deve ser buscada por via do sistema legal, conforme explicado com base em Pierre Dardot e Christian Laval (HARVEY, 2011).

Cabe então destacar, como contradições da doutrina neoliberal, destaca-se que: 1) apesar de que se espera que o Estado Neoliberal assumira um poder secundário e simplesmente monte o cenário para as funções do mercado, espera-se também, que ele seja ativo na criação de um ambiente de negócios favoráveis e que se comporte como entidade competitiva na política global. Desse modo, deve funcionar como corporação coletiva, o nos traz o problema de como garantir a lealdade dos cidadãos. Pode-se citar o nacionalismo como solução, todavia, é completamente antagônico com o sistema. Diversos exemplos, quer seja na União Europeia, Mercosul, Tratado Norte Americano de Livre Comercio (NAFTA), Associação dos países do Sudoeste Asiático (ASEAN), podem ser citados para ilustrar o fato de que o nacionalismo necessário para que o Estado funcione de forma efetiva como entidade corporativa e competitiva no mercado mundial, atrapalha as liberdades de mercados mais gerais; 2) outro ponto, contraditório, é o autoritarismo na colocação em prática do mercado não combina com os ideais de liberdade individual. Quanto mais o neoliberalismo impõe seu princípio mais essencial, mais difícil se torna de manter sua legitimidade, o que acaba revelando suas nuances antidemocráticas. 3) ao ponto em que possa ser essencial preservar a integridade do sistema financeiro, o individualismo irresponsável de operadores no seu âmbito produz volatilidade especulativa, escândalos financeiros e instabilidade crônica. A desregulamentação do sistema financeiro facilita comportamentos que exigem re-regulação para evitar crises; 4) apesar das virtudes de a competição receberem prioridade máxima, a realidade mostra uma crescente consolidação do poder oligopolista e monopolista e transacional nas mãos de poucas transacionais centralizadas; 6) o ímpeto para a liberdade de mercado e mercadificação de tudo, pode sair como vemos, repetidas vezes, do controle,

produzindo incoerência social. A destruição das formas de solidariedade social deixa a coesão social com um imenso hiato. Desse modo, inevitavelmente, se busca formas de associação com o intuito de reconstrução da solidariedade social, o que explicaria o renascimento do interesse pela religião e pela moralidade, por novas formas de associacionismo, e, ao mesmo tempo, o retorno a antigas formas políticas como: fascismo, nacionalismo, localismo, para citar alguns (HARVEY, 2011).

Na perspectiva de Guy Standing (2013), que realiza uma recuperação de dados históricos para entendimento do conceito de precarização, no final dos anos 1970, um grupo de jovens pensadores sociais e econômicos que seriam chamados mais tarde de “neoliberais”, percebeu que suas opiniões estavam sendo ouvidas depois de serem ignoradas por décadas. Tais jovens cientistas criticavam o Estado intervencionista, que equiparavam a governo centralizado, com seu planejamento e seu aparato regulatório. Desejavam e enxergavam o mundo cada vez mais aberto, onde o investimento, o emprego e a renda fluiriam para onde as condições fossem mais receptivas. O grande argumento da época era que a menos que os países europeus reduzissem os títulos de crédito, que haviam se acumulado desde a segunda Guerra Mundial e que a força dos sindicatos fosse reduzida, a “desindustrialização” se aceleraria, o desemprego aumentaria, o crescimento econômico seria mais lento, o investimento diminuiria. Margaret Thatcher e Ronald Reagan, foram os expoentes políticos dos neoliberais. Cabe utilizarmos uma frase de Thatcher que resume o neoliberalismo e a sociedade neoliberal que nos transformamos: *“A economia é o método, o objetivo é mudar a alma”*.

Com efeito, analisando a dimensão produtora do neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) apregoam que a crise de 2008 não é apenas uma consequência do “excesso de finanças”, um efeito da “ditadura dos mercados” ou “uma colonização dos Estados pelo Capital”, classificam a crise de 2008 como uma crise global do neoliberalismo como “modo de governar as sociedades”. Desse modo, os autores analisam que a crise mundial de 2008, seja a do euro, classificadas como monetárias e orçamentárias, seja a crise das *subprimes*, que pode ser classificada como uma transição entre uma crise da dívida privada e uma crise da dívida pública, sob o efeito de mercados especulativos sem controle, tratam-se na verdade de uma crise geral da governabilidade neoliberal. Ou seja, uma crise geral de um modo de governo das economias e das sociedades baseado na generalização do mercado e da concorrência.

Desse modo, a crise estaria ligada de forma profunda com as medidas que foram tomadas no fim da década de 1970, onde introduziu-se na esfera das finanças norte-americanas e mundiais, novas regras baseadas na generalização da concorrência entre as instituições bancárias e os fundos de investimento. Assim, o aumento dos riscos foi espalhado por toda a economia para que pudesse haver o embolso de lucros especulativos enormes. Os autores afirmam então, que a financeirização do capitalismo em escala mundial é apenas um dos aspectos de um conjunto de normas que envolveram de forma progressiva todos os aspectos da atividade econômica, da vida social e da política dos países desde o fim da década de 1970 (DARDOT, LAVAL, 2016).

Com efeito, verifica-se a similaridade entre as crises norte-americana e europeias, no sentido de que se a americana mostrou as bases instáveis e desigualitárias funcionava o capitalismo mundial (especulação cínica das finanças de mercado, sucessão de bolhas cada vez maiores, polarização das finanças de mercado, sucessão de bolhas cada vez maiores, polarização cada vez maior entre as classes, submissão à dívida bancária das populações das classes pobres e dos países periféricos), a europeia mostrou que os fundamentos da construção continental (a ordem da concorrência livre e não distorcida), conduzem a assimetria cada vez maiores entre os países mais ou menos competitivos. Tal razão se dá por que a máxima da “competitividade”, que é tida como única solução para todas as questões, foi a principal causa para a crise europeia. Os autores exemplificam então, que a corrida pela competitividade realizada pela Alemanha a partir dos anos 2000, nada mais é do que uma implementação dos princípios inseridos na Constituição Europeia, onde a competição entre as economias, combinadas com a existência de uma moeda única gerida por um banco central também único e que garante a instabilidade dos preços, constitui na verdade, a base o eixo das políticas nacionais (DARDOT, LAVAL, 2016).

Desse modo, todo país pode então, exercer o *dumping* fiscal para atrair multinacionais e contribuintes ricos, assim como, diminuir salários e a proteção social a fim de criar empregos, baixar os custos de produção deslocando toda a sua produção, reduzir despesas públicas com educação e saúde a fim de reduzir descontos compulsórios. Ou seja, com a finalidade de se tornar mais competitivos, os países são livres para aplicar a norma da “competitividade”, em todos os setores da ação pública, a todos os domínios da vida social. Assim, a implantação de tal normal, torna a demanda menor, a concorrência entre os assalariados dos países europeus e dos outros países do mundo maior, resultando em deflação e aumento da desigualdade social de forma constante.

Assim, os autores refletem ainda que a busca incessante e fanática pela austeridade fiscal por parte dos governantes e especialistas em governo, da união europeia e FMI, torna-se muitas vezes incompreensível se não entendermos que trata-se de uma norma e de que os mesmos estão presos a um quadro normativo, mundial, composto de regras e normal e “consensos” com valor de compromisso para o futuro. Assim, tais planos de austeridade, diminuem a renda da grande massa da população e são inseparáveis da vontade de gerir as economias inseridas nesse contexto global.

Com efeito, Dardot e Laval (2016) afirmam que o neoliberalismo é um sistema de normas que está hoje profundamente inserido nas práticas governamentais, nos estilos gerenciais e nas políticas institucionais. Sem contar que se trata de um sistema “resiliente” no que se refere a exceder e muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital, além de produzir uma subjetividade contábil pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos. Essa nova subjetividade, é tratada como uma mais “bem elaborada” subjetivação capitalista, ao qual os autores denominam de “subjetivação contábil-financeira”. Desse modo, os autores explicam que o sistema busca criar uma relação do sujeito individual com ele mesmo, que seja análoga à relação do capital com ele mesmo, ou seja, um “capital humano” que deve crescer infinitamente, valorizando-se cada vez mais. Tal qual acontece na relação do capital com ele próprio.

Acredito, que a grande contribuição dos filósofos é a percepção de que não se trata de combater teorias “falsas” ou denunciar condutas imorais, mas, é todo um quadro normativo que precisaria ser revisto e desmantelado, para que assim, fosse ser substituído por uma outra “razão do mundo”. Porque o que se vê no atual sistema e corroborando com o título da obra em análise, é que se trata da “Nova Razão do Mundo”, onde todos os aspectos da vida humana estão subordinados a esse “modo de vida”.

Analisando a crise na perspectiva de Standing (2013), que trata especificamente sobre a precarização do trabalho em sua obra, o autor concorda que o diagnóstico dos neoliberais em parte fazia sentido, o problema é que o prognóstico era insensível e, ao longo dos 30 anos seguintes, o que o autor denomina de tragédia, foi agravada pelo fato de que partidos políticos socialdemocratas, que construíram o sistema que estava sendo questionado pelo neoliberalismo, acataram tanto o diagnóstico quanto o prognóstico.

Ainda de acordo com o referido autor, uma das proclamações neoliberais, que acabou se consolidando na década de 1980, foi que os países tinham que buscar flexibilizar o mercado de trabalho. Ou seja, caso os mercados de trabalho não se flexibilizassem, os custos

trabalhistas aumentariam e as corporações transfeririam a produção e o investimento para locais onde os custos fossem mais baixos. Tal flexibilização, possuía muitas dimensões: flexibilidade salarial que significava acelerar ajustes e mudanças na demanda, para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício que significava agilidade e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, implicando uma redução de segurança para o empregado; flexibilização do emprego que significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com custos mínimos; flexibilidade de habilidade que significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores. O autor acrescenta que a medida que ocorria a globalização e os governos e corporações se coligavam mutuamente para tornar as relações trabalhistas mais flexíveis, o número de pessoas em regime de trabalho flexível aumentava.

Porém, num ensaio sobre a sociedade neoliberal, Pierre Dardot e Chistian Laval em obra realizada após a crise de 2008, afirmam que o neoliberalismo foi interpretado erroneamente como se fosse ao mesmo tempo uma ideologia e uma política econômica diretamente inspirada em tal ideologia. Assim, nesse ponto de vista, de que tal ideologia seria constituída como por uma identificação do mercado com uma realidade natural e que bastaria deixar essa realidade por sua própria conta para que ela pudesse alcançar o equilíbrio, estabilidade e crescimento, apresenta-se como uma reabilitação pura e simples do *laissez-faire* (DARDOT; LAVAL, 2016).

O que os autores brilhantemente nos trazem, não é a constatação da existência e difusão dessa ideologia, tampouco negar que ela tenha alimentado as políticas econômicas de Reagan e Thatcher e no adepto mais fiel desses últimos, Alan Greenspan, mas, acrescenta, na análise atual, que houve um erro em confundir a representação ideológica que acompanha a implantação das políticas neoliberais com a normatividade prática que se caracteriza propriamente o neoliberalismo. Assim, afirmam que o relativo descrédito que atinge hoje a ideologia do *laissez-faire* não impede que o neoliberalismo predomine mais do que nunca como sistema normativo dotado de certa eficiência, ou seja, capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas, e, para além deles, de milhões de pessoas que nem tem consciência disso. Desse modo, os autores questionam: “como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, estão essas cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? Acrescentando que essas políticas há mais de trinta

anos, vem se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais.

Para os filósofos, não podemos limitar o neoliberalismo apenas aos aspectos negativos, ou seja, à destruição programada das regulamentações e das instituições. Até porque, ele não destrói apenas regras, direitos, instituições, mas, cria também, certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Assim, define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e nas sociedades que seguem o caminho da “modernidade”. Através dessa “norma” de vida, cada um de nós está submetido a viver num universo de competição generalizada, íntima, constante, onde os assalariados e as populações entram em luta econômica uns contra os outros, onde as relações sociais seguem um modelo de mercado, com as desigualdades sociais mais profundas justificadas. Sistema esse, que muda até o indivíduo e o obriga a comportar-se como uma empresa. Tal sucesso normativo é composto de aspectos político (a conquista do poder pelas forças neoliberais); aspectos econômicos (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado); seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres) e seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas).

Os filósofos Dardot e Laval (2016), também apontam para a complexidade do neoliberalismo e a necessidade de se conhecê-lo a fundo, pois, qualquer tentativa de combatê-lo, necessita antes de mais nada, de uma análise “lúcida”. Assim, afirmam que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um tipo de política econômica, haja vista que transformou profundamente o capitalismo e as sociedades. As crises não são capazes de detê-lo, uma vez que aparecem para a classe dominante como uma oportunidade de auto fortalecimento. Com o mesmo, apesar de todos os desastres que engendra, as crises não são um meio de limitação como ocorreu com o capitalismo no século XX (Crises de 1930, especificamente), mas, um meio de prosseguir com cada vez mais vigor na sua trajetória de ilimitação. Nesse sentido, o capitalismo não parece mais ser capaz de encontrar compensações, contrapartidas, compromissos. Tal afirmação pode ser exemplificada com a maneira encontrada para superação provisória da crise de 2008, com a inundação de moeda especulativa emitida pelos bancos centrais, mostra que a lógica neoliberal escapa de maneira extraordinariamente perigosa.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) alertam que o acúmulo de tensões e problemas não resolvidos, o reforço de tendências desigualitárias e desequilíbrios

especulativos preparam dias cada vez mais difíceis para as populações e tornam qualquer inflexão das políticas conduzidas muito difíceis de serem tomadas ou em muitos casos, impossíveis, no âmbito do próprio sistema. Tal constatação, se dá particularmente pela ideia muito particular de *democracia* que é apregoada pelo sistema. A referida ideia surge de uma “antidemocratismo”, onde o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle, mesmo sob a forma de sufrágio universal. Nesse sentido, essa seria a principal razão pela qual a lógica não controlada de auto fortalecimento e radicalização do neoliberalismo, obedece hoje, a um cenário que não é o dos anos 1930, quando ocorreu uma revisão das doutrinas e das políticas do “laissez-faire”. A forma “fechada” com a qual o sistema se dá, impede qualquer autocorreção de sua trajetória, principalmente, em razão da desativação do jogo democrático e até mesmo, sob certos aspectos, da política como atividade.

Sob esta ótica, o confronto político com o sistema se torna inevitável, porém, também de forma problemática, uma vez que se torna muito difícil reunir forças e condições para tanto. O sistema em análise é instaurado por forças e poder que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais, formam uma coalização de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Inegavelmente, a relação de forças pende para o bloco oligárquico.

Logicamente que além dos fatores sociológicos e políticos, a própria mobilização social é enfraquecida pela lógica do sistema, uma vez que os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. Assim, as formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade do emprego, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. Existe uma polarização entre os “bem sucedidos” e dos que “desistem” e tal relação mina a solidariedade e a cidadania.

### **2.2.2. Neoliberalismo no Brasil**

O professor Luiz Filgueiras realiza um reconstituição dos processos econômicos e sociais que levaram a transformação política do neoliberalismo brasileiro, com ênfase nas: 1) forças sociais que formam a base de apoio e sustentação, evidenciando as distintas frações de classe -hegemônicas e subordinadas, que passaram a compor o novo bloco de classe



dominante, suas contradições e questões internas; 2) as mudanças estruturais que levaram a configuração de um novo modelo econômico, os ajustes realizados, a partir de 1999, no mecanismo do seu funcionamento e nas políticas econômicas adotadas, não com a intenção de eliminar e sim diminuir a sua grande instabilidade macroeconômica intrínseca; 3) as grandes consequências sociais e políticas decorrentes desse processo, em especial o impacto político-ideológico sobre as classes trabalhadoras e suas representações políticas.

Em seu texto, o autor reitera que o Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. E tal questão se deu devido à dificuldade alinhar diversos interesses das diversas frações do Capital, presente no modelo de substituição de importações e de outra a intensa atividade política desenvolvida pela classe trabalhadora na década de 1980, que teve como fatos mais relevantes a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, na criação da Central Única dos Trabalhadores e na realização de cinco grandes greves gerais entre os anos de 1983 e 1989. (FILGUEIRAS, 2006)

Ainda de acordo com o Professor Filgueiras, tal cenário mobilizou os trabalhadores em termos políticos e ultrapassou os limites do economicismo ao ameaçar o poder das classes dominantes, porém, não conseguiu tornar hegemônico seu projeto nacional, democrático e popular, acabou possibilitando em determinado momento a unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, apesar das contradições e disputas internas, em virtude do temor das mesmas de perderem o controle político da sociedade.

O projeto neoliberal foi se fortalecendo durante a crise que se estabeleceu nos anos 1980, com o fracasso do Plano Cruzado – bem como demais planos que se seguiram na metade da década em questão. Assim, ao longo dos embates travados na Assembleia Constituinte de 1988, o projeto neoliberal foi passando do campo meramente doutrinário para se constituir um programa político, com a formação de uma concepção de que a crise tinha um caráter estrutural e que o projeto neodesenvolvimentista era incapaz de responder aos problemas por ela colocado.

Sendo assim, esse processo culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. Assim sendo, na medida que ocorreu a vitória desse projeto, houve a expressão ao mesmo tempo em que se estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de expor também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos

internacionais de capitais. Houve também a reconfiguração do bloco dominante e a fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros. (FILGUEIRAS, 2006)

Desse modo, a nova configuração faz parte da fração hegemônica do bloco dominante: o capital financeiro internacional expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimento e dos grandes bancos dos países desenvolvidos – os grandes grupos econômicos financeiros nacionais que conseguiram sobreviver até então ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação subordinada aos capitais estrangeiros e o capital produtivo multinacional. Notadamente, todos eles aumentando suas respectivas influências no bloco dominante.

O autor reitera a importância da distinção entre a lógica financeira, que é a lógica geral capitalista desde sempre e que constitui a fase do desenvolvimento do sistema em escala nacional e internacional, das formas institucionais assumidas pelo capital financeiro, que irão definir quem assume concretamente esse processo e que articulará os mais diversos interesses a partir do domínio, controle e propriedade de instituições financeiras.

Nesse sentido, Professor Filgueiras explica que apesar da maioria dos grandes grupos econômicos brasileiros não estarem ligados na sua totalidade, organicamente ao capital financeiro internacional, esses grupos se beneficiam da especulação e do financiamento da dívida pública ganhando também com as elevadas taxas de juros.

Além disso, o projeto neoliberal brasileiro e sua política têm como importante aliado, a classe média alta, novos ricos que rejeitam qualquer coisa parecida com um Estado do Bem-Estar Social, do qual não se beneficiariam.

O autor analisa que a demora no projeto neoliberal se impor no interior das classes dominantes, foi devido a complexidade da estrutura produtiva do país. Nessa perspectiva, a contradição principal se referia ao processo de abertura do comercial que teria impacto direto, mas, de forma diferenciada os diversos ramos da produção industrial e agroindustrial. A expressão dessa contradição se deu pela abertura como instrumento para controle da inflação, ou como alternativa, deveria se constituir através de uma política industrial ativa, num instrumento de modernização e aumento da competitividade da estrutura produtiva do país (que foi o pleito da maioria do empresariado industrial).

Nesse sentido, o processo de abertura comercial e financeira demandada pelos capitais financeiros nacionais e internacionais se deram em três momentos desde o início da década de 1990, que foram: uma fase inicial bastante turbulenta para implantação das ações concretas de

natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC) e; por último uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, onde a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (Segundo Governo FHC e Governo Lula).

De forma mais específica, o Professor Filgueiras continua sua análise afirmando que o Governo Lula deu prosseguimento à política econômica implementada pelo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Além disso, recolocou em pauta a continuação das reformas neoliberais – implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas. Além disso, houve alteração na constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central, a fim de dar sequência a uma nova fase de privatizações, com a chamada Parcerias Público Privadas – PPP, no intuito de melhorar a infraestrutura do país - uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Ademais, a fim de complementar o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas, ou seja, assistencialistas.

### **2.2.3. A flexibilização é o método o objetivo é precarização do trabalho**

Para Giovanni Alves (2013) a crise da década de 1970, trata-se de uma primeira recessão generalizada da economia mundial desde 1945 e momento em que o sistema mundial do capital acelerou seu processo de reestruturação orgânica.

David Harvey (2008), reitera que a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do Petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação”, que seria a estagnação da produção de bens e alta inflação de preços, e colocou em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Por essa razão, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Tais experiências puderam representar os primeiros

ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

O autor afirma que essa mudança na organização industrial e na vida social, a qual denomina de *acumulação flexível*, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Tal transformação é marcada e apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. É caracterizada também, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A experiência em questão, envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando um grande movimento no “setor de serviços”, além de conjuntos industriais completamente novos em regiões até então tida como “subdesenvolvidas” (o autor cita a “terceira Itália, Flandes, os vários vales e garganta do Silício como exemplos). Do mesmo modo, a experiência envolve um novo movimento no mundo capitalista, que Harvey (2011) denominou: “compressão do espaço tempo”, onde os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda de custos de transporte, possibilitaram a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.

O autor explica ainda, que, o aumento desses poderes de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (com exceção de Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. Assim sendo, o trabalho organizado foi modificado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que precisavam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. Dessa forma, o autor conclui que a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural (em oposição ao “ficcional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical.

Ainda contextualizando a transformação capitalista da década de 1970, Harvey (2008), afirma que o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucratividade, os empresários aproveitaram o enfraquecimento do poder sindical e grande

quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. O autor relata a dificuldade criada pela dita flexibilidade em elaborar um quadro geral, haja vista que cada empresa possui suas próprias especificidades e tais contratos visam exatamente se adequar a cada particularidade da empresa. Dessa forma, mesmo para os que têm empregos regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que tem em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas, obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda (o que chamamos de banco de horas), vem se tornando cada vez mais comuns. Além do que, mais importante ainda, é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2008).

Esses arranjos de empregos flexíveis não criam por si só uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode as vezes ser mutuamente benéfica. Porém, os efeitos agregados, quando se considera a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo e principalmente no longo prazo.

Harvey analisa ainda, que a transformação da estrutura de mercado de trabalho teve como paralelo, mudanças de igual importância na organização industrial. O autor exemplifica que a subcontratação (que aumentou em 70% nas empresas britânicas entre 1982 e 1985), abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista, revivam e floresçam, mas, agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo.

O autor continua sua análise, relatando que o retorno de formas de produção que envolvem exploração em cidades como Nova York, Los Angeles e Londres, se tornou objeto de comentários na metade dos anos 70 e aumentou significativamente nos anos 80. O crescimento de forma acentuada e rápida de economias “negras”, “informais” ou “subterrâneas” também é objeto de análise em todo mundo capitalista avançado, levando alguns estudos a perceber uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiromundistas’ e capitalistas avançados. Todavia, a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de antigos arranjos, se apresentam de forma diferente em diferentes lugares. Em alguns lugares representam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas discriminadas, em outros casos, representam apenas grupos de imigrantes tentando ser inserido no sistema mundo capitalista. Existem

também os grupos que visam a sonegação de impostos ou o atrativo de altos lucros no comércio ilegal. Em todos esses casos, o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego, analisa Harvey (2008).

O autor rememora que as formas de organização da classe trabalhadora, dependiam bastante do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis, sendo por muitas vezes difícil ter acesso aos sistemas de trabalho familiares e domésticos. Assim, reitera-se que os sistemas paternalistas são territórios difíceis para a organização dos trabalhadores, por razão de serem mais propensos a conseguirem corromper o poder sindical (caso exista de fato), do que consigam que seus empregados tenham acesso à política de bem-estar do padrinho.

Assim, as novas técnicas e novas formas organizacionais de produção puseram em risco os negócios de organização tradicional, espalhando uma onda de bancarrotas, fechamento de fábricas, desindustrializações e reestruturações que ameaçou até as corporações mais poderosas. A maior razão para tanto, foi que a forma organizacional e a técnica gerencial apropriadas à produção em massa padronizada em grandes volumes, nem sempre eram convertidas com facilidade para o sistema de produção flexível, que apregoava a solução de problemas rápidas, as respostas rápidas, e, com frequência, altamente especializada. Com efeito, onde a produção podia ser padronizada, mostrou-se difícil parar o seu movimento de aproveitar-se da força de trabalho mal remunerada do terceiro mundo criando ali o “fordismo periférico”.

David Harvey (2008) aponta ainda, que as economias de escala, buscadas na produção fordista, foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. Foi a derrota da economia de escala pela economia de escopo, proposta com o surgimento do toyotismo. As empresas que adotavam o fordismo, podiam até adotar novas tecnologias e processos de trabalho, mas, na maioria dos casos, a pressão pela competitividade e pelo controle do trabalho eram tão intensos, que a saída era o surgimento de formas industriais completamente novas ou a integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento de competição e de riscos. A flexibilização atende a uma vigência produtiva.

Em bem verdade, esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala, ao mesmo tempo que dependeram dela. Em condições

recessivas e de aumento da competição, o impulso de explorar essas possibilidades, se tornou fundamental para a sobrevivência. Com o surgimento do *just in time*, o giro dos estoques foi reduzido de forma dramática. Notadamente, a redução do giro da produção não seria nada sem a redução do giro no consumo. A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidade e qualidades inferiores de uma estética pós moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

David Harvey (2008) apregoa ainda, que essas mudanças na ponta do consumo associadas a mudanças na produção, na reunião de informações e no financiamento, parecem estar na base de um notável aumento proporcional do emprego no setor de serviços a partir do início dos anos 70.

Assim, tudo isso valorizou o empreendedorismo inovador e esperto, estimulado pelos atrativos da tomada de decisões rápidas, eficientes e bem fundamentada. Dessa forma, o aumento da capacidade de dispersão geográfica de produção em pequena escala e de busca de mercados de perfil específico não levou necessariamente à diminuição do poder corporativo. Assim, à medida que a informação e a capacidade de tomar decisões rápidas num ambiente incerto, competitivo e efêmero, se tornaram cruciais para os lucros, a empresa organizada possui vantagem competitiva perante os pequenos negócios. A acumulação flexível levou à um grande número de fusões e ao aumento de monopólios, em setores como: aviação, energia e serviços financeiros.

O autor salienta ainda que discorda de autores que sugerem que o capitalismo está desorganizado, enfatizando que na realidade está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional. A organização mais coesa e a centralização implosiva foram alcançadas por dois desenvolvimentos paralelos. Em primeiro, as informações precisas e atualizadas são agora mercadoria muito valorizada. O acesso à informação e a capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. A ênfase na informação, também gerou um amplo conjunto de consultorias e serviços altamente especializados capazes de fornecer informações quase minuto a minuto sobre tendências do mercado e auxiliando as decisões corporativas. Da mesma forma que o acesso ao

conhecimento científico e técnico sempre teve importância para a competição empresarial, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis, o conhecimento da última técnica, da última descoberta científica, do mais novo produto do mercado, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva.

O autor reitera que o segundo desenvolvimento foi ainda mais importante que o primeiro, e está ligado à completa reorganização do sistema financeiro global e à emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira. O movimento se deu de forma dual, onde, de um lado, tem-se a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global, e de outro, uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercado financeiro totalmente inédito. Tal ineditismo, se deu pela desregulamentação de um setor que, até então, era extremamente controlado e se tornou, na época, um requisito para a sobrevivência de todo o centro financeiro mundial, num sistema global altamente integrado, sendo coordenado pelas telecomunicações instantâneas. O resultado foi a criação, pela primeira vez, de um mercado único e global de dinheiro e de crédito.

David Harvey (2008) ressalta que a estrutura desse mercado financeiro reorganizado, atingiu um grau de complexidade tão alto que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas. As fronteiras entre funções distintas como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor, entre outras, tornaram-se cada vez mais porosas, à medida que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, dando a sensação de que o tempo futuro e o tempo presente são o mesmo. Tal confusão temporal foi associada ao crescimento do chamado “empreendedorismo de papéis”, onde alternativas de obter lucro não se restringiam apenas à produção pura e simples de bens e serviços. Tais técnicas variam da chamada “contabilidade criativa” à cuidadosa monitoração de mercados internacionais e condições políticas por multinacionais, de modo que possam tirar proveito das variações relativas dos valores das moedas ou das taxas de juro, chegando até à vigilância corporativa direta, seguida da apropriação dos ativos de corporações rivais ou mesmo sem nenhuma relação. O movimento de fusões e corporações dos anos 80, foi parte integrante dessa ênfase no empreendedorismo de papéis, porque, mesmo havendo, em alguns casos, empresas com atividades similares que justificassem racionalmente tal intento, ou até mesmo para diversificação de investimento, o mais comum era obter lucros estritamente financeiros, sem dar importância à produção real.



Na análise de Harvey (2008), os novos sistemas financeiros, implementados a partir de 1972, mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal. Assim, a acumulação flexível objetiva o capital financeiro como “poder coordenador” mais do que o fordismo fazia. Tal questão implica na potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes muito maiores do que antes, apesar de o sistema financeiro ter mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores lucrativos. Grande parte da fluidez, da instabilidade e do frenesi pode ser atribuída diretamente ao aumento dessa capacidade de dirigir os fluxos de capital para lá e para cá de maneiras que quase parecem desprezar as restrições de tempo e de espaço que costumam ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo.

Para o economista François Chesnais (1996), a mundialização financeira nasceu de um processo de interação entre o fortalecimento do capital privado – tanto industrial como bancário – e o crescente impasse nas políticas governamentais. Tal processo durou aproximadamente quinze anos, segundo o economista. O contexto em questão nasce em decorrência do “fim dos anos dourados”, ou seja, não pode ser compreendido fora da “crise no modo de produção fordista” e assim sendo, nasce das contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial e que haviam sido escondidas entre 1950 e a recessão de 1974. Desse modo, a reconstitutiva da massa de capitais, de forma financeira, como capital de empréstimo, só pode ser compreendida se levar-se em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção.

Assim, François Chesnais (1996) afirma que, com esses lucros não repatriados, não utilizados na produção, porém, depositados pelas Transnacionais norte-americanas em Londres, no setor *off-shore*, o mercado que denomina-se eurodólares deu um salto a partir de meados da década de 60, bem antes do “choque do Petróleo” e da recessão de 1974-1975. Desse modo, a experiência adquirida nesse período e as transferências financeiras realizadas para os países do Terceiro Mundo, a serviço da dívida, permitiram que as Instituições Financeiras aumentassem a pressão, com o intuito de obter, ao mesmo tempo, uma política monetária favorável aos interesses dos credores e uma maior liberalização financeira. Notadamente, os países precursores que reuniram condições políticas para tanto, foram os Estados Unidos e o Reino Unido.

Segundo David Harvey (2008), esse momento de transição do fordismo para a acumulação flexível, evocou na verdade, sérias dificuldades para teoria de toda espécie. Teóricos keynesianos, monetaristas e do equilíbrio parcial neoclássico parecem tão perturbados quanto todas as outras pessoas. Essa transição também trouxe sérios dilemas para os marxistas. Por essa razão, o autor nos rememora, com base em Marx, a teoria do capitalismo em geral, na tentativa de teorizar a acumulação flexível.

Em primeiro, o capitalismo é orientado para o crescimento e uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde do sistema econômico capitalista, haja vista que, só através do crescimento, os lucros podem ser garantidos, sustentando a acumulação do capital. Tal questão resulta que o capitalismo tem que preparar o terreno para uma expansão do produto em um crescimento em valores reais, onde as consequências sociais, políticas, geopolíticas e ecológicas são desprezadas (HARVEY, 2008).

Em segundo, o crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Notadamente, não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas, que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Com efeito, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. Dessa forma, em resumo, o capitalismo está fundado numa relação de classe entre capital e trabalho, em que o controle do trabalho é essencial para o lucro e, conseqüentemente, para a trajetória do desenvolvimento capitalista.

E, em terceiro lugar, o capitalismo é por necessidade, dinâmico no que se refere à tecnologia e à sua organização. Tal razão decorre em parte das leis coercitivas que direcionam os capitalistas individuais a inovações em sua busca de lucro. Porém, a mudança organizacional e tecnológica também tem papel relevante na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Assim sendo, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório se torna crucial para a perpetuação do capitalismo.

Assim, Marx foi capaz de mostrar que essas três condições necessárias do modo capitalista de produção eram inconsistentes e contraditórias, e que, por isso, a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa a crises. Na análise de Marx, não haveria uma maneira pela qual a combinação dessas três condições necessárias pudesse produzir um

crescimento equilibrado e sem problemas. Além disso, as tendências de crise do capitalismo apresentarem a tendência de produzir fases periódicas de superacumulação (HARVEY, 2008).

David Harvey (2008) explica ainda que a tendência da superacumulação nunca pode ser eliminada pelo capitalismo, uma vez que se trata de um eterno problema do modo de produção capitalista. Dessa forma, a única questão seria como exprimir, conter, absorver, ou administrar essa tendência de forma a não ameaçar a ordem social capitalista. Desse modo, o autor elenca escolhas reais realizadas pelo capitalismo, a fim de que a ordem social não vire um caos: 1) Desvalorização de mercadorias, de capacidade produtiva, do valor do dinheiro, muitas vezes associada a destruição direta, ou seja, medidas que fornecem formas de lidar com o excedente de capital. O autor simplifica, explicando que a desvalorização é a baixa ou cancelamento do valor dos bens de capital, liquidação dos estoques excedentes de bens ou a “erosão inflacionária” do poder do dinheiro, assim como a inadimplência das obrigações. A desvalorização possui também, um alto preço político e atinge amplos segmentos da classe capitalista, da classe trabalhadora e das várias classes sociais que formam a “complexa sociedade capitalista moderna”. 2) outra escolha seria o controle macroeconômico por meio da institucionalização de algum sistema de regulação, que pode conter o problema da superacumulação por um considerável período de tempo. O autor rememora que a virtude do período fordista-keynesiano foi a possibilidade do equilíbrio das forças, apesar de tênues, através do qual os mecanismos que causavam o problema de superacumulação (o ritmo de mudança tecnológica e organizacional, além da luta pelo controle do trabalho) pudessem ser mantidos sob suficiente controle para se garantir um crescimento equilibrado. De todo modo, foi necessária uma grande crise de superacumulação para ligar a produção fordista a um modo keynesiano de regulamentação estatal antes de se poder garantir, por um período prolongado, alguma forma de crescimento macroeconômico equilibrado.

3) E a terceira questão, é a absorção da superacumulação por intermédio do deslocamento temporal e espacial, oferece uma possibilidade mais duradoura de manutenção, todavia, mais complexo no que se refere a controlar a superacumulação, haja vista que: a) o deslocamento temporal envolve seja um desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros, seja uma aceleração de tempo de giro, para que a aceleração de um dado ano absorva a capacidade excedente do ano anterior. Para exemplificar, Harvey, utiliza a absorção do excedente de capital e de trabalho pela sua retirada do consumo corrente para os investimentos públicos e privados de longo prazo em instalações, infra-estruturas físicas e sociais etc. Tal razão se dá, por esses investimentos absorverem superávits no

presente apenas para devolver seu equivalente no tempo futuro. Porém, a capacidade de fazer essa transição, irá depender da disponibilidade de crédito e da capacidade em formar capital fictício. Assim, o capital é definido como capital que tem valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos; b) o deslocamento espacial compreende a absorção pela expansão geográfica do capital e do trabalho excedente. Dessa forma, o reparo social do problema da superacumulação promove a produção de novos espaços dentro dos quais a produção capitalista possa prosseguir no crescimento do comércio e dos investimentos diretos e no teste de novas possibilidades de exploração de força de trabalho. Nesse contexto, o sistema de crédito e a formação de capital fictício, sustentados pelo poder fiscal, monetário e, quando necessário, militar do estado, se tornam imprescindíveis influências mediadoras. Porém, o autor ressalta que na medida que a implantação progressiva do capitalismo na face da terra amplia o espaço no âmbito do qual pode surgir o problema da superacumulação, a expansão geográfica pode ser, na melhor hipótese, uma solução a curto prazo. Porém, o resultado no longo prazo será, com grande possibilidade, o aumento da competição internacional e inter-regional, com os países e regiões que têm menos vantagens sofrendo as mais severas consequências; c) sendo assim, os deslocamentos tempo-espaciais têm, de verdade, um duplo poder no que se refere à absorção do problema da superacumulação. Ou seja, na medida em que a formação de capital fictício é essencial ao deslocamento temporal e espacial, o que conta é a combinação das estratégias temporal e espacial.

O autor relembra que o fordismo utilizou o deslocamento espacial e temporal para resolver o problema de superacumulação no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra. Todavia, a crise do fordismo pode ser vista até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação. Tal esgotamento se deu na medida em que o deslocamento temporal estava acumulado de dívida sobre dívida até que a única estratégia governamental possível, foi afastar o problema através da monetarização. O fato se deu, na verdade, imprimindo-se tanto dinheiro que se disparou um surto inflacionário que reduziu radicalmente o valor real das dívidas passadas. Assim, o tempo do giro não podia ser acelerado facilmente sem a destruição do valor dos ativos de capital fixo. Novos centros geográficos de acumulação foram criados, e logo após, um conjunto de países recém industrializados. Com a maturação, esses sistemas fordistas de produção se tornaram centros de superacumulação novos, e, com frequência bastante competitivos. Dessa forma, a competição espacial entre sistemas fordistas geograficamente distintos se intensificou, com os

regimes mais eficientes e os de custo de mão de obra mais barato, levando outros centros a paroxismos de desvalorização através da desindustrialização.

Preocupados com a complexidade da crise dos anos 1960-70 e certos de que esta se reverberaria em todas as dimensões sistêmicas, os filósofos Dardot e Laval (2016) aprofundaram a investigação do sistema neoliberal e suas reverberações na sociedade, no trabalho, na organização social e nas relações interpessoais, percebendo-se muito além de uma perspectiva econômica. Aliás, os autores acreditam que ser reduzida apenas aos aspectos econômicos trata-se de uma visão “estreita” demais para poder captar a extensão das transformações sociais, culturais e subjetivas, que foram introduzidas pela difusão dos princípios neoliberais para toda a sociedade. Sob o ponto de vista dos autores em questão, o neoliberalismo não é só uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governabilidade.

Os autores elaboram uma análise sobre a crise de governabilidade dos homens, amparados em Foucault, que, intuitivamente, percebeu que o que se decidia nos anos em questão, era uma crise aguda das formas até então dominantes de poder. Desse modo, compreendeu-se que não poderiam ser isoladas as lutas dos trabalhadores das lutas das mulheres, dos estudantes, dos artistas e dos doentes e pressentiu que a reformulação dos modos de governo dos indivíduos nos diversos setores da sociedade, estavam encontrando com o neoliberalismo, uma possível coerência entre teoria e prática.

Dardot e Laval (2016) analisam a história do governo liberal e constatam que o que denominamos de economia desde o século XVIII, está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação de condutas, que seria denominado de “biopolítica”, que encontraram no neoliberalismo uma sistematização inédita. Desse modo, a concorrência e o modelo empresarial constituem um modo geral de governo, que vai, de acordo com esta análise, além da “esfera econômica”, pelo menos no sentido habitual do termo. Os autores nos convidam a observar que o termo “competitividade” tornou-se princípio político geral que comanda as reformas em todos os domínios, mesmo os mais distantes dos enfrentamentos comerciais no mercado mundial. Trata-se de uma expressão mais clara de que não estamos lidando simplesmente com a “mercantilização”, mas, com uma expansão da racionalidade de mercado a toda uma existência por meio da generalização da forma empresa. Assim, utilizando uma expressão de Margaret Thatcher, trata-se de uma “racionalização que pode mudar a alma e o coração”. Nesse sentido, trata-se de um sistema antropológico de produção (DARDOT, LAVAL, 2016).

Graça Druck (2007), realizou um comparativo entre os estudos sobre a Precarização no Brasil e na França. No que se refere ao campo Francês, a autora explica uma vasta e rica produção teórica e empírica sobre flexibilização e precarização do trabalho que remonta ao início dos anos 1980, porém, a autora delimitou o levantamento de trabalhos publicados entre 1990 e 2006, que tinham como foco de análise a “moderna precarização”, enquanto desdobramento da “crise do emprego”, iniciada naquela década. Identificou-se, portanto, a partir dos estudos empíricos selecionados quatro teses principais referidas nessas pesquisas: 1) as teses de R. Castel, sobre a metamorfose da condição salarial e da nova questão social determinada pela precarização como processo social e parte central da dinâmica do moderno capitalismo, já referida nos estudos brasileiros; 2) as teses da psicodinâmica do trabalho, de C. Dejours, atualizada/contextualizada em suas pesquisas no quadro de “guerra econômica” criada pela “utopia liberal”, cujo discurso economicista que naturaliza o fenômeno do desemprego e da injustiça social como processos inevitáveis, torna-se hegemônico, levando a uma “banalização” das desigualdades e da precarização em suas mais diferentes formas; 3) a tese sobre a “precarização social”, compreendida como dupla “institucionalização da instabilidade” (econômica e social) que atinge o conjunto dos assalariados e que tem na organização do trabalho e na saúde do trabalhador, o espaço privilegiado de visibilidade deste processo defendido por A.Thébaud-Mony e B. Appay. e 4) as teses sobre o fim do trabalho, defendidas fundamentalmente por A. Gorz, e que inspirou outros trabalhos, a exemplo de D. Méda, que provocaram um interessante debate na França (e também no Brasil).

Druck (2007) afirma que o estudo de Robert Castel (1995), superou as dualidades e dicotomias entre incluídos e excluídos, especialmente entre o trabalho e a questão social, pois analisou a crise da sociedade salarial e as metamorfoses sociais como decorrência da perda da condição de assalariado, à medida que os desempregados de longa duração, os temporários, intermitentes, estagiários, empregados por tempo determinado são a “nova” e hegemônica condição dos que vivem do trabalho. Assim, essas pessoas formam uma massa de homens e mulheres não empregáveis, supérfluos ou aproveitados de forma precária, sem regularidade, sem segurança, pois não têm garantias de continuidade e de futuro. É essa condição o centro da “nova questão social”.

Desse modo, afirma a Professora Graça (ANO), no caso da França, diferente do Brasil, a precarização do trabalho representa uma mudança social radical, pois a “condição salarial” foi construída politicamente, fruto de lutas e conquistas dos trabalhadores, desde as

últimas décadas do séc. XIX até o pós II Guerra Mundial. Tal condição havia articulado trabalho, direitos e proteção social, transformando o trabalho em objeto de discussão e intervenção pública, como espaço privado das empresas e do capital. Assim, quando essa articulação é rompida, constitui-se uma situação de vulnerabilidade social e de “desfiliação”, compreendida como uma desconexão entre o direito ao trabalho e os direitos sociais.

Ao analisar a obra de *Christophe Dejours* (1999) e a abordagem da “psicodinâmica do trabalho”, a professora Graça Druck (2007) explica que tal conceito dialoga de forma contínua com a sociologia do trabalho, pois reafirma a centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas, considerando-o como um espaço de construção de identidades dos indivíduos, com a conceituação da organização do trabalho como dimensão central de intersubjetividade onde se dá a divisão de tarefas e a “divisão de homens”, cuja função pode ser patogênica ou estruturadora do trabalho. E analisa as relações entre trabalho e saúde, demonstrando a sua evolução histórica, e formula sobre as estratégias defensivas individuais e coletivas em relação ao sofrimento no trabalho.

As pesquisas mais recentes de Christophe Dejours (2002) demonstram o processo de precarização do trabalho como o centro da injustiça social. O desemprego, as formas precárias e inseguras de inserção e a gestão pelo medo sobre os que continuam empregados – estabelecidos pelas mudanças mais recentes na organização do trabalho – têm aumentado o sofrimento do conjunto dos trabalhadores, assim como a sua alienação. A ausência de indignação e a falta de reação individual e coletiva expressam, por sua vez, uma tolerância inédita para com o quadro de perdas de direitos e conquistas e de degradação das condições de trabalho ocorridas nos anos 1990 na França.

A hegemonia do discurso economicista a propósito da inevitabilidade da precarização, isto é, de sua naturalização, foi, de certa forma, interiorizado pelos trabalhadores e suas organizações, principalmente os sindicatos, à medida que passaram a “banalizar o sofrimento e a injustiça social”. Notadamente, o autor traz a abordagem da “mentira instituída”, no tocante que o real no trabalho é objeto de uma negação generalizada, tanto por teóricos quanto pelos gestores, com exceção dos ergonomistas. Notadamente, a mentira consiste em “produzir práticas discursivas que ocupam o espaço deixado pelo vago silêncio dos trabalhadores pelo real e pela supressão do *feedback*” (DEJOURS, 2002).

Professora Graça Druck (ANO), afirma que as pesquisas de Appay na construção civil e de Thébaud-Mony na indústria nuclear concluíram sobre os mesmos fenômenos: a flexibilização produtiva, através da subcontratação, implica na fragmentação dos coletivos de

trabalho via uma “autonomia controlada” das pequenas empresas pelas grandes e um processo de precarização social do trabalho que atinge todos, mesmo que diferenciadamente, reforçando as desigualdades sociais.

Tais estudos, formulam então a concepção de precarização social, compreendida como decorrência de uma “dupla institucionalização da instabilidade”, no sentido de uma conjugação entre precarização econômica e precarização da proteção social. A primeira constituída pela precarização da estrutura produtiva e da precarização salarial (desemprego em massa, subcontratação, mudanças de estatuto); a segunda formada pela transformação da legislação do trabalho, redefinindo o direito do trabalho e das empresas e a transformação do sistema legislativo “fora do trabalho”. No interior dessa dupla precarização e revelando a intersecção dessa institucionalização da instabilidade, situa-se a saúde no trabalho, considerada como espaço privilegiado que evidencia e denuncia a gravidade dessa forma de dominação (DRUCK, 2007 apud APPAY, THÉBAUD-MONY, 1997).

Finalizando o levantamento do “discurso francês” sobre a Precarização do Trabalho, a Professora Graça Druck (2007) cita as teses de André Gorz que são apresentadas originalmente em seu livro *Adeus ao Trabalho*, já referidas às transformações no trabalho, como a introdução de novas tecnologias, novas (des)qualificações, aumento do desemprego e uma diversidade de formas de inserção no mercado de trabalho, que o levaram a concluir que essa heterogeneidade entre os trabalhadores, determinaria a perda de sua identidade e a sua própria existência enquanto classe operária.

Posteriormente, a professora Graça Druck (2007) explica que no livro *Metamorfoses do Trabalho* (1988) – uma crítica da razão econômica, o autor André Gorz aprofunda a sua crítica e, apoiado na evolução e aprofundamento do processo de flexibilização e precarização do trabalho na França, na Europa e no mundo, configurou uma realidade que evidencia a “desintegração social”, a falta de perspectiva de ações coletivas unitárias em nome da classe trabalhadora, refletida pela crise dos sindicatos e dos partidos.

Para André Gorz (2002), mais uma vez, diante da profunda crise do trabalho, enquanto crise da razão econômica que inventou o trabalho como valor central, estão dadas as condições objetivas para, com a redução do tempo de trabalho e a impossibilidade de manter todos trabalhando no atual estágio do capitalismo, se concretizar outras formas de vínculo social e de integração social, onde o trabalho passe a ter uma posição subordinada e secundária, ou seja, a construção de uma “sociedade do tempo livre”.



Para o sociólogo Giovanni Alves (2013), a crise de 2008 é uma nova profunda crise no capitalismo global em seu “núcleo orgânico” (União Europeia, EUA e Japão). Tal crise reafirma a instabilidade estrutural do sistema mundial do capital, imerso há pelo menos trinta anos em contradições orgânicas e crises recorrentes. Dessa forma, a precarização do trabalho é condição histórica estrutural de desenvolvimento do próprio capitalismo global.

À medida que a crise estrutural do capital como crise de valorização colocou a precarização como elemento estrutural, tornou-se necessário explicar a verdadeira natureza da crise estrutural de valorização. Parte-se então da hipótese da vigência do movimento contratendencial à queda da taxa média de lucros no plano do sistema mundial do capital. Tal questão é dada pelo aumento da composição orgânica do capital, o que explica as transformações do capital no plano histórico mundial, sendo globalização como mundialização do capital, reestruturação produtiva do capital como precarização estrutural do trabalho e financeirização da riqueza capitalista (ALVES, 2013).

Ainda com respaldo em Alves (2013), concordamos que a política neoliberal de desregulamentação e inovações financeiras impulsionadas no decorrer da década de 1980 nos países capitalistas centrais, sedimentou o terreno institucional propício para que, na década seguinte, uma parte considerável da extraordinária massa de mais valor acumulada fosse canalizada, não para o investimento produtivo, mas sim para o mercado financeiro, circuito de valorização fictício capaz de oferecer taxas médias de lucro mais atraentes do que aquelas que foram aplicadas na produção de mercadorias. Assim sendo, o investimento em capital “fictício” contribuiu para a financeirização da riqueza capitalista e a hegemonia do capital financeiro. Essa mudança na forma de acumulação do capitalismo global que ocorreu a partir da década de 1990 deu origem ao capitalismo das bolhas financeiras, dada sua instabilidade estrutural. Dessa forma, as crises capitalistas tornaram-se crises financeiras que geram impacto na dimensão produtiva e comercial.

A precarização do trabalho contribuiu para que a extração do mais valor absoluto e relativo assumisse dimensões inéditas. A partir da década de 1990, ocorreu a alta persistente da taxa média de lucro das corporações globais. Porém, a natureza do lucro capitalista modificou-se com o aumento do lucro fictício no balanço contábil das holdings. Ou seja, o aumento desse lucro “não-real”, que não significava “dinheiro em caixa”, provocou uma crise estrutural de valorização e a financeirização da riqueza capitalista e fizeram com que a imensa massa de capital-dinheiro acumulada por conta da superexploração da força de trabalho e as políticas neoliberais de precarização do trabalho fossem canalizadas não para investimentos

produtivos, mas sim para investimentos no mercado financeiro. Tal questão aumentou a instabilidade do sistema produtor de mercadorias (ALVES, 2013).

Para Giovani Alves (2013), o grande paradoxo da crise estrutural de valorização é que mesmo com a intensificação da precarização do trabalho, numa escala global, com o crescimento exponencial da taxa de exploração da força de trabalho, a massa exacerbada de capital dinheiro acumulada não encontra um nível de valorização adequado ao patamar histórico de desenvolvimento do capitalismo tardio. A financeirização, sob a ótica do capital hegemônico, se fortalece como sendo a única alternativa sustentável para valorização do valor.

De acordo com David Harvey (2011), um aspecto fundamental da crise estrutural do capital é que a mesma não se trata de uma crise de formação de valor e sim uma crise de valorização do valor, ou seja, uma crise de valorização produtiva. Assim sendo, o problema está na realização efetiva do valor acumulado, que explica a financeirização da riqueza capitalista e a ânsia por novos mercados por meio da produção destrutiva e a obsolescência planejada dos produtos-mercadorias. O grande paradoxo da crise em questão é que se caracteriza como a crise da abundância da riqueza abstrata.

Nos últimos 30 anos, então, desenvolveu-se nas mais diversas instâncias da vida social, uma intensa reestruturação capitalista, com impactos diretos no mundo social do trabalho. Alves classifica essa nova fase do capitalismo histórico como capitalismo global, onde o espaço e o tempo de produção do capital é adequado à dinâmica da acumulação de valor na esfera mundial.

Assim sendo, pode-se conceituar capitalismo global com base em Alves (2013), como sendo o capitalismo da mundialização do capital e da reestruturação produtiva, com a nova divisão internacional do trabalho e o poder global das corporações transacionais. Dessa forma, o capitalismo global é o novo capitalismo flexível, onde a ideologia toyotista é disseminada como hegemônica para produção de mercadorias e de serviços.

Percebe-se que se trata do capitalismo do neoliberalismo e da vigência hegemônica do mercado, em que as “crises recorrentes e sistêmicas caracterizam uma instabilidade crônica do sistema”.

O autor apregoa e coaduna com Dardot e Laval (1996), que as recorrentes crises fazem com que o sistema se reestruture e se expanda graças à perda do lastro civilizatório construído durante o capitalismo do “welfare state”. As contradições sociais, diante de uma dinâmica de acumulação de riqueza abstrata volátil, incerta e insustentável, deixa evidente

que o capitalismo global é incapaz de realizar as promessas de bem estar social e emprego decente para bilhões de pessoas assalariadas. Trata-se exatamente da percepção do contrário, pois, diante da crise, o capital, em sua forma financeira, exige hoje sacrifícios perpétuos e irresgatáveis das gerações futuras.

Ressalta-se ainda que a crise estrutural do capital não é sinônimo de estagnação e colapso da economia capitalista mundial, mas, da incapacidade do sistema, em si, realizar suas promessas de liberdade e igualdade. Apesar de em certa medida haver uma confusão entre crise e estagnação, amparados sob a ótica do capital, “crise” significa riscos e oportunidades históricas para a reestruturações sistêmicas visando à expansão da forma de valor.

A grande contradição em questão está no fato de que apesar da crise estrutural à que está inserido, o capitalismo se renova e se expande como produtor de mercadorias, sendo a ordem burguesa capaz de iludir com promessas de igualdade e liberdade. Trata-se do que Alves (2013) resgata da obra de Marx [O Capital], como sendo a “contradição viva”.

Tal contradição, caracterizada pelas inúmeras crises financeiras e pela ampliação e intensificação da produção de fetichismos sociais, agudam a alienação e o estranhamento de homens e mulheres que trabalham. Percebe-se a ampliação mundial da condição de proletariado e de vigência plena do modo de produção de mercadorias. Em função da intensificação do fetichismo social, ampliados pela aguda manipulação do capitalismo tardio, a condição de proletariado não se traduz efetivamente em consciência de classe necessária. Assim sendo, ou o sujeito histórico não é constituído ou se constitui de forma limitada, não sendo capaz de dar resposta à classe burguesa.

A compreensão da crise do capitalismo nos permite entender de que modo tal engendramento provocou a mutilação da vida comum, no trabalho e fora dele, no egoísmo social, na negação da solidariedade e na redistribuição, que muitas vezes desembocam em movimentos reacionários ou neofascistas.

Com efeito, a crise do capital em sua fase de decadência histórica, é, notadamente, uma crise de civilização, que se expressa com vigor na degradação do metabolismo social homem natureza: seja a natureza humana expressa no cataclismo social, com seus milhões de trabalhadores precários e a massa de desempregados sem perspectivas de futuro digno, além de vitimadas pelo adoecimento físico e mental, seja a natureza natural, com o cataclismo climático marcado pelo aquecimento global e deriva climática.

Para Istvan Mészáros (2002), as características modais da crise estrutural do capital que se desdobra nas últimas décadas são: caráter universal (financeirização), alcance global (acumulação flexível), temporalidade extensa (neoliberalismo) e modo rastejante (sociometabolismo da barbárie), e se constitui como forma histórica determinada da modernidade burguesa no centro dessa crise do capital.

Dardot e Laval (2016), acrescentam que a crise de acumulação a que o neoliberalismo supostamente responde, longe de ser uma crise de um capitalismo sempre igual a si mesmo, tem a particularidade de seguir as regras institucionais que até então enquadravam certo tipo de capitalismo. Assim, nessa perspectiva, a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas outro “regime de acumulação”, mas também, mais amplamente, outra sociedade. Desse modo, o ponto a ser discutido é que na concepção marxista, o capital é antes de tudo um modo de produção econômico que, como tal, é independente do direito e gera ordem jurídico-política de que necessita a cada estágio do seu autodesenvolvimento.

Desse modo, o jurídico, ao invés de pertencer a uma superestrutura condenada a exprimir ou obstruir o econômico, pertence de imediato às relações de produção, na medida em que molda o econômico a partir de dentro. Os autores afirmam com base em Foucault que há apenas um capitalismo, porque há apenas uma lógica do capital e exemplificam tal afirmação, analisando o livro I de O Capital, onde a consequência da Lei geral da acumulação capitalista é uma tendência a centralização dos capitais, da qual a concorrência, juntamente com o crédito, é a principal alavanca. Sendo então, a tendência à centralização situada na própria lógica da concorrência como uma “lei natural”, a “da atração do capital pelo próprio capital”. Porém, trazendo o contraponto dos ordoliberalis e dos economistas regulacionistas, onde a figura atual do capitalismo, longe de poder se deduzir diretamente da lógica do capital, não passa de uma figura “econômico-institucional” historicamente singular, assume-se, então, que a forma do capitalismo e os mecanismos da crise são efeito contingente de certas regras jurídicas e não consequência apenas das leis da acumulação capitalista. Sendo, portanto, suscetíveis a serem superadas à custa de transformações jurídico-institucionais.

Nessa perspectiva, Dardot e Laval (2016) afirmam que justifica o intervencionismo jurídico que é reivindicado pelo neoliberalismo, é que, quando se lida com um capitalismo regular, torna-se possível intervir nesse conjunto todo de modo a reinventar outro capitalismo, diferente do primeiro, o qual se constituirá numa configuração determinada por um conjunto de regras jurídico-políticas. Sendo assim, ao invés do modo econômico de

produção cujo desenvolvimento é comandado por uma tal de “lei natural” implacável, na realidade, o sistema capitalista é um complexo “econômico-jurídico” que admite uma multiplicidade de figuras singulares. Esta é a razão pela qual os autores trazem o conceito de sociedade neoliberal e não apenas economia neoliberal ou economia neoliberal. Logicamente que os autores inegavelmente assumem tal sociedade como capitalista, porém, entendem como uma figura singular do capitalismo.

Numa análise sobre as transformações do trabalho, Ricardo Antunes (2013), compartilha a opinião de Alves (2013), no argumento de que o processo de reestruturação do capital traz outras contradições como: tendências mundiais de informalização da força de trabalho e de aumento dos níveis de precarização do trabalho que são contraditórios em relação aos aspectos “positivos” de maior intelectualização do trabalho.

O sociólogo Ricardo Antunes (2013) explica ainda que as consequências analíticas dessa contradição não são poucas, na medida em que os elementos destrutivos em relação ao trabalho são acentuados como as novas formas vigentes de valorização do valor, que trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados.

O fato de estarmos inseridos num contexto multitendencial, paralelamente, à ampliação de grandes contingentes que se precarizam ou perdem o emprego, presenciamos também, a expansão de novos modos de extração de sobretrabalho, capazes de articular um maquinário altamente avançado que invadiu o mundo das mercadorias. As atividades, nessa realidade, são dotadas de maiores “qualificações” e “competências” e fornecem mais potencialidade intelectual – num sentido mercadológico, que integram-se ao trabalho social, complexo e combinado que efetivamente agrega valor (ANTUNES, 2013).

O autor resume que é como se todos os espaços existentes de trabalho fossem potencialmente convertidos em geradores de mais valor, desde aqueles que ainda mantêm laços de formalidade e contratualidade até os que e pautam pela aberta informalidade, na franja integrada do sistema, não importando se as atividades realizadas são predominantemente manuais ou mais acentuadamente “intelectualizadas” ou dotadas de conhecimento.

Assim sendo, essa nova morfologia do trabalho, ao mesmo tempo em que abrange os mais distintos modos de ser da informalidade, amplia o universo do trabalho invisibilizado e potencializando novos mecanismos geradores de valor – ainda com a aparência de não valor

– a partir de novos e velhos mecanismos de intensificação, ou as vezes autoexploração do trabalho.

Ricardo Antunes (2013), ressalta ainda que como o capital só pode se reproduzir acentuando seu sentido de desperdício, é a própria centralidade do trabalho abstrato que produz a não centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo, os quais uma vez (des) socializados e (des) individualizados pela expulsão do trabalho, buscam encontrar formas de individualização e de socialização nas esferas isoladas do não trabalho.

Podemos considerar, conforme Antunes (2013), que entramos em uma nova era de precarização estrutural do trabalho, marcada pelas tendências: 1) a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e “voluntário”; 2) criação de falsas cooperativas a fim de dilapidar ainda mais as condições de remuneração dos trabalhadores, erodir seus direitos e aumentar os níveis de exploração de sua força de trabalho; 3) o empreendedorismo, que se configura cada vez mais como forma oculta de trabalho assalariado e multiplica as diversas formas de flexibilização de horário, salarial, funcional ou organizativa; 4) a degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global.

Sendo assim, Antunes (2013), afirma que é nessa perspectiva que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação social protetora do trabalho em várias partes do mundo e ampliando a destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde a revolução industrial.

Para a pesquisadora Graça Druck (2011), a hegemonia do setor financeiro ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todas as esferas da vida social, dando conteúdo a um novo modo de trabalho e de vida. Desse modo, trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, amparado e sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo que se produz, e principalmente, dos que produzem e vivem nesse “mercado de trabalho”.

A professora reitera que é isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. Assim, o curto prazo, que é o elemento central dos investimentos financeiros, impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, trata-se de premissa básica que os trabalhadores se submetam a quaisquer condições de trabalho, para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças.

Ricardo Antunes ressalta ainda que, apesar das distintas modalidades de trabalho, guardam similaridades entre si, que se resumem ao fato de que esse contingente de trabalhadores, cada vez maior, expressa as distintas modalidades de trabalho vivo que hoje são cada vez mais necessárias para criar valor e valorizar o sistema do capital. Tal similaridade é vista no trabalho intensificado do Japão ao trabalho contingente nos Estados Unidos, dos imigrantes que chegam ao Ocidente avançado ao submundo do trabalho no polo Asiático, das maquiladoras no México aos precarizados da Europa Ocidental, dos trabalhadores da Nike, do Walmart e do Mc Donald's aos call centers e centros de telemarketing.

Porém, a degradação do trabalho verificada no século XX em suas últimas décadas e no início do século XXI, atingiu as outras modalidades e modos de ser da precarização, próprias da fase da flexibilização toyotizada, com traços de continuidade e descontinuidade em relação à forma taylorista-fordista.

Em primeiro momento, temos a degradação típica do taylorismo-fordismo, que vigorou ao longo de quase todo o século XX. Pelo fato de trabalho ter uma conformação mais coisificada, reificada e maquinal, a degradação tinha um desenho mais despótico, contudo, era mais regulamentada e contratualista, ou seja, era provido de mais regulamentação e direitos (ao menos em polos mais qualificados).

Ricardo Antunes afirma que no que tange à degradação do trabalho típico da empresa da flexibilidade toyotizada, onde existe a “ilusão” de uma maior participação por parte dos trabalhadores, os traços de reificação são interiorizados, pois utilizam-se de mecanismos de ‘envolvimento’, “parceria”, “individualização”, “metas”, “competências” e a degradação ocorre pela desconstrução dos direitos sociais do trabalho.

Giovanni Alves (2014), em seu estudo mais recente, Trabalho e Neodesenvolvimentismo, cita o neodesenvolvimentismo, como o novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil que surgiu na década de 2000, no cerne da totalidade concreta do capitalismo global do século XXI. O autor, com a intenção de contextualizar o conceito em questão, explica que o Brasil estava mergulhado em uma crise capitalista nacional-desenvolvimentista, na década de 1970, desde o golpe civil militar de 1964. Assim, na década de 1980, que pode ser caracterizada pela ascensão do sindicalismo e expansão dos movimentos sociais e políticos de oposição à ditadura militar, foi considerada como a década perdida. Tal percepção se deu por conta da estagnação da economia brasileira e os impasses políticos para a construção de um projeto de desenvolvimento que fosse capaz de integrar o

país à mundialização do capital hegemônico. Dessa forma, a derrota da esquerda nas primeiras eleições para presidente da república do país, desde 1960, possibilitou a abertura de um campo de possibilidades para a constituição de um projeto burguês capaz de integrar o país ao bloco do capitalismo hegemônico global.

Assim, segundo Alves (2014), a passagem do país pela década de 1990, foi a passagem para a nova etapa da temporalidade histórica do capitalismo global, que teve sua origem com a crise mundial da década de 1970. Desse modo, o autor reitera o que já foi exposto e contextualizado, afirmando que a década de 1970, foi caracterizada pela conjuntura de crises e lutas sociais, que levou à vitória do neoliberalismo em polos mundiais, como Thatcher na Inglaterra em 1979 e Reagan nos EUA em 1980. Assim, a expansão e afirmação da contra-revolução neoliberal, com a vigência da financeirização foi a marca da década de 1980, no plano do capitalismo global. Essa década foi marcada com a constituição de governo neoliberais na América Latina, decididos a aplicar o consenso de Washington, além da queda do muro de Berlim e o *débâcle* da URSS, culminaram com o aprofundamento neoliberal e a hegemonia franco-alemã que implicou na implantação da moeda única em 1999.

Com efeito, Giovanni Alves (2014) explica que as primeiras crises da globalização neoliberal, ocorridas nos anos 1996-2000, com o estouro de bolhas financeiras do Sudoeste Asiático, Rússia e Brasil, expuseram a fragilidade orgânica da economia global do neoliberalismo nos seus elos mais fracos. Desse modo, a passagem para o século XXI com os festejos pela implantação da moeda única da União Europeia – EURO, ocultaram no centro do sistema capitalista mundial, as contradições inerentes à nova ordem neoliberal, baseada na concentração da riqueza e desigualdade social em escala astronômica. Assim, a partir da segunda metade da década de 2000, surgiram movimentos sociais e políticos de contestação à globalização neoliberal dos EUA e Europa Ocidental.

Nesse contexto, surgiram movimentos anti-globalização neoliberal, que expuseram a insatisfação social com a nova ordem burguesa, conduzida pelo capital financeiro e suas tecnoburocracias globais.

O autor explica então, que no Brasil, o projeto capitalista de desenvolvimento alternativo às políticas neoliberais da década de 1990, denominou-se “neodesenvolvimentismo”. Onde o primeiro ciclo do projeto em questão se deu com os governos Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Assim, o projeto neoliberal da década de 1990, apresentou-se como um projeto burguês, capaz de inaugurar um novo modelo econômico de desenvolvimento no país,



promovendo uma profunda reestruturação do capitalismo no país, adequando-o à nova ordem hegemônica mundial sob a condução do bloco histórico neoliberal. Ocorreu nessa década, ainda de acordo com Alves (2014), uma profunda reforma estrutural na economia brasileira, com a recomposição patrimonial da riqueza nacional, basicamente movida por transferências gigantescas de riqueza – criando uma nova burguesia no país, beneficiada pela transferência de patrimônio oriunda de fusões, aquisições e privatizações. O autor reitera que 30% do PIB trocou de mãos. E significou a ruptura com o modelo de desenvolvimento que se desenhou no país a partir dos anos 30, onde o Estado jogou um papel decisivo, denominado nacional desenvolvimentista. O governo Fernando Henrique então, continuou a cartilha neoliberal com o trinômio: abertura econômica, privatizações e desregulamentação do Estado. Apesar da criação das agências reguladoras, sua função teve muito pouca capacidade de impor critérios e regras públicas a um sistema de competição pesado que ocorre em escala internacional. Assim, dentro desse modelo, o Estado deixou de ser o principal indutor da economia, delegando tal papel para o mercado (ALVES, 2014).

Para o sociólogo Giovanni Alves (2014), o período iniciado em 2000 com o projeto político conduzido com a eleição do PT, teve a adoção de um novo modelo – neodesenvolvimentista – que mantinha os pilares da macroeconomia neoliberal e incorporava o reformismo social democrata que atribuía à parceria do Estado com o Mercado. Ou seja, um projeto alinhado com o bloco histórico neoliberal hegemônico no mercado mundial.

Assim, o projeto político do lulismo, alternativo à ortodoxia neoliberal, era o neodesenvolvimentismo, ou seja, uma afirmação periférica do reformismo social democrata, que atribuía à parceria do Estado com o mercado, o papel de indutor da economia capitalista no Brasil. O Estado assumia duas funções fundamentais: de financiador e de investidor. Se tratava então do Estado regulador, capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional, com a capacidade competitiva no mercado mundial, além de ser o Estado investidor, no que se refere a ter iniciado a construção de grandes obras de infraestrutura destinadas a atender as demandas do grande capital. Tal vertente pode ser comprovada nos Programas de Aceleração do Crescimento - PAC, cuja expressão traduz que o Estado joga um papel fundamental na indução do crescimento da economia do país. No tocante, à disciplina fiscal e monetária deveria se colocar a serviço do crescimento rápido e sustentado da economia do país – tais características são parâmetros necessários do novo padrão de desenvolvimento capitalista e ao qual Giovanni Alves denomina de neodesenvolvimentismo.

Todavia, continua Alves, a legitimidade social do novo projeto burguês neodesenvolvimentista no Brasil, seria obtida não apenas com a estabilidade monetária adquirida com 1994, com o Plano Real. Ou, num outro plano, com a macroeconomia do Estado investidor e Estado financiado, e seus efeitos na dinâmica econômica, mas, seria obtida, principalmente, com o vasto programa de transferência de renda para a classe trabalhadora pobre. A vasta camada social do subproletariado pobre, se colocou enfaticamente à disposição da reprodução política do neodesenvolvimentismo.

Os efeitos políticos, sociais e ideológicos do neodesenvolvimentismo nos últimos 10 anos (2003-2013), segundo Giovanni Alves (2014), são impressionantes. Mesmo sendo um dos países mais desiguais do mundo, o Brasil possui um amplo lastro de hegemonia burguesa em função da sua carência de modernização. Para o autor o país é o elo mais forte com o cone sul, não permitindo comparações com outras nações da América Latina, a hegemonia burguesa do país se fortaleceu nos anos de neodesenvolvimentismo, no momento em que associou a política de crescimento da economia com políticas de redistribuição de renda.

Nesse sentido, apesar da crise estrutural do reformismo social democrata no centro capitalista, foi reeditado no Brasil, na década de 2000, como farsa, o projeto social democrata, projeto esse, civilizatório e capaz de nos projetar para a modernidade salarial. Desse modo, o Partido dos Trabalhadores, se qualificou nos últimos 20 anos, desde a derrota de 1989, como herdeiro político do projeto burguês de desenvolvimento no Brasil. O partido constituiu alianças com os donos do poder oligárquico visando não apenas a governabilidade, mas a afirmação hegemônica do projeto reformista no Brasil.

O autor analisa que o PT, apesar de ter se colocado como legatário da ordem burguesa, busca reformá-la. Todavia, demonstra ser incapaz por si só de suprimir o legado histórico da miséria brasileira, caracterizada, primeiro, pelo caráter hipertardio do capitalismo brasileiro, e, conseqüentemente, carente de modernização e, em segundo, pelo caráter dependente da economia brasileira, sendo assim, integrado aos interesses do capital financeiro internacional; e, por terceiro, pelo caráter colonial-prussiano de viés escravista da civilização brasileira, sendo, dessa forma, carente de valores democráticos e republicanos. Dessa forma, o capitalismo neodesenvolvimentista reproduz de forma absurda a superexploração da força de trabalho, traço “ontogenético” da miséria brasileira, o que explicaria, segundo o autor, a persistência dos baixos salários brasileiros. Foram criados 19 milhões de empregos formais na década de 2000, porém, a grande maioria destes, tem salário de até um e meio salário mínimo.

Giovanni Alves (2014), então, explica que o neodesenvolvimentismo nasceu no cerne da crise da ortodoxia neoliberal. Assim sendo, não tinha como ser apenas uma mera continuidade do projeto neoliberal, oriundo da década de 1990. Dessa forma, aparece como projeto burguês alternativo à lógica destrutiva das políticas neoliberais. No que se refere ao plano das relações internacionais, a crise da globalização neoliberal constituiu na década de 2000, o novo arco de alianças pós-neoliberais que articulam na periferia do sistema mundial, projetos de desenvolvimento do capital alternativos à programática neoliberal.

Assim, o projeto neodesenvolvimentista do Brasil não é a restauração da social democracia clássica comprometido com um projeto civilizatório. Em síntese, o novo projeto de desenvolvimento capitalista do Brasil, busca apenas construir um novo patamar de acumulação de capital, que permita, simultaneamente, redistribuir renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para a classe trabalhadora pobre, aumentando o gasto social do Estado nos limites do orçamento público, comprometido com o pagamento da dívida pública.

Desse modo, o Sociólogo argumenta que em um país de desenvolvimento capitalista, hipertardio e modernização conservadora, somos atribulados não só pelo desenvolvimento da produção capitalista em si mesmo, porém, pela forma histórica do capitalismo em sua dimensão hipertardia, que produz e reproduz a carência da modernização. Porém, na medida em que o neodesenvolvimentismo busca redistribuir renda e diminuir a desigualdade social, tenta resgatar o povo brasileiro em si, das misérias herdadas: capitalismo dependente, hipertardio de via prussiana e extração colonial escravista.

Ademais, o neodesenvolvimentismo como novo projeto de desenvolvimento capitalista que se constitui com a crise do neoliberalismo no Brasil, representa uma nova visão de desenvolvimento capitalista, baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital por meio da ação do Estado, capaz de criar, de um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas redistributivas com foco no subproletariado. Outrossim, como política reformista hipertardia, o neodesenvolvimentismo brasileiro como modelo de gestão do desenvolvimento capitalista pós-neoliberal, visa promover um equilíbrio entre a utilização do fundo público no financiamento e investimento exigidos pelo capital, objetivando dessa forma, o desenvolvimento e crescimento da economia brasileira de acordo com os interesses dos oligopólios privados industriais, agroindustriais e financeiros, além da utilização do gasto

público para programas de combate a pobreza e transferência de renda às famílias mais pobres.

Dessa forma, a política redistributivista por meio dos programas sociais, aumento real do salário mínimo e formalização do mercado de trabalho, tendo como pressuposto objetivo o crescimento sustentável da economia capitalista, representa aumento da produtividade e competitividade da economia brasileira no mercado mundial, representa efetivamente um conjunto de demandas históricas imediatas do subproletariado e do proletariado pobre, cujas pretensões contingentes são mais adequadas ao projeto neodesenvolvimentista de “choque de modernização conservadora” do que aos interesses históricos do proletariado organizado e da classe média radicalizada.

Giovanni Alves (2014) analisa que na década de 2000, constituiu-se no país o que foi classificado como “nova precariedade salarial”, que se apresenta como a nova morfologia social da exploração do trabalho assalariado nos locais de trabalho reestruturados. O autor afirma que o traço mais relevante dessa nova condição salarial é seu caráter flexível. Assim, após o turbilhão de inovações tecnológico-organizacionais na década de 1990, a empresa surge com os termos “flexibilidade” e “flexibilização” para descrever as novas tendências do trabalho no século XXI.

Graça Druck (2011) reitera que a mesma lógica que estimula a permanente inovação no campo da tecnologia e dos novos produtos financeiros, atinge a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser superados e substituídos por outros novos e modernos, ou seja, flexíveis.

Com efeito, Giovanni Alves (2014) explica que a estratégia para a acumulação de capital continua sendo a flexibilidade da mercadoria-força de trabalho, ou seja, a flexibilidade que diz respeito à legislação e regulamentação social e sindical. Assim, é a flexibilidade da força de trabalho que expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir – submeter, subordinar, o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da constante sublevação da produção de mercadorias, inclusive e principalmente, da força de trabalho. Assim, a acumulação flexível (que foi discutida com base em Harvey), se apoia, predominantemente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, e ainda, dos produtos e padrões de consumo. É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital se tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva do capital.

Ainda com respaldo em Alves (2014), verifica-se que no Brasil existe ainda uma particularidade no que se refere à flexibilidade, haja vista que existe uma flexibilidade estrutural do trabalho, que contribuiu historicamente para a vigência da superexploração da força de trabalho, modo histórico particular de consumo da força de trabalho no país. Tal questão decorre, de acordo com o autor, da oferta abundante de força de trabalho, que se multiplica nas regiões metropolitanas permeadas de ocupações informais e empregos ilegais, flexibilidade crônica determinada pela irresolução da questão democrática. Com efeito, a flexibilidade estrutural da força de trabalho decorre também da legislação trabalhista, que desde o golpe civil militar de 1964, facilitou a demissão de trabalhadores assalariados.

Assim sendo, a nova precariedade salarial que se constituiu na década 2000, reforçou, em certa medida, a degradação do trabalho no Brasil, formas modernas de flexibilidade do trabalho, inscritas na própria dinâmica da precarização estrutural do trabalho do capitalismo global. A modernização conservadora instaurou um novo patamar de superfluidade salarial, expressas, não apenas na redundância do trabalho vivo e intermitência salarial, contudo, também na intensificação do trabalho no núcleo moderno salarial brasileiro.

Notadamente, houve um aumento considerável no que se refere a políticas sociais no âmbito da educação.

Neiva Mazzuco e Valdete Rossi (2009) realizaram um estudo visando compreender o Programa Universidade para Todos (PROUNI), rememorando que o referido programa foi criado pela Medida Provisória N° 213/2004, no ano de 2004, mas somente em 13 de janeiro de 2005 foi institucionalizado pela Lei n° 11.096, com a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, que, praticamente, não têm oportunidade de chegar ao Ensino Superior, a fim de inseri-los em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas do ensino superior. Para concorrer a uma dessas bolsas, o estudante deve atender a alguns requisitos como ter baixa renda familiar, sendo que, quando a renda per capita for de até um salário mínimo e meio, o candidato pode concorrer à bolsa integral e quando for de até três salários mínimos, só pode concorrer à bolsa parcial que corresponde a 50% do valor da mensalidade. Tais candidatos devem ter cursado ensino médio em escola pública ou na condição de bolsista integral da rede privada de ensino, com bolsa da instituição que estiver cursando o ensino médio. As bolsas são destinadas, prioritariamente, para pessoas com deficiência e para professores da rede pública de ensino básico em atuação e sem formação, situação que independe da renda familiar.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, aponta para a provisoriedade do PROUNI, enquanto uma política “corretiva” da histórica exclusão dos brasileiros de baixa renda do Ensino Superior. Programa que representa um avanço, considerando que há muito tempo não se investia no Ensino Superior público, o qual estava esquecido por governos anteriores, que, inclusive, tomavam iniciativas que iam na direção da privatização e sucateamento das Universidades Públicas.

Spielmann e Andrade (2008) acreditam que o PROUNI é uma medida imediatista, criada como forma de mascarar a incapacidade do Estado em ofertar ensino superior gratuito e de qualidade a todos os jovens, ou ao menos a uma boa parcela deles. O discurso por parte do governo é de que se está inserido cada vez mais jovens na universidade, porém, nada se diz a respeito da permanência ou mesmo da qualidade do ensino que estão recebendo, trata-se de uma oportunidade do ponto de vista individual, que apenas ameniza o problema principal, a falta de Instituições de Ensino Superior mantido pelo governo seja estadual ou federal.

As autoras percebem como evidente a parceria entre o Estado e as universidades privadas. Ou seja, o Estado age, incentiva as Instituições de Ensino Privadas no sentido de garantir a elas, incentivo fiscal. O que acaba influenciando diretamente na mercantilização do ensino, já que o governo age como financiador da educação privada, estimulando dessa forma a criação de novas instituições.

O FIES foi criado, em 1999, com o intuito de possibilitar que estudantes sem condições de arcar com os custos de sua formação em uma instituição privada, pudessem alcançar o ingresso no Ensino Superior, através da concessão de financiamento. Desde o seu surgimento em 1999 o Fies vem sofrendo várias mudanças, que até então se mostravam bastante tímidas ou sem muitos impactos até a mais significativa ocorrida em janeiro de 2010, com a aprovação da Lei 12.202/10, a qual teve como finalidade alterar as regras do financiamento possibilitando uma ampliação do acesso dos estudantes de baixa renda às instituições de ensino privadas. Dentre as mudanças destaca-se a possibilidade de financiar até 100% dos encargos educacionais cobrados dos estudantes por parte das instituições de ensino devidamente cadastradas para esse fim pelo Ministério da Educação, de acordo com o art. 4º da referida lei. Também, a lei implementou a redução na taxa de juros que no primeiro ano de criação do financiamento, era de 9%, passando, posteriormente, a 6,5% e restou fixado em 3,4%, uma redução significativa.

Com a crise econômica e política que assola o país desde 2014, onde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi o marco da segunda, as políticas

sociais de inclusão de alunos no ensino superior diminuíram significativamente. Só em 2017, houve uma redução de 40% com relação ao ano anterior, que totaliza 150 mil vagas (AGÊNCIA SENADO, 2017).

No capítulo seguinte nos debruçaremos sobre as principais mudanças pelas quais passaram as Universidades Brasileiras, Públicas e Privadas, no contexto do neoliberalismo e da consolidação do regime de acumulação flexível.

"A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma."  
Margaret Thatcher

### **3 AS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS**

Neste capítulo continuaremos a tratar das questões brasileiras de precarização, buscando compreender as transformações estruturais pelas quais passaram as Universidades, com as devidas especificidades entre as IES Públicas e Privadas. Nesse tocante, iniciaremos com a construção histórica da Universidade Pública e como se deu a implementação das Privadas no nosso país. Por fim, caracterizaremos os objetos de análise.

#### **3.1 A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA – A CONSTRUÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA.**

Como já discutimos anteriormente sobre a crise do capitalismo dos anos 1970 – crise do fordismo – e a emergência das tecnologias de comunicação e informação, inicia-se uma reestruturação produtiva, organizacional e institucional para formar as bases de um novo padrão de acumulação denominado rentista. Nos anos 1990, o esforço de fortalecer a hegemonia estadunidense estabeleceu novas regras monetárias e uma política de cunho neoliberal, com a presença do Estado dando suporte à expansão dos grandes conglomerados (CHAUÍ, 1999).

Iniciaremos esta seção, com um apanhado histórico contemplando a educação básica, que, mesmo não sendo o objetivo desta tese, se faz necessária para entendermos como o processo foi se desenvolvendo até chegar no ensino superior. Após a breve contextualização, traremos o respaldo em Chauí (1999), que, em seu texto sobre a Universidade Operacional, aborda de forma muito clara e contundente, o caminho histórico percorrido pela Universidade Pública brasileira, para chegar nos dias atuais.

Dalila Oliveira (2007), com respaldo em Hargreaves (1998) e Ball (2002), salienta que não só o Brasil, mas a América Latina encontra-se diante de uma nova organização do trabalho escolar, resultado de reformas implantadas nos últimos anos, que nos indica que a escola não é mais a mesma do contexto em que foram organizados os sistemas escolares e,



consequentemente, os sindicatos. Ademais, essa nova organização escolar reflete um modelo de regulação educativa, produto de novas articulações entre as demandas globais e as respostas locais.

A autora ressalta ainda que, por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica, as escolas têm adquirido maior flexibilidade, mas também têm respondido a uma demanda crescente de atividades e responsabilidades. Além disso, tal modelo regulatório tem levado à intensificação e autointensificação do trabalho, por meio da mobilização da subjetividade dos trabalhadores, que se sentem auto responsabilizados por suas tarefas, seu desempenho, sua formação e atualização e até mesmo pelo sucesso ou fracasso do aluno ou da escola.

Alvaro Hypolito (2010), no contexto até aqui delineado, assegura que as políticas que têm definido o desenho curricular desde a década de 1980, notadamente, assumem caráter neoliberal, até mesmo como consequência das decisões cotidianas na cultura, na política e principalmente na economia.

O autor alerta que o Estado intervém nesse processo de forma enfática, apesar do discurso do Estado mínimo e descentralizados. Como exemplo, o autor rememora as políticas de formação de professores que, no Brasil, podem se expressar por uma ação decisiva do Estado: a) nas definições de novas diretrizes curriculares para os cursos de Licenciatura e Pedagogia, com um caráter pragmatista voltado mais para um saber-fazer do que para uma formação reflexiva; b) nas definições em torno das agências formadoras de professores, com evidências de um deslocamento do *locus* formador das universidades para os Institutos Normais Superiores e/ou para os Institutos Federais Tecnológicos (exemplo mais recente), destituindo a formação docente da pesquisa e de um status universitário; c) no incentivo a modalidades menos ortodoxas de educação (programas especiais, educação a distância, cursos semipresenciais), conforme definições estabelecidas pelos órgãos internacionais multilaterais, tais como o Acordo Geral de Comércio e Serviços (GATS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), que previu o incentivo à educação à distância e a transferência de outros serviços educacionais para o mercado; e d) na avaliação educacional, criando parâmetros para uma avaliação docente externa, com a implementação de exames e processos de certificação, para os quais são estabelecidas as competências necessárias a serem adquiridas na formação.

Ainda de acordo com Hypolito (2010), os sistemas de avaliação da educação e do desempenho docente são de suma importância para que o Estado possa regular e controlar, mesmo que através de terceiros, a educação como um todo, considerando uma prestação de

contas à sociedade civil (*Accountability*), mas, em resumo, reduzindo os problemas educacionais a técnico-gerenciais.

Ainda de acordo com o referido autor, o Estado baseado no modelo econômico neoliberal se respalda em discursos que intencionam uma diversidade de políticas em diferentes lugares, com o objetivo de criar uma ideologia de que as reformas “são uma necessidade natural, constituem-se em parte inevitável da globalização e do mercado internacional e de uma economia cada vez mais baseada no conhecimento e que, portanto, exige mudanças radicais na forma de organizar, conceber e desenvolver a educação”. A consequência de tal mentalidade é um deslocamento da esfera do político para a esfera do econômico, que passa a ser determinante para as definições educativas.

O autor reitera, com base em Lipman (2009), que essa expansão do mercado, num contexto global, e essa reestruturação educacional, notadamente, têm sido construídas em dois momentos importantes para as políticas educativas neoliberais, sendo: 1) o momento da introdução de um sistema bastante amplo centrado numa ideia de prestação de contas, baseado em testes padronizados, com a finalidade de identificar quem fracassa (estudantes e escolas) e de atribuir penalidades respectivas ao desempenho escolar, sem levar em conta o contexto social em que tais resultados são produzidos – este momento, embora vigente, foi mais característico do início dos anos de 1990; 2) outro momento, mais recente – início dos anos de 2000 –, que enfatiza uma articulação mais concreta da educação e das escolas com o mercado e suas formas de gerência, a fim de proporcionar maior flexibilidade econômica e administrativa, com o fechamento de escolas improdutivas e o incentivo à parceria público-privado, submetendo as escolas, os estudantes e os docentes à lógica mercadológica, ao empreendedorismo e ao consumismo. A gestão democrática e o discurso da participação podem constituir parte do discurso oficial, com políticas de aparente incentivo à descentralização financeira e a uma autonomia, mais imaginada do que realizada. Contudo, o poder de decisão das comunidades e a comunicação com os sindicatos e docentes ficam cada vez mais comprometidos.

Os professores Silva Junior; Sguissardi (2013) analisam que ao longo das duas últimas décadas do século XX o sistema capitalista mundial foi marcado por uma série de mudanças nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira que culminou na globalização da economia, levando à expansão do processo de internacionalização da produção, desregulamentação do sistema financeiro mundial, aumento do fluxo internacional de capitais, maior integração dos sistemas financeiros mundiais e elevação da concorrência

nos mercados produtivos e financeiros. Esta mudança exigiu reformas institucionais na República Federativa do Brasil. A matriz teórica, política e ideológica desse movimento estruturou-se no processo de reforma do aparelho de Estado iniciado em 1995 quando assume o poder o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). A expansão da economia no âmbito global está associada à incorporação de avanços tecnológicos que demandam conhecimentos cada vez mais especializados que resultam em maior complexificação do processo produtivo, o qual, por sua vez, passa a exigir nova qualificação da força de trabalho e diminuição de seu custo, ao mesmo tempo em que se modificam o processo de acumulação, de valorização do capital, bem como a reprodução social e a sociabilidade do trabalhador. Essa nova configuração econômica – impulsionada pelos organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial - BM) orientados pelas diretrizes enfileiradas pelo Consenso de Washington – marca o início de um novo regime econômico e político, e de uma ampla rede de intercâmbios comerciais, produtivos e financeiros. As políticas de liberalização da economia dos países emergentes, em especial o Brasil, resultaram na abertura de seus mercados ao investimento estrangeiro e, desta maneira, no aumento do fluxo de capital externo direto. (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2013)

Os referidos autores resgatam os estudos de Salama (2007) reiterando que o aumento do fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) nesse período foi resultado de um modelo de desenvolvimento econômico, cada vez mais dependente da entrada de capitais, adotado por países como o Brasil em resposta às crises econômicas dos períodos anteriores. Esse modelo de desenvolvimento baseava-se na rápida abertura econômica que provocava, em alguns casos, a destruição ou a reestruturação do aparelho produtivo, como foi o caso do Brasil, bem como uma reforma das instituições republicanas, um novo pacto social e a mudança da sociabilidade do trabalhador. As reformas carregaram em si essa racionalidade.

A predominância financeira, portanto, produz efeitos consideráveis sobre o conjunto da economia global, com o aumento da finança especulativa cuja rentabilidade beneficia exclusivamente os detentores do capital financeiro. Nesse novo regime de acumulação, os critérios de rentabilidade são impostos pela alta administração das grandes corporações, sob o domínio dos acionistas que, na sua maioria, são representados por fundos de investimento e fundos mútuos. Trata-se agora de uma nova etapa na inserção das economias no capitalismo financeiro mundial, com o papel crescente da lógica acionista e dos fundos de investimento estrangeiros, e com a financeirização da gestão das empresas.

Para a Professora Marilena Chauí (1999), a solução sugerida e que culminou no Estado Neoliberal, propôs: 1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar o exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual, e, dessa forma, sobre o consumo, o trabalho e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua própria “racionalidade”, operasse a desregulação.

O modelo em questão foi aplicado primeiro no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, expandiu-se para todos os países capitalistas, exceto os asiáticos, e conseqüentemente, para o leste Europeu, após a queda do muro de Berlim. A acumulação flexível, que não havia sido prevista pelo grupo Neoliberal, é resultado do modelo político em questão. O intento de diminuir as taxas de inflação foi alcançado, no entanto, no que se refere ao aumento da taxa de crescimento, não foi possível porque o modelo incentivou a especulação financeira em vez de investimentos na produção, assim, o monetarismo superou a indústria (CHAUÍ, 1999).

Esse modelo político foi o implantado no Brasil a partir dos anos 90 e teve impacto direto no fundo público, criado pelo Estado do Bem Social e que era caracterizado como: 1) financiamentos simultâneo da acumulação do capital (gastos públicos com a produção, desde subsídios para agricultura, indústria e comércio, tecnologia, formavam amplos setores produtivos estatais, além da valorização financeira do capital por meio da dívida pública, 2) pelo financiamento da força de trabalho, alcançando toda a população por meio dos gastos sociais com educação gratuita, medicina socializada, previdência social, seguro desemprego, subsídios para o transporte, alimentação e educação, etc, além da reprodução da força de trabalho por meio das despesas sociais. O seja, houve a socialização dos custos da produção e manutenção da apropriação privada dos lucros e da renda.

Assim, em função do duplo financiamento proporcionado pelo Estado, foi gerado um segundo salário, um salário indireto, que resultou no aumento da capacidade de consumo das classes trabalhadoras, ou seja, consumo das massas.

Analisando a reforma gerencial do Estado de 1995, elaborada por Bresser-Pereira (1995), cujas principais mudanças legais previstas foram transformadas em leis: a reforma constitucional que ficaria chamada de “reforma administrativa” foi aprovada praticamente na forma proposta pelo governo, flexibilizando o regime de estabilidade e terminando com o regime jurídico único; as agências reguladoras foram criadas e dotadas de autonomia previstas para agências executivas; foram definidas em lei e estabelecidas as primeiras organizações sociais destinadas a executar no setor público não-estatal atividades sociais e científicas que o Estado deseja financiar mas não executar diretamente; foi criado o regime do emprego público como alternativa ao cargo público quando não se tratar do exercício de atividade exclusiva de Estado; alterações substanciais na lei regulando o regime de trabalho dos servidores públicos foram introduzidas com o objetivo de eliminar “privilégios e distorções”, os contratos de gestão e o conceito de indicadores de desempenho foram claramente definidos; e uma nova política de recursos humanos foi colocada em prática com ênfase no “fortalecimento” do núcleo estratégico do estado e na realização de concursos anuais com pequeno número de vagas de reposição para as carreiras de Estado. Além disso, uma estratégia gerencial de administração – a gestão pela qualidade total – foi adotada e passou a ser consistentemente aplicada na administração Pública Federal e em diversas administrações estaduais e municipais. Desse modo, o aval dado pela reforma junto à alta cúpula do governo da época, possibilitou uma clara mudança de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial. O autor afirma, então, que houve êxito nos três planos da reforma: no institucional, no cultural e no da gestão (BRESSER-PEREIRA, 2000).

O autor enfatiza que a reforma Gerencial do Estado, que trata da transição do Estado produtor para o estado Gerencial, que vai além da criação de agências reguladoras, sendo um “Estado Democrático e Eficiente”, financiador, a “fundo perdido”, de serviços sociais e de pesquisa, agindo também como “capacitador” da competitividade das empresas privadas.

Trata-se do princípio da gestão disseminada por todos os níveis do governo, e elencaremos a visão do autor e os estágios da implantação da reforma Gerencial, com o intuito de contextualizar as mudanças ocorridas na máquina estatal e, conseqüentemente, na Educação do país. Logicamente, o primeiro impacto foi na Educação Pública, já que a educação privada possui fins claros no que se refere ao objetivo.

Bresser Pereira foi o principal responsável pela reforma, à frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. A proposta em questão foi apresentada em

janeiro de 1995 e não estava incluída na agenda política do país. De acordo com o autor, a reação foi de profunda descrença quanto à aplicabilidade da reforma, uma vez que “a burocracia estatal brasileira é muito poderosa”. Porém, utilizando as palavras do autor “estavam enganados duplamente: primeiro, porque supunham que a reforma fosse contra os servidores públicos quando não era: embora implicasse na eliminação de privilégios burocráticos, propunha o aumento da autonomia gerencial; segundo, porque não podiam imaginar que acabasse por contar com o apoio da opinião pública e da alta burocracia e fosse aprovada”.

Desse modo, o autor afirma que, em 1997, já “estava claro” que a reforma Gerencial de 1995 havia sido “bem sucedida” no campo cultural e institucional. Assim, a ideia da administração pública gerencial em substituição à burocrática havia-se tornado “vitoriosa”, e as principais instituições necessárias para a sua implementação tinham sido aprovadas ou estavam em processo final de aprovação pelo Congresso. Porém, o autor afirma que o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, não tinha poder suficiente para a segunda etapa da reforma. Assim, em 1999, foi criado um novo ministério, chamado de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Tal Ministério, cuja missão atribuída era a de implementar a reforma gerencial, passou a realizar essa tarefa usando como instrumentos básicos o orçamento anual da República, e, em especial, o Plano Plurianual - PPA. Por outro lado, no nível dos estados da federação, e dos municípios, as ideias e instituições das reformas gerenciais vão sendo implantadas de forma cada vez mais consistente. Em um nível mais amplo, as ideias da Reforma gerencial e do Estado de 1995 ultrapassaram as fronteiras do país, e, através do CLAD – Conselho Latino- Americano de Administração para o Desenvolvimento, estendeu-se para a América Latina através da aprovação pelos ministros de administração latino-americanos do documento Uma Nova Gestão Pública para a América Latina.

De acordo com o autor, no que se refere ao caminho percorrido no Brasil entre a reforma burocrática e a reforma gerencial, existem três formas de administrar o Estado: a “administração patrimonialista”, a “administração burocrática” e a administração pública gerencial. A administração patrimonialista é do Estado, mas não é pública, em tempo que não visa o interesse público. É a administração típica dos Estados que antecederam o capitalismo industrial, mais particularmente das monarquias absolutistas que antecederam, imediatamente, o capitalismo e a democracia, logicamente, numa visão capitalista. Desse modo, seria a administração que confunde o patrimônio pessoal do príncipe com o patrimônio público.

Ainda segundo o autor, a administração pública burocrática é aquela baseada em um serviço civil profissional, na dominação racional legal weberiana e no universalismo de procedimentos, expresso em normas rígidas de procedimentos administrativo. A administração pública gerencial, de acordo com Bresser-Perreira (2000), seria denominada de “a nova gestão pública”.

Assim, através da Reforma burocrática, ocorrida na Europa no século XIX, nos Estados Unidos no início do século XX, e no Brasil nos anos 30, nos quadros do liberalismo, mas, não da democracia, estabeleceu-se a administração pública burocrática. A reforma Burocrática foi um grande avanço ao romper com o patrimonialismo e estabelecer as bases para o surgimento da administração profissional. Nessa perspectiva, que enfatizamos como sendo capitalista, cuja intenção é mostrar como foi implementada a Reforma Gerencial no país. Foi uma verdadeira reforma porque se antepôs à administração patrimonialista e criou as instituições necessárias à racionalização burocrática e mais especificamente, ao surgimento de uma burocracia profissional. Porém, quanto mais tarde ela ocorreu, como foi o caso no Brasil, mais se caracterizou como uma reforma fora do tempo, na medida em que exigia observância dos princípios da administração pública burocrática, em um momento em que o Estado assumia papéis crescentes na área econômica e social.

Assim, de acordo com Bresser Pereira (2000), durante um longo período que vai, aproximadamente, dos anos 30 até os anos 70, houve uma grande inconsistência entre as novas tarefas do Estado e o ritmo acelerado do progresso técnico em todas as áreas.

Todavia, só a partir dos anos 80 que teve início, em países da OCDE, principalmente no Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e países escandinavos, a segunda grande reforma administrativa nos quadros do sistema capitalista: a reforma gerencial. Nos anos 90, essa reforma se estendeu para os Estados Unidos e para o Chile e Brasil, e, mais recentemente para o México. Constituiu-se, então, todo um quadro teórico e uma prática administrativa que visam “modernizar o Estado” e tornar sua administração pública mais eficiente e mais voltada para o “cidadão cliente”, aplicando-se ao setor público, os princípios da organização privada.

Desse modo, a reforma Gerencial do Estado de 1995 buscou criar novas instituições legais e organizacionais que permitiram que a burocracia profissional e moderna tivesse condições de gerir o Estado Brasileiro. Contudo, apesar de ter um caráter primordialmente institucional, foi executada também em uma dimensão cultural, que

significou a tentativa de acabar de vez com o patrimonialismo, e por outro lado, transitar da cultura burocrática para a gerencial.

Bresser-Pereira (2000) afirma que a reforma, portanto, envolve, uma mudança estratégica de gestão, a partir de uma estrutura administrativa ou em um aparelho de Estado reformado. Não se limita à descentralização de estados e municípios, mas, propõe uma nova classificação das atividades do Estado, e estabelece quais os tipos de propriedade e os tipos de administração correspondentes. O autor enfatiza que já existe um consenso sobre a inviabilidade do Estado mínimo, enfatizando sobre a necessidade da ação reguladora, corretora e estimuladora do Estado. Nessa perspectiva, no momento da elaboração da reforma, o autor se questionou: “Quais são as atividades que o Estado hoje executa?”; “Quais as atividade para as quais, embora não exista essa exclusividade, são atividades que a sociedade e o estado consideram necessário financiar (em especial, serviços sociais e científicos)”;

“Quais as atividades empresarias, de produção, de bens e serviços para o mercado?”; “Quais são as formas de propriedade privada e a estatal, ou haveria entre as duas uma terceira, a propriedade pública não estatal, que assume cada vez maior importância nas sociedades capitalistas contemporâneas?”

Com base nessas perguntas e na dicotomia da administração burocrática-administração gerencial, o autor construiu o modelo de gestão para o setor público.

Para o autor, os Estados modernos contam com três setores: o setor das atividades exclusivas do Estado, onde se encontram o núcleo estratégico e as agências executivas ou reguladoras; os serviços sociais e científicos, que não são exclusivos, porém, pelo caráter da atividade, por questões éticas, demandam de forte financiamento do Estado; e, finalmente, o setor de produção de bens e serviços para o mercado.

Dessa forma, o núcleo estratégico é o centro no qual se definem a lei e as políticas públicas, além de se garantir o seu cumprimento. É composto pelo Presidente ou Primeiro Ministro, ministros, tribunais superiores, e pela cúpula dos servidores civis. Autoridades estaduais e das grandes cidades também são consideradas parte do referido núcleo (BRESSER-PEREIRA, 2000).

Assim, as atividades exclusivas são aquelas que envolvem o poder do Estado. São aquelas que implicam em um poder extroverso em relação ao Estado, na medida em que este é a única organização com poder de regular não apenas os próprios membros da organização, mas, de toda a sociedade. Em tese, são as atividades que garantem que todas as leis e as políticas sejam cumpridas e financiadas. Exemplificam-se com as forças armadas, a polícia, a



agência arrecadadora de impostos – tradicionais, como também, agências reguladoras, agências de fomento e controle de serviços sociais (educação, saúde e cultura) e da pesquisa científica, e a agência da seguridade social básica – serviços não exclusivos. Os serviços tidos como não exclusivos, são os serviços que o Estado provê, mas que não envolvem o exercício do poder extroverso. Podem ser também, segundo o autor, oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não estatal. O autor exemplifica os serviços de educação, saúde, cultura, e pesquisa científica.

O autor propõe, assim, a adoção da administração pública gerencial para os três setores, porém, para as atividades exclusivas de Estado, onde a efetividade é quase sempre mais relevante que a eficiência, necessário se faz alguns controles burocráticos devidamente atualizados. Sendo uma estratégia essencial se reforçar o núcleo estratégico. O autor afirma sobre a importância de reformar o aparelho do Estado com servidores bem treinados e altamente competentes. Apesar da carreira e da estabilidade serem asseguradas por Lei, devem ser entendidas de um modo flexível.

Com relação à propriedade, Bresser-Pereira (2000) afirma que se trata de uma questão essencial, sendo que com relação ao núcleo estratégico e nas atividades exclusivas do Estado, devem ser por definição, Estatal. No que se refere às atividades na produção de bens e serviços, existe um consenso para os teóricos liberais, e cada vez maior, segundo o autor, de que a propriedade deva ser privada. O autor apregoa a presença de agências reguladoras que evitem lucros excessivos, entretanto, que essas agências se dediquem a situações em que os serviços públicos possam ser oferecidos em condições de razoável competitividade.

No que se refere a domínio dos serviços não-exclusivos, o autor assume ser mais difícil a definição da propriedade. Não havendo necessidade de que sejam controladas totalmente pelo Estado, mesmo envolvendo direitos humanos básicos (educação, saúde). Assim, assume a alternativa de adotar-se o regime de propriedade pública não-estatal, utilizando organizações de direito privado, mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos. No tocante ao termo “propriedade pública”, o autor se refere ao sentido de se dedicar ao interesse público, que deve ser de todos, que não visa o lucro e o termo “não-estatal”, já que não é parte integrante do aparelho do Estado.

Importante destacar que o autor exemplifica que nos Estados Unidos, todas as universidades são organizações públicas não estatais. Podem então, ser convencionalmente consideradas “privadas” ou “estaduais”, mas, a rigor, as “privadas” não visam ao lucro e as “estaduais” não empregam servidores públicos. Todas são parcialmente financiadas ou

subsidiadas pelo Estado – as privadas menos que as estaduais –mas são entidades independentes, controladas por conselhos de Direção que representam a sociedade civil e, minoritariamente o governo. O autor cita o exemplo do Reino Unido, que outrora tinha seus hospitais e escolas sob o controle do governo e que agora não é assim, apesar de não privatizarem, passaram do controle do Estado para o controle público.

Nesse sentido, surge com a reforma gerencial no aparelho do Estado três instituições, sendo elas: agências reguladoras, agências executivas e as organizações sociais.

Sob o ponto de vista hegemônico, a reforma teve como objetivo direto tornar o aparelho do Estado mais eficiente, além de buscar uma maior afirmação da cidadania, enfatizando o conceito de cidadania sob o ponto de vista hegemônico. A reforma foi inspirada claramente na administração das empresas privadas. Palavras como: eficiência, eficácia, gestão e controle, permeiam todo o texto de Bresser-Pereira (2000).

Recuperamos então, o ponto de vista de Marilena Chauí (1999), com respaldo em Oliveira (1998), que nos explica como o Estado aumentou o seu déficit público com a criação do fundo público.

Marilena Chauí (1999) ressalta ainda, com base em Francisco Oliveira (1998), que por conta do processo de garantia de acumulação e reprodução do capital e da força de trabalho, o Estado endividou-se, num processo de dívida pública conhecido como déficit fiscal ou “crise fiscal do Estado”.

Ainda com respaldo em Francisco Oliveira (1998), Marilena Chauí (1999) afirma que o fundo público é o anti-valor, por não ser capital, e a anti-mercadoria, por não ser força de trabalho. Portanto, trata-se de uma contradição à premissa básica do capitalismo, onde o trabalho era a mercadoria padrão e que media o valor das outras mercadorias. Assim sendo, quando o trabalho perde a condição de mercadoria padrão que media o valor das outras mercadorias, o dinheiro deixa de ser mercadoria e se torna simplesmente moeda ou expressão monetária da relação entre credores e devedores, transformando a economia em monetarismo.

Nessa perspectiva, o fundo público define a esfera pública da economia de mercado socialmente regulada e que as democracias representativas agem num campo de lutas polarizado pela direção dada ao fundo público. Assim, o neoliberalismo não é a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do Estado e desaparecimento do fundo público, mas, o modelo político que decide cortar o fundo público no que se refere ao financiamento de bens e serviços públicos e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas

que foram abertas por ele mesmo. Assim, a luta democrática de classes fica reduzida como luta pela gestão do fundo público em contraponto à gestão neoliberal, de acordo com o modelo político em questão (CHAUÍ, 1999).

É na contextualização sobre a reforma do Estado, que procuramos entender o processo em que a educação é transformada de direito em serviço e percebe a universidade como prestadora de serviços, é conferido um sentido bastante determinado à ideia de autonomia universitária e introduz termos como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade”.

Os professores Silva Junior; Sguissardi (2013) explicam que essas mudanças tiveram por objetivo preparar o país para sua inserção no âmbito internacional de valorização financeira tendo como âncora o controle inflacionário, a valorização cambial e taxas de juros que foram mantidas em patamares elevados e que beneficiavam os interesses dos credores do Estado e os do capital financeiro. Essa equação permitiu maior remuneração dos títulos públicos e, em consequência, inflou as despesas do Estado com o serviço da dívida, comprometeu grande parcela do orçamento da União e diminuiu de modo substantivo os gastos estatais em setores estratégicos para a sociedade. Os gastos com o pagamento da dívida pública correspondem a 41,4% do orçamento da União para o presente exercício de 2012. O orçamento total para o ano de 2012 foi de R\$ 2,2 trilhões. As despesas com a dívida pública (interna e externa) totalizaram R\$ 910,0 bilhões, dos quais R\$ 653,9 bilhões corresponderam à rolagem da dívida ou a seu refinanciamento, o que representa a substituição de títulos anteriormente emitidos por títulos novos, com vencimento posterior. O pagamento da dívida somou juros no total de R\$ 129,6 bilhões e amortização (diminuição do principal da dívida) de R\$ 128 bilhões.

Portanto, uma parte significativa dos impostos recolhidos pelo Estado com base na renda produzida pela sociedade vem sendo correntemente utilizada no pagamento dos serviços da dívida, ou seja, os detentores desses ativos financeiros receberam e recebem anualmente uma grande parcela da renda real, mesmo sem terem participado do processo de produção.

A adoção dessa lógica que transformou o Brasil em plataforma de valorização financeira internacional só foi possível com a institucionalização de algumas medidas que outorgaram maior autonomia ao Banco Central, a fim de garantir uma política monetária que honrasse fiel e continuamente o pagamento dos serviços da dívida e que remunerasse, com juros elevados, os detentores dos títulos públicos, dando continuidade ao processo de

liberalização financeira cujo objetivo foi gerar novas oportunidades de investimento e de entrada massiva de fluxos de capital estrangeiro. Dessa forma, com a autonomia do Banco Central, foi possível criar alguns mecanismos e incentivos para atrair os investidores estrangeiros sem a necessidade de, periodicamente, recorrer à autorização do Congresso. A autonomia do Banco Central está inserida em um contexto mais amplo de reformas realizadas com base no ideário neoliberal e que visaram a reestruturar o Estado brasileiro, modernizar a estrutura produtiva e a economia, sob o discurso da produtividade e competitividade, enquanto se subordinava o país aos imperativos. (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2013)

Marilena Chauí (1999) realiza um resgate sobre a autonomia universitária pública, deflagrada no período da ditadura militar. Naquela época um dos elementos-chaves do combate dos professores era a conquista da eleição direta dos dirigentes universitários (reitores e diretores de universidades) e buscava não só garantir que a universidade pública fosse regida por suas próprias normas, democraticamente instituídas por seus órgãos representativos, mas, visava ainda assegurar critérios acadêmicos para a vida acadêmica e independência para definir a relação com a sociedade e com o Estado. Assim, a palavra autonomia possuía sentido sócio-político e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e regulação.

Assim, ao ser transformada numa organização administrada, a universidade pública perde, em grande parte, a sua autonomia, pois, se resume a gestora de receitas e despesas, dado que de acordo com o contrato de gestão, pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, a renovação ou não de tal contrato está determinada por atingir ou não tais indicadores. A palavra autonomia, de acordo com o modelo em questão, significa o gerenciamento empresarial da organização e prevê que, para cumprir metas e alcançar indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade pública tem autonomia para “captar recursos” de outras fontes, realizando parcerias privadas. Desse modo, como relata Chauí, o Ministério da Educação estaria confundindo autonomia com autarquia, ao pensar a universidade pública como um órgão da administração indireta, gerador de receitas e captador de recursos externos.

No que se refere à flexibilização, para o Ministério da Educação, significa: 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e dedicação exclusiva, substituindo-os por contratos “flexíveis”, ou seja, contratos temporários e precários. 2) simplificar os processos de compra (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas; 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões

do país, ou seja, às demandas das empresas locais; 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e a segunda para centros autônomos de pesquisa (CHAUI, 1999).

Já no que se refere à qualidade, conforme Chauí no texto em questão, define-se como competência e excelência cujo critério é o “atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”, e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo isso ocorre e qual o custo de tal produção. Ou seja, os critérios são: quantidade, tempo e custo e tais indicadores irão definir o contrato de gestão. E, em nenhum momento, questiona-se o que se produz, como se produz e para quem se produz, numa inversão de qualidade pela quantidade. Verifica-se também que a docência não é pontuada como “produtividade”, ficando a cargo, em muitas situações, dos tais contratos flexíveis.

Assim, a Reforma apregoa a universidade como organização social e a sua inserção no setor de serviços não exclusivos do Estado. A filósofa Marilena Chauí recupera em seu texto sobre a Universidade Operacional, que desde o seu surgimento, no século XIII, a universidade, sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social, fundada no reconhecimento público a sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante as outras instituições sociais e que é estruturada por regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Marilena Chauí (1999) afirma que a legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia de saber em face da religião e do Estado, assim, num conhecimento guiado por sua própria lógica, por suas próprias necessidades, tanto do ponto de vista de sua própria invenção ou descoberta como de sua transformação. Nesse contexto, a universidade europeia se transformou em sinônimo das ideias de formação, reflexão, criação e crítica. Assim, com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade se transformou também numa instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber. Assim, a filósofa argumenta que, seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como ideia reguladora, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista.

Assim, com respaldo na Escola de Frankfurt, a filósofa estabelece a diferença entre uma instituição e uma organização se define como uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo em particular. Não se refere a ações articuladas, às ideias de reconhecimento externo

e interno, de legitimidade interna e externa, mas, baseada em ideias próprias e em formas de como atingir o objetivo ao qual se propõe. Por outro lado, a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesmo como referência.

Quando caracteriza uma organização, Marilena Chauí (1999) rememora que organizar é administrar, e administrar é introduzir a racionalidade nas relações sociais. Desse modo, a racionalidade administrativa consiste em sustentar que não é necessário discutir os fins e sim estabelecer os meios para obtenção de um determinado objetivo.

Com efeito, analisar a afirmação de que uma organização será racional se for eficiente e será eficiente se estabelecer uma rígida hierarquia de cargos e funções, onde cada subida de cargo e de função aumenta a posição social e o status, significa entender que quanto mais todos os seus membros se identificarem com ela e com seus objetivos, fazendo da sua vida um serviço a ela, melhor.

Além disso, Chauí (1999) explica que de acordo com a afirmação de que a organização é uma administração científica racional, que possui lógica própria e independe da vontade de seus membros, será dela, da organização, o conhecimento das ações a serem realizadas pelas pessoas competentes para tanto.

O modelo de organização se amplia e se reforça com o surgimento da tecnociência, conforme apregoa a autora. Assim, desde o século XVII até meados do século XX, julgavam-se que as ciências eram teorias puras que, na prática podiam tornar-se ciências aplicadas por meio das técnicas, a maioria das quais era empregada pela economia capitalista para a acumulação e reprodução do capital. Porém, não significa mais usar técnicas vindas da aplicação prática das ciências, mas, de desenvolver tecnologias. Com efeito, a tecnologia é resultado de conhecimentos científicos para serem produzidos e que, uma vez construídos, interferem no próprio conteúdo das ciências.

Em seu trabalho intitulado a Ideologia da Competência, Marilena Chauí (2014) rememora que o termo vem sendo construído a partir de 1930, com todas as mudanças sofridas no trabalho e refletidas na sociedade e nas relações sociais. Notadamente, a sensação exposta pelos professores é um reflexo de como as Organizações estão inseridas e de como as pessoas são cobradas para que “façam parte” das mesmas. A sensação de insegurança é premissa para que o sistema busque “o mais competente”.

A pensadora remonta a maneira como o modelo da Organização se difunde e se espalha por todas as instituições sociais e por todas as relações sociais. Nos rememora com

base no trabalho de Claude Lefort, que a ideologia contemporânea pode ser denominada de ideologia do invisível. Que se resume ao fato de que o discurso burguês, que outrora era produzido e emitido pelo – pai, o patrão, o pastor, o professor, o sábio, passa a ser emanado diretamente das Organizações e das “Leis de Mercado”.

Assim, Chauí (2011) resume o conceito da “ideologia da competência”, como a junção de: Organização (ou a suposta administração racional do trabalho), gerência científica e tecnociência. Percebe-se que a divisão social das classes está acrescida de novas divisões e que estas se resumem à: os que possuem poder porque possuem saber e os que não possuem poder porque não possuem saber.

Desse modo, considerando que o discurso competente pode ser interpretado como aquele “proferido pelo especialista, que ocupa uma posição ou um lugar determinado na hierarquia organizacional”, teremos duas afirmações que se contradizem: em uma delas, num discurso da própria organização, a afirmação de que “esta é racional e que ela é o agente social, político e histórico, de sorte que os indivíduos e as classes sociais são destituídos e despojados da condição de sujeitos sociais, políticos e históricos”; num outro discurso, a organização é competente, enquanto os indivíduos e as classes sociais são incompetentes, objetos sociais conduzidos, dirigidos e manipulados pela organização. Enquanto uma afirmação invalida os indivíduos e as classes, a outra busca revalidá-los, mas o faz tomando-os como pessoas ou indivíduos privados. A autora denomina tal contradição de “competência privatizada”.

Tal discurso se torna presente e vai “impregnando” todas as nossas relações. Passamos a nos relacionar com o mundo através do “discurso do especialista”, seja com o filho (discurso do pediatra), seja com a comida (discurso da nutricionista), seja com a criança (discurso da pedagogia e da pediatria). Desse modo, a junção do discurso competente de especialistas e o discurso da organização, temos duas premissas que validarão as relações sociais dentro da lógica capitalista: O discurso da organização que afirma que só existe racionalidade dentro das leis de mercado e o discurso do especialista que afirma que só existe felicidade na competição e no sucesso de quem vence.

Esse discurso da competência foi sentido em vários momentos nas entrevistas realizadas. Quando questionados sobre, *“como o professor compreende a percepção do aluno em relação ao papel da Universidade?”*

## Discurso do Sujeito Coletivo

*Um espaço que dará a eles a oportunidade de ter um diploma para ter ascensão social. Onde tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, os alunos demonstram querer que as faculdades o preparem para o mercado e mantem uma relação muito focada no retorno técnico. Visão instrumental, enxergam como uma ferramenta, técnica.*

Percebe-se claramente no discurso dos professores, os aspectos ligados ao “discurso da competência”, cuja tônica é a reprodução da lógica capitalista com a preocupação exacerbada em “inserir o aluno no mercado”. O discurso da Organização ou da empresa torna-se único. E, logicamente, só existe “racionalidade” dentro das leis de Mercado.

Na seção seguinte, trataremos da contextualização histórica da Universidade Privada Brasileira. Reiterando que temos um discurso único para públicas e privadas, porém, guardando as especificidades de cada uma e entendendo que no que se refere à “autonomia” do professor, os que concentram seu trabalho na pública possuem em maior proporção e podem, em sala de aula, exercer sua função mais livremente.

### 3.2 A UNIVERSIDADE PRIVADA BRASILEIRA – UM APANHADO DOS ANOS 90 AOS DIAS ATUAIS

Notadamente, em seu livro Educação para Além do Capital, István Mészáros, consegue, com grande precisão, explicar a ligação entre a educação e o modo de produção capitalista. Para o autor, é inconcebível uma reformulação da educação sem a correspondente ruptura do sistema, com a transformação dos quadros sociais, onde as práticas educacionais deveriam realizar as suas funções de mudança. Em verdade, as mudanças realizadas hoje pela educação, esbarram em limitações impostas pelo próprio modo de produção de capitalista e, dentro dessa lógica, só são permitidas aquelas com o objetivo de corrigir algum detalhe da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2005).

Com efeito, o autor Húngaro reitera que a educação é utilizada pelo sistema para ajustar as formas através das quais os “múltiplos interesses particulares conflitantes” coexistem, sem nunca alterar a lógica imposta. Ou seja, apenas é permitido validar e corrigir



falhas do próprio sistema. Notadamente, o mesmo vale para a lógica hegemônica fundamental entre capital e trabalho.

Assim, nesse sentido, a educação institucionalizada, em especial nos últimos cento e cinquenta anos, serviu, não apenas para fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão, como também para disseminar um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, de forma a não haver nenhuma alternativa à “gestão da sociedade” ou na forma “internacionalizada”, ou a um ambiente de dominação estruturalmente hierarquizado.

Nessa perspectiva, a educação é tida como uma “interiorização”, por parte dos indivíduos, das aspirações sistêmicas, objetivando legitimar as expectativas hegemônicas, tidas como “condutas certas”. Assim, a educação formal, não é a força primária do capitalismo, nem tem por objetivo, por si só, criar alguma alternativa radical de rompimento com a lógica.

Com base no trabalho de István Mészáros (2002, 96), “Para Além do Capital”, temos uma citação direta que permite o entendimento da expansão da educação privada, e o impacto direto no trabalho do professor. No que se refere ao aspecto *sociometabólico* do capitalismo, temos:

Necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” ou um “mecanismo racionalmente controlado”, ou um “mecanismo neutro de mercado”, mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal porque este sistema forçosamente escapa a um significativo controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, devem se ajustar e assim provar a sua “viabilidade produtiva”, ou parecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais absorvente, totalitário, do que o sistema do capital dominante, **que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira**, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade desde as menores unidades de seu microcosmo até as mais gigantescas empresas transacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes contra os fracos.”(Grifo nosso)

Nesse contexto, o modelo educacional contemporâneo, acompanha as mutações do sistema capitalista. Assim sendo, pós década de 1970, a educação sofreu a mesma reestruturação já explicada no que se refere ao processo de financeirização do capital. O toyotismo exigiu um trabalhador polivalente, flexível, competitivo, multifuncional e empreendedor e a escola tem que dar conta das habilidades e competências que preparem o mesmo para o mercado de trabalho.

A professora Acácia Kuenzer (2002) reitera que os trabalhadores precisam adaptar-se ao “novo modelo trabalhador” e, no momento em que as bases produtivas se transformam, é preciso capacitar e adaptar o mesmo a uma demanda cada vez mais esvaziada do processo produtivo, onde a lógica da “polarização das competências” se coloca de forma muito mais dramática que no fordismo.

Com efeito, o ato educativo, no tocante à sua articulação com o processo de trabalho capitalista, está a serviço deste último, e configura-se como uma transformação intelectual, cultural, política e ética e tem como objetivo maior, atender as necessidades específicas de valorização de capital (KUENZER, 2002).

Ademais, os projetos pedagógicos acompanham a lógica “flexível” e “competitiva”, principalmente nos cursos aqui estudados, Ciências Contábeis e Administração, e incorporam jargões empresariais, como: competitividade, produtividade, eficiência, competência, entre outros, cuja função é unificar o discurso ideológico, para a reprodução da hegemonia capitalista. Apesar desses dois cursos serem percebidos como a serviço do mercado, da lógica financeira, acredita-se que esse comportamento se repete em todos os cursos.

Assim sendo, a ideologia neoliberal utiliza o conceito da empregabilidade para difundir a lógica e como mecanismo para responsabilizar o indivíduo acerca da sua qualificação pessoal, retirando do Estado e do próprio Capital qualquer responsabilidade de implementação de condições mínimas de sobrevivência e capacitação da pessoa. Sendo assim, a educação é apenas um instrumento que visa atender ao mercado.

A história das Universidades no Brasil, é muito recente. Só após 1920 e 1930, com Semana de Arte Moderna e a criação do Ministério da Educação, respectivamente, que surgem modelos educacionais que levavam em consideração as necessidades de educação da população brasileira de um modo geral. Até a referida época, tinha-se um ensino superior superficial, simples reflexo de cultura estrangeira importada, de ensino oral e tempo parcial (MENEZES, 2014).

O ensino privado no país, teve a sua origem na década de 1940, com a publicação do decreto nº 6.409, de 30 de outubro de 1940, pelo então presidente Getúlio Vargas, que autorizava a instalação da Faculdade de Direito da Faculdade Católica do Rio de Janeiro, com o curso de Bacharelado em Direito, e da Faculdade de Filosofia com cursos de Bacharelado e Licenciatura em várias disciplinas. Esta instituição, conhecida como Faculdade Católica, foi o

embrião da Universidade reconhecida pelo Estado em 1946, a ser transformada na Pontifícia Universidade Católica (PEREIRA; BRITO, 2014).

Notadamente, a Constituição de 1937 foi a primeira referência às escolas técnicas e vocacionais, sendo de 1947 a 1961, o período em que os cursos de ensino médio foram equiparados e a maioria das universidades estaduais federalizadas. Data desse período também, a expansão do ensino médio e das instituições de fomento à pesquisa como a Capes e o Cnpq, apesar do sistema permanecer alheio aos interesses da maioria da população. Nesse mesmo período, foram criadas 18 universidades públicas, sendo de grande relevância para a Institucionalização do ensino superior no país.

Em 1961, a Universidade de Brasília foi criada e se tornou um marco, uma vez que adequava o ensino às necessidades nacionais (MENEZES, 2014).

Como contraponto, data de 1961 também, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trazia um conteúdo privatista e retrógrado, incentivando o aumento de instituições privadas no país. Foi a partir da década em questão, que o número de matrículas em Instituições privadas começou a superar o número de matrículas em Instituições públicas. Enquanto em 1960 a rede pública contava com 59.600 matrículas e a privada com 42.067, em 1970, a primeira contava com 210.613 e a segunda com 214.865. A partir de então, a hegemonia privada se estabelece com números maiores a cada ano (CONTEL; LIMA, 2007).

De acordo com Angelita Menezes (2014), com a gestão militar, em 1964 foi imposta uma reforma no ensino superior, com a fundação de IES públicas e privadas, organizando o sistema de ensino federal em universidades. Foi um período de avanço no setor público de educação e a consolidação do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Menezes (2014), com a redemocratização do país, ocorreram mudanças significativas na educação superior e o grande passo para tanto foi a Constituição de 1988, cujo teor garantia que a maior parte da população tivesse acesso ao ensino. A LDB de 1996, reafirmava a necessidade de promover uma educação pública e de qualidade para todos os cidadãos. Porém, a mesma Lei abre espaço para os avanços da participação da iniciativa privada no ensino superior.

Em 2000, a rede privada de ensino superior tinha 1,8 milhão de alunos, enquanto a rede pública tinha 887 mil. Em 2013, havia cerca de 4,4 milhões de alunos no ensino privado em contrapartida aos 1,8 da rede pública (SEMESP, 2015).

Notadamente, a partir da década de 1960, a dinâmica de expansão do ensino superior via iniciativa privada, é facilmente identificada pelo número de matrículas e que proporcionalmente pode ser confirmada via números de professores na iniciativa privada versus iniciativa pública. De acordo com os estudos de Antônio Bosi (2007), o crescimento da força de trabalho nas IES públicas entre os anos de 1980 e 2005 foi de 53%, enquanto que nas IES privadas foi de 270%. Ademais, no governo Fernando Henrique com a estagnação das Instituições Públicas de Ensino e a multiplicação das Instituições privadas, tal indicador ganhou maiores proporções.

Com efeito, ainda de acordo com os estudos de Bosi (2007), em 2004, 33,6% dos docentes estavam concentrados em IES públicas, enquanto 66,7% nas IES privadas. O autor enfatiza ainda que muitas instituições públicas estaduais, criadas a partir da década de 1980, já nasciam precarizadas, com contratos de trabalhos tidos pelo autor como “criativos”, onde as IES recorrem a “bolsas de pesquisa” por atividade de extensão, como complemento à remuneração docente.

Em seu artigo sobre a reforma do ensino superior, de 2005, o então Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação, Ronaldo Mota, explica, com relação ao item “autonomia”, que além de praticar de modo indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição, seja ela pública ou privada, deve observar os preceitos de liberdade acadêmica plena e constituir-se em espaço privilegiado de “valorização ao mérito”, do “livre pensamento científico”, “da cultura e das artes”.

Tem-se, então, que a partir da internacionalização da economia brasileira, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, o controle por mecanismos de mercado de atividade que até então, eram restritas ao setor público. A educação, conforme já explanado via Meszáros, é vista como grande aliada nesse processo.

Nesse contexto, Fábio Contel e Manoelita Lima (2007), em trabalho sobre os aspectos da internacionalização do ensino superior (2007), afirmam que a mobilidade estudantil, com atração de estudantes de outros países, é fundamental para ampliação dos laços econômicos de países dominantes, ampliando também a capacidade de atuação de brasileiros em empresas transacionais. Tal “interface” ocorre no momento em que os estudantes estrangeiros retornam ao seu país de origem como espécie de embaixadores dos países que os abrigaram.

Ademais, os países tidos como periféricos, tornam-se extremamente atraentes, dado que seu crescimento demográfico ainda está fora de controle, ademais, as instituições

privadas nacionais não têm capital suficiente para investir mais do que os grandes grupos dos países centrais.

Os autores Contel e Lima (2007), reiteram que o tema “internacionalização da educação superior” não é um tema recente, porém, as suas consequências são cada vez mais visíveis e, apesar de terem consequências tidas como “positivas”, como a “cooperação e interação entre as nações”, numa perspectiva mais abrangente, o que é verificado é uma perda de controle que provoca uma série de problemas para os países periféricos. Dada a força que adquirem os “atores” multilaterais e as IES, mais especificamente, comumente se tem a privatização das IES nos países periféricos e a abertura dos mercados de Educação para IES’s de países Centrais, como possibilidades de investimento.

O trabalho de Fábio Contel e Manoelita Lima (2007) trazem subsídios para contestar os aspectos tidos como “positivos” para a “mundialização da educação superior”, uma vez que existe a polarização no fluxo de funcionamento da mesma na economia mundial. Países como: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e Austrália, são, comprovadamente, os grandes beneficiados de tal processo. No aspecto tido como “intercultural”, verifica-se uma via de mão única, uma vez que o que é percebido nos fluxos de mobilidade estudantil atuais, é muito mais um viés competitivo do que colaborativo.

Com efeito, a educação é invadida por interesses econômicos privados, tratada, conforme já explicado por Mészáros (2002), da mesma forma que seria tratado como qualquer outra *commoditie*, ou seja, como mercadoria, da mesma forma que ocorre com transações de produtos.

Assim, a invasão dos grupos econômicos investidores na educação brasileira, interferiu e aumentou o poder de instituições como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), diminuindo a soberania do país, submetendo-o ao controle e à fiscalização externa.

Com efeito, se faz necessário entender que a educação, em todos os níveis, está inserida como um dos setores negociáveis dentro do Acordo Geral sobre Comércio de Serviço (Gats), um dos pilares da OMC. Criada em 1994, a OMC teve como pressuposto, expandir para os serviços, um campo de atuação que *a priori* era apenas restrito ao comércio de bens. Na referida data, ainda não estava claro de que forma a OMC regulamentaria o comércio internacional de serviços. Porém, em 1999, o secretariado da referida instituição, adotou uma lista de doze grandes setores de serviços que deveriam ser submetidos às regras do Gats, sendo eles: 1) Negócios (como os serviços profissionais jurídicos e de contabilidade); 2)

comunicação (como os serviços postais e de telefonia); 3) construção e serviços de engenharia; 4) distribuição; 5) educação (como a educação superior); 6) meio ambiente (como os serviços de saneamento); 7) financeiro; 8) saúde; 9) turismo e viagem; 10) recreação, cultura e esporte; 11) transporte; 12) serviços de cunho genérico (RIBEIRO, 2006). Desse modo, a educação superior é tratada como “modalidade” de comércio de serviços no contexto da OMC.

No Gats, a modalidade “educação” se refere a quatro modos de prestação de serviços, sendo elas: a) *Transfronteiriço*: educação à distância; b) *consumo realizado no exterior*: alunos que se deslocam para estudar no estrangeiro; c) *presença comercial*: provedor de educação que se estabelece, comercialmente, em outro país para prestar serviços mediante sede local, *campus-satélite*, instituições gêmeas ou acordos de franquias com instituições locais; d) *presença de pessoas físicas*: pessoas que viajam, temporariamente, a outros países para prestar serviços como professores ou pesquisadores.

Desse modo, para cada uma das modalidades listadas, o Gats, como agente liberador comercial, promove aos membros da OMC estímulos comerciais por meio da eliminação de “barreiras internacionais” na prestação de serviços. Assim, são consideradas barreiras: a) *Transfronteiriço*: restrições a transmissão eletrônica de materiais, impossibilidade de reconhecimento ou credenciamento da Instituição estrangeira, carga excessiva de impostos ou taxas para a licença ou pagamento de *royalties*; b) *Consumo realizado no exterior*: exigência de visto, exigência de câmbio de moeda, exigência de qualificação prévia de outros países e restrições de trabalho ao estudante estrangeiro; c) *presença comercial*: impossibilidade de obter a licença nacional para reconhecer os diplomas dos estudantes, limitação nos investimentos diretos pelos prestadores de serviço, exigência de nacionalidade, monopólios governamentais, elevado grau de subsídio ao prestador nacional; d) *presença de pessoas físicas*: exigências de imigração, requerimentos de nacionalidade, testes, quotas no número do staff temporário, entre outras barreiras.

Nesse contexto, o lucro é o principal fator motivacional das instituições que compram as instituições nacionais já existentes, notadamente, com o discurso sedutor e camuflado, conforme apregoa a própria lógica do sistema. Conforme afirma Gentili (2005), a mercantilização do conhecimento visa ofertar saberes específicos orientados para um mercado que não necessita de trabalhadores críticos, mas, flexíveis, polivalentes e adaptáveis a todas as mudanças impostas pelo sistema, que sempre terá o intuito de explorar a classe trabalhadora.

Notadamente, o decreto lei nº 2.306 de 19 de agosto de 1997, regula o funcionamento das IES privadas sem e com fins lucrativos, conforme a seguir:

Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II do art. 1 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Art. 2º determina que as entidades mantenedoras de IES, sem finalidade lucrativa, deverão: I. Elaborar e publicar, em cada exercício social, demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes, com o parecer do conselho fiscal ou órgão similar; II. Manter escrituração completa e regular de todos os livros fiscais, na forma da legislação pertinente, bem como de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial, em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão; III. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a aferição de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham modificar sua situação patrimonial; IV. Submeter-se, a qualquer tempo, a auditoria pelo Poder Público; V. Destinar seu patrimônio a outra instituição congênera ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente;

VI. Comprovar, desde que solicitada: a aplicação de seus excedentes financeiros para fins das IES mantidas, a não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros ou equivalentes; a destinação, para despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, incluindo os encargos e benefícios sociais, de pelo menos sessenta por cento da receita das mensalidades escolares provenientes da IES mantida, deduzidas as reduções, os descontos ou bolsas de estudo concedidas e excetuando-se, ainda, os gastos com pessoas, encargos e benefícios sociais dos hospitais universitários.

Art. 4º determinada que as entidades mantenedoras de IES com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão: I. Elaborar e publicar, em cada exercício social, demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes, com o parecer do conselho fiscal, ou órgão similar; II. Submeter-se a qualquer tempo, auditoria pelo Poder Público.

Art. 7º determina que as instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil quanto aos encargos fiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual.

Com base na referida legislação, enfatizamos parte do art. 7º, no que se refere a: “ficam submetidas ao regime da legislação mercantil quanto aos encargos fiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem”. Notadamente, a própria legislação dispensa qualquer tipo de interpretação, no que se refere a “comercialização do ensino superior no país”.

Sendo assim, a partir do ano de 2005, após o amparo da legislação do país (1997) e das “recomendações” da OMC (1999), iniciaram-se os processos de fusões e aquisições nas Instituições de Ensino Superior Privado no Brasil. De acordo com Gorgulho (2009), entre os

anos de 2005 e 2009, foram realizadas 78 fusões e aquisições de instituições privadas no ensino superior do país, das quais, pelo menos 27 transações movimentaram, no mínimo, 11 bilhões de reais.

De acordo com o estudo de Tarciso Pereira e Silvia de Brito, que analisaram tal mercado ente 2005 e 2013, foi possível perceber que o primeiro ciclo das fusões ocorreu entre 2005 e 2010, quando o maior volume de operações se concentrou no ensino superior (IES) e escolas de línguas. A partir de 2010, outros “nichos” passaram a ser buscados pelos investidores, como o ensino técnico, médio e fundamental, além, notadamente, do Ensino Superior. Em verdade, tratou-se de uma “estratégia” financeira, que visou a “diversificação de portfólio”, a fim de minimizar possíveis riscos dos investidores.

Ainda com respaldo no referido estudo, percebeu-se que o processo de incorporação de instituição de ensino superior brasileira pelo capital estrangeiro assumiu novas configurações, muito mais agressivas no que se refere a negociações, com a entrada dos setores bancários e rentistas nos negócios educacionais.

Entre os anos de 2005 e 2013, algumas movimentações se destacaram, dada a relevância financeira auferida, sendo os mais relevantes: a injeção de R\$ 200 milhões de reais pelo fundo de *private equity* BR Educacional na Abril Educação, em 2011. Sendo o mesmo ano em que a Anhanguera comprou a Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN), por estimados R\$500 milhões de reais e formou um grupo com mais de 400 mil alunos. Em 2013, o Grupo Anhanguera realizou uma fusão com a Kroton Educacional ( que em 2009 recebeu uma injeção de capital na ordem de R\$280 milhões do fundo de investimento *Advent Internacional*), e juntos, os dois grupos que eram tidos com os maiores de ensino privado no país, formaram um “gigante educacional”, avaliado em R\$ 13 bilhões de reais, com 1 milhão de alunos e mais de 800 unidades pelo país (PEREIRA;BRITO, 2014).

Ainda em 2013, a rede Laureate Internacional Universities, formada por mais de 70 instituições em 29 países, adquiriu o Complexo Educacional FMU por 1 bilhão de reais.

Atualmente, a fusão da Kroton Educacional e a Estácio Participações, aguarda a decisão do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que já emitiu um parecer contra, para uma transação que envolve a criação de uma empresa com faturamento superior a R\$ 8 bilhões de reais, 1,6 milhões de alunos e 23,5% de participação do mercado nacional de Educação Superior Privada (ISTO É DINHEIRO, 2017).

Os números são todos relevantes e assustadores, não só o volume financeiro, mas, o quantitativo de alunos que estão envolvidos nessas transações. Fica bastante claro não só o



interesse desses grupos em “vender serviços educacionais”, mas a “forma” com que irão fazê-lo. São utilizados termos como “aluno-cliente”, “professores e funcionários – colaboradores” e “negócio”. As reuniões de Diretoria são sempre permeadas de termos “corporativos”, do “mundo *bussiness*”, e a viabilidade financeira da “operação” é sempre o encaminhamento do “dia”. A evasão estudantil é tratada como “formas de fidelizar esse aluno para não ir para a concorrência e transferir o seu FIES”. Reuniões pedagógicas de início de semestre, acompanhadas dos “gestores de Marketing”, com a transmissão das campanhas publicitárias, objetivando criar um “discurso único” e um “alinhamento entre os gestores”, fazem parte das rotinas de “coordenadores-gestores” dessas companhias.

O estudo de Tarcísio Pereira e Silvia de Brito (2014) alerta para o perfil dos alunos dessas instituições como sendo basicamente das classes C e D e explicam que o grande desafio dessas instituições é aplicar os seus processos de “gestão de serviços” visando a “fidelização dos alunos”, “a gestão da marca” e o “aumento da rentabilidade da unidade”.

Notadamente, no momento em que a instituição de ensino assume a racionalidade instrumental imposta pelo mundo do capital, pelos ideais neoliberais e de qualidade total, é incompatível que os seus projetos pedagógicos possuam qualquer dimensão de emancipação que possam proporcionar ao indivíduo, assumindo, então, em caráter direto, o papel de treinar, preparar e instrumentalizar para atender às exigências do mercado de trabalho. Papel esse que corrobora com Mészáros, para citar apenas um dos muitos autores que tratam sobre o tema, mas que, conforme citação direta que consta no início desta seção, resume com clareza e objetividade como funciona a educação privada.

Este é o contexto da educação superior privada no nosso país. Na seção seguinte, trataremos do impacto dessa realidade na dimensão “precarização do *professor* que trabalha”, numa alusão à dimensão trabalhada por Giovanni Alves, “a precarização do homem que trabalha”. Optou-se por criar um discurso único para os professores das IES privadas e públicas, onde as especificidades de cada uma serão tratadas separadamente, mas, entendendo que a realidade dos docentes se assemelha em vários sentidos, uma vez que a realidade é precarizada e que cada vez mais, o público é invadido pelo “*modus operandi*” do privado.

### 3.3 A IES PÚBLICA E A IES PRIVADA ANALISADAS.

Reitera-se que dos 08 (oito) professores entrevistados, 07 (sete) possuem vínculos públicos e Privados com as Instituições abaixo caracterizadas. Em tempo, o único professor que não possui mais vinculo privado, deixou de tê-lo há menos de um ano, e seu empregador privado anterior era a IES Privada analisada.

#### 3.3.1 A Universidade Pública

A Universidade Pública analisada é a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), maior instituição pública de ensino superior da Bahia, fundada em 1983 e mantida pelo Governo do Estado por intermédio da Secretaria de Educação (SEC). Está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi, conforme trechos do Estatuto em vigor:

Art. 1º. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), criada pela Lei Delegada n.º 66, de 1º de junho de 1983, reconhecida pela Portaria Ministerial n.º 909, de 31 de julho de 1995, e reestruturada pela Lei Estadual n.º 7176, de 10 de setembro de 1997, é uma Instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, organizada sob o modelo multicampi e multirregional, estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na Cidade do Salvador e jurisdição em todo o Território baiano.

§ 1º A UNEB tem como missão a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber.

§ 2º Objetiva a Universidade do Estado da Bahia a formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social - dos direitos humanos -, pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público.

A capilaridade de sua estrutura e abrangência de suas atividades está diretamente relacionada à missão social que desempenha. A UNEB possui 29 Departamentos instalados em 24 campi: um sediado na capital do estado, onde se localiza a administração central da instituição, e os demais distribuídos em 23 importantes municípios baianos de porte médio e grande.

Atualmente, a universidade disponibiliza mais de 150 opções de cursos e habilitações nas modalidades presencial e de educação à distância (EaD), nos níveis de graduação e pós-graduação, oferecidos nos 29 Departamentos. Vale destacar, nessa seara, o

expressivo crescimento na oferta de cursos *stricto sensu* (mestrados e doutorados) nos últimos anos, em Salvador e outras cidades, promovendo a interiorização da pós-graduação pública, gratuita e de qualidade.

Além dos Campi, a UNEB está presente na quase totalidade dos 417 municípios do estado, por intermédio de programas e ações extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas, que beneficiam milhões de cidadãos baianos, a maioria pertencente a segmentos social e economicamente desfavorecidos e excluídos. Alfabetização e capacitação de jovens e adultos em situação de risco social; educação em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas; projetos de inclusão e valorização voltados para pessoas deficientes, da terceira idade, GLBT, entre outros, são algumas das iniciativas que aproximam a universidade da sociedade.

A UNEB desenvolve também importantes pesquisas em todas as regiões em que atua. Alguns projetos trazem a marca da vanguarda acadêmica, a exemplo dos trabalhos nas áreas de robótica e de jogos eletrônicos pedagógicos, com os quais já conquistou premiações e o reconhecimento nacional e internacional. O corpo discente da instituição é estimulado a participar das pesquisas por meio de programas de iniciação científica e de concessão de bolsas de monitoria. No tocante a autonomia, importante se faz ressaltar o artigo 2º do próprio Estatuto.

Art. 2º. A UNEB goza de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, exercidas na forma da Lei e do presente Estatuto.

§ 1º A autonomia didático-científica consiste em:

I - instituir, organizar, redimensionar, desativar e extinguir cursos de graduação, habilitações ou de pós-graduação, atendendo à realidade socioeconômico-cultural;

II - elaborar Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), bem como modificá-los, **observadas as normas pertinentes;**(GRIFO NOSSO)

III - fixar o número de vagas de seus cursos e habilitações, e redimensioná-las de acordo com a capacidade institucional e as demandas regionais;

IV - estabelecer o regime didático dos diferentes cursos, assim como as linhas de pesquisa e programas de extensão universitária;

V - fixar critérios para a seleção, admissão, promoção e habilitação de estudantes; e,

VI - conceder graus, diplomas, certificados, títulos e dignidades universitárias.

Com o apoio de sua comunidade acadêmica, dos muitos parceiros e da sociedade, a UNEB reafirma, a cada dia, seu compromisso de continuar trilhando o caminho que alia a

excelência acadêmica à sua missão social, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeducacional e econômico da Bahia e do país.

### **3.3.2 A Universidade Privada**

A IES privada, objeto de estudo deste trabalho, chamada agora de Universidade Empresa, foi fundada no ano de 1984 e composta por profissionais com ampla experiência na área educacional, os quais ocupavam funções técnico-administrativas, como direção de faculdades, chefia de departamentos, coordenação de cursos de Mestrado e coordenação de programas de pesquisa em universidades baianas.

A missão da Universidade Empresa, por meio da difusão do conhecimento, estava pautada no compromisso em formar profissionais competentes e críticos, capazes de desenvolver e implementar transformações que melhorassem a qualidade de vida da comunidade na qual estava inserida e da sociedade em geral.

Inicialmente, concentrou suas atividades na área de gestão de organizações e tecnologia em processamento de dados com a finalidade de formar profissionais nessas áreas. Em 1989, ela obteve as autorizações para o funcionamento dos cursos de Administração e Tecnologia em Processamento de Dados. Em 1990, as primeiras turmas dos referidos cursos iniciaram suas atividades em instalações próprias.

Posteriormente, em 1997, a Universidade Empresa identificou uma significativa demanda por cursos de graduação na área de Computação e Informática no estado da Bahia. Assim, foi submetido à apreciação do MEC o projeto de autorização do curso de Bacharelado em Ciência da Computação. Autorizado a funcionar em março de 1998, o curso iniciou suas atividades no mesmo ano.

Nesse mesmo período, a Universidade em questão observou também uma grande demanda por cursos no campo da Psicologia. Na época, havia na Bahia apenas o curso de Psicologia oferecido pela Universidade Federal da Bahia. Além disso, visava contemplar a inserção comunitária dos estudantes com a viabilização de ações realizadas em comunidades menos favorecidas, possibilitando vivências que lhes conferissem consciência e compromisso sociais, quando do exercício profissional. Em 1997, submeteu ao MEC o projeto do curso de Psicologia (Bacharelado e formação de psicólogo) e o curso foi autorizado em junho 1998, iniciando suas atividades em agosto (MENEZES, 2014).

Visando ampliar as oportunidades no campo do conhecimento e da formação continuada, a Instituição estruturou seu Programa de Pós-graduação, passando a oferecer cursos em nível de especialização (*lato sensu*). O princípio norteador dessa iniciativa residia na oferta de cursos que possibilitassem maior qualificação dos egressos de seus cursos de graduação. Em 1999, o Programa de Pós-graduação foi implantado com a oferta inicial de sete cursos *lato sensu* (MENEZES, 2014).

Em 2001, a Universidade Empresa apresentou ao MEC o projeto de conversão do curso de Tecnólogo em Processamento de Dados para Bacharelado em Sistemas de Informação, obtendo a autorização de funcionamento em dezembro de 2001. Em agosto do ano seguinte, o curso teve início com a sua primeira turma.

Por fim, em 2002, submeteu ao MEC o projeto de funcionamento do curso de Direito, mantendo coerência com os objetivos de consolidar as ações acadêmicas orientadas ao exercício da cidadania, já existentes nos cursos oferecidos por esta Instituição. O curso de Direito foi autorizado em março de 2002, iniciando suas atividades em agosto do mesmo ano.

Em 2003, ela procedeu com algumas adaptações em seu estatuto em decorrência do novo Código Civil Brasileiro. De 2003 até 2008, a Universidade Empresa manteve funcionando os cursos de Administração, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Psicologia, Direito e os cursos do Programa de Pós-graduação *lato sensu*, oferecendo, ainda, cursos de extensão.

A credibilidade conquistada pela Universidade Empresa durante os seus anos de atuação foi marcada pela experiência em educação do seu idealizador, bem como pela competência e o compromisso dos docentes com a educação e com a certeza de que estavam a serviço de uma Instituição séria, que investia em um projeto de qualidade e em uma equipe de coordenadores, professores e pessoal administrativo trabalhando de forma integrada e sem o peso hierárquico (MENEZES, 2014).

Pode-se perceber que o ideal da educação na Universidade Empresa era burguês e desejava, dentro de uma proposta arrojada de formação crítica, preparar também os estudantes para que fossem os melhores no mercado. A Instituição orgulhava-se em assumir que tinham os melhores professores, melhores funcionários e melhores alunos, e o seu principal *slogan* apontava para uma continuidade sem fim dessa relação.

A Universidade Empresa, manteve-se fiel ao seu ideal de educação até a sua venda no segundo semestre de 2008 para um Grupo Norte Americano de Educação. Tal Grupo assumiu o poder desmontando o projeto pedagógico da Universidade Empresa, apesar

de manter o nome anterior para aproveitar o conceito de qualidade da Instituição. Notadamente, essa venda ocorreu em sigilo absoluto e os alunos e professores receberam a notícia durante o recesso de junho, após a venda ter sido efetivada. Alguns rumores já existiam sobre a possibilidade da venda, mas sempre que eram questionados sobre o assunto, os dirigentes negavam. Desta forma, a surpresa foi ainda maior quando a comunidade acadêmica recebeu a notícia pelo portal da Instituição (MENEZES, 2014).

A comoção foi geral, a troca de e-mails entre alunos, professores e funcionários demonstrava que eles estavam com dificuldades em aceitar que a venda realmente havia acontecido. Após a divulgação, os professores foram convocados para uma reunião para a apresentação do novo grupo e o anúncio das mudanças que ocorreriam, segundo professor da Instituição.

O representante do projeto pedagógico do Grupo adquirente iniciou seu discurso afirmando que o projeto anterior era ultrapassado e “medieval” e que a nova proposta fazia parte de uma tendência inovadora. O novo projeto pedagógico da Instituição apontou a pedagogia por experiências, tendo a “Escola Nova” e o “construtivismo” como principais motivadores para a proposta Institucional. Os dirigentes indicaram o norte-americano John Dewey como ícone da nova educação e distorceram as propostas de pesquisadores como Piaget, Vygotsky e Montessori para dar respaldo a uma proposta que, segundo eles, superava a “inércia” do modelo anterior (MENEZES, 2014).

O “Ensino baseado em experiências” é o objetivo central da Nova proposta pedagógica e seus fundamentos consistem na flexibilidade, foco no mercado e tecnologia.

Para cumprir esse objetivo, a Instituição apresentou as seguintes reformas: Sistema Modular, os redatores afirmaram que o modelo anterior era cartesiano e que o sistema modular, com a criação de currículos “flexíveis”, traria muitos benefícios aos alunos. Esse sistema baseia-se no oferecimento de módulos semestrais, os quais possuem uma espécie de minicurso dentro do próprio curso. Os redatores chamaram esse minicurso de “terminalidade” e apresentaram-no como uma possibilidade de haver articulação entre as disciplinas do mesmo módulo, de forma a desenvolver nos alunos um conjunto de competências que façam sentido, com uma carga horária de 300 horas. Para eles, essa lógica de “terminalidade” traz o benefício de flexibilizar os currículos, rompendo com a lógica cartesiana de disciplinas em sequência (MENEZES, 2014).

Outro aspecto apontado como vantagem da flexibilização foi o valor que passou a ser dado à aprendizagem fora da sala de aula, como trabalhos acadêmicos, visitas técnicas,

participação em eventos, concursos e outras experiências que permitem ao aluno vivenciar experiências que lhe façam sentido.

O documento afirmava que “para deixar Jonh Dewey muito feliz” era necessário permitir que os alunos escolham apenas as disciplinas que lhe despertem seu interesse e que façam sentido. Tal proposta seria muito interessante se o real interesse não fosse a pulverização do conhecimento, tornando o aluno um potencial trabalhador polivalente e multifuncional que não questiona o sistema e ainda se sente beneficiado por ele, uma vez que passa a estar inserido nos pressupostos da empregabilidade.

O projeto pedagógico deixava bem claro que o seu foco era no mercado. A Instituição tinha uma opção pedagógica clara ao focar a formação de seus alunos para o mercado de trabalho. Era pretendido que os alunos tivessem sucesso em suas profissões ao atuarem como empregados ou como empresários. Desta maneira, o sistema modular foi apresentado como uma das grandes estratégias criadas para atingir tal objetivo, pois os módulos procuravam representar “fatias” do mercado de trabalho, focando as disciplinas através do conceito de “terminalidade” citado anteriormente.

“É minha lei, é minha questão  
 Virar esse mundo, cravar esse chão  
 Não me importa saber  
 Se é terrível demais”  
 Chico Buarque

#### 4. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO – A CONDIÇÃO DOCENTE

No contexto de reestruturação produtiva, houve também, mudanças fundamentais na educação superior. A partir do documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que data de 2000, recomenda-se mudanças radicais nas Universidades públicas para toda a América Latina.

Conforme resume a Professora Maria Teresa Ribeiro (2015), o diagnóstico realizado pelo BID apontava a necessidade de transformações no ensino superior nos seguintes aspectos: diferenciação institucional, diversificação das fontes de financiamento, redefinição do papel do Estado, das questões referentes à autonomia e à responsabilidade institucional e das políticas voltadas à qualidade e equidade. Com relação à qualidade do ensino, o BID sinaliza para as seguintes necessidades: melhoria da qualidade do ensino e da investigação, maior vinculação da educação superior às necessidades do mercado de trabalho e equidade. Chega mesmo a sugerir a participação de representantes da indústria nos conselhos de administração nas instituições de educação superior. Sugere um sistema híbrido que combine metas de excelência e educação de massas. A diversidade de fontes de financiamento se articularia às mudanças das tarefas institucionais no sentido de alcançar maior produtividade. É assim que a universidade vai se transformando em fábrica de produzir artigos com pouca ou nenhuma discussão, nenhum avanço ou reflexão que contribua

No Brasil, com o decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior.

A partir do conceito de Precarização do Trabalho, já delineado nesta tese, vamos analisar a postura dos professores através do seu discurso, no que se refere às transformações ocorridas na educação superior, após as mudanças implementadas pelo neoliberalismo.

Giovanni Alves (2013) aponta a expansão de um tipo específico de trabalho em seu livro intitulado de “o novo (e precário) mundo do trabalho” (2001), o taylorismo sistêmico. Assim, os novos locais de trabalho, contidos na nova precariedade salarial,



compondo assim, a nova morfologia do trabalho no Brasil, possuem as seguintes características: 1) os locais de trabalho reestruturados na década de 2000 se caracterizam pela presença de máquinas informacionais, computadores desktops, tablets e smartphones conectados em rede, permeando não apenas os locais de trabalho, mas, a vida cotidiana de empregados e operários. Trata-se então, de um sistema de máquinas flexíveis, de natureza informacional, isto é, máquinas inteligentes incorporadas às redes digitais que exigem dos novos operadores, habilidades técnico-comportamentais. Desse modo, mais do que nunca o novo arcabouço tecnológico exigiu uma força de trabalho compatível com as exigências operacionais do novo maquinário e por conta disso, houveram alterações visíveis no perfil educacional dos educadores. Tal questão criou então a pedagogia da competência, e houve implicação em novas capacidades operativas oriundas de um trabalho flexível.

Importante ressaltar, analisando o trabalho de Geovanni Alves, já consciente do discurso da “competência” e da formação dele, que máquinas, tidas como flexíveis, exigem homens e mulheres flexíveis em suas capacidades de intervenção na produção. A formação profissional, exigiu não apenas habilidades técnicas, mas, também, habilidades comportamentais (além de morais), do trabalho vivo, tornando-o adequado para o exercício do princípio toyotista da “automatização”, que significa que os operadores serão capazes de intervir no processo de produção visando resolver problemas ou contribuir para a sua otimização.

2) Continuando, os locais de trabalho reestruturados na década de 2000, se caracterizaram não só pelo arcabouço tecnológico de caráter informacional, mas, pelo novo método de gestão toyotista, que visa adaptar homens e mulheres às novas rotinas do trabalho. Assim, de acordo com o novo capitalismo, visualiza-se a era da “gestão de pessoas”. O espírito do toyotismo, que permeia o discurso da organização do trabalho flexível, atribui aos trabalhadores assalariados, a denominação de “colaboradores”. Giovanni Alves, ressalta que os trabalhadores assalariados, que são agora denominados de “colaboradores”, na medida em que cultivam a disposição anímica de colaborar com o capital, tornando-se personalidades particularistas ou ensimesmadas. O discurso da gestão toyotista esvaziou o discurso da luta de classes. Exige-se dos “jovens colaboradores”, atitudes pró-ativas e propositivas capazes de torna-los membros de equipe de trabalho que visa cumprir metas. A ideia de “gestão de pessoas” nos locais de trabalho reestruturados, resultou em disseminar os valores feitiches, sonhos, expectativas e aspirações de mercado que confirmem o trabalho flexível. O autor ressalta que não se trata apenas de administrar os recursos humanos, mas, de manipular o

talento humano, no que se refere a cultivar o envolvimento de cada um com os valores e ideias da empresa.

3) outra mudança, foi a intensa transfiguração do trabalhador coletivo, na década 2000. O downsizing ocorrido nas empresas renovou as capacidades anímicas da acumulação do capital no local de trabalho. Assim, o processo de reestruturação do capitalismo resultou não apenas em inovações tecnológicas organizacionais, mas, em inovações sociometabólicas sob a forma da reestruturação geracional dos coletivos de trabalho das empresas, por meio de demissões ou pelo incentivo à aposentadorias ou demissões. Verificou-se que incentivos à aposentadorias e demissões voluntárias tornaram-se práticas recorrentes nas empresas como instrumento de renovação de trabalhadores. A flexibilidade do local de trabalho também é um ponto relevante. Tal reestruturação se deu exatamente pela incorporação de profissionais que nasceram na década de 1980 e que se formaram na era da internet, contemporâneos da revolução digital, entram no mercado de trabalho da década de 2000, demonstrando facilidade e uso constante de mídias informacionais, tais profissionais são denominados da “geração Y”. Nos últimos vinte anos de neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no Brasil, ocorreu uma mudança intelectual-moral no processo de socialização da juventude que pode ser considerada uma revolução cultural do capital. Giovanni Alves (ano), dialoga com Dardot e Laval (ano) no que se refere a natureza competitiva do sujeito, e exemplifica que a geração em questão, cultiva valores hedonistas de cunho liberal, tendo rompido os vínculos de experiência com valores coletivos de cariz ideológico político que caracterizam as gerações do passado de luta de classes.

Desse modo, reitera-se que os profissionais da “geração Y”, adquiriram no processo de socialização, não apenas habilidades técnicas, capazes de torna-la apta para manipular novas tecnologias informacionais, mas, inseriu-se no processo de subjetivação de cariz liberal, disseminados pelo capitalismo manipulatório, capaz de torna-la adequada à colaboração com o capital.

4) O trabalho flexível dos anos 2000 caracterizou-se pela diversificação interna das organizações capitalistas com relação às formas de implicações contratuais. Assim sendo, o trabalhador do mundo capitalista contemporâneo adquiriu um novo modo de ser. A CLT sofreu alterações significativas nos últimos 20 anos, com a implementação das políticas de flexibilização trabalhistas no Brasil. Assim sendo, encontramos em um mesmo ambiente de trabalho, reestruturado a partir da década 2000, não apenas divisões provocadas pela diferença

de gerações, mas, divisões provocadas pela divergência de estatuto salarial (efetivos e precários).

Desse modo, a morfologia social do novo (e precário) mundo do trabalho, é composto de um novo arcabouço técnico-organizacional, com suas novas máquinas informacionais e novos métodos de gestão de natureza toyotista; por novos locais de trabalho reestruturados e com gerações distintas; além do que, temos alterações nas relações do trabalho que contribuíram efetivamente para tal questão. Giovanni Alves exemplifica com a criação na década de 1990 do contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho por tempo parcial, além da lei da terceirização, desta forma, criou-se um “portfólio” de opções flexíveis para a exploração da força de trabalho. Verificou-se então, grande crescimento de formas instáveis de contratação em grandes empresas, ou seja, novas modalidades de precarização do contrato de trabalho na CLT.

Assim sendo, verificou-se a constituição de um novo trabalhador coletivo do capital, nas grandes empresas da indústria e dos serviços, inclusive da administração pública. Dado a flexibilização trabalhista no Brasil, foi ampliada a participação do “trabalhador precário” nos coletivos laborais formalizados no Brasil. Reiteramos que não se trata de emprego ilegal e sim de emprego legalizado e formalizado pelas novas modalidades de contratação precária. Desse modo, os novos locais reestruturados de acordo com a nova morfologia de precarização do trabalho, possuem um complexo vivo do trabalho mais complexificado, fragmentado e heterogeneizado. Tais locais comportam gerações mais velhas de operários empregados sobreviventes da reestruturação produtiva, portadores de experiência da precarização do trabalho, além do que, jovens trabalhadores imersos em novas práticas de trabalho, alguns inseridos em novas modalidades precárias de contratação salarial, portadores da experiência da nova precariedade laboral.

Continuando sua análise sobre nova morfologia social do novo e precário mundo do trabalho, Giovanni Alves, avança numa análise sobre as relações flexíveis de trabalho, constando que a partir da década de 1990, verificou-se o declínio do emprego formal no país, com a sua queda significativa na Indústria de transformação (-15,2%), em razão da abertura comercial. Tal redução se deu com o enxugamento e encolhimento de efetivos de trabalho na indústria e nos bancos e com a exteriorização de processos produtivos e de trabalhadores.

Já na década 2000, que o autor classificou como neodesenvolvimentismo, apesar do aumento do emprego formal e da recuperação de tais índices dado a uma nova macroeconomia do trabalho, ocultou-se a constituição persistente de um novo e ainda

precário, mundo do trabalho formalizado nas grandes empresas, caracterizado pela presença do emprego subcontratado e do trabalhar “autônomo”.

Na década em questão, a terceirização assumiu o principal posto de geração de novas ocupações no Brasil. Setores como Petrolíferos e Bancários são fortes exemplos. Porém, não só a terceirização como também o contrato temporário e o contrato de trabalho por tempo determinado. Verifica-se ainda que as empresas do setor de serviços utilizam mais as modalidades especiais de contratação flexível seguidas das do setor industrial.

Atualmente, percebe-se a urgência em acelerar reformas que visem a precarização do trabalho de forma mais intensa. A PL (Projeto de Lei) 4330 eu tem como objetivo “regulamentar a terceirização no país”, desagradava o governo anterior e é incentivado pelo governo atual. Em verdade, trata-se de um projeto de Lei que visa permitir que empresas terceirizem suas atividades fins, indiscriminadamente. O projeto de Lei foi aprovado pela Câmara no início de 2015 e aguarda a votação do Senado. Em tempo, o Ministro da Casa Civil salientou em junho de 2016, que era necessário “caminhar rumo a terceirização” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Sabemos que a Universidade não é um local de trabalho qualquer, a intenção de respaldar teoricamente com autores que analisam outros ambientes, é justamente mostrar como a lógica capitalista invade todo e qualquer lugar. Parafraseando Mészáros, agricultura ou educação, serão tratados da mesma forma, com os meus parâmetros e objetivando o mesmo resultado.

Já discutimos os aspectos ontológicos da alienação no primeiro capítulo desta tese e sabemos que com base em Marx, tem sua origem na divisão do trabalho, que se desenvolve quanto menor é a tarefa atribuída a cada indivíduo. Desse modo, com respaldo no trabalho de João Carlos da Silva (2005), é a partir dessa perspectiva que a especialização do trabalho realizado pelo professor e aluno pode ser compreendida.

Com efeito, a alienação aparece sempre que a divisão do trabalho é o princípio operacional da organização econômica. Assim, o professor, um trabalhador comum, cujos produtos são, num sentido, seus alunos, mas, que assumem o caráter de produtos capitalistas. As relações ente professor e aluno, são assim, correlacionadas internamente, porém, havendo contradições inerentes, porque o professor não é apenas um produtor, mas, é também um empregado daqueles que desejam reproduzir a sociedade. Tal contradição pode ser a mola propulsora para os conflitos existentes em sala de aula.

Vê-se que a burguesia e o Estado fizeram pela educação e a instrução da classe trabalhadora. Por sorte, as condições em que vive esta classe asseguram-lhe uma

formação prática, que não só substitui toda a incoerência escolar, mas ainda neutraliza o efeito pernicioso das ideias religiosas confusas de que está revestido o ensino – e é isto mesmo que coloca os operários à frente do movimento de toda a Inglaterra. A miséria não ensina o homem apenas a orar, mas, ainda muito mais: a pensar e agir” (MARX & ENGELS 1978, p. 69 *apud* SILVA 2005).

Marx (1978) afirma que é da natureza do homem produzir objetos nos quais ele se reflete, mas, esses objetos são tomados pela lógica do sistema capitalista. Desse modo, o homem se torna incapaz de ser dono do produto do seu trabalho, se tornando estranho a sua própria criação. Professores e alunos no interior da ordem capitalista, são considerados em termos daquilo que podem produzir, assim, as produções valiosas são as mensuradas com facilidade. Nesse sentido, as atividades em sala de aula, são reproduções da sociedade, no tocante em que os alunos são transformados em mercadoria a serem vendidas no mercado e são categorizados por certas características: interesse, disciplina, capacidade, inteligência (SILVA, 2005).

Trazendo a realidade econômica para a realidade docente, Isabel Lelis (2012) identifica que na última década houve um esforço crescente dos pesquisadores em mapear a problemática da profissão docente. Comum a esses esforços é a percepção de que o trabalho do professor se caracteriza hoje pela intensificação e complexificação do próprio trabalho (MAROY, 2006). Com relação ao primeiro aspecto, a intensificação, não se trata apenas de aumento de tempo do trabalho, mas também da ampliação das tarefas a que os professores são chamados a desempenhar, seja pelas mudanças na composição social do público escolar, seja pela implementação de reformas educacionais com visíveis impactos no cotidiano do trabalho em sala de aula.

Quando se trata de intensificação de trabalho docente, primeiro bloco de questões do instrumento de pesquisa, percebe-se claramente que nas Instituições Privadas a sobre carga de trabalho é ampliada, não existe remuneração para todas as atividades que são necessárias para o exercício da docência e a sensação do professor é de que, ainda que ela cumpra todas as exigências, não existe garantia de empregabilidade no semestre seguinte. As afirmações acerca da intensificação do trabalho docente ganham corpo e vão concordando com os autores que tratam sobre a precarização docente. Quando questionados sobre “*Quanto tempo que o professor dispendia para a preparação de suas aulas?* ”, os professores afirmam que pode chegar a 20 horas semanais.

Na pesquisa de campo, quando questionados sobre “o tempo semanal dedicado à construção de pesquisa”, os professores das Privadas não possuem tal inclinação e os professores com vínculos públicos e que estão exercendo atualmente alguma atividade de

pesquisa, são categóricos ao afirmar que o tempo dispensado é maior do que a carga horária remunerada.

Quando questionados sobre “o tempo para alimentação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Instituição de Ensino que trabalha”, os professores das Instituições Privadas foram enfáticos em afirmar que em média 4 horas semanais. Salienta-se que a remuneração na Instituição privada analisada, se refere apenas à aula ministrada, ou seja, o professor não tem nenhum tipo de remuneração para: preparação de aulas, atualização de material e inserção de dados nos ambientes virtuais (chamadas, aulas estruturadas, lançamentos de notas).

Notadamente, os ambientes virtuais das Instituições Privadas necessitam de maior tempo e dedicação por parte dos professores, reiterando que tal questão é cobrada pontualmente pelos coordenadores de curso e que os mesmos são também exigidos com relação a tal métrica. Quando questiona-se sobre “*o tempo para alimentação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Instituição de Ensino que trabalha?*”, tem-se um tempo grande. Em média, 2 a 4 horas por semana.

Conforme já explicado neste trabalho, com respaldo em vários autores que tratam sobre a precarização do trabalho e em qual contexto ela surge (Alves, Antunes, Chesnais, Druck, entre outros.), recuperamos, com base no texto da Professora Graça Druck (2011), um breve resumo para contextualizar o segundo bloco de análise do trabalho em questão, que trata sobre a insegurança do trabalho docente na atualidade, onde rememora-se que na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura fordista, geraram uma mudança no próprio modo de vida e de trabalho, tendo como premissa a flexibilização e a precarização do trabalho. Com a evolução da esfera financeira, já explicado minuciosamente com base em Harvey (2011), a esfera produtiva passou a ser subordinada à primeira, bem como todos os empreendimentos do capital. Desse modo, todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, que se encontram centralmente apoiados numa nova configuração do Estado, conforme explicação amparada em Alves (2013, 2014), que passa a desempenhar cada vez mais um papel de gestor dos “negócios do Capital”, agindo pela desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o do trabalho.

Trata-se de um novo modo de vida, pautado na descartabilidade, efemeridade e banalização da injustiça social, usando uma classificação de Christophe Dejours (2001), sem limites de tudo que se produz e principalmente de quem produz.

Salienta-se a sensação de que tudo muda muito rápido e de que o curto prazo impera em todas as relações. Notadamente, o curto prazo é o elemento central dos investimentos financeiros, sendo o responsável pela imposição de processos ágeis de produção e trabalho e necessita contar com profissionais que se submetam a qualquer tipo de situação para manter o seu trabalho.

Tal questão é ressaltada com a finalidade de rememorar que as relações do ser humano com o trabalho ganham as mesmas características. Desse modo, de acordo com a Professora Graça Druck (2011) para citar um dos autores que tratam sobre o tema, a Precarização ganha a centralidade da nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, criando uma nova vulnerabilidade social: “um processo social que modifica as condições do assalariamento estável anteriormente hegemônico no período fordista”.

Importante salientar a perspectiva adotada, para assumir que no momento em que a precarização assume o papel de centralidade, ela assume o papel central na estratégia da dominação. Tal força de dominação se impõe exatamente sob condições precárias em contraponto à constante ameaça de perda de emprego.

Tal questão é bastante sentida pelos professores no que se refere à segunda dimensão de análise do trabalho, que trata exatamente da (In) segurança sentida por parte dos professores analisados. Quando questionados sobre o tema, os professores das Instituições Privadas são bastante enfáticos nessa percepção. Ao serem questionados sobre “*Como você se sente em relação à Estabilidade/Instabilidade no trabalho*”

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Na IES privada me sinto totalmente instável, não só sentido de não ficar na instituição, de sair a qualquer momento, por conta da demanda de alunos versus capacidade financeira. Com relação a UNEB já me senti mais segura, porém depois do governo Temer e de ver tantas coisas acontecerem. Hoje é totalmente instável, os professores não se sentem estáveis já há algum tempo. A demissão pode ocorrer mesmo no meio do semestre, causando um sentimento de insegurança constante no profissional. Nas universidades públicas, o profissional também não se sente seguro e o que me faz não me sentir seguro é o momento político vivido. Cerca de 80% das vagas do ensino superior estão concentradas nas IES privadas e apenas quase 20% na rede pública e a existência de uma força do sistema no sentido de privatizar o público e com isso a ameaça aos professores*

*do ensino superior público, pode ocorrer privatização. Não tenho segurança de nada, então penso que o trabalho é motivo de vida e não de morte*

.

A fala dos professores dispensa qualquer análise necessária. Foi percebido na entrevista um “medo” por parte dos mesmos. E tal questão se refere a todos os analisados. Até mesmo os professores da Instituição Pública. A professora quatro assume que precisou de dois vínculos públicos para sentir-se “minimamente segura”. O que é sentido, perpassa por um lugar de fragilidade, de insegurança, de vulnerabilidade, de descarte completo. A condição do medo é permanente nas Universidades Privadas e é interessante ao sistema que o trabalhador a tenha. Ressalta-se exatamente essa premissa marxiana: “ exército industrial de reserva”. Com a centralidade da precarização do trabalho na dinâmica do desenvolvimento, tem-se como premissa para tanto, a afirmação em questão. Ou seja, quanto mais inseguro, mais produtivo. E, se para isso for necessário afirmar que existem vários profissionais à disposição para ocupação da “vaga”, nem ganha relevância, está simplesmente posto e dado.

#### 4.1 IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS DOCENTES

A autora Isabel Lelis (2012) utiliza o trabalho de Tardif e Lessard (1999) sobre a realidade das escolas canadenses para exemplificar. Para tanto, utilizou a variável tempo de trabalho e identificou que a literatura internacional vem chamando atenção para a ampliação do número de horas de trabalho comparativamente a outras categorias profissionais em função da diversificação das atividades dos professores. Em pesquisas realizadas no Canadá, estima-se que o tempo varie em torno de trinta e sete a quarenta horas semanais, sendo vinte e sete obrigatoriamente na sala de aula e cinco a oito horas usadas em casa com tarefas de planejamento e correção das tarefas. O tempo que resta é ocupado com reuniões com pais, atividades de formação, dentre outras exigências. Apesar da dificuldade de estimar e comparar o tempo de trabalho dos professores de um país para o outro, do ponto de vista do contratualmente prescrito e do tempo de trabalho real, os pesquisadores convergem na percepção de que o tempo da atividade do ensino é difícil de ser mensurado e marcado por ritmos diferentes, se comparado com outros profissionais do setor público.

A professora Isabel Lelis (2012) ao revisar a literatura produzida sobre a profissão docente na França e na Europa constatou que o trabalho do professor tem se modificado em



termos do conteúdo e da autonomia profissional, em função da avaliação dos sistemas escolares e da política de responsabilização. Para esse autor, a centralização do currículo, a instauração de mecanismos de quase-mercado e a avaliação externa dos estabelecimentos e dos professores afetam tanto os modos de regulação do sistema como o funcionamento das escolas e do trabalho docente.

Neste bloco de análise, tratamos da identidade individual e coletiva do professor. A professora Graça Druck (ano) utiliza um indicador que trata do quarto tipo de precarização social do trabalho – a perda das identidades individual e coletiva. Tal dimensão, tem origem na condição de desempregado e na ameaça permanente de perda de emprego. De modo imediato, poderíamos supor que tal dimensão só é percebida na inserção produtiva privada, porém, a questão encontra-se tão “enraizada” dentro da sociedade, que os professores públicos também se sentem num alto nível de vulnerabilidade. Ressalta-se que todos os professores entrevistados possuem vínculos públicos e privados, ou vínculos exclusivamente públicos recentes. Importante ressaltar que a identidade individual e coletiva perpassa pela consciência política e pelo relacionamento com seus pares no ambiente de trabalho.

Ao questionarmos sobre “*a consciência política dos seus pares*”,

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*As pessoas se falam por exemplo pelo facebook, mas as relações se tronaram muito superficiais. Na IES pública cada um quer resolver sua vida, passando o mínimo de tempo na instituição e cair fora não havendo uma interação muito forte. Nem as reuniões de colegiado que seria o encontro de todos os professores se consegue ter coro total. Os professores não comparecem nem nas plenárias departamentais o que se foi queixado na última reunião na pública pelo absurdo de não se ter 1/3 dos professores num encontro de tal teor que ocorre duas vezes por ano e está ocorrendo, grande parte fica alheia ao que está acontecendo e atribuo isso ao fato de muitos professores terem outras atividades profissionais além da vida acadêmica na universidade.*

*A tendência que no setor público as pessoas também se acomodem, a categoria não tem mobilização. Os professores da iniciativa privada têm medo de perder o emprego logo ninguém quer se envolver em questões que sejam controversas, polemicas e por isso não se consegue ter um sindicato, uma representação trabalhista destes professores. Na iniciativa pública ainda existe uma mobilização, as pessoas conseguem dizer as opiniões, mas, nos últimos anos cada vez mais as pessoas têm procurado se acomodar e não se expor tanto. Aqueles que ensinam sobretudo em instituições privadas se veem de pés e mãos atados, não podendo fazer absolutamente nada, não podendo se organizar, não podendo fazer uma paralisação e se quer fazer uma reunião para reivindicar nada pois podem ser demitidos, poucos possuem esta consciência,*

*gerando uma manipulação de toda a classe, pois não é dado tempo suficiente para a análise do que estes decidem pelo todo”.*

o discurso alerta a questão para a sala de aula, trazendo o questionamento de que o professor muitas vezes não amplia para a sala de aula, as questões políticas do país. Apresenta uma fala que demonstra como a classe se encontra desunida e como as ações dos professores então coadunam com a lógica do sistema. Em verdade, as plenárias são cada vez mais esvaziadas nas Instituições públicas.

Com efeito, nas Instituições Privadas a discussão é normalmente abafada e não há espaço para interação desse nível. Os professores das Instituições Privadas em sua maioria possuem outros vínculos de trabalho e a discussão sobre “política” fica a cargo dos grupos de “WhatsApp”.

Percebe-se na dimensão que trata sobre a identidade individual e coletiva do professor, todos os traços teóricos que tratam da precarização do trabalho. A descartabilidade da pessoa, o baixo salário, a insegurança e a intensificação do trabalho, só permitem tal evidenciação.

Como apontaram Pierre Dardot e Christian Laval (2016), a corrosão progressiva dos direitos ligados ao status do trabalhador, atrelada à insegurança instalada em todas as esferas de forma paulatina pelas “novas formas de empregos”, que são precárias, provisórias e temporárias, e que possibilitam ao empregador a demissão e o descarte do trabalhador com grande facilidade, o que implica na diminuição do poder de compra e até mesmo o empobrecimento de frações inteiras de classes trabalhadoras, são elementos que geram um aumento no grau de dependência do trabalhador com relação ao seu empregador.

Nesse contexto, instalou-se um medo social, que permeia toda a sociedade e é com facilidade enxergado na fala dos professores entrevistados. Nesse sentido, a clareza do discurso é percebida nos professores das Instituições Privadas e nos professores com vínculo provisório nas públicas. Porém, está tão entranhado na sociedade, que os professores estatutários também possuem um “medo social” no que se refere a uma possível privatização da Instituição Pública analisada ou quando dizem que precisam manter uma boa relação com os seus pares para que tenham seus projetos de pesquisa aprovados.

Discorrendo um pouco mais sobre esse medo social, com base nos autores franceses, percebeu-se que tal questão foi fundamental para a implementação da “neogestão” nas Instituições – Gestão num contexto neoliberal, onde a exposição cada vez maior e mais direta do trabalhador às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das

solidariedades coletivas, é premissa básica. Com efeito, com a transferência do risco para os trabalhadores, produzindo no mesmo a sensação cada vez maior de aumento do risco de desemprego, o empregador pode exigir cada vez mais o aumento da disponibilidade e comprometimento por parte dos empregados.

Notadamente, que a neogestão não seja novidade e que o capitalismo no fundo possui a mesma essência, porém, a diferença reside no modelo que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, na medida em que o seu próprio comportamento contribua e coadune para que as condições se tornem cada vez mais difíceis. Assim, Dardot e Laval (2016) usam a expressão “reação em cadeia” para resumir a produção de sujeitos “empreendedores”, que, em verdade, aumentarão e reproduzirão as relações competitivas entre eles, o que implicará na adaptação deles e na reprodução de condições cada vez mais duras por eles mesmos.

Sendo assim, nesse contexto, a apologia da incerteza, da reatividade, da flexibilidade, da criatividade e da rede de contatos constitui uma representação coerente, cheia de promessas, que facilita e favorece a adesão dos trabalhadores ao modelo “conexionista” do capitalismo. Perde-se por completo a identidade coletiva e logicamente a individual.

Ao serem questionados: *“como se relacionam com seus pares, no ambiente institucional”*,

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Na universidade tem muito a fogueira da vaidade, portanto, vínculos com alguns poucos, me dou bem com todo mundo, mas, acho que tem muitos que não são confiáveis. O individualismo é surpreendente, existe uma dificuldade de alinhamento e na iniciativa privada a vinculação está ligada a própria natureza do trabalho no sentido de ser professor, mas, tendo a organização como direcionamento do comportamento da forma que o profissional se coloca e molda a forma de posicionamento, ou seja, na IES privada o individualismo também ocorre por conta da própria relação que os professores mantem com a instituição que não mantem o vínculo, vejo comportamento absurdo e não falo para não perder o emprego. Na pública, tenho colegas que passaram para o concurso de professores que afirmam ser pesquisadores e não professores, o que se caracteriza como uma espécie de esquizofrenia no sentido do sujeito não se reconhecer com o papel de professor. É que muitos vivem um momento tecnicista e há a necessidade do distanciamento pelo respeito de um ao outro. Busco ter um bom relacionamento através da identificação de cada para facilitar um relacionamento saudável.*

Percebe-se exatamente o sentimento de esvaziamento das relações e que terão impacto no pertencimento e identificação do professor enquanto sujeito. Verifica-se um discurso que coaduna totalmente com a “fábrica do sujeito neoliberal”, que Dardot e Laval (2016) explicam de forma tão consistente. Trata-se exatamente de como o sistema usa o trabalhador para, através do discurso, multiplicar apenas a face sedutora e estritamente retórica dos novos modos de poder. Com efeito, os autores resumem que esse discurso subestima o aspecto estritamente disciplinar do mesmo, se baseando numa argumentação ao pé da letra. Tal subestimação, parte exatamente da superestimação da ideologia da “realização pessoal” que deriva do “Novo Espírito do Capitalismo”. Assim sendo, esse termo designado “neogestão”, corresponde a uma fase mais sofisticada, mais individualizada e mais competitiva da racionalização burocrática. Numa alusão a Weber, não saímos da “jaula de aço” apenas, cada indivíduo, deve construir por conta própria, uma “individual”.

Assim sendo, o local de trabalho, dos professores pesquisados, não é uma comunidade ou um lugar de realização pessoal, mas, um instrumento e um espaço de competição, apresentado idealmente, como o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca da excelência. Pode-se julgar que tais nomenclaturas devam ser utilizadas apenas nas Instituições Privadas, porém, cada vez mais, se percebe o mesmo discurso nas Instituições Públicas.

Percebe-se que, cada vez mais, os sujeitos que compõem a sociedade transformada buscam atingir o perfil seguinte: “o mais eficaz possível, inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoado por uma aprendizagem contínua, capaz de se adaptar à grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes e impostas pelo mercado, especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo”. Em suma, o perfil da racionalidade neoliberal que impregna todas as esferas da sociedade, e que é composta também por professores.

Ao serem questionados sobre: “*Como você se identifica com os seus pares/ colegas de trabalho?*”,

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Com a minoria se identifica bem por pensar parecido, mas, uma parte que não me aproximo mesmo tendo um ciclo relativamente grande no ciclo de trabalho. Identificação pelo tempo de docência, não com todos, com aquele professor cumpridor das suas obrigações, mas, não com o*

*professor de poderia cumprir melhor com as suas obrigações. A identificação é menor com os que entraram recentemente, por estes não possuem senso de autonomia e respeito. Muito individualismo, busco a convivência sendo compreensiva, relevante com determinados comportamentos. Existem várias formas de identidade que ocorre no contexto de trabalho e que se pode desenvolver relacionamentos por várias vias diferentes e ambientes diferentes tem climas organizacionais diferentes. Nas instâncias das instituições estaduais tenho uma aproximação maior, de um alinhamento, de um enfrentamento, de uma consciência de classe é muito diferente. Na Federal, onde os sujeitos se colocam numa posição muito de pertencimento de uma classe burguesa, me identifico em alguns momentos.*

O discurso dos professores entrevistados deixou claro que “só se identificam com quem trabalha”. O que nos chama a atenção, trata-se exatamente da palavra “trabalha”. A percepção do professor é de que só “trabalha”, aquele cumpridor do seu “papel”. Fica notório o discurso individual, a baixa percepção de classe e dos espaços de trabalho.

Mas quando questionamos, *qual a importância do papel do professor na sociedade contemporânea*, questão essa que abrange ainda a dimensão da “identificação individual e coletiva”, verifica-se uma fala do papel do professor impregnada do discurso neoliberal.

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*É indiscutível pois uma sociedade sem educação e sem professor fica impossibilidade de se estruturar, como educador no sentido mais restrito de formar parte do conhecimento técnico e no sentido mais amplo de formar uma sociedade, de construir uma perspectiva de seres pensantes, nesse processo de formação os professores são aqueles que possuem uma obrigação muito séria na formação de pessoas, na construção de uma nova mentalidade e por isso é possuidor de um papel fundamental e importantíssimo. O papel é muito grande que é de não só passar conteúdo das diversas áreas de conhecimento, mas o de formar, politizar, desenvolver a consciência crítica, diversos papeis. Me sinto afastada das questões políticas e sindicais e percebe como a educação não-formal é importante neste processo que estamos vivendo. É dada pouca importância ao momento ao qual estamos vivendo, e que este é um momento de muito aprendizado é necessário rever conceitos e que por isso está refletindo a respeito do que ela tem feito e do que não tem feito. É o profissional que forma outros profissionais o que já lhe garante uma grande importância, em países mais desenvolvidos que o professor é reverenciado e que tais profissionais por servirem como exemplo devem cuidar para oferecer isso de forma positiva para seus alunos. o indivíduo tenha formação política, não só técnica (costumo dizer que a formação técnica pura e simplesmente não*

*vai levar o aluno a lugar nenhum), o professor deve assumir o papel de formar o aluno como cidadão, catalizador no processo de formação de mundo, capaz de alocar as habilidades que possui e competências no mundo do trabalho pois o fato de ser o melhor aluno não é o credenciamento para ser o melhor profissional ou ser alocado no mercado de trabalho com rapidez, é preciso melhorar a estrutura, processo de trabalho do professor, instrumentos claros de monitoramento da qualidade do ensino, escolas dessente, famílias conscientizadas do papel delas no contexto para que se consiga avançar, tem que ser um meio facilitador, transferir algum conhecimento mas motivar o aluno, desafiar para que eles possam realmente aproveitar pois existe muita informação disponível, é realmente o inspirador, o motivador. Para o Brasil, para o país ter um modelo desenvolvido que vá para frente, o professor é necessário, estratégico, mas não é notado uma visão da sociedade brasileira nesse sentido. Na verdade, a própria sociedade não valoriza dessa forma e é visto no comportamento dos próprios pais, que tem filhos em escolas particulares se ele tem o problema do filho dele com o professor, ele vai lá e trata o professor como ninguém, ele vai na escola, vai no diretor e humilha o professor, faz isso inclusive na universidade particular. A sociedade brasileira não é culturalmente posicionada para respeitar a posição do professor e os políticos refletem o que a sociedade pensa, não é que eles não considerem a classe mas refletem o que a sociedade pensa sobre o professor.*

Apesar do discurso “bem-intencionado”, verifica-se, notadamente, a visão de atender ao mercado. Os professores demonstraram uma clara preocupação em inserir o aluno, em melhorar a condição social do aluno (no que se refere a poder aquisitivo), bem aderente à ideologia neoliberal.

Quando o discurso traz a correlação com a empresa, fica clara a inclinação para o atendimento das necessidades de mercado e, portanto, o discurso neoliberal. Da mesma forma que, ao trazer a questão de “melhorar os indicadores de avaliação”, corrobora com as “técnicas de gestão”, que buscam objetivar a adesão do indivíduo à norma de conduta que se espera dele, avaliando, então, seu “comprometimento” subjetivo. Trata-se de uma “prévia” para as demandas do mercado e, na visão de 50% dos professores entrevistados, a percepção é de que o papel do professor é possibilitar a adesão do aluno ao mercado de trabalho.

Com efeito, alguns professores, 30% dos entrevistados, relatam a importância da “mudança de mentalidade”. Pela fala dos mesmos e pela preocupação com as questões políticas, percebe-se que estão incomodados com a atual estrutura da sociedade contemporânea.

Ao utilizar a expressão “seres pensantes”, o discurso deixa transparecer a preocupação com a sociedade com pouca valorização da reflexão. Uma sociedade que só replica tudo que o

sistema apregoa, camuflando o sofrimento e seguindo dentro da lógica capitalista, num discurso eloquente, sofisticado, individualista e sobrecarregado de competição.

Bem provável, numa alusão ao trabalho de Christophe Dejours (2001), sobre a *Banalização da Injustiça Social*, que o professor, entra na esfera da “negação pelas organizações políticas e sindicais”, que consiste na fragilidade sindical e a dessindicalização, cujo crescimento foi tão rápido e intenso e surgiu como consequência da tolerância à injustiça e adversidade alheia.

O discurso pontua como “fundamental” e “imprescindível” o trabalho do professor. Percebe-se uma identidade enquanto professor em sua fala, apesar de em outros momentos da entrevista, deixar transparecer o discurso gerencial, ressaltando que eles não são excludentes.

Ainda sobre os aspectos que delineiam a identidade individual e coletiva, buscamos analisar aspectos ligados à organização coletiva por parte dos docentes. Ao perguntarmos “*Qual a sua percepção em relação a sentimento de pertencimento à categoria do trabalhador*”, todos, 100% dos entrevistados que possuem vínculos com a Instituição Privada analisada, não possuem nenhum tipo de vínculo com organizações de classe.

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Na IES pública, sim, o corpo, uma parte do grupo docente se sente pertencente a instituição e como se fizesse parte mesmo de um organismo, de um corpo docente, de um corpo de professores, onde, o pertencimento a ser professor é percebido claramente visto que a escolha da profissão é muitas vezes vista como sacerdócio o por quem tem um vínculo com a natureza do trabalho. Na IES privada não, cada vez mais o recado que a instituição privada traz para o professor é que ele é um empregado terceirizado como outro qualquer que pode ser substituído o que tirou dos professores também o sentimento de pertencimento, desta maneira, da mesma forma que as IES Privadas colocaram os alunos sendo clientes e o professor sendo apenas um instrumento de trabalho os próprios professores também se desagregaram, eu atualmente ministro aulas em três, quatros instituições e não construo vínculos emocionais com nenhuma. Ocorre de professores chegarem para os coordenadores e dizerem que não vão ficar com a turma, não vou ficar com você, obrigada e tchau, sem nenhum tipo de comprometimento, como não tem suporte, não se sente pertencente a nada. Possuo um baixo sentimento de pertencimento em relação à categoria, sou muito pouco envolvida com a categoria e apenas costumo discutir assuntos relacionados a isso com meus pares, com as pessoas próximas e amigos, sendo que, efetivamente, para mudança de algo que seria relevante para a categoria, não costumo fazer, não me envolvo com o sindicato, porque penso que o sindicato toma algumas decisões radicais e entende que o melhor caminho é o do meio, penso que o sindicato ainda toma uma posição muito extremada, em alguns momentos o sindicato toma decisões*

*firmes e importantes mas em outros momentos eles poderiam ser mais abertos para a contradição (divergência de opiniões). Suponho uma relação da situação atual com este dilema, o enfraquecimento desses laços, das condições de pertencimento e penso que se a classe fosse muito mais forte e mais envolvidos a instabilidade não existisse. A classe é alvo do governo justamente por não ter poder de barganha com este último.*

A falta de sentimento de pertencimento é comum a todos os entrevistados. Até os que disseram que eram sindicalizados (apenas os professores que possuem vínculo público) também expressaram um sentimento de descrença e descrédito.

O autor francês Christophe Dejours (2001), em seu trabalho sobre o papel desempenhado pelas organizações sindicais a partir dos anos 70, também constatou o descaso com relação ao sofrimento psíquico por parte das organizações sindicais e uma sensação de desamparo por parte do trabalhador.

Com efeito, a proporção mais impactante para o trabalhador, no que se refere ao posicionamento do sindicato, foi a falta de análise da subjetividade e do sofrimento no trabalho por parte das organizações. Indubitavelmente, tais atitudes contribuíram para a desqualificação do discurso sobre o sofrimento e, logicamente, para a tolerância ao sofrimento do outro.

Assim, a partir dos anos 70, as preocupações tidas pelas organizações sindicais não mais correspondiam à realidade vivida por parte dos trabalhadores, o que provocou a falta de identificação por parte dos indivíduos enquanto classe.

Percebe-se uma falta de identificação coletiva, bem como, um sentimento de culpa, de responsabilidade, de punição, como se ela fosse “responsável”.

Em verdade, o erro de análise das organizações políticos-sindicais, continuando o resgate à obra de Dejours (2001), se deu no tocante à evolução das mentalidades e das preocupações com relação ao sofrimento no trabalho, o que permitiu um caminho livre e desmedido para as “inovações gerenciais e econômicas”.

Os professores entrevistados neste trabalho, nos blocos que tratam sobre autonomia e autodeterminação, corroboram com a análise da professora Isabel Lelis na questão. E, ao serem questionados sobre “*Como você avalia a sua autonomia na condução de: aulas; avaliação; atividade extra classe; atividade extensionista e atividade de pesquisa?*”, conforme já era esperado, os professores da Universidade Pública têm mais autonomia na condução dos trabalhos, enquanto que na iniciativa privada os professores não têm autonomia e há mesmo um controle das atividades, com pouco ou nenhum espaço para



reflexão. No que se refere à autodeterminação do seu trabalho, os professores são categóricos com relação à não existência nas privadas e verificam que ainda podem autodeterminar nas públicas.

O que fica evidente com a fala dos professores é a ausência de autonomia nas privadas e a diminuição da autonomia nas públicas. O que, notadamente, no contexto da precarização, esse resultado reflete a lógica do sistema, que tende a tratar a educação como mercadoria.

Porém, nas públicas, existe um aspecto pouco relatado, que se trata da contratação de professores substitutos. Na fase do grupo focal, um dos cinco professores era substituto de uma Universidade Federal e nos trouxe um relato surpreendente, que pouco se diferenciava das IES Privadas:

[...] Passei no concurso de vinte horas para substituir um professor que está em Pós Doc, na área de Sistema de Informação. Porém, todo semestre que se inicia me dão matérias novas, na verdade, dou as vinte horas de sala de aula. O tempo para preparação das aulas não estão computados. Mas, o que mais me angustia é que apesar do contrato ter validade de dois anos, pode acabar a qualquer momento e sem aviso prévio [...]

Isabel Lelis (2012) ressalta que os autores vêm advertindo para o perigo das reformas estarem contribuindo para a desqualificação dos professores, para sua proletarização, pois a natureza do trabalho passa a ser estreitamente controlada e os programas definidos em termos de objetivos, estratégias de ensino, etc. Identifica ainda uma censura por parte dos autores mais críticos quanto à pressão crescente que se vem fazendo sobre o desempenho da atividade docente e suas atividades extraclasse, produtivismo, o estabelecimento de escolas eficazes, os bônus pagos aos professores das classes com alto desempenho, alertando para uma desprofissionalização, onde acrescentamos a despolitização do trabalho docente.

Num resgate ao cerne da palavra “autonomia”, no que se refere ao trabalho docente, Casemiro Campos (2013), recupera a expressão: “ensinar é uma arte”. Nesse sentido, o trabalho desses profissionais em que suas práticas são aprendidas pela capacidade de “conhecer na ação” pelo processo singular e individual de “reflexão-na-ação”. Desse modo, o autor rememora que o professor se faz docente pela: intuição, criatividade e improviso, sendo o seu conhecimento gerado pela sua prática, pela sua ação na sala de aula. Assim, através da experiência prática, o professor lança mão de possibilidades de ação, desde que sejam necessárias: técnicas, metodologias, métodos.

Contreras (2012), apesar de estar se referindo à educação básica, pode ser utilizado no que se refere ao ensino superior, uma vez que a “padronização” nas Instituições Privadas de Ensino Superior é uma realidade, afirma que os projetos curriculares que estabelecem o passo a passo a ser seguido pelo professor, ou os manuais didáticos que devem ser seguidos, refletem a racionalização tecnológica do ensino. Desse modo, o professor percebe a importância de sua função reduzida, acentuando o estranhamento do trabalho e aumentando a alienação docente.

O professor José Contreras (2012) analisa a problemática do profissionalismo no ensino e as transformações que a classe docente vem sofrendo ao longo do tempo, como a perda da qualidade, de controle e de sentido do seu próprio trabalho, através de atividades em processos individuais e rotineiros dada a racionalização do seu trabalho em tarefas rotineiras e mecânicas.

O autor considera que a recuperação de uma concepção de autonomia profissional dos professores requer que barreiras e armadilhas sejam ultrapassadas, com o enfrentamento de perigos e problemas que são associados à ideia de profissional no tocante às qualidades que essa prática exige, pois, os professores não exercem apenas a atividade de ensinar, mas, buscam expressar valores e pretendem alcançar e desenvolver o outro e a si mesmo.

Apesar de perceber a diferença de autonomia nas IES Pública e Privada, nota-se uma contaminação do discurso. A lógica produtivista que está também presente nas IES públicas, acaba atingindo a autonomia docente e impactando no exercício da função do professor.

Quando questionados sobre o “a utilização do tempo em relação às atividades do trabalho e para o trabalho, destacando o tempo destinado para a construção da carreira”, os professores em sua maioria, não têm tempo para a continuidade dos estudos dado o excesso de carga horária do trabalho. O Discurso em questão traz a clara presença do modo de vida *just in time*, produzindo o fenômeno da “vida reduzida”, promovendo a precarização existencial.

O professor Giovanni Alves (2013) aborda o modo de vida em questão como uma “aberração civilizatória”, que representa uma operação constitutiva do toyotismo sistêmico: a constituição da totalidade social como extensão do empreendimento capitalista. Trata-se de um descarte da pessoa humana no geral, onde o sofrimento normalmente gera uma série de manifestações psicopatológicas, com respaldo em Dejours (2001).

Para Giovanni Alves (2013) o *neodesenvolvimentismo* e o modo de vida *just in time* contribuíram para o aprofundamento do descarte da pessoa humana, um dos traços estruturais dada a dinâmica sociometabólica do capitalismo hipertardio brasileiro. Notadamente, os exemplos clássicos giram em torno da violência urbana, mas, a exigência da profissionalização constante e a sensação de frustração quando efetivamente não se consegue, são aspectos importantes.

Com efeito, o primeiro efeito da precarização é a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo. Logicamente, os trabalhadores submetidos a essa nova forma de dominação, da ameaça, da precarização, vivem constantemente com medo. E esse medo é permanente e gera condutas de obediência e até de submissão (DEJOURS, 2001).

Reitera ainda a autora Isabel Lelis (2012) que todo esse conjunto de mudanças traz um sentimento de mal-estar profissional, pois as condições de trabalho parecem ser mais difíceis. Como saída, alguns estudos insistem sobre a necessidade de fortalecer a formação e o desenvolvimento profissional dos professores para reforçar sua profissionalização.

Notadamente, o discurso terá variações no tocante à esfera pública e privada, porém, verifica-se uma mesma sensação, haja vista que a maior parte dos entrevistados, trabalha em Instituições públicas e privadas. O que se percebe, mais uma vez, é a utilização das técnicas de gestão, independente de qual IES estamos tratando. Logicamente, na Privada o discurso é mais direto, mais precarizado, mais impactante. Porém, com a lógica produtivista e a “meritocracia” baseada em titulações, que é o caso das públicas, a sensação do sujeito não difere tanto.

Assim, o intento dessas medições verdadeiramente exerce profundamente no sujeito um tipo de poder que o impele a “entregar-se” completamente, a “transcender-se”, a “motivar-se” cada vez mais e continuamente, para atender as expectativas de outrem.

O professor Wanderson Alves, num resgate à obra do francês Pierre Naville (1956), discute sobre a qualificação como uma relação social, incorporando-a a um enfoque que enfatiza a dimensão histórica e comparativa, que vai se desmembrando e surgindo a partir de uma diversidade de elementos, incorporando inclusive o problema das mudanças provocadas pelo avanço tecnológico.

Dialogando com Naville (1956), o professor Wanderson Alves (2010), coaduna que a qualificação não é uma coisa ou uma substância que se apresenta individualmente e capaz de ser descomposta, porém, uma relação em que se expressa na relação social do valor que se atribui aos diferentes trabalhos. Com efeito, a qualificação não pode ser compreendida

a partir dela mesma, sendo sempre fruto de relações sociais. Nesse tocante, Pierre Naville afirma que não se pode esquecer que a definição da qualificação se desenvolve a partir do próprio capitalismo.

Assim, cada sociedade trata distintamente o problema da qualidade dos diferentes tipos de trabalho, é uma questão histórica, cada época responde de uma forma particular aos problemas da qualificação.

Com efeito, o tempo é um aspecto relevante para Pierre Naville (1956), porém, não sem considerar os equívocos nesse campo. Trata-se de uma questão absolutamente complexa e de difícil mensuração (que é a proposta da sociedade contemporânea), uma vez que não se deve acreditar que basta aumentar o tempo empregado na formação para elevar a qualidade do trabalho. Porém, considera-se que a aprendizagem profissional carece de um tempo mínimo para que efetivamente ocorra. Assim, a formação é um processo que consiste em um tempo mínimo necessário, um tempo máximo difícil de ser mensurado, que possui dualidade entre esses limites de tempo, e que se move com base nas tecnologias empregadas, no contexto histórico, na geografia, nas exigências institucionais, nas demandas sociais, enfim, não significa, também, que a formação em si, seja o determinante para a qualificação.

Em se tratando de tempo a autora Jeanne Gagnebin, em seu trabalho intitulado *Lembrar, Escrever, Esquecer* (2006), afirma que no trânsito contínuo entre “esquecer e lembrar” transcorrem todas as atividades dos homens, mais particularmente a do professor, cuja exigência de memória deve levar em conta as grandes dificuldades que pesam sobre a possibilidade de narração, sobre a possibilidade da experiência comum, sobre a possibilidade da transmissão e do lembrar.

A professora Maria Teresa Ribeiro (2016), em seu memorial, rememora, com base em Walter Benjamin, que a tarefa do escritor não é apenas relembrar os acontecimentos, “mas subtraí-los às contingências do tempo em uma metáfora”. E continua sua abordagem, reafirmando que o tempo da urgência, do “tudo para ontem” é superficial, acrítico, não permite o conhecimento e o processo de aprendizado, a reflexão e apreensão crítica do mundo.

Com respaldo na filósofa Marilena Chauí (1999), a Professora Maria Teresa (2016) reitera que esse processo é visto como “insano”, visto que as instituições de ensino superior, particularmente as públicas, perderam sua autonomia à medida que suas metas, objetivos, índices de produção, e a própria gestão passaram a ser informados de fora da universidade. Como consequência, é visível a perda da reflexão daqueles que vivenciam e

fazem a universidade. Assim, sem o tempo necessário, não existe aprendizagem de fato e consequentemente, a dita “qualificação”.

Com respaldo em Schwartz (2000), o professor Wanderson Alves (2010) explica que é possível abordar a qualificação pelos seus constitutivos internos e externos e ainda ultrapassar as restrições, assim, classifica em três dimensões, sendo: dimensão social, dimensão experimental e dimensão conceitual. A primeira (social) diz respeito às tramas e complexidade das relações, com as quais a qualificação se enreda no seio da sociedade, tratando do seu reconhecimento social, mostrando suas mudanças que o mundo do trabalho vem presenciando. Nesse tocante, a qualificação profissional é uma invenção social que insere as capacidades humanas em meios socialmente tomados pela contradição.

A segunda dimensão, a experimental, põe em evidência o que o taylorismo teimou em ocultar, o saber do trabalho, e remete a compreensão da qualificação às atividades concretas. Assim sendo, o trabalhador, ao desenvolver o seu trabalho, não o faz de forma autômata, mas com apropriação de instrumentos, modos de produção e técnica. Nesta dimensão, o lugar de uma dupla dialética entre o conceito, as normas, o prescrito, de um lado, e a experiência singular, individual, intransferível do trabalho humano.

E a terceira, a conceitual, é, segundo Schwartz (2000), na abordagem do professor Wanderson Alves, a dimensão correspondente aos valores formais, conceitos, normas e orientações prévias à atividade. Estando esta, ligada aos conceitos e levando em consideração que estes são obtidos no processo formativo, nomeadamente nas formações inicial e contínua.

De acordo com essa abordagem, compreende-se que os saberes dos trabalhadores, a inventividade, os laços coletivos, as dificuldades, a saúde, entre outros aspectos, possam ser considerados em conjunto, elementos que são estruturantes, como a forma econômica e política. Nesse tocante, a dimensão experimental, assume como pressuposto as dimensões social e conceitual.

Notadamente, quando se aborda a questão da formação contínua, a questão do trabalho se apresenta de maneira especial porque a formação contínua integra projetos e processos que estão em relação mais próxima ao campo de trabalho. Assim, as relações entre trabalho e formação, assumem uma perspectiva que adentram no modo de produção e nas suas relações e amplia as contradições entre os sentidos, a utilidade social dos saberes e os fins da educação (ALVES, 2010).

A filósofa Caroline Mitrovitch (2011) realiza um estudo da obra do sociólogo Walter Benjamin e recupera a cisão entre o individual e o coletivo na contemporaneidade,

para explicar que nada caracteriza melhor o homem moderno quanto à sua necessidade de tornar-se útil ao sistema econômico e aderir aos interesses do Estado acima de qualquer outro elo, seja ele histórico, cultural ou teológico. Assim, a mudança na estrutura da experiência ( não existe mais tempo para a elaboração da mesma), cuja característica principal é a avidez pela posse e pela dominação da natureza, provoca o “esfacelamento” da experiência coletiva em uma multiplicidade de narrativas independentes. Nessa perspectiva, a coletividade quase que desaparece, e a contemporaneidade é marcada pela fragmentação do tempo, anunciando uma temporalidade não mais partilhada, e sim resumida à casa do indivíduo burguês.

Assim, a autora afirma que a educação vive os reflexos dessa situação de forma igualmente dramática. Englobada pela cisão entre indivíduo e sociedade, uma cisão própria de uma concepção histórica concebida como “processo”, cujas fontes de identidade desapareceram, finda por fortalecer o imobilismo social, ao desempenhar seu papel de transmissão do patrimônio cultural baseado numa temporalidade presa ao passado ou sendo pior presa ao presente. Presente este, fruto da inevitável sensação de perda de sentido e ausência de referências inerentes à sua constituição, marcado pela urgência e pela superficialidade.

Álvaro Hypolito (2010), respaldado em Harvey (2008), nos alerta, também na perspectiva de Dardot e Laval (2016), que o neoliberalismo em educação deve ser compreendido muito mais como uma política de regulação do Estado do que como uma política educacional de governo. A ênfase e a centralidade da economia na definição de nossas vidas têm repercussão cotidiana e envolvem e delimitam todos os aspectos do contexto social.

Como vimos na discussão do contexto geral, verificam-se em paralelo a mudanças no contexto geral do trabalho e do trabalho docente mudanças nas políticas e em sua regulamentação. Na próxima seção, nos debruçamos sobre as mudanças setoriais, em termos de políticas e de regulamentação das atividades de ensino e na profissão do docente. Iniciaremos com as especificidades do trabalho do professor, e apesar de inicialmente utilizarmos professores que tratam da educação básica, entendemos que o “trabalho do docente” é único. No decorrer do trabalho, trataremos o ensino superior Público e Privado.

#### 4.2 O TRABALHO DOCENTE – ESPECIFICIDADES DA ATIVIDADE DO PROFESSOR

Ao analisar o trabalho docente como forma da regulação social, Alejandra Birgin (2000) recupera sua construção história e genealógica. A autora remete ao século XIX, quando novas relações entre o governo da sociedade e o governo dos indivíduos foram estabelecidas. A profissionalização do saber, especificamente, possibilitou a criação de novas formas de regulação social com criação de ocupações que vieram controlar a produção e a reprodução de conhecimento. Difundiu-se, rapidamente, a percepção de que o saber racionalizado, sistematizado e organizado em torno da ciência e sob a responsabilidade de comunidades específicas, ofereceria às pessoas um acesso ao progresso, libertando-as das limitações da natureza.

A autora reitera que a organização da escolarização e da pedagogia configura um campo social ligado ao governo dos indivíduos. Dessa forma, a regulação dos processos educacionais também implica a regulação do grupo social que tem por objetivo o trabalho de ensinar, ou seja, possui implicação direta sobre o trabalho docente. Este, por sinal, constrói-se precisamente nas formas cotidianas das políticas institucionais, na conjuntura das relações sociais e materiais.

Birgin (2000) discute o trabalho docente à luz das regulações que o constituem, entendendo que o trabalho docente abarca tanto o modelo e ações que o Estado desenvolve, como a construção da subjetividade dos atores/sujeitos. Na questão da subjetividade, é em Bourdieu (1988) que a autora busca respaldo para entender como estratégia o comportamento que os sujeitos desenvolvem e por meio dos quais tendem a produzir e reproduzir-se buscando melhorar ou manter cenários e espaços diferentes, como mercado de trabalho, campo educacional ou instituições em que trabalham.

Num resgate à obra de Paulo Freire (1982), que trata do compromisso do profissional com a sociedade, fica evidente o quão distorcido se encontra hoje, o papel do professor, uma vez que o autor atribui como primeira condição para “ser comprometido”, estar em condições de agir e refletir.

Nesse sentido, é preciso que seja capaz de estando no mundo, saber-se nele, conscientemente, o que condiciona sua consciência de estar. Desse modo, segundo Paulo Freire, se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor seus limites do seu próprio mundo, resulta que ele não é capaz de ter compromisso.

Assim sendo, o autor reitera que o ser alienado, seja profissional ou não, não distingue o ano do calendário. A alienação então, produz uma timidez, uma insegurança, um

medo de correr o risco da aventura de criar, sem o qual não há criação. Nesse sentido, o homem alienado se torna frustrado e inseguro e enxerga as coisas mais na superfície do que em seu interior.

Com efeito, Paulo Freire (1982) argumenta que uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria “matando” suas possibilidades de ação. A educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem, uma vez que adaptar é acomodar e não transformar.

A discussão sobre a natureza e especificidades do trabalho do professor não é recente. O professor Wanderson Alves (2010) rememora que há mais de vinte anos, Dermeval Saviani já tratava sobre o tema, reiterando que se trata de uma discussão que “resiste ao tempo”.

Com respaldo no trabalho de Vitor Paro, sobre Administração Escolar, o Professor Wanderson Alves recupera três aspectos que avançam nos estudos de Professor Saviani e que auxiliam no entendimento sobre a natureza do trabalho do professor. O primeiro deles se refere ao papel do educando no processo da produção pedagógica, onde Vitor Paro enfatiza, numa linha marxiana, que na produção material é possível hipoteticamente imaginar a presença de sujeitos que serão consumidores do que é produzido, sem que eles tenham que se envolver no processo, porém, no caso do ensino, não. Tal afirmativa se baseia no fato de que no trabalho pedagógico o aluno não é simples consumidor, mas também participante, para que o processo ensino-aprendizagem ocorra. Temos aqui um resgate ao materialismo histórico, uma vez que o aluno entra no processo como sujeito e objeto ao mesmo tempo. Assim, as relações de ensino e aprendizagem são totalmente distintas das relações de trabalho em uma indústria qualquer, por exemplo.

Como segundo aspecto, o Professor Wanderson (2010) recupera o conceito de produto na educação, onde Vitor Paro explica que para entender o aluno como sujeito e objeto da educação, se faz necessária a expansão da ampliação do conceito de produto da escola. Nessa perspectiva, não se pode considerar a aula como produto oferecido pela escola, pois para aprendê-lo, é preciso considerar outros elementos do processo, onde a educação é uma das agências da qual deriva a educação como um todo e sua atribuição é possibilitar a apropriação do saber historicamente acumulado. Para tanto, nesse processo, se entende também, o aluno como sujeito ativo no processo, e, sendo sujeito ativo, ser ativo no trabalho pedagógico. Assim, a educação se efetivou quando: “o aluno deixa o processo diferente de como entrou”, sendo essa diferença, “não um simples acréscimo, já que se supõe uma real transformação da personalidade”. Assim sendo, trata-se de uma conjunção de vários aspectos



no processo: o estágio do aluno, a ação do aluno, a ação do professor e de todas as pessoas envolvidas no processo. Desse modo, entende-se que, no caso do ensino, o que é produzido não é consumido apenas naquele momento, mas prossegue com o aluno e o professor para além do processo pedagógico desenvolvido naquele momento da aula.

Como terceiro aspecto, Vitor Paro (2005) trata da natureza do saber envolvido no processo educativo, assumindo as duas prerrogativas anteriores, onde o produto educacional não se restringe à aula ou a um ato educativo em si, além do que no processo de ensino-aprendizagem, o aluno é objeto e sujeito da educação. Assim, a natureza do saber no ato educativo, se apresenta muito mais como matéria prima. Ou seja, um saber “historicamente acumulado”, que não aparece apenas no ato de produzir a educação, mas ultrapassa este processo. Desse modo, no caso do ensino, o conhecimento é matéria prima do trabalho do professor, não podendo ser alienado do exercício da sua atividade profissional, sob o risco de desconfigurar o próprio processo educativo.

Andre Gorz (2005), em seu livro “O imaterial”, rememora que em princípio, o saber não “aceita ser manipulado como mercadoria”. Tal afirmação está respaldada no fato de que os “custos” da produção do saber muitas vezes não pode ser determinado e o seu valor mercantil não pode ser auferido ou mensurado de acordo com o tempo de trabalho necessário para a produção. Notadamente, ninguém seria capaz de precisar onde e em qual contexto, o trabalho do saber começa e termina.

Assim, não existe uma relação de equivalência entre formas de saber e conteúdo, não sendo os mesmos intercambiáveis. Gorz (2005) afirma: “todo saber pode valer por um valor particular único e incomparável”.

O professor Wanderson Alves (2010) realiza um resgate ao trabalho do autor canadense Maurice Tardiff, cujas questões centrais compreendem o trabalho e a formação dos professores. Entende-se as críticas ao autor no que se refere à desvalorização do lugar na Teoria no processo formativo do professor, porém, resgata-se a problemática de natureza epistemológica entre as teorias e ação e atividade.

Com efeito, com base nas pesquisas de Maurice Tardiff (2005), dois aspectos das elaborações do autor e que precisam ser destacados no que se refere ao trabalho e formação dos professores são: a) a diferenciação entre trabalho industrial e trabalho no ensino e b) a natureza da relação entre professor e exercício profissional. Parte-se da questão de que os objetivos do trabalho podem ser mais precisos em uma indústria, porém, na educação, eles são ambíguos, de contornos não muito claros e com a característica inerente do longo prazo.

Assim sendo, o professor lidará com sujeitos e não com objetos. Notadamente, sujeitos possuem características individuais, subjetivas e o fato de serem seres sociais, insere uma complexidade que não permite a manipulação como coisas inertes.

Para Maurice Tardiff (2005), reiterando que todo exercício profissional implicará em um certo tipo de relação com o objeto do seu trabalho, desse modo, enquanto na indústria é possível o controle do objeto, no ensino ele facilmente escapa a tal controle, haja vista que o tempo escolar é um momento de totalidade das relações sociais inerentes ao processo educacional. Desse modo, o resultado do trabalho material produzido pela indústria pode ser tocado, medido e examinado com relação às suas especificações, enquanto que, no ensino, o resultado do trabalho é totalmente imaterial e de difícil observação.

Nessa perspectiva, o trabalho docente, o ato de ensinar, se assemelha a qualquer outro trabalho no que se refere a “perseguir fins e movimentar meios para atingir determinado objetivo”, porém, esse traço comum não pode obscurecer as particularidades da docência. Recupera-se, então, aspectos que marcam e particularizam o exercício profissional da docência e a relação entre o professor e o seu trabalho. São quatro pontos que auxiliam o entendimento da ideia geral de Tardiff (2005) nesse sentido: a) os saberes profissionais no ensino são adquiridos principalmente ao longo de uma longa formação na universidade; b) os saberes profissionais constituídos pelo professor são erigidos em meio a um processo de socialização profissional e de experiência no ramo do ensino; c) sua mobilização não acontece em qualquer instituição, mas na instituição social escola, que congrega traços próprios; d) o que o professor realiza se refere a um tipo específico de trabalho, o ensino, possuindo características que o diferem das demais formas laborais.

Desse modo, a relevância da pesquisa de Tardiff (2005), de acordo com o Professor Wanderson Alves, trata-se justamente da construção de uma perspectiva que possibilita a análise e compreensão do trabalho do professor não baseado em modelos ideais ou termos normativos, mas, em relação ao próprio exercício da profissão, de modo a remeter a questão para a realidade docente.

O professor canadense rememora ainda que a realização do trabalho docente, envolve o saber acadêmico e outros saberes. Em tempo, o saber acadêmico envolve as teorias pedagógicas, das ciências da educação e dos saberes das disciplinas de origem, que podem ser adquiridos na formação inicial ou na formação contínua. Além dos saberes expostos, o trabalho do docente exige que o professor conheça e aprenda a trabalhar sobre os programas escolares, sendo estes constantes no Projeto Político Pedagógico de cada Instituição, sendo

necessário o conhecimento destes para o exercício profissional. Tal saber se chama Curricular.

Além dos saberes acadêmicos e curriculares, Tardiff (2005) reitera que o trabalho docente necessita de saberes experienciais, que envolvem: a partilha com outros colegas, o modo de proceder com as turmas, o modo de organização da sala de aula. Tais saberes, são constituídos em confronto com a realidade concreta da profissão e funciona como uma referência a partir da qual o professor desenvolve seu trabalho e avalia o que lhe chega, como as inovações pedagógicas ou mudanças sistemáticas de avaliação de aprendizagem dos alunos.

A partir das contribuições de Hannah Arendt, Vanessa Almeida (2011) aponta a relevância e a responsabilidade do papel do professor, salientando que, além de “abrir portas”, o docente é responsável por assumir, diante dos alunos, a responsabilidade pelo mundo. Tal atributo do professor não é arbitrário e não se origina em sua pessoa, mas, nos saberes, nos valores e nos princípios do mundo comum e da instituição escolar que ele representa. Dessa forma, trata-se do lugar que ele ocupa e sua tarefa específica que lhe conferem uma autoridade, que não se estende a outras esferas fora da escola.

Vanessa Almeida (2011) salienta que Arendt realiza uma distinção entre autoridade e certas formas de força ou violência, dado que, em ambos os casos se trata de relações baseadas na hierarquia e pela obediência. Quem obedece ao mais forte, o faz por medo ou por ser forçado fisicamente a obedecer, enquanto que quem obedece por autoridade o faz por consentimento. Nessa relação, tanto o detentor da autoridade como o outro a reconhece como legítima e válida para assentar-se no bem comum. Hannah Arendt afirma ainda, que a autoridade não opera por meio da persuasão, já que a necessidade de convencer o outro através dos argumentos é característica de uma relação entre iguais, sem a obrigatoriedade de obediência. Assim sendo, a autoridade do docente frente ao aluno pode ser constituída se ambos reconhecem a legitimidade do mundo em comum e a necessidade da sua continuidade.

Ainda inspirada em Arendt, Vanessa Almeida (2011) reitera que para ser representante do mundo, o professor não necessariamente precisa consentir com tudo que existe neste, mas, não pode deixar de ter um apreço pelo mesmo. Assim sendo, precisa reconhecer este mundo como seu e como lugar que foi constitutivo para ele. Ou seja, o nosso descontentamento com o mundo não pode fazer com que deixemos de assumi-lo como nosso porque, desse modo, abriríamos mão daquilo que é capaz de dar sentido à nossa existência.

Cabe salientar que Arendt, no momento em que atribui especial importância ao papel da autoridade na educação, realiza uma crítica a uma conjuntura moderna, em que tanto as práticas como os discursos educacionais tendem a negar a importância da autoridade ou até mesmo a rejeitá-la. Desse modo, é salientado que “por causa de determinadas teorias, boas ou más, todas as regras do bom senso foram postas de parte” para desmoronamento de “alguma parte do mundo, alguma coisa comum a todos nós”.

Segundo Vanessa Almeida (2011), Arendt ressalta que essa situação na esfera educacional está intrinsecamente relacionada à ausência de autoridade no âmbito político, explicando que a autoridade desapareceu do mundo moderno e que a perda se manifesta no fato de que “não mais podemos recorrer a experiências autênticas e incontestes comuns a todos”. Com efeito, durante séculos a tríade autoridade-religião-tradição tinha oferecido critérios últimos aos homens, nos quais podiam se apoiar para formar julgamentos sobre o mundo e aquilo que nele se passava. Assim sendo, a modernidade questiona o que anteriormente era sagrado e, no entanto, não estabelece nada no seu lugar, deixando de existir uma medida que fosse válida por si mesma e aceita por todos. Notadamente, quando não há mais nada tido como intocável, quando tudo pode ser questionado e precisa de justificação, a autoridade perde o seu fundamento. Assim sendo, é sinal da profundidade da crise o fato de ela se estender à esfera pré-política da educação, abalando até a autoridade de pais e professores – que sempre foi vista como natural.

Assim sendo, o estranhamento em relação ao mundo e à consequente incapacidade de assumir o papel de representante diante dos alunos não é apenas capricho de alguns professores irresponsáveis, de modo que outros poderiam optar por uma atitude mais ajuizada. Não se trata de comportamentos individuais ou de uma categoria profissional. A crise na educação se insere num mal-estar mais abrangente e, por isso, dificilmente haverá soluções imediatas ou apenas pragmáticas (ALMEIDA, 2011).

Com efeito, num mundo extremamente instável, em que não há garantias de que todos possam ter um lugar nele, onde cada um está preocupado antes de mais nada com a sua própria sobrevivência, porque nada lhes garante que ele não possa ser substituído a qualquer momento, onde o status das pessoas e suas relações sociais dependem, em grande parte, do seu salário, qualquer responsabilidade que não esteja diretamente ligada ao próprio bem-estar parece ser uma exigência inaceitável. Além disso, acrescenta-se que são poucas as reais possibilidades de participação política e raras são as oportunidades de atuação em espaços comuns onde de fato a ação do cidadão faça a diferença.

Dessa forma, Almeida (2011) ressalta que professores e alunos experimentam a sociedade de massas – sociedade composta por indivíduos isolados que não tomam decisões sobre o mundo nem assumem responsabilidade por ele, mas apenas funcionam no grande processo de produção e consumo. Na verdade, são “partículas” que estão expostas aos movimentos arbitrários do mercado e que, a qualquer momento, podem ser substituídas por outras “partículas” ou por novas tecnologias. Assim, o professor preenche apenas uma função, a de abrir portas, na qual compete com os meios de comunicação. Sentem, em função do contexto apresentado, que a ameaça de exclusão é constante, o que exige o permanente esforço de comprovar que possuem algum valor ou alguma utilidade e que não são descartáveis.

Vanessa Almeida (2011) questiona como falar do mundo numa sociedade atomizada? Como acender nos alunos o interesse pelo legado histórico, se o futuro provavelmente será a luta pela própria sobrevivência? Como o professor pode se sentir parte de um mundo no qual não recebe o reconhecimento?

Na perspectiva de Hannah Arendt, a sociedade de massas é a extinção do mundo comum. Esse não mundo e seus habitantes é objeto de análise da referida autora. No que se refere à sua obra sobre a “Crise da Educação”, a autora descreve como o não mundo invade o espaço da educação, o que é sobremodo preocupante, já que quando tratamos sobre o tema, tratamos de futuro. A reação da autora sobre a crise é bastante enfática, sustentando que aqueles que rejeitam sua corresponsabilidade pelo mundo deveriam ser proibidos de participar da educação, evocando também o amor *mundi*.

A análise sobre a sociedade moderna de massa da filósofa Hannah Arendt perpassa sobre a percepção de que, nessas sociedades, a existência humana, por ser carente de espaços de interação e condenada à solidão, se atrofia. De forma poética é descrito “o moderno crescimento da ausência de mundo, a destruição de tudo que há entre nós, pode ser também descrito como a expansão do deserto”. Dessa forma, o deserto é o oposto do mundo humano.

Nessa perspectiva, a sociedade contemporânea exclui a possibilidade de ação. Ao invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária (ALMEIDA, 2011).

Assim, abrir mão da individualidade é adaptar-se ao deserto da sociedade. Uma completa adaptação é a total ausência de experiências singulares que pudessem provocar qualquer ato não previsto, o que, por si só, já representaria uma resistência ao deserto.

A autora apregoa então, que, no deserto, o sofrimento é sinal de humanidade e representa a possibilidade de resistirmos a ele. Assim, sob este ponto de vista, o sofrimento adquire um sentido e uma dignidade: abre o caminho para a transformação do deserto. Por isso, é fundamental que não percamos a capacidade de sofrer, de nos deixar atingir pela destruição do mundo, pois, a indiferença, nos torna perfeitos habitantes do deserto. A sociedade nos conforma a todos num único e necessário fluxo vital. A minimização do sofrimento e de qualquer esforço aperfeiçoa a submissão a esse processo. A tendência moderna de amenizar qualquer sofrimento, de prevenir qualquer dor com analgésicos e qualquer tristeza com antidepressivos, de transformar envelhecimento e morte em anormalidades é sinal de uma sociedade na qual não há espaço para experiências mais profundas – que não excluem momentos de prazer, mas sempre incluem o sofrimento. Quando vida e bem-estar configuram os valores supremos e exclusivos, ocorre um empobrecimento das paixões humanas. A autora conclui, portanto, que “se compararmos o mundo moderno com o mundo do passado, veremos que a perda da experiência humana é extraordinariamente marcante”. Até com relação ao trabalho, cujo sofrimento na sociedade moderna supera qualquer outra atividade humana, está em vias de desaparecer, já que “conseguimos eliminar as fadigas e penas inerentes ao processo vital até tal ponto que é possível prever o momento em que também o trabalho e a experiência de vida nele possível serão eliminados do âmbito das experiências humanas” (ALMEIDA, 2011).

#### 4.3 PRECARIZAÇÃO DO PROFESSOR - O MODO DE VIDA DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Marilena Chauí (1999) coaduna com os autores que tratam sobre a precarização, Ricardo Antunes (2013) e Giovanni Alves (2013), afirmam que a forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que norteavam a identidade de classe e as formas da luta de classe.

Assim, a transformação da universidade da condição de instituição à de organização insere-se na mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital e ocorreu em duas fases: primeiro tornou-se a universidade funcional, na segunda, universidade operacional. A primeira classificação estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão de obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Para atingir tal intento, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho, e distanciando cada vez mais a docência da pesquisa.

No que se refere à universidade operacional, regida por contratos de gestão, avaliada por produtividade, calculada para ser flexível e estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pautada em objetivos. Chauí enumera alguns indicadores: o aumento de horas aulas, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios.

Como já tratamos os aspectos ligados à intensificação do trabalho docente na seção que trata sobre a precarização do trabalho docente, esta seção dedica-se a analisar o impacto da realidade na vida do professor.

Primeiramente, verificaremos as questões ligadas à remuneração do professor, tratadas na dimensão desigualdade social, e que buscam verificar qual o sentimento do professor com relação à sua sobrevivência material, seu poder de compra, em aspectos individuais, e que serão ampliados para a perspectiva dos egressos. Nesse sentido, temos discursos que convergem para o que é tratado pela Professora Marilena Chauí. Assim, quando questionados sobre a sua remuneração, através da pergunta: “*Você entende que a remuneração do docente garante a sua sobrevivência?*”, temos:

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Não, tenho que se submeter a uma carga horária cruel e exaustiva para ter um salário que me leve a ter uma vida de classe média, média. Não garante de jeito nenhum! Por exemplo, quando com doutorado em andamento, o profissional, mesmo com liberação do estado, tem contas a pagar, tem um certo padrão de vida e muitas outras atividades. Para garantir o padrão que imponho para a minha própria vida, acabo tendo que trabalhar em três instituições, o que leva a um processo de intensificação do trabalho e eu por exemplo trabalho todo dia as vezes*

*os três turnos. Um professor que está começando hoje numa universidade privada, ganha 500 reais na disciplina e para o professor ter um salário de 3 mil reais ou um salário mediano, ele teria que ser professor de seis disciplinas, este professor teria que apertar bem o “cinto” para se manter e para poder receber um salário de 5 mil teria que pelar 10 disciplinas, é algo surreal. A remuneração do docente é desproporcional, incompatível com o padrão de classe média. Hoje o professor tanto da privada, quanto da pública não consegue se vincular a única instituição e manter um padrão de indivíduo de classe média que é equivalente aos que os alunos que ele ministra aula convive. Se realmente o professor ainda for de um padrão muito inferior ao dos estudantes ele fica muito mais fragilizado. Isso significa ter um lugar para morar dentro de um bairro que não seja uma favela, tenha um veículo próprio que possa se deslocar e ir para o trabalho, usá-lo para eventualmente fazer uma viagem para ter um intercâmbio, uma experiência fora do ambiente próprio, comprar os livros que precisa, ter um computador, ter acesso a internet. Só que para se ter essas coisas é preciso se ganhar bem e hoje nem a IES pública, nem a privada consegue fazer isso sozinha como consequência o professor tem que se vincular a três, quatro universidades ou atividades para poder ter. É muito injusto o esforço que o professor faz em sala de aula, para se estar comprando livros, quando se vai comprar um livro é no mínimo R\$89,00, por baixo porque os livros de administração custam entre R\$150,00 – R\$179,00. Dentro desse contexto chega-se à conclusão que o professor não ganha o suficiente.*

O próximo discurso trata do sentimento do professor com relação à sua remuneração e escolheu-se analisar os dois em conjunto, a fim de que seja tratada a esfera real e o sentimento, a percepção, ou seja, a esfera subjetiva do trabalho. E foi perguntado: “Em linhas gerais como você se sente com relação à sua remuneração?”, cuja resposta inicial de todos foi: Mal.

Nesse sentido, os discursos sobre a remuneração do professor, demonstram o que foi percebido durante as entrevistas, através de risos e desconfortos para falar sobre a opção de trabalho na vida. Percebeu-se uma insatisfação generalizada, onde a intensificação e a auto-precarização eram saídas encontradas para uma possibilidade de pertencer a classe média. Um sentimento de desvalia que repercute no ambiente familiar e na saúde.

Buscando respaldo nos franceses Dardot e Laval (2016), a insatisfação na questão da remuneração, trará para o indivíduo, de que os resultados obtidos na sua vida são fruto de uma série de decisões e esforços que dependem “única e exclusivamente” do indivíduo. Dessa forma, dentro da lógica do sistema, a distribuição dos recursos econômicos, e das posições sociais, é vista claramente como o resultado, a consequência de todo um percurso de sucesso ou fracasso da vida e não de realização pessoal. Em verdade, o ser humano é visto



como um “sujeito empresarial” e a “gestão do risco empresarial” ou seja da sua vida, faz parte das decisões a serem tomadas por ele dia a dia.

O risco em questão, o risco que envolve ser “bem sucedido” ou “fracassado” no que se refere à sua condição financeira, no que se refere ao seu “poder de compra” ou ao seu “status”, está diretamente ligado ao “risco do mercado”. Apesar de tal dimensão não ser novidade, em tempos neoliberais, existe uma universalização de um estilo de existência econômica que era reservado aos empreendedores na Idade Média.

Pela lógica do sistema medieval, todos os homens deveriam ter “renda incerta”, e esse pensamento era defendido por teóricos que desde 1755 encorajam tal “estratégia”. Em verdade, segundo Dardot e Laval, Mészáros[...], os autores que defendiam tal ideia, separavam os homens entre “riscófilos”- homens corajosos, dominantes e “riscófobos” – dominados e temerosos, desse modo, afirmavam que toda a “refundação social”, dependiam da transformação do maior número de homens possível, no primeiro tipo.

Assim, uma frase bastante direta, que foi usada pelo patronato francês, é usada pelos autores para resumir a questão: “A vida, a saúde e o amor são precários, porque o trabalho escaparia dessa lei?” A partir dessa declaração deve-se entender como uma tendência “natural” de conversão à precariedade. Assim, com a instauração da “sociedade de risco”, assistimos à destruição não só de estruturas tradicionais como a família, mas até mesmo de estruturas que o capitalismo criou como as classes sociais. Nesse tocante, percebe-se a individualização radical, onde todas as formas de crises sociais sejam percebidas como crises individuais, onde todas as desigualdades sejam também atribuídas à responsabilidade individual.

Com efeito, se o professor ganha pouco e o valor do seu salário não garante a sobrevivência dele, de tal modo que o mesmo precisa se auto-precarizar ainda mais, intensificar sua carga de trabalho, aumentar o número de instituições em que trabalha, até chegar à exaustão, a culpa é dele. E aqui, ponho em relevo a palavra culpa e não responsabilidade, para ressaltar que a sensação é de impotência. A sensação é de fracasso, é de se sentir culpado. Culpado pelas escolhas, culpado pelo caminho percorrido, culpado pela sua “incompetência” de não ser capaz de ganhar o suficiente para se manter.

Ainda na dimensão desigualdade social, foi questionado aos professores a percepção deles com relação aos egressos, sob o questionamento: “*Qual a perspectiva que você tem para os egressos?* Não por acaso, a visão que o professor terá do “futuro” dos seus

alunos poderá dar uma percepção de como ele enxerga o presente, a sua própria vida e a sua perspectiva pessoal. Notadamente, enxergamos no outro, o que percebemos em nós mesmos.

No discurso sobre perspectiva de futuro, percebe-se nitidamente a preocupação dos professores com o futuro. A professora Marilena Chauí(2003), em seu texto sobre a *Universidade Pública sob uma nova perspectiva*, nos questiona o que é formação.

Antes de mais nada, como a própria palavra indica, uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte.

Com apropriação do próprio discurso dos professores, fica claro que a grande preocupação é o emprego, o mercado de trabalho, que eles percebem afunilar. De acordo com Gentili (2002), foi nas décadas de 1980 e 1990, que ocorreu no país, a alteração da função de *formação de sujeitos* para a de *formação para o mercado*. Assim, o papel da universidade é direcionado para a contribuição econômica no mundo competitivo global. Conforme já tratado nesse trabalho, o perfil do egresso exigido pelo mercado, é de um trabalhador polivalente, flexível, com habilidades e competências que possam ampliar a rentabilidade das organizações em que estão inseridos.

O discurso dos professores se alinha com a lógica instrumental no momento em que lhe é perguntado sobre a atuação dos egressos. Fica claro, conforme afirma Meszáros, que a preocupação do professor é com a inserção do aluno no mercado.

Conforme já tratado na seção sobre a universidade privada, o perfil dos alunos tratados na captação são das classes C e D, muitas vezes com deficiências nas disciplinas básicas de português e matemática e que trazem também a preocupação com um “emprego melhor” ou uma “promoção na empresa em que trabalha”. Assim, os projetos pedagógicos e os planos de curso se aderem à perspectiva mercadológica e incorporam termos empresariais como: “produtividade, eficiência, competência, concorrência”. E, logicamente, o professor vai repetir esse mesmo discurso ideológico vazio de sentido e contribuição para a formação do sujeito crítico.

Conforme discutido por Angelita Menezes, Doutora em Educação, a ideologia neoliberal é difundida de forma contundente para fortalecer o capitalismo flexível e usa o conceito de empregabilidade como uma “chantagem” para responsabilização do indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso. Tal abordagem é a mesma em Dardot e Laval (2016), acrescentando que no momento em que a responsabilidade pela qualificação profissional, recai sobre o indivíduo, o capital e o Estado estão isentos de qualquer responsabilidade no que

se refere à implementação de medidas que garantam o mínimo de condições de sobrevivência e capacitação para a população.

Tal questão é identificada no trecho do discurso que diz:

Acredito que o profissional sério, o profissional que soube construir bem a sua formação, sempre vai existir um caminho para o sucesso, o caminho para o êxito profissional, agora o profissional que sempre quis entrar passando pela porta larga que não contribuiu de maneira mais significativa com a sua formação, que fez uma formação mediana este também terá uma remuneração mediana, mas, o profissional que se esforçou na sua vida acadêmica e que se esforça na empresa a qual trabalha, ele vai ser sempre notado, ele vai acabar de diferenciando e tendo como consequência uma remuneração melhor.

Enfim, trata-se da reprodução do discurso neoliberal, que responsabiliza o indivíduo por tudo, onde o ser humano é capaz, sozinho, de realizar qualquer feito, e, se não alcançou o sucesso, foi porque não “correu atrás”, não deu o “máximo de si”, ou, para usar uma expressão do próprio discurso: “sempre quis entrar pela porta larga”.

Para Dardot e Laval (2016) todos esses exercícios práticos de transformação de si mesmo tendem a atribuir o peso da competição exclusivamente sobre o indivíduo. Desse modo, os autores utilizam uma expressão lacaniana “gerentes da alma” para explicar tal forma de governo que consiste em guiar os sujeitos fazendo-os assumir plenamente a expectativa de certo comportamento e certa subjetividade no trabalho. Ou seja, todo indivíduo é seu próprio “gerente” no momento em que deve desenvolver suas qualidades para pensar rápido, inovar, reagir, criar, e, logicamente, se adaptar às mudanças sistêmicas.

Com efeito, se é impossível controlar os processos econômicos e tecnológicos, o domínio de si mesmo surge como uma compensação ao domínio impossível do mundo. Assim, com a diminuição progressiva do senso de coletividade, o que é extremamente favorável ao sistema, tem-se o momento da supervalorização individual. Portanto, expressões como “o trabalho de si mesmo”, “realização de si mesmo”, “responsabilidade por si mesmo”, tratam de fazer com que a norma geral de eficácia que se aplica à empresa seja substituída, no nível individual, por um uso da subjetividade com objetivo de melhorar o desempenho do indivíduo. Nesse sentido, o bem-estar e a gratificação profissional do indivíduo, nessa questão o aluno, são consequência dessa “melhoria individual de desempenho”. Sendo assim, se o indivíduo deve ser aberto, positivo, empático, cooperativo, flexível, não tem correlação com a felicidade dele, o que se deseja, é que se tenha um sujeito integrado no mercado de trabalho, produtivo, eficaz, bem remunerado, nesses termos, bem sucedido (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em tempo, os filósofos afirmam ainda que a gestão neoliberal de si mesmo, consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que sempre exigirá mais de si mesmo e que, nesse tocante, tem sua autoestima acrescida com a insatisfação que se tem por desempenhos anteriores. Ademais, os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais e estão relacionados a problemas psíquicos com relação ao domínio insuficiente de si mesmo, ou seja, a coerção econômica e financeira transforma-se *autocoerção* e *autoresponsabilização*. E a fonte da eficácia vem de dentro, não mais de uma autoridade externa.

Assim, quando questionados sobre como avaliam o *espaço da Universidade no que se refere ao crescimento do sujeito quanto às suas necessidades sociais, emocionais e políticas*, temos:

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Não! acho que o trabalho está cada vez mais adoecendo as pessoas, que os ambientes de trabalho estão cada vez piores mesmo nas instituições públicas, por não haver espaço suficiente. A Universidade peca muito nesse aspecto, tanto a pública quanto a privada, existe uma série de fragilidade na formação continuada do professor, não existe na pública esse processo de formação continuada do professor e na privada até menos, então o professor, sobretudo o mais jovem ele deveria ser melhor assistido. A universidade não cumpre o seu papel de formação continua, de educação continuada do docente, faz com que seja construído um sujeito mecânico que não se importa muito com o sentimento das pessoas, um sujeito que carrega muito conteúdo que é cobrado se tendo pouco tempo e espaço para discussões dos aspectos sociais. O estudante, que se engaja num doutorado motivado pelas suas crenças, escolhendo tema de interesse próprio, pessoal. Depois começam a surgir várias restrições quanto aos autores e aos conteúdos, por vezes. Nas IES privadas por sua vez, não, pois como é colocado o aluno ali é trabalhado, que vem do trabalho, que não tem mais energia, que não tem mais força, que quer um diploma que quer tentar a qualquer preço melhorar sua condição de trabalhado, ele já é trabalhador o que difere do estudante do ensino público que é aluno e então se mobiliza um pouco mais, mesmo assim muito pouco, pois a maioria das instituições não estão preocupadas com essa formação individual, mas sim com a preocupação técnica, onde a preocupação estar em “empurrar o conteúdo” e o aluno que dê conta. Não se tem um trabalho estruturado que possibilite o acompanhamento do perfil do aluno e isso não ocorre apenas na Privada, forma pessoas que se tornam robôs. A universidade é profissional.*

“A Universidade é profissional”. Essa frase, que finaliza o discurso em análise, representa o termo “universidade Operacional” de Marilena Chauí e que iniciamos a presente seção discutindo.

De fato, o discurso coaduna com a teoria sobre a precarização, especificamente no que se refere à reprodução do discurso neoliberal na Educação. A Universidade não se preocupa com nada além da inserção do aluno no mercado de trabalho. Trata-se da “grande medida” da sua própria eficiência, formando robôs, para usar um termo dito pelos professores, que irão reproduzir o discurso, onde a nova norma é a da: “realização pessoal”. Mas, não se discute as condições de mercado, as tendências, as contradições do capitalismo que se acirram e poucas perspectivas se vislumbram nessa trajetória (DARDOT; LAVAL, 2016).

Assim, no momento em que uma instituição de ensino assume a racionalidade instrumental imposta pelo sistema capitalista, pelos ideais neoliberais, de qualidade total, competitividade e flexibilidade elimina dos seus projetos pedagógicos toda e qualquer dimensão de emancipação que esta pode proporcionar ao indivíduo, assumindo, a partir daí, o papel de treinar, preparar e instrumentalizar para atender às exigências do mercado de trabalho e com isso reproduzir o discurso hegemônico, o que o torna menos apto para enfrentar a própria realidade (BUENO, 2003).

Desse modo, as relações ficam esvaziadas e por mais que os professores até tentem reproduzir o discurso, dado que está tão entranhado no social, a sensação de desvalorização, de não cumprimento do seu papel, de esgotamento físico e muitas vezes emocional, é percebido na fala durante as entrevistas, nos fragmentos da fala escrita e no *discurso do sujeito coletivo*.

Na seção seguinte, trataremos dos aspectos ligados à saúde do docente e de que forma o professor lida com suas questões emocionais em épocas de precarização.

#### 4.4 A SAÚDE DO PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE – ADOECIMENTO E DROGATIVIZAÇÃO DA VIDA PESSOAL

Atualmente, o professor das Instituições Privadas, não tem o seu trabalho restrito à ministração das aulas e à organização de tarefas e avaliações dos alunos. Em verdade, por ser um “professor colaborador” que tem como premissa da Instituição “vestir a camisa da empresa”, seu trabalho foi ampliado para a captação de recursos por meio de projetos de

pesquisa e de apoio à inovação, realização de apresentações em escolas com potencial de público consumidor dos produtos oferecidos pela IES privada, participação de reuniões apresentando relatórios sobre suas atividades, prospecção de campos de estágio para os alunos, dentre outras atividades.

Esse é o novo perfil profissional buscado para todo trabalhador contemporâneo. Além disso, por ser um profissional “polivalente” e “multifuncional”, características estas buscadas em contratações, normalmente, por questões de redução de custo, as IES privadas optam pela não contratação de professores, sobrecarregando os já contratados, com disciplinas que muitas vezes escapam ao seu conhecimento de cátedra (MENEZES, 2014).

Além disso, associa-se ao professor, a responsabilidade pelo controle da sala de aula, onde o comportamento do aluno é de sua “gestão”. Assim, a palavra “gestão” dentro das IES privadas é lugar comum para qualquer solicitação pedagógica ou acadêmica. O termo “professor-gestor” é, comumente, uma designação para o trabalhador docente.

Nas IES públicas, a pressão se dá em outra ordem. De forma mais “camuflada”, existe uma disputa de vaidades transparecida através do *Lattes*. Comumente se escuta nos corredores os próprios colegas discutindo sobre verbas para projetos de pesquisa e avaliando projetos de colegas.

Tal questão é abordada em vários trabalhos. Roberto Patrus, Douglas Dantas e Helena Shigaki (2005), fizeram um sobre: O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação *stricto sensu*: uma ameaça à solidariedade entre os pares, onde trazem como positiva a seguinte conclusão.

No livro intitulado Trabalho intensificado nas Federais os professores Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Junior (2009) exploram o conceito de produtivismo como um fenômeno derivado dos processos de regulação e controle, em particular, de avaliação, que tem como característica principal, o excesso de valorização da quantidade de produção científico-acadêmica, desconsiderando sua qualidade. Os autores remetem que teve o seu início nos Estados Unidos na década de 1950 e ficou conhecida pela expressão “*public or perish*”. Tal expressão, significa que o acadêmico que não tivesse publicações de acordo com o regulatório, teria sua carreira comprometida.

Ademais, nessa contextualização é que se dá a análise dos discursos que tratam do adoecimento do professor. Novamente, reitera-se a semelhança do discurso dos professores entrevistados que em sua maioria, possuem vínculos públicos e privados concomitantemente. O professor que exerce 100% da sua carga horária na IES pública analisada, o faz há menos de um ano. Ou seja, tem seu percurso profissional construído também na iniciativa privada. Nesse sentido, ao serem questionados sobre: “*A sua jornada de trabalho, como professor, lhe causa esgotamento físico?*”

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Sim, MUITÍSSIMO, Óbvio! Atualmente trabalho com 11 turmas, 5 manhãs, 5 noites e duas tardes para perfazer um salário de 9 mil e poucos reais, o que particularmente é muito exaustivo. Provoca muito cansaço, quando se projeta para o futuro seria insuportável, quando se quer fazer as coisas bem feitas. Principalmente no final do semestre, o esgotamento físico ocorre sim. O trabalho de professor em si causa esgotamentos físico pelo fato dos professores estarem sempre lidando com alunos, com colegas, lidando com situações inesperadas e também a responsabilidade de preparar de uma boa aula, que as vezes não dá tempo ao se juntarem se acumulam podem levar ao colapso. O que justifica o desgaste no final do semestre letivo e por gostar do que faz e o fazer excessivamente isso me causa dores físicas, musculares, o peso pelo fato de levar computador para lá e para cá, assim como livros, na dinâmica de estar em três instituições, compromete a saúde física, o desgaste e isso atrelado ao próprio cotidiano que é vivido nessa sociedade que é o transporte, a imobilidade, o engarrafamento. O esgotamento físico, mental e emocional é decorrente das múltiplas jornadas. Se houvesse uma remuneração que permitisse ao professor se dedicar a uma única instituição e ter uma remuneração compatível, mantivesse o padrão dele dentro de um certo patamar para não haver necessidade de ele trabalhar em três, quatro lugares não haveria esses esgotamentos. O fato de estar trabalhando em 4, 4 lugares, viajar município, terminar a aula de noite e ministrar uma aula logo pela manhã, as horas de sono e a produtividade fica reduzido. As vezes quando o professor chega a noite ainda tem coisa para fazer e fica até uma hora da manhã, meia noite corrigindo, preparando, revisando algum slide para ministrar aula as 07:00 da manhã. Isso causa esgotamento físico e emocional. Não dou conta, não é fácil ministrar aula em Serrinha e voltar, é bate e volta, é horrível, me sinto esgotada fisicamente, mentalmente, emocionalmente, tudo mente que se imaginar.*

A pesquisadora Edith Seligmann-Silva (2011), em seu livro “*Trabalho e Desgaste mental: O direito de ser dono de si mesmo*”, aborda a relação entre saúde mental e desgaste do trabalho, onde compreende que haver uma “unicidade” na relação corpo/mente que se torna indissociável entre trabalho e saúde geral/saúde mental. São objetos de sua análise, o

trabalho, a falta de trabalho e o trabalho precarizado, que se materializam em termos de saúde/doença, através dos riscos sociais do desemprego, dos riscos psicossociais derivados da desqualificação, tanto quanto aos ataques à dignidade do trabalhador.

Para atender às demandas de saúde advindas do mundo do trabalho, nasce a Medicina do Trabalho em meados do século XIX, criando a primeira forma clássica de enfrentamento do processo saúde-doença dos trabalhadores no contexto de produção capitalista. No início do século XX, período marcado pela intensificação e reestruturação dos processos produtivos, houve um crescimento no número de ocorrências de acidentes e doenças do trabalho. A Medicina do Trabalho passa a intervir, por meio da figura do médico, sobre o corpo do trabalhador, sendo este apenas um objeto de sua intervenção (MENEZES, 2014).

Edith Seligmann-Silva (2011) afirma que a intensificação do uso do trabalho humano, provado pelas *transformações do trabalho*, através das premissas neoliberais de políticas e práticas gerenciais de controle, constitui um processo de alienação e de sujeição que refletem e repercutem na saúde física e mental do trabalhador. Com efeito, o gerenciamento transfigurado, o gerencialismo ou a arte de administrar, degrada pelo economicismo, constituem papéis fundamentais para o desgaste físico e mental do trabalhador.

Nesse contexto, os esforços da Medicina do Trabalho em intervir na saúde do trabalhador (para a reprodução da força de trabalho) tornaram-se insuficientes, colaborando para o nascimento das concepções voltadas para a Saúde Ocupacional e vislumbrando a necessidade de mudar o foco da saúde do corpo do trabalhador para o ambiente de trabalho. Percebeu-se que a doença era causada por uma combinação de fatores de risco existentes no ambiente de trabalho, sejam tais fatores de ordem física, química ou mecânica. Assim sendo, no Brasil, apenas a partir da promulgação da constituição de 1988 e, posteriormente, com a implantação da lei do Sistema Único de Saúde (SUS), surge a política pública voltada para Saúde do Trabalhador e nasce como uma crítica à concepção e prática da Saúde Ocupacional e da Medicina do Trabalho (MENEZES, 2014).

A maioria dos estudos existentes sobre as condições de trabalho e saúde dos professores apresenta dados que comprovam o quanto a profissão docente vem sofrendo uma degradação das condições de saúde. Dados apresentados pela OIT (1981, 2001) demonstram que, em termos de doenças ocupacionais, os professores só perdem para os mineiros. Os resultados dessa pesquisa indicam que as doenças mais frequentes entre os professores são



aquelas relacionadas ao uso da voz (calos nas cordas vocais), alergias (citando a alergia ao pó de giz), ao trato gastrointestinal (gastrites), sistema circulatório (varizes) e possuem sintomas relacionados ao equilíbrio (labirintite), doenças reumáticas e cansaço excessivo (estafa, estresse) (ARAÚJO et al., 2003; MENEZES 2014).

Importante ressaltar que data de 2001 o primeiro estudo a tratar sobre o sofrimento psíquico do professor, e notadamente, estudos dessa natureza buscam investigar a situação de trabalhos associados à saúde mental: estresse laboral, tensão decorrente da vida laboral, fadiga mental, fadiga psicológica, *burnout* e síndrome neurótica no trabalho, para citar as mais conhecidas. Os discursos a seguir expõem o desgaste constante e os efeitos na saúde e na vida dos professores.

Ao serem questionados sobre o esgotamento emocional do professor, através da pergunta: “*A sua jornada de trabalho, como professor, lhe causa esgotamento emocional?*” seguido da pergunta: “*Se a sua resposta for positiva, você faz uso de algum medicamento para atenuar os efeitos desses esgotamentos?*”,

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Sim, muito! O esgotamento físico, mental e emocional é decorrente das múltiplas jornadas. Já tive momentos de trabalhar os três turnos, manhã, tarde e noite, chegando na faculdade as 07:00 horas e saindo as 22:00 todos os dias da semana de segunda a sexta, às vezes sábado e até domingo e já cheguei a usar os dias de folga inteiro para dormir devido a um esgotamento, chego a passar minimamente 4 horas por dia dirigindo, o que é obviamente não é saudável e com o desgaste físico e emocional também vai sendo atingido o que ameniza ambos é o fato de gostar muito do que faz. Mas, quando é perceptível que o professor está fazendo tudo, mas o aluno não está na mesma sintonia, sem dúvidas ocorre o desgaste emocional, mas, existem alguns tipos de problemas que os professores precisam contornar, visto que ao se trabalhar com pessoas não se está livre de lidar com tal situação. Fico abaladíssima porque saio de Salvador pega um ônibus as 13:00, chega as 16:00 ministra aula 16:30 as 18:00, de 18:30 deveria ministrar outra até as 22:00, mas não faço porque não tem ônibus para retornar, pego carona até Feira de Santana onde encontra com o meu marido e retorno para Salvador e no dia seguinte pela manhã acordo cedo para ministrar aula em uma instituição particular. Agora que já está no final do semestre, eu já estou emocionalmente, fisicamente, psicologicamente estressada, acabada.*

Percebe-se, em verdade, que falar sobre aspectos ligados à saúde, no que se refere a “fugas” encontradas para se dar conta da vida, não é simples ou fácil. O que foi percebido nas entrevistas, é que apenas dois professores ficaram à vontade para expressar os seus sentimentos. Houve um constrangimento na fala e no momento em que a pergunta foi direcionada para os pares, foi percebida uma naturalidade maior em tratar do tema.

Sabemos que aspectos ligados à drogativização fazem parte do cotidiano atual. Expressões como “só tomando um *Rivo*”, para tratar do medicamento chamado *Rivotril*, tornaram-se banais e nos corredores os professores tratam desse tema com naturalidade. Trocam medicação. Automedicam-se. Existe uma banalização do tema. Quem não ingere, passou a ser o tido como “diferente” e escuta com frequência: “como você suporta?” ou “dorme como?”.

A fim de analisarmos com mais profundidade, traremos o discurso que trata do tema, quando questionado fora do contexto emocional e quando questionado em relação aos pares.

Nesse sentido ao serem questionados sobre: “*Você se percebe consumindo algum medicamento para diminuir o desconforto no trabalho?*”, percebeu-se um discurso mais aberto, quando a pergunta medicamentosa não está seguida do “esgotamento emocional”. E quando a questão que trata sobre os pares, através da pergunta: “*Você percebe nos seus pares de trabalho o uso compulsivo de: alimentos, remédios controlados, álcool, drogas ilícitas, shopping?*”

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Percebo em alguns e que tem alguns colegas que usam rivotril, eu recorro ao alimento pela ansiedade, mas ouço falar que existe sim o uso de bebidas, por exemplo. Não drogas, mas em relação ao consumismo, idas em shoppings percebo até mesmo através de conversas. Quando estou estressada vou ao shopping arrumar a unha, cabelo mesmo que não precise. Não sei se pelo fato de me isolar um pouco dessa convivência, mas encontro relatos de professores que estressados tomam ansiolíticos, porém não tenho efetivamente mais dados para falar dessas questões em função do não reconhecimento como pertencimento, enquanto categoria de trabalhadores. Às vezes, dentre os pares alguns usando alguns tipos de*

*medicamentos para dormir, tranquilizantes ou coisas desse tipo, em pequenas quantidades.*

O professor Giovanni Alves, que na sua obra sobre Trabalho e Neodesenvolvimentismo (2013) foi a base para a dimensão que trata sobre a saúde do trabalhador, nessa tese, especificamente, sobre os aspectos de drogativização da vida pessoal, explica que a década do Neodesenvolvimentismo, anos 2000, teve como característica importante, o crescimento do comércio de drogas lícitas e ilícitas e expansão das vias de escape à falta de uma vida plena de sentido.

Com efeito, o autor exemplifica que o aspecto da drogativização da vida pessoal, vai do consumo do crack e cocaína ao consumo do álcool, passando pelo consumismo desenfreado e prática de sexo como dessublimação repressiva. Aqui, incluímos a banalização dos antidepressivos, por entendermos como bastante nocivos para o ser humano. O choque de capitalismo, na década neoliberal brasileira, apenas ganhou um patamar superior.

Assim, Giovanni Alves, explica que com o novo padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro, a alienação das culturas de massas foi aprofundada e as camadas médias urbanas altamente escolarizadas (onde os professores estão inseridos) são manipuladas na vida cotidiana pelas imagens fetiches dos *mass-media* que disseminam valores do *american way of life*. O autor explica que, a partir dos anos 2000, o capitalismo manipulatório assumiu no Brasil dimensão plena com a sociedade de rede, notadamente, com disseminação da oferta de canais de televisão a cabo e internet, onde a comunicação e informação atendem aos interesses do capital.

Assim, verificou-se na década em questão um aumento dos meios de comunicação e informação de massa, com espetáculos como *reality shows* e noticiários de sensacionalismo policial, além da deformação cultural das massas iniciada no Brasil pelo período Militar (ALVES, 2013).

Os franceses Dardot e Laval (2016), afirmam que o diagnóstico de depressão que se multiplicou por sete de 1979 a 1996 é resultado da tensão que os homens sofrem vivendo no ritmo da economia financeira. Em verdade, o culto do desempenho, leva a maioria das pessoas a provar sua ineficiência e são conduzidas a formas depressivas em grande escala.

Segundo Seligmann-Silva (1994), a “síndrome da fadiga crônica” ou “neurastenia” corresponde a uma disfunção, em que além do cansaço e dos distúrbios do sono, aparecem outras manifestações. Nesse sentido, a irritabilidade e o desânimo são as

alterações psicológicas principais desse quadro. Tal desânimo, que se associa ao cansaço e irritabilidade, provoca o desinteresse pela vida social e a indisposição para atividades de lazer que anteriormente eram praticadas pelo sujeito. Nesse sentido, o trabalhador tende a retrair-se e a isolar-se socialmente. Tais alterações da personalidade atingem os diversos tipos de ocupações, tanto os trabalhadores cuja ocupação exige esforços físicos e exaustivos quanto os que disponibilizam tempo prolongado a um trabalho intelectual.

A autora em questão, afirma que pesquisas sobre a temática envolvendo a relação do trabalho com o sofrimento mental têm sido intensificadas pela proporção que o problema vem adquirindo. Porém, por diversos motivos, não se chegou ainda a um quadro teórico consensual com relação às diferentes causas dessa problemática.

Tem-se como um dos motivos dessa falta de consenso à complexidade do tema e ao déficit que o campo da saúde tem no que diz respeito à interdisciplinaridade. Assim, Seligmann-Silva (1995, 2011) pontua que, além disso, a velocidade com que as pesquisas se desenvolvem ultrapassa a comunicação entre os estudiosos da área, e tal fato contribui para a ausência até mesmo de uma nomenclatura padronizada aos fenômenos psíquicos relacionados à organização teórica do tema. Como contraponto, a autora alerta que, razões sociopolíticas também contribuem para a dificuldade de elaborar uma materialização teórica sem controvérsias, na medida as investigações desse tema têm levado a críticas contundentes quanto à organização e às condições do trabalho, sendo que as propostas de soluções aplicáveis são barradas nas implicações políticas e econômicas.

Assim, nessa perspectiva, os filósofos franceses Dardot e Laval (2016), afirmam que a depressão é o outro lado do desempenho, funcionando como uma resposta do ser humano à imposição de ser totalmente responsável por si mesmo e de se superar cada vez mais, dia a dia, dentro da lógica de mercado. E nesse tocante, sendo confrontado com a patologia da insuficiência, mais com o universo da disfunção, onde a depressão é uma “pane” do sujeito. Em verdade, o sintoma da depressão já é visto como um “ponto negativo” do humano dentro da lógica do mercado, ou seja, o sujeito é “fraco” e não “aguenta” a concorrência, não está à “altura” do desafio. Provavelmente, por essa razão, tivemos quase 100% dos entrevistados negando qualquer uso de medicamento a fim de aliviar as questões emocionais, para mais tarde afirmarem o uso de medicamentos por acreditarem se tratar de um outro contexto.

Notadamente, ainda usando os autores franceses como respaldo teórico, o discurso imposto pelo sistema, da “realização de si mesmo” ou do “sucesso de vida”, leva a uma

estigmatização dos “fracassados”, dos “perdidos” e dos “infelizes”, ou seja, dos incapazes de cumprir à norma social da “felicidade”. Nesse momento, ousou utilizar uma expressão pessoal para ilustrar as redes sociais: “existe depressão no *facebook*?”, onde as pessoas estão sempre felizes, rindo e são muito amadas e amam muito, em contrapartida. Em verdade, as redes sociais, num ponto de vista pessoal, funcionam exatamente para mascarar todo e qualquer tipo de angústia e sofrimento da vida.

Nesse tocante, vale a pena ressaltar, que o sofrimento psíquico é quase imperceptível e acaba mascarando uma dor que precisa ser encarada com seriedade e tratada com responsabilidade, mas o medo de exclusão faz com que as pessoas escondam seu sofrimento e neguem sua dor.

Este sofrimento não poderia ser externalizado sob o risco do trabalhador ser considerado um “sujeito desviante”, pois qualquer manifestação psíquica, para o senso comum, é sinal de “loucura” ou “incapacidade” (MENEZES, 2014).

O uso do termo “distúrbio mental” é normalmente associado à uma perda de capacidade laborativa. Porém, nem sempre isto acontece durante os desenvolvimentos que por vezes são tidos como “silenciosos” e “invisíveis” de determinadas patologias. Como paradoxo, existem processos bastante agressivos, cuja exterioridade, durante etapas, por vezes, bastante prolongadas de sua evolução, é desacompanhado de quaisquer queixas de fadiga ou mal-estar, ou seja, só são desencadeados no futuro, quando o quadro em muitos casos já está bastante agravado e por vezes, irreversível (SELIGMANN-SILVA, 1995).

Variações de humor e de comportamento, absenteísmo, dores de cabeça crônicas, mal-estar, desânimo, depressão e irritabilidade são apenas alguns dos sintomas que podem aparecer de forma sutil e que geralmente são ignorados até que assumam a característica de uma psicopatologia mais grave. De acordo com os estudos da referida autoria em 2011, esses sintomas primários são interpretados dentro de uma lógica na qual assumem uma interpretação de negligência, indisciplina e irresponsabilidade, sendo muitas vezes considerados como motivos para demissão do trabalhador por “justa causa”, sem que haja a possibilidade de um posicionamento médico com um diagnóstico adequado.

Com efeito, o encorajamento a assumir riscos e tomar decisões continuamente, numa apregoação constante à capacitação pessoal, que é o modo de vida num formato de empresa, seguindo a lógica do sistema, podem causar com o tempo, um “cansaço de si mesmo”, para usar um termo também dos filósofos franceses que estudam a sociedade neoliberal. Ademais, trata-se de um universo comercial cada vez mais complexo, onde cada

ato é o resultado de um conjunto de tomadas de decisão, que carecem de coleta de informações e que demandam tempo e esforço. Todas as decisões são tratadas como “investimento”, nessa medida, educação, saúde e aposentadoria, ganham um cunho comercial e que precisam ser tratadas de forma “racional”.

Assim, “o remédio”, mais difundido para essa “doença da responsabilidade”, provocada pela sensação de escolha permanente, de impotência eminente e de necessidade de suprir às expectativas próprias e da sociedade, é uma “dopagem” generalizada. Tal remédio, se dá através de medicamentos com o intuito de “camuflar” sensações, ou, dependências às mídias sociais, consumo de mercadorias, entre vícios diversos (DARDOT;LAVAL, 2016).

Tal “sintomatologia depressiva” é associada frequentemente a uma demanda de reconhecimento não satisfeita pelos empregadores, então, como o resultado de uma relação do sujeito com instituições que não tem mais condições de dotá-lo das identidades e dos ideais que fariam acreditar, de forma verdadeira, no seu valor.

Na seção seguinte, trataremos do surgimento de novos valores, no contexto do trabalho do professor, como empreendedorismo, apego a marca e autoestima, e de que forma o trabalhador (professor) percebe e é impactado por isso.

#### 4.5 O SURGIMENTO DE NOVOS VALORES E O PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE

Nessa dimensão, vamos abordar a força que a lógica do empreendedorismo assume na linguagem na linguagem e na prática cotidiana do professor e do espaço universitário.

Giovanni Alves (2013), ao abordar essa questão propõe usar o termo de “teologia”, no tocante a substituir Deus pelo ideal de sucesso. Para o autor, a ideologia do empreendedorismo, origina na ideologia do sucesso oriunda nos Estados Unidos, rememorando a clássica divisão ideológica entre *winners e losers*.

Dardot e Laval (2016), por seu turno denominam de “a empresa de si mesmo” como termo que representa a *racionalização do desejo*, cuja ideia é a de que cada indivíduo deve ter o domínio sobre a sua vida, no que se refere a sua condução, “gestão” e “controle”, em função de seus desejos e necessidades, a fim de elaborar “estratégias adequadas” para tanto.

Tal indivíduo, tem como características principais, ser competente e competitivo, e procura maximizar seu capital humano em todos os sentidos, trabalhando a “si mesmo”, continuamente, a fim de tornar-se cada vez mais *eficaz e produtivo*.

Notadamente, tal “teologia”, opera com o mecanismo ideológico da *auto-culpabilização*, da vítima, com a máxima: “Se eu falhei, a culpa é minha” e a internalização completa e absoluta dessa censura. Assim, “o sucesso é minha responsabilidade e o fracasso a minha culpa”. Palavras como: autoestima, coragem, ousadia e iniciativa, surgem como o mantra do sujeito “bem sucedido”.

Novos paradigmas surgem tanto para o mercado como para a vida pessoal, assim como para a formação e para a educação: “formação para toda a vida” e “empregabilidade”, são termos que representam significativamente tal estratégia.

Ricardo Antunes (ano) e a Professora Graça Druck (ano) quando debatem sobre o aumento da terceirização no mundo todo, apontam como essa é camuflada de diversas formas, como cooperativas, ONG’s e a pejetização ou empreendedorismo, que se resume ao trabalhador com CNPJ.

A professora Graça Druck (2013) afirma que a terceirização não se trata de um fenômeno novo, porém assume novas características, pela amplitude, pela natureza e pela centralidade que assume no contexto de flexibilização e da precarização do trabalho.

Sendo assim, a amplitude é constatada pela disseminação da terceirização a todos os tipos de atividades e setores. No setor público, ocupa lugar estratégico desde a reforma do Estado de 1990, sob a égide “gerencialista” da administração pública.

No ensino superior, a prática da terceirização e da subcontratação já está instalada. Em cursos de Pós-Graduação trata-se de prática comum e nos cursos de graduação já se torna bastante aparente.

Assumem, muitas vezes, o formato de cooperativas, conforme os estudos da Professora Graça Druck (ano), operam nas instalações das empresas, reúnem trabalhadores na condição de associados que prestam serviços a essas empresas e possuem legislação específica, que estabelece: “qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e os associados”

A prática mais comum no ensino, por sua vez, deriva da modalidade das cooperativas e possui o mesmo intento, já que a relação empregatícia é abolida. Trata-se das empresas do “eu sozinho” ou “pj” e se refere a um processo de contratação onde os trabalhadores são pressionados a redefinir sua personalidade jurídica, ou seja, registrar uma empresa no seu nome, assumindo todos os encargos e transformando-se numa empresa individual terceirizada. Trata-se efetivamente, do empreendedorismo no ensino, de forma literal (DRUCK, 2013).

Vejam os que os professores percebem com relação ao tema, onde a seção buscará ser construída com base no discurso deles. Nesse tocante, reiteramos que optou-se por construir um discurso único, para o professor público e privado, por acreditar-se que tal questão é tão entranhada na sociedade, que para parafrasear os franceses Pierre Dardot e Christian Laval (ano), trata-se da “Nova Razão do Mundo”, onde a própria sociedade passa a ser “neoliberal”.

Quando questionados sobre: *“Como você avalia o surgimento, no contexto de trabalho, da valorização de: "autoestima", "comportamento empreendedor", "prosperidade", "apego à marca", "idealização de sucesso"?”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Esses valores têm crescido muito e que são extremamente negativos, pois neurotiza as pessoas, gera conflitos porque as pessoas estão ganhando cada vez menos e se sentindo obrigadas, entre outras, a consumir cada vez mais e melhor o que cria um nível de insatisfação muito alto, preocupante, pois cria uma ilusão de que a marca é a identidade do indivíduo, ou a ideia de que ser*



*empreendedor é ter sucesso [...] constante busca por mais, sem dar valor ao que se tem no momento, que é o que motiva pessoas que tem recursos financeiros suficientes e, mesmo assim, não são felizes, pois, não é elevação autoestima e sim elevação do narcisismo. Hoje para as pessoas, cada momento é uma foto, elas parecem que querem vender que estão permanentemente alegres e aquilo ali pode estar escondendo um processo depressivo ou até um processo de baixa autoestima. Construção social que o sistema se articula para dá conta de embutir na cabeça dos sujeitos a questão de que o consumo é uma possibilidade, a partir daquilo que é fruto do trabalho feito, de amenizar o sofrimento encontrado no próprio trabalho e também estimulado pelas indústrias e varejos que precisam da compulsão de uma sociedade de consumo para se manter no processo de acumulação de capital, são mais modismos do que outra coisa que tomam conta do ambiente do trabalho. Ferramenta de pressão psicológica. Na universidade particular e pública, empreendedorismo tem até disciplinas que estão trabalhando essa questão em relação ao aluno, onde o empreendedorismo e valores é muito mais no sentido que está previsto nos projetos institucionais e pedagógicos, feitas para cumprir os instrumentos de avaliação do MEC. A questão de valorização a marca no caso da instituição particular mesmo o que se vende lá é muito mais marca, é contemporânea, se dá muito valor ao status, marca, “qual celular que você usa? a marca traz também para o indivíduo talvez de marketing pessoal.*

Verifica-se através do discurso, que os professores percebem a invasão desses novos valores dentro da sala, que em verdade, reflete a sociedade. Em verdade, o novo homem do capital do século XXI é o empreendedor, parafraseando Giovanni Alves. Desse modo, todos os aspectos da vida desse indivíduo, inclusive a sua *salvação espiritual*, dependem da sua iniciativa pessoal. Onde, notadamente, de acordo com essa teologia, o seu fracasso financeiro, é o inferno pessoal.

O empreendedorismo, faz parte do currículo das Universidades e surge como uma doutrinação efetivamente. Assim, nessa sociedade o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador e sim como uma “empresa de si mesmo”, que vende um serviço ao mercado. Para tanto, “todo trabalhador deve procurar um cliente, posicionar-se no mercado, fixar um preço, gerir seus custos fazer pesquisa-desenvolvimento e formar-se” (ALVES, 2013; DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse tocante, o contrato de trabalho é modificado radicalmente e de uma forma perversa: de dentro para fora. Ou seja, cumpre-se o entoado por Margaret Thatcher, no sentido de que a “economia é o método, o objetivo é mudar a alma”. Essa relação de cada um com o valor de seu trabalho é “objeto de gestão”, ou seja, o trabalho virou um produto cujo valor mercantil pode ser medido de forma cada vez mais precisa, onde o contrato de trabalho, será substituído por relações contratuais de “empresas de si mesmos”.

Os autores franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2016), esclarecem que cada indivíduo deve aprender a ser um sujeito “ativo” e “autônomo”, aprendendo a por si mesmo a desenvolver “estratégias de vida” para aumentar o seu capital humano e valoriza-lo da melhor maneira, sendo, portanto, uma atitude social que deve ser adquirida, um modo de agir que deve ser desenvolvido, com o intuito de “enfrentar” a tripla necessidade que são: posicionamento da identidade, do desenvolvimento do seu próprio capital humano e da gestão de um portfólio de atividades.

Assim, essa “atitude empresarial” deve valer para todos não só para empresários e autônomos. Sua meta pessoal, deve ser sempre: Melhorar o seu desempenho. Bom, quais estratégias serão usadas para isso? Essa resposta é a sua “vantagem competitiva” frente aos demais, ou, seus “concorrentes”.

No que se refere aos novos valores ligados ao consumo de marca, temos o seu surgimento, ou em verdade, a sua expansão a ponto de se transformar em padrão de comportamento, a década do neodesenvolvimento brasileiro, ou seja, os anos 2000. Com efeito, tratou-se da ideia de inclusão social pelo consumo como meio de afirmação da identidade social. Notadamente, a oferta de crédito no país, cresceu de 2003 a 2013, em torno de 140% (ALVES, 2013).

Ademais, nas condições de precarização de trabalho, crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de auto-referência pessoal, o consumismo, assim como outros vícios já tratados neste trabalho, surge como um escape para o “vazio” da vida. Com efeito, o “público alvo” das estratégias de Marketing e propaganda das grandes empresas, são os jovens das camadas médias ou camadas populares do proletariado. Assim, o consumo se tornou um “ídolo sagrado” e frases como “fazer compras em Miami”, tornaram-se fáceis de serem ouvidas na classe média, utilizando-se de vários “argumentos” de convencimento (ALVES, 2013).

Desse modo, quando questionados sobre o impacto desses “valores” na relação professor-aluno, através da pergunta: *“De acordo os "novos valores", como você sente a relação "professor-aluno"?*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

*Complicada, difícil! Como a maioria das pessoas tem essas coisas como valores, mas, não conseguem praticar, consumir o que deseja, ter o carro que deseja, vestir ou morar onde deseja e isso está gerando*

*uma sociedade doente, insatisfeita, neurótica e isso reflete na relação aluno professor pois se tem nas salas alunos cada vez mais agressivo, mais infelizes, insatisfeitos e acabam traduzindo isso numa relação muito hostil com o professor e com os colegas também o que é muito ruim. Já sonham em fazer alguma startup, algum empreendimento, eles pensam no TCC fazer um software para androide ou alguma coisa que vai dá o salto qualitativo da vida dele. Por exemplo, a sabedoria do mestre foi desvalorizada ao longo do tempo, está ocorrendo a formação de pessoas superficiais, não importando a essência e sim o que outras estejam vendo. A autoestima é vista como algo que só vem se a pessoa estiver dentro de padrões estabelecidos fomentando que se seja superficial. Existência de todo um contexto histórico, social que descontrói o papel do professor e define como uma luta manter-se em tal condição é uma luta, uma construção diária no fazer e refazer-se professor o que é muito difícil, mas prazeroso quando a conciliação entre professor-aluno. Exponho a minha opinião, seja em relação à algum tipo de preconceito, seja em relação a desigualdades sociais e raciais, mas, talvez alguns entendam o meu ponto de vista, outros podem até se sentirem agredidos*

É significativo como a força desses novos valores impactam na relação sala de aula, notadamente, impactam nas relações sociais com um todo. A falta de maturidade para lidar com as frustrações transforma-se em dispositivos de agressão e fuga.

Giovanni Alves (2013), compara o que ele denomina como “*vias grotescas de escape*”, nessa teologia do neodesenvolvimento, com a auto ajuda e filosofias da Nova Era, ou seja, como resposta às angustias e crises existências, além das necessidades radicais das pessoas que trabalham. Em verdade um escape para a aflição da miséria humana, provocada pela impossibilidade de uma vida plena de sentido dada as condições históricas do sociometabolismo. Tratam-se de expressões do fenômeno social da crise do trabalho vivo e da vida reduzida, resultantes da crise estrutural do capitalismo, que impedem as pessoas ensimesmadas de encontrarem um sentido pleno para a vida.

Nesse tocante, ao se tratar de vida reduzida, temos a destruição da coletividade, por sujeitos imersos em comportamentos individualistas e particulares, incentivados ou construídos por valores neoliberais, num culto narcísico do eu, que só contribuem para o estranhamento da própria sociedade.

Com efeito, no momento em que o sujeito assume o discurso “gerencial”, assume também múltiplas técnicas do eu para facilitar a eclosão do “homem ator na sua vida”. Considera-se a vida na empresa, como uma chance de adquirir certa sabedoria prática, ou seja, a possibilidade do sujeito se “formar” efetivamente. Onde a mesma adquire o papel de

“legitimar” esse sujeitos “bem-sucedidos”. Em verdade, são formados seres acríticos e reprodutores do sistema, doentes, vazios sem consciência da realidade, que buscam escapes de forma inconsciente para camuflar a miséria humana (DARDOT;LAVAL, 2016).

Notadamente, que o objetivo é produzir sujeitos de “envolvimento total”, que dão sempre “o máximo de si”, que se superem dia após dia, que se identifiquem com a empresa, estabelecendo uma distância ética em relação a si mesmo e conseqüentemente em relação a todo papel social.

Ademais, técnicas como *coaching*, programação neurolinguística (PNL), análise transacional, entre vários procedimentos ligados a “escola” ou a “gurus”, tem como objetivo auxiliar no cada vez melhor “domínio de si mesmo”, fortalecendo esse sujeito a adaptar-se cada vez mais à realidade, contumaz, adaptar-se cada vez mais às mudanças estabelecidas pelo sistema. Cada método citado, possui técnicas específicas que se unem num objetivo único, o aspecto que os une é o de transformação dos indivíduos dentro e fora da empresa, aumentando a eficácia na relação do indivíduo com o outro. Desse modo, todo o peso da complexidade e da competição estão exclusivamente sobre o indivíduo. A Universidade, o espaço onde se poderia discutir esses processos, se adapta e contribui para reproduzir esses sujeitos que vacilam entre o sentimento de arrogância e desvalor.

Sonhar o sonho impossível,  
 Sofrer a angústia implacável,  
 Pisar onde os bravos não ousam,  
 Reparar o mal irreparável,  
 Amar um amor casto à distância,  
 Enfrentar o inimigo invencível,  
 Tentar quando as forças se esvaem,  
 Alcançar a estrela inatingível:  
 Essa é a minha busca  
 Dom Quixote

## 5 REFLEXÕES FINAIS

Parafrazeando Paulo Freire, “uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando as suas possibilidades de ação. Adaptar é acomodar, não transformar”.

Na lógica do sistema, a educação visa inserir o aluno no mercado de trabalho, para que o mesmo desempenhe o seu papel “com sucesso”. Com efeito, a educação é invadida por interesses econômicos privados, tratada, conforme Mészáros, da mesma forma que seria tratado como qualquer outro *commodities*, ou seja, como mercadoria, da mesma forma que ocorre com transações de produtos.

O professor enfrenta atualmente, talvez um dos momentos mais desafiadores da sua profissão. Nas IES Privadas, a perda completa da autonomia, a ameaça do desemprego, a necessidade de ministrar aulas que muitas vezes nem pertence ao seu arcabouço de formação. A precarização completa do trabalho. Nas IES Públicas, a lógica do sistema está impregnada, com o produtivismo exacerbado, a ameaça das privatizações e a perda da autonomia de forma paulatina. Há uma invasão permanente no cotidiano dos professores de *emails*, mensagens no *whatsApp* e das próprias tarefas que se apropriam do teórico espaço da família

Importante salientar que no momento em que a precarização assume o papel de centralidade, ela se transforma no objetivo central na estratégia da dominação. Tal força de dominação impõe condições precárias em contraponto à constante ameaça de perda de emprego.

Na IES privada me sinto totalmente instável, não só sentido de não ficar na instituição, de sair a qualquer momento, por conta da demanda de alunos versus capacidade financeira. A demissão pode ocorrer mesmo no meio do semestre, causando um sentimento de insegurança constante no profissional. Com relação a UNEB já me senti mais segura, porém depois do governo Temer e de ver tantas coisas acontecerem. Hoje é totalmente instável, os professores não se sentem estáveis já há algum tempo. Nas universidades públicas, o profissional também não se sente seguro e o que me faz não me sentir seguro é o momento político vivido. Cerca de 80% das vagas

do ensino superior estão concentradas nas IES privadas e apenas quase 20% na rede pública

Percebe-se na dimensão que trata sobre a identidade individual e coletiva do professor, todos os traços teóricos que tratam da precarização do trabalho. A descartabilidade da pessoa, o sentimento de menos valia, o baixo salário, a insegurança e a intensificação do trabalho, só permitem tal evidenciação.

[...] tenho que se submeter a uma carga horária cruel e exaustiva para ter um salário que me leve a ter uma vida de classe média, média. Não garante de jeito nenhum! Por exemplo, quando com doutorado em andamento, o profissional, mesmo com liberação do estado, tem contas a pagar, tem um certo padrão de vida e muitas outras atividades. Para garantir o padrão que imponho para a minha própria vida, acabo tendo que trabalhar em três instituições, o que leva a um processo de intensificação do trabalho e eu por exemplo trabalho todo dia as vezes os três turnos.

No que se refere à consciência política dos professores, ficam visíveis os traços da alienação e o ensimesmamento provocado por todo o contexto de precarização existente. As discussões políticas são esvaziadas e a sensação é de que “ninguém quer se comprometer” com qualquer lado que seja.

As pessoas se falam por exemplo pelo facebook, mas as relações se tronaram muito superficiais. Na IES pública cada um quer resolver sua vida, passando o mínimo de tempo na instituição e cair fora não havendo uma interação muito forte. Nem as reuniões de colegiado que seria o encontro de todos os professores se consegue ter coro total. [...] Os professores da iniciativa privada têm medo de perder o emprego logo ninguém quer se envolver em questões que sejam controversas, polêmicas e por isso não se consegue ter um sindicato, uma representação trabalhista destes professores [...] Aqueles que ensinam sobretudo em instituições privadas se veem de pés e mãos atados, não podendo fazer absolutamente nada, não podendo se organizar, não podendo fazer uma paralisação e se quer fazer uma reunião para reivindicar nada pois podem ser demitidos [...]

Verifica-se como a classe se encontra desunida e como as ações dos professores estão coadunadas com a lógica do sistema. Em verdade, as plenárias são cada vez mais esvaziadas nas Instituições públicas. Há uma descrença com relação à representatividade e às reais possibilidades de influência nas decisões institucionais. Ademais, nas Instituições Privadas a discussão é normalmente abafada e não há espaço para interação desse nível. Os professores não acreditam nas representações de classe, não se sentem representados e possuem um baixo senso de identificação com os seus pares.

[...] Possuo um baixo sentimento de pertencimento em relação à categoria, sou muito pouco envolvida com a categoria e apenas costumo discutir assuntos relacionados a isso com meus pares, com as pessoas próximas e amigos, sendo que, efetivamente, para mudança de algo que seria relevante para a categoria, não costumo fazer, não me envolvo com o sindicato, porque penso que o sindicato toma algumas decisões radicais e entende que o melhor caminho é o do meio, penso que o sindicato ainda toma uma posição muito extremada, em alguns momentos o sindicato toma decisões firmes e importantes mas em outros momentos eles poderiam ser mais abertos para a contradição (divergência de opiniões).[...]

Sendo assim, nesse contexto, a apologia da incerteza, da reatividade, da flexibilidade, da criatividade e da rede de contatos, constitui uma representação coerente, cheia de promessas, que facilita e favorece a adesão dos trabalhadores ao modelo “conexionista” do capitalismo. Perde-se por completo a identidade coletiva, e predomina o individualismo, exacerbando o sentimento de isolamento e esvaziamento do ser.

As instituições de ensino adotam, no seu cotidiano, palavras do vocabulário empresarial, onde tudo se resume a “Gestão”. Com efeito, o professor passa a ser visto como um “gestor” e a competitividade torna-se a mola propulsora da vida das pessoas. O professor percebe que o aluno enxerga a Universidade como uma possibilidade de ascensão social, um caminho para enfrentar a competição do mercado. Nesse pacto perverso professores e alunos realimentam um processo de alienação em relação ao que é o mercado e as reais possibilidades de ascensão social. O discurso gerencial celebra o enriquecimento, a liberdade e a autonomia, mas, cria, simultaneamente, um estado de crise permanente. Tempo do desencantamento psíquico e do esvaziamento da vida coletiva.

A repressão é substituída pela sedução – a adesão ao projeto da empresa. Perde-se a ética do trabalho. No universo gerencial, a subjetividade é mobilizada sobre objetivos, indicadores, resultados, e critérios de sucesso, instrumentos maculam a relação professor/estudantes. A lógica do mercado diluída em todo o tecido social, mesmo em níveis microscópicos, exerce a violência e o despotismo do modo de reprodução do capital, produtor de mercadorias, interiorizando e aprofundando as condições de estranhamento. A visão instrumental do processo de trabalho do professor retira da educação a sua razão fundamental: a construção de um pensamento crítico. Como diria Paulo Freire, o objetivo da educação é ensinar o aluno a “ler o mundo” para poder transformá-lo. A Universidade parece cada vez mais distante da compreensão das necessidades do mundo.

Um espaço que dará a eles a oportunidade de ter um diploma para ter ascensão social. Onde tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, os

alunos demonstram querer que as faculdades o preparem para o mercado e mantem uma relação muito focada no retorno técnico. Visão instrumental, enxergam como uma ferramenta, técnica.

No que se refere à percepção do papel do professor para a sociedade, apesar dos professores perceberem a importância que possuem, não se sentem reconhecidos pela população. Trata-se de mais um dos pilares da precarização, a falta de reconhecimento pelo seu trabalho.

[...] A sociedade brasileira não é culturalmente posicionada para respeitar a posição do professor e os políticos refletem o que a sociedade pensa, não é que eles não considerem a classe mas refletem o que a sociedade pensa sobre o professor.

A perda da autonomia é uma realidade em todas as universidades. Mas esse princípio fica ainda mais comprometido na medida em que se expande a lógica mercantil, através da gestão de recursos, reduzindo o campo de ação do professor. E, apesar de que na IES pública o professor perceber um grau maior de autonomia, a própria Universidade Pública vai perdendo sua autonomia e conseqüentemente o professor idem, uma vez que o Projeto do Curso deve cumprir o que está legitimado via Ministério da Educação.

Com a internacionalização da educação e o seu controle por grandes grupos empresariais, cabe a estes o controle da autonomia das IES privadas. Nesse sentido, não existe de fato a liberdade acadêmica para os docentes, uma vez que a criação de cursos e mesmo as ementas das disciplinas são controladas pelos controladores.

O professor José Contreras (2012) analisa a problemática do profissionalismo no ensino e as transformações que a classe docente vem sofrendo ao longo do tempo, como a perda da qualidade, de controle e de sentido do seu próprio trabalho, através de atividades em processos individuais e rotineiros, dada a racionalização do seu trabalho.

[...] quanto aos projetos, entendo que ainda existe uma certa autonomia, mas, tendo ligações com as relações que o profissional possui institucionalmente para que se tenha apoio e suporte para os projetos e também nas relações que possui entre seus pares para que se tenha o apoio dos colegas, chefes de departamento e por fim na relação com os alunos devido a confiança que precisa existir para que os mesmos acreditem que o projeto tem potencial para dá certo e se insiram nele. Na instituição privada tal autonomia está cada vez mais cerceada e sinto-me vivendo um clima de vigilância total, os alunos têm uma relação com a coordenação estranha de modo que tudo, desde as mínimas bobagens que ocorrem em sala de aula os alunos comunicam a coordenação tendo coordenadores que estimulam o comportamento por parte dos alunos de forma que uma liberdade praticamente não existe, é muito pouca ou quase nenhuma.  
[...]



José Contreras (2012) considera que a recuperação de uma concepção de autonomia profissional dos professores, requer que barreiras e armadilhas sejam ultrapassadas, com o enfrentamento de perigos e problemas que são associados à ideia de profissional no tocante das qualidades que essa prática exige, pois, os professores não exercem apenas a atividade de ensinar, mas, buscam expressar valores e pretendem alcançar e desenvolver o outro e a si mesmo.

Os professores percebem que o ambiente de trabalho está insalubre e que as pessoas estão adoecendo. São vários os estudos que apontam para a elevação do grau de adoecimento no trabalho, como o de Denise Silva, seja pela pressão dos indicadores, seja pelo isolamento que o cotidiano impõe. Perde-se por completo a identidade coletiva, o individualismo, exacerbando o sentimento de isolamento e esvaziamento do ser.

Existe fragilidades na formação permanente do professor mesmo na Instituição Pública. Com efeito, tal dimensão inexistente na Privada. O fato de um docente terminar um Doutorado ou Mestrado, pode inclusive implicar em sua demissão, uma vez que o valor de sua hora aula irá aumentar.

[...]acho que o trabalho está cada vez mais adoecendo as pessoas, que os ambientes de trabalho estão cada vez piores mesmo nas instituições públicas, por não haver espaço suficiente. A Universidade peca muito nesse aspecto, tanto a pública quanto a privada, existe uma série de fragilidade na formação continuada do professor, não existe na pública esse processo de formação continuada do professor e na privada até menos, então o professor, sobretudo o mais jovem ele deveria ser melhor assistido

O novo perfil profissional buscado para todo trabalhador contemporâneo, que deve ser um profissional “polivalente” e “multifuncional”, características essas buscadas em contratações, normalmente, por questões de redução de custo, nas IES privadas. Além disso, associa-se ao professor, a responsabilidade pelo controle da sala de aula, onde o comportamento do aluno é de sua “gestão”. Novamente, tem-se a palavra “gestão” dentro das IES privadas, onde o termo “professor-gestor” é comumente uma designação para o trabalhador docente.

Nas IES públicas, a pressão se dá em outra ordem. De forma mais “camuflada”, existe uma disputa de vaidades transparecida através do *Lattes*. Comumente se escuta nos corredores os próprios colegas discutindo sobre verbas para projetos de pesquisa e avaliando projetos de colegas.

Nesse contexto, o cansaço, o esgotamento físico, a falta de reconhecimento, o descaso institucional, irão impactar na saúde física e mental do professor.

[...] Atualmente trabalho com 11 turmas, 5 manhãs, 5 noites e duas tardes para perfazer um salário de 9 mil e poucos reais, o que particularmente é muito exaustivo. Provoca muito cansaço, quando se projeta para o futuro seria insuportável, quando se quer fazer as coisas bem feitas. Principalmente no final do semestre, o esgotamento físico ocorre sim [...]

As angústias do trabalho invadem a vida e a saúde do professor e aspectos como drogativização são percebidos nos discursos analisados.

[...] Sim, já fiz uso de ansiolítico para diminuir a angustia, ansiedade, insatisfação para ficar mais zen, mais calma, faço uso de medicamento para dor de estomago e acredito que a origem é no trabalho [...]

[...] Ultimamente sim e no último mês, um mês e meio já utilizei cerca de duas vezes ansiolíticos, mas, busquei resolver tal questão através de outras formas como tratamento espiritual, psicológico. Não! Jamais ao pensar em medicamentos mais fortes para depressão ou coisas do gênero mas se considerar que a mochila, o computador e os livros ao serem transportado me causam dores musculares e eu tenho que ingerir tandrilax para melhorar e obter um relaxamento muscular essa torna-se uma questão a se pensar visto que os seres humanos nascem para ser saudáveis, o uso de medicamentos seja para relaxar o músculo ou a mente tá errado, pois não foi para isso que os seres foram constituídos enquanto indivíduos [...]

Percebeu-se um constrangimento na fala do professor em relação a essa pergunta, mas no momento em que a pergunta foi direcionada para os pares, foi percebida uma naturalidade maior em tratar do tema. Com efeito, sabemos que aspectos ligados a drogativização fazem parte do cotidiano atual. Expressões como “só tomando um *Rivo*”, para tratar do medicamento chamado *Rivotril*, tornaram-se banal e nos corredores os professores tratam desse tema com naturalidade. Trocam medicação. Automedicam-se. Existe uma banalização do tema. A drogativização assume um papel representativo na sociedade e é utilizada exatamente para “camuflar” todas as dores físicas e emocionais ligadas ao trabalho.

Nessa fuga constante, nessa superficialidade, que toma conta da nossa sociedade, onde, quem assume sua insatisfação é fraco e fracassado e onde é preciso sorrir e “estar bem” sempre, surgem novos valores. Tão rasos e superficiais como tudo que deriva do capitalismo. Banal. E, que está presente na sala de aula, aumentando toda a alienação já existente.

[...] Esses valores têm crescido muito e que são extremamente negativos, pois neurotiza as pessoas, gera conflitos porque as pessoas estão ganhando cada vez menos e se sentindo obrigadas, entre aspas, a consumir cada vez mais e

melhor o que cria um nível de insatisfação muito alto, preocupante, pois cria uma ilusão de que a marca é a identidade do indivíduo, ou a ideia de que ser empreendedor é ter sucesso [...] constante busca por mais, sem dar valor ao que se tem no momento, que é o que motiva pessoas que tem recursos financeiros suficientes e, mesmo assim, não são felizes, pois, não é elevação autoestima e sim elevação do narcisismo. Hoje para as pessoas, cada momento é uma foto, elas parecem que querem vender que estão permanentemente alegres e aquilo ali pode estar escondendo um processo depressivo ou até um processo de baixa autoestima. Construção social que o sistema se articula para dá conta de embutir na cabeça dos sujeitos a questão de que o consumo é uma possibilidade, a partir daquilo que é fruto do trabalho feito, de amenizar o sofrimento encontrado no próprio trabalho e também estimulado pelas indústrias e varejos que precisam da compulsão de uma sociedade de consumo para se manter no processo de acumulação de capital, são mais modismos do que outra coisa que tomam conta do ambiente do trabalho. Ferramenta de pressão psicológica[...]

Trouxemos alguns pontos que estão presentes nos objetivos da tese tais como as mudanças das condições do trabalho docente, no contexto de precarização do trabalho, a partir dos anos 1990, considerando as especificidades das IES públicas e privadas de Salvador/Ba. Para tanto, foram entrevistados oito professores dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, com vínculos públicos e privados de duas IES de Salvador e região metropolitana.

Percebeu-se que o discurso torna-se único e que após a reforma gerencialista dos anos 1990, a Universidade Pública assume a lógica hegemônica. Com a recomendação do Banco Mundial, o ensino superior privado torna-se uma empresa igual a todas as outras. A intenção é o lucro pelo lucro e a qualidade, apesar de todos os esforços de mensuração, é visivelmente muito ruim.

Temos fundamentalmente dois pontos fundamentais: a ideologia neoliberal e a busca pela flexibilização e terceirização. O que sintetiza a terceirização, como nenhuma outra modalidade de gestão, é que ela garante e efetiva a “urgência produtiva”, determinada pelo processo de financeirização do capital (ANTUNES; DRUCK, 2014). Esse processo leva a um desengajamento em relação a um mundo compartilhado, que impede a criação de laços duradouros, favorecendo a obsolescência de valores como responsabilidade, respeito e solidariedade. O movimento frenético impõe a fragilidade dos vínculos, uma hiperatividade vazia e destrutiva.

Considera-se que se trata de um momento delicado. Sofrem professores e alunos. A preocupação é em formar seres acrílicos que reproduzam toda a lógica do sistema, e que alcancem o sucesso. O sucesso. Nós fazemos essa pergunta diuturnamente: o que é o sucesso?

Fica evidente nos textos, nas entrevistas, que a violência com que o capital acirra as contradições, principalmente a partir dos anos 1990, não deixa nenhum setor imune a sua

devastadora anciã de lucro, nem mesmo a educação. Mesmo nas universidades públicas em que essa ação não se explicita diretamente, fica claro no dispositivo de financiamento das universidades, o fundo público. Nesse sentido, são recursos que enfrentam a disputa entre interesses públicos e privados.

São muitas as questões que emergiram ao longo da realização desse trabalho. Será possível reverter essa tendência à precarização da educação superior? É possível resgatar o sentido autônomo e democrático da Educação, quando é esmagadora a tentativa de solapar as conquistas trabalhistas? Será que os docentes, das IES públicas e privadas são capazes de perceberem a necessidade de construção de uma luta conjunta?

Mesmo sem respostas para as questões esse trabalho me possibilitou um reencontro com a minha experiência, com os caminhos que levaram à escolha em ser docente, e, me fez um ser mais consciente dos limites, mas, ao mesmo tempo pude perceber a importância de cultivar os valores de afeto e solidariedade. Segundo Walter Benjamin a experiência permite a emergência de laços estáveis, sem esses se produz um déficit simbólico no sujeito e na sociedade, uma vez que valores dependem de um espaço comum de experiências compartilhadas. É uma forma de sairmos seres melhores. A utopia é renovada.

Gostaria de apontar uma das fragilidades dessa pesquisa, que foi explorar apenas dois cursos (Administração e Ciências Contábeis), cursos que estão muito mais focados em interesses de mercado. Mas, pelos trabalhos lidos parece que o gerencialismo tem uma força grande em outros cursos. O grau de sedução dos instrumentos e modelos é grande.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, F.R.; *at all.* **Origem e peculiaridades da pesquisa de fenômenos sociais nas ciências com o uso dos Grupos Focais.** Ensino Superior UNICAMP. Campinas. 2016

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação em Hannah Arendt: Entre o mundo deserto e o amor ao mundo.** Editora Cortez. São Paulo. 2011.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** Boitempo. São Paulo. 2005.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de sociologia do trabalho.** Projeto Editorial Praxis. São Paulo. 2013.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de Capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil.** Projeto Editorial Praxis. São Paulo. 2014.

ALVES, W. F. **Paradigmas de formação docente e a Educação Física escolar: uma análise na pós-graduação.** 2003. 126 p. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

\_\_\_\_\_. **A formação dos professores e as teorias do saber docente: contextos, dúvidas e desafios do trabalho docente.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.2, p. 263-280, maio/ago. 2007.

\_\_\_\_\_. **O Trabalho dos Professores: Saberes, Valores e Atividade.** Editora Papirus. Campinas. 2010.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil I.** Boitempo. São Paulo. 2006

\_\_\_\_\_. (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II.** Boitempo. São Paulo. 2013

\_\_\_\_\_. (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III.** Boitempo. São Paulo. 2014

ARAÚJO, Marizia Ferreira de. **Impacto de treinamento e desenvolvimento: uma análise integrada quantitativa e qualitativa.** 2005. 250f. Tese (Doutorado em Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis.

ARAÚJO, T. M. de et al. **Saúde e trabalho docente: dando visibilidade aos processos de desgaste e adoecimento docente a partir da construção de uma rede de produção coletiva.** Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 37, p. 183-212, jul. 2003.

ARCE, A. **Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo.** Educação & Sociedade, ano 22, n. 74, p. 251-283, Campinas, abr. 2001.

ARGOTE, Linda; MIRON-SPEKTOR, Ella. *Organizational Learning: From Experience to Knowledge.* *Organization Science*, v. 22, n. 5, p. 1123–1137, September–October. 2011.

ARRIGHI, Geovanni. **A ilusão do Desenvolvimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

AUGUSTO, Maria Helena. **Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 3, Sept. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022012000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em Abr. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BIRGIN, Alejandra. **Novas regulações do trabalho docente: O caso da Reforma Argentina.** Cadernos de pesquisa, nº 111, p. 95-113, dezembro 2000.

BORGES, C. M. F. **Os professores da Educação Básica de 5ª a 8ª séries e seus saberes profissionais.** Tese (Doutorado). Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. 2003.

BOSI, Antônio de Pádua. **A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BOURDIEU, P. **Science de la science et reflexivité.** Paris: Raisons d'Agir Éditions, 2001.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária.** Petrópolis / São Carlos/ Caxias do Sul. Vozes/ EDUFSCar/ EDUCS.1996.

BRAGA, Ruy. **A política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo. Boitempo. 2012.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2306.htm#art22](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm#art22)>. Acesso em: 25 fev. 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no século XX.** Rio de Janeiro. Zahar. 1977.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma Gerencial do Estado (1995).** Revista de Administração Pública. Julho/2000.

CASTANHEIRA, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Operacional**. Avaliação, Campinas, Sorocaba. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia da Competência – Escritos da Marilena Chauí**. Vol.3. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2014.

CONTEL, Fábio Betioli; LIMA, Manolita Correa. **Aspectos da Internacionalização do Ensino Superior: Origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual**. ESPM/INTERNEXT. São Paulo. 2007.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. 2º ed. São Paulo. Cortez. 2012.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho – A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo. Boitempo. 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo. Boitempo. 2016.

DAURA, Florencia Teresita. **El contexto como factor del aprendizaje autorregulado en la educación superior**. educ.educ., Chia, v. 16, n. 1, Apr. 2013 . Disponível em <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0123-12942013000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-12942013000100007&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 16 de abril de 2014.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. 2001

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. (2008) O delineamento da pesquisa qualitativa. In Poupard, J. et al. (Orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis. Vozes. 2008.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e Precarização do Trabalho: Novas formas de dominação social e política**. XXV Congresso de Ia Asociación Latinoamericana de Sociología - ALAS. PO110 Alegre. 22-26 agosto, 2005.17p

\_\_\_\_\_. **A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação**. XXXI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. Out/2007. 39p

\_\_\_\_\_. **Trabalho, Precarização e Resistência: Novos e Velhos Desafios**. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011

ISTO É DINHEIRO. **A prova Final da Kroton**. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/prova-final-da-kroton/> acesso em: 25 de fev de 2017.

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, M.A.; FIDALGO, Nara L. **A Intensificação do Trabalho Docente: Tecnologias e Produtividade**. São Paulo. Papirus. 2009.

FILGUEIRAS, Luiz; **O Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, Dinâmica, e Ajuste do Modelo Econômico**, En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto/2006.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo; **Desestruturação do Trabalho e Política Social; Trabalho apresentado no Seminário “Política social, trabalho e democracia em questão”**, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília em 28-30 de abril de 2009.

FRIGOTTO, G. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito**. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis. Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FOLHA DE SÃO PAULO. Governo Temer quer acelerar terceirização de legislação trabalhista. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1782556-governo-temer-quer-acelerar-terceirizacao-de-legislacao-trabalhista.shtml/> acesso em: 19 de mar de 2017

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 138-165.

\_\_\_\_\_. Introducción. In: GENTILI, P.; LEVY, B. (Comp.). **Espacio público y privatización del conocimiento: estudios sobre políticas universitarias en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. p. 138-165.

GORZ, André. **O Imaterial – Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAY, John. **Falso Amanhecer – os equívocos do capitalismo global**. Rio/São Paulo. Record. 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna – Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo. Edições Loyola. 2008.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo – História e Complicações**. São Paulo. Edições Loyola. 2011.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Políticas curriculares, Estado e regulação**. Educ. Soc., Campinas, v.31, n.113, Dec. 2010. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000400015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400015&lng=en&nrm=iso). Acesso em 16 de abril de 2014.

JANNOTTI, J.A. **A universidade em ritmo de barbárie**. Brasiliense, 1986.

LELIS, Isabel. **O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas**. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, no 29, jan./abr. 2012, p. 152-174



LEMOS, Denise Vieira da Silva. **Alienação do trabalho Docente? O professor no centro da contradição**. 2007. 277 p. Tese (Doutorado)- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Salvador. 2007.

LESSA, S. **Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo. Xamã, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo. Boitempo. 2008.

MAZZUCO, Neiva G.; ROSSI Valdete. **O Impacto do PROUNI. 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**. UNIOESTE. 16 a 19 de setembro de 2009.

MENEZES, Angelita Alaíde Monteiro. **O professor entre a Luta e o Luto – Da Paideia ao Pandemônio: Um Estudo de Caso sobre a Precarização e o sofrimento psíquico do docente em uma Instituição de Ensino Superior Privado em Salvador**. 2014. 212 p. Tese (Doutorado)- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador. 2014.

MÉSZÁROS, István. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

MÉSZÁROS, István, **Para além do capital : rumo a uma teoria da transição**; tradução Paulo Cezar. Boitempo, 2002.

\_\_\_ **Educação para além do capital**. Boitempo, 2005.

MITROVITCH, Caroline. **Experiência e formação em Walter Benjamin**. Ed. Unesp. 2011.

MOTA, Ronaldo. **A reforma da Educação Superior**. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 71, Março/2005.

NOGUEIRA, Ana L. H. **Concepções de "trabalho docente": as condições concretas e os discursos das prescrições oficiais**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 121, Dec. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302012000400017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 de abril de 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao Enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (orgs). **Hegemonia as Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo. Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007.

PEREIRA, Tarcisio Luiz; BRITO, Silva H. A. de. **As aquisições e fusões no Ensino Superior Privado no Brasil (2005-2013)**. [www.anpae.org.br](http://www.anpae.org.br). Acesso em 25 de fev de 2017.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. V., **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa. Gradiva, 1998.

RIBEIRO, Gustavo Ferreira. **Afinal, o que a organização mundial do comércio tem a ver com a educação superior.** Rev. Bras. Polit. Int. 49 (2):137-2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?journal/0034-7329\\_Revista\\_Brasileira\\_de\\_Politica\\_Internacional](http://www.scielo.br/scielo.php?journal/0034-7329_Revista_Brasileira_de_Politica_Internacional)>. Acesso em 24 de fev de 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências.** 16 ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições de Afrontamento, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SILVA, Denise Vieira da. **Alienação do Trabalho docente? O professor no centro da contradição.** Salvador. Quarteto, 2015.

SILVA, João Carlos da. **Educação e alienação em Marx.** Histedbr on-line. Campinas, nº 19, p.101 – 110, set. 2005. ISSN:1676-2584

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Pública Brasileira no século XXI – Educação Superior Orientada para o Mercado e intensificação do trabalho docente.** Revista de Educacion. 2013

SILVEIRA, Kelly Ambrosio *et al* . **Indicadores de estresse e coping no contexto da educação inclusiva.** Educ. Pesqui., São Paulo , v. 40, n. 1, Mar. 2014 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022014000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 Abr. 2014.

SPIELMANN, C.K; ANDRADE, E. A. **A educação superior no contexto neoliberal e o Programa PROUNI.** 1º Simpósio Nacional de Educação. Cascavel. Unioeste, 2008.

ŠKERLAVAJ, Miha; DIMOVSKI, Vlado. **Influence of organizational learning on organizational performance from the employee perspective: the case of Slovenia.** Management, v. 11, n. 1, p. 75-90. 2006.

STANDING, Guy. **A nova classe perigosa.** São Paulo. Autêntica. 2013

TARDIF, Maurice; Lessard, Claude. **O Trabalho Docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão das interações humanas** . Rio de Janeiro. Vozes. 2005

TRINDADE, Héglio. **As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América latina.** In: GENTILI, Pablo (Org), et al. **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária.** São Paulo: Cortez, 2001.

VERGARA, S. C; BRANCO, P. D. **Empresa Humanizada: a organização necessária e possível.** RAE - Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 20-30, Abr./Jun. 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 7. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

## APÊNDICE A

Conceito	Dimensões	Categorias	Indicadores		Fontes de Dados		Autores
			Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	
Precarização do Trabalho (Novo sociometabolismo do Trabalho)	Trabalho (Nova precariedade Salarial)	Inserção Produtiva	-Ingresso através de concurso público; -Ingresso como professor substituto.	-Ingresso como Professor contratado (CLT) -Ingresso como professor temporário; -Ingresso com professor terceirizado	Professor	Professor	Graça Druck Giovanni Alves
		Intensificação	-Verificar o tempo dispensado pelo docente para preparação de aula; -verificar o tempo dispensado para a pesquisa e extensão; -Analisar a percepção do professor quanto ao arcabouço tecnológico existente	-Verificar o tempo dispensado pelo docente para preparação de aula; -verificar o tempo dispensado para a pesquisa e extensão (Se há)	Professor	Professor	Graça Druck Giovanni Alves
		(In) segurança		- Analisar a percepção do professor no que se refere a instabilidade no trabalho.	Professor	Professor	Graça Druck

							Giovanni Alves
		Organização dos Trabalhadores	- Analisar a percepção do professor quanto ao sentimento de classe.	Analisar a percepção do professor quanto ao sentimento de classe.	Professor	Professor	Graça Druck Giovanni Alves
		Flexibilização de Direitos	- Analisar o regime de trabalho versus a hora aula; - Verificar o plano de carreira das públicas;	-Analisar o regime de trabalho contratado versus hora aula; - Analisar a remuneração efetiva para preparação das aulas;	Professor	Professor	Graça Druck Giovanni Alves
	Vida (Precarização Existencial – Homem que trabalha)	Identidade Individual	Identificar as características de alienação do trabalho docente; Verificar o “ensimesmamento” do docente (estranhamento);	Identificar as características de alienação do trabalho docente; Verificar o “ensimesmamento” do docente (estranhamento);	Professor	Professor	Graça Druck Giovanni Alves
		Identidade Coletiva	Identificar o sentimento de pertencimento à classe docente;	Identificar o sentimento de pertencimento à classe docente;	Professor	Professor	Graça Druck Giovanni Alves
		Desigualdade Social	Analisar o poder aquisitivo da remuneração do docente; Analisar a condição de sobrevivência com a remuneração	Analisar o poder aquisitivo da remuneração do docente; Analisar a condição de sobrevivência com a remuneração	Professor	Professor	Graça Druck Giovanni Alves

		Saúde (Adoecimento, drogadificação da vida pessoal)	Identificar o adoecimento do professor ( esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização pessoal)	Identificar o adoecimento do professor ( esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização pessoal)	Professor	Professor	Giovanni Alves
		Autonomia	Identificar a autonomia do professor na condução de suas aulas; Verificar a autonomia do professor na elaboração do seu plano de ensino; Verificar a participação do professor na elaboração da ementa da disciplina que ministra;	Identificar a autonomia do professor na condução de suas aulas; Verificar a autonomia do professor na elaboração do seu plano de ensino; Verificar a participação do professor na elaboração da ementa da disciplina que ministra;	Professor	Professor	Marilena Chauí
		Autodeterminação	Verificar a participação do professor na construção da disciplina que ministra	Verificar a participação do professor na construção da disciplina que ministra	Professor	Professor	
		Consumismo	Identificar se/como o professor utiliza o consumismo para escape das angustias existenciais;	Identificar se/como o professor utiliza o consumismo para escape das angustias existenciais;	Professor	Professor	
		O descarte da pessoa humana (Banalização	Verificar como o modo de vista “just in time” afeta a	Verificar como o modo de vista “just in time” afeta a vida	Professor	Professor	Christophe

		da Injustiça social)	vida do docente (crescimento da violência urbana, homicídios)	do docente (crescimento da violência urbana, homicídios)			Dejours
		Teia Informacional (TIC – Vida just in Time)	Analisar a entrada do trabalho estranhado na vida doméstica (Vida reduzida)	Analisar a entrada do trabalho estranhado na vida doméstica (Vida reduzida)	Professor	Professor	Giovanni Alves
		Corrosão da responsabilidade pública e dos Espaços	Verificar como a expansão da automobildade e a falta de espaços públicos para sociabilidade afetam a vida do professor;	Verificar como a expansão da automobildade e a falta de espaços públicos para sociabilidade afetam a vida do professor;	Professor	Professor	Giovanni Alves
		Novos Valores (Autoestima, empreendedorismo, prosperidade, apego à marca)	Analisar a percepção do professor quanto ao escape das angustias via: teologias da prosperidade, teologia da auto estima e empreendedorismo e teologia do consumo de marcas (Substituição de Deus pelo ideal de sucesso).	Professor	Professor	Professor	Giovanni Alves

## APÊNDICE B

## Perfil Grupo Focal

<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Graduação</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Tempo de Magistério no Ensino Superior</b>	<b>Vínculo</b>	<b>IES</b>	<b>Vínculo Contratual</b>
Professora 1	Feminino	46	Administração	Finanças	Administração	Administração	14	Público e Privado	UFBA, UNEB, FADBA	CLT e Estatutário
Professora 2	Feminino	49	Economia	Não tem	Economia	Não tem	26	Público e Privado	UNEB, UNIME	CLT e Estatutário
Professora 3	Feminino	42	Administração	Não tem	Administração de Empresas Familiares	Educação	20	Pública e Privada	UNEB, UNIME	CLT e Estatutário
Professora 4	Feminino	35	Administração	Não tem	Ciências Sociais	Administração	4	Privada	UNIME	CLT
Professor 1	Masculino	27	Administração	Sistema de Informação	Sistema de Informação	Não tem	2	Público	UFBA	Substituto





## APÊNDICE D

## Perfil Entrevistados

<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Graduação</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Tempo de Magistério no Ensino Superior</b>	<b>Vínculo</b>	<b>IES</b>	<b>Vínculo Contratual</b>
Feminino	46	Administração	Finanças	Administração	Administração	14	Público e Privado	UFBA, UNEB,	CLT e Estatutário
Feminino	49	Economia	Não tem	Economia	Não tem	26	Público e Privado	UNEB, Universidade Empresa	CLT e Estatutário
Feminino	42	Administração	Não tem	Administração de Empresas Familiares	Educação	20	Pública e Privada	UNEB, Universidade Empresa	CLT e Estatutário
Feminino	59	Administração	Organização de sistemas e métodos; OSM; recursos humanos, estratégia política	Comércio internacional e Desenvolvimento regional	Desenvolvimento Regional – Em Curso	35	Pública e Privada	UNEB e Universidade Empresa	CLT e Substituto
Masculino	46	Ciências Contábeis	Marketing e Propaganda; Metodologia do Ensino e Saúde Pública e Coletiva	Administração – Em Andamento	Não tem	16	Privada	Universidade Empresa	CLT
Masculino	54	Sistema de Informação	Não tem	Sistema de Informação	Não tem	29	Público e Privado	UNEB e Universidade Empresa	CLT e Estatutário
Masculino	43	Administração	Administração	Administração	Administração	20	Público	UNEB	Estatutário

## APÊNDICE E

Os discursos abaixo, não estão organizados de acordo com o Instrumento de Pesquisa e sim, de acordo com a inserção na Tese.

**Pergunta: como o professor compreende a percepção do aluno em relação ao papel da Universidade**

A professora um: *“um espaço que dará a eles a possibilidade de obter um diploma para se ter ascensão social”*

A professora dois: *“ espaço para diploma ”*

O professor três: *“...muito mais como uma provedora de tecnologia, de instrumentos e de competências para que eles exerçam bem a profissão.”*

A professora quatro: *“... as instituições públicas e privadas os alunos demonstram querer que as faculdades os preparem para o mercado.”*

O Professor cinco: *“ nas privadas [...] condição apática ”*

O professor seis: *“ mantém uma relação muito focada no retorno técnico ”*

O professor sete: *“ instrumental [...] ferramenta ”*

A professora oito: *“técnica”*

Discurso do Sujeito Coletivo

Um espaço que dará a eles a oportunidade de ter um diploma para ter ascensão social. Onde tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, os alunos demonstram querer que as faculdades o preparem para o mercado e mantem uma relação muito focada no retorno técnico. Visão instrumental, enxergam como uma ferramenta, técnica.

**Pergunta: “Quanto tempo que o professor dispndia para a preparação de suas aulas”**

O professor um: *“cerca de 1 hora aula por turma, 1 a 2 horas”*

O professor dois: *“dispensa uma hora de preparação por cada hora de aula ministrada”*

O professor três: *“dedico 18 à 20 horas por semana pra pesquisa e em extensão também”*

O professor quatro: *“12 a 16 horas semanais”*

A professora cinco: *“costumo utilizar entre 4 e 6 horas para montar o material... acredito que seja essa relação para cada aula de duas horas utiliza 4 a 6 horas para preparação”*

A professora seis: *“O tempo não é fixo e que isso depende [...] entre 4 e 6 horas para montar o material”*

A professora sete: *“20 horas por semana”*

A professora oito: *“8 a 9 horas por semana”*

**Discurso do Sujeito Coletivo**

O tempo não é fixo e isso depende, entre quatro a seis horas por semana. Pode-se chegar a vinte horas por semana.

**Pergunta: “o tempo para alimentação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Instituição de Ensino que trabalha”**

O professor um: *“tempo grande”*

O professor dois: *“3 a 4 horas por semana”*

O professor três: *“deixo para consolidar no final de semestre”*

O professor quatro: *“4 horas por semana”*

A professora cinco: *“5 horas por semana”*

A professora seis: *“2 horas”*

A professora sete: *“entre 2 a 4 horas por semana”*

A professora oito: *“entre 2 a 4 horas por semana”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Um tempo grande. Em média 2 a 4 horas por semana.

### **Pergunta: “Como você se sente em relação à Estabilidade/Instabilidade no trabalho”**

O professor um: *“na IES privada me sinto totalmente instável, não só sentido de não ficar na instituição, de sair a qualquer momento [...] com relação a UNEB já me senti mais segura, porém depois do governo Temer e de ver tantas coisas acontecerem”*

O professor dois: *“hoje é totalmente instável, os professores não se sentem estáveis já há algum tempo [...] a demissão pode ocorrer mesmo no meio do semestre, causando um sentimento de insegurança constante no profissional [...] nas universidades públicas, o profissional também não se sente seguro”*

O professor três: *“...então penso que trabalho é motivo de vida e não de morte...”*

O professor quatro: *“o que faz não me sentir instável para ser demitida mas sim com o cenário político vivido...”*

A professora cinco: *“cerca de 80% das vagas do ensino superior estão concentradas nas IES privadas e apenas quase 20% na rede pública e a existência de uma força do sistema no sentido de privatizar o público e com isso a ameaça aos professores do ensino superior público”*

A professora seis: *“a cada semestre a insegurança cresce no ambiente de trabalho”*

A professora sete: *“pode ocorrer privatização [...] demanda de alunos versus capacidade financeira”*

A professora oito: *“não tenho segurança de nada”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Na IES privada me sinto totalmente instável, não só sentido de não ficar na instituição, de sair a qualquer momento, por conta da demanda de alunos versus capacidade financeira. Com

relação a UNEB já me senti mais segura, porém depois do governo Temer e de ver tantas coisas acontecerem. Hoje é totalmente instável, os professores não se sentem estáveis já há algum tempo. A demissão pode ocorrer mesmo no meio do semestre, causando um sentimento de insegurança constante no profissional. Nas universidades públicas, o profissional também não se sente seguro e o que me faz não me sentir seguro é o momento político vivido. Cerca de 80% das vagas do ensino superior estão concentradas nas IES privadas e apenas quase 20% na rede pública e a existência de uma força do sistema no sentido de privatizar o público e com isso a ameaça aos professores do ensino superior público, pode ocorrer privatização. Não tenho segurança de nada, então penso que o trabalho é motivo de vida e não de morte.

**Pergunta: “consciência política dos seus pares”**

O professor um: *“aqueles que ensinam sobretudo em instituições privadas se veem de pés e mãos atados, não podendo fazer absolutamente nada, não podendo se organizar, não podendo fazer uma paralisação e se quer fazer uma reunião para reivindicar nada pois podem ser demitidos”*

O professor dois: *“poucos possuem está consciência, gerando uma manipulação de toda a classe, pois não é dado tempo suficiente para a análise do que estes decidem pelo todo”*.

O professor três: *“não sei se em sala de aula essa questão mais político legal é levada pelos meus pares, que eu penso que deveria ser levada, porque o nosso papel não é apenas transmitir conteúdo específico da disciplina mas também conscientizar os alunos e promover a divergência de ideias”*.

O professor quatro: *“grande parte fica alheia ao que está acontecendo e atribuo isso ao fato de muitos professores terem outras atividades profissionais além da vida acadêmica na universidade”*.

A professora cinco: *“entendo que nas IES pública os profissionais são mais amparados e sujeitos mais ativos no percurso de mobilização social, política, de posicionamento e de enfrentamento o que não ocorrer nas IES privadas visto que as consequências nessa é rechaçamento e possivelmente demitido”*.

A professora seis: *“a categoria não tem mobilização”*

O professor sete: *“os professores da iniciativa privada têm medo de perder o emprego logo ninguém quer se envolver em questões que sejam controversas, polemicas e por isso não se consegue ter um sindicato, uma representação trabalhista destes professores [...] na iniciativa pública ainda existe uma mobilização, as pessoas conseguem dizer as opiniões,*

*mas, nos últimos anos cada vez mais as pessoas têm procurado se acomodar e não se expor tanto. [...] tendência que no setor público as pessoas também se acomodem.*

*A professora oito: “as pessoas se falam por exemplo pelo facebook, mas as relações se tronaram muito superficiais. Na IES pública cada um quer resolver sua vida, passando o mínimo de tempo na instituição e cair fora não havendo uma interação muito forte. Nem as reuniões de colegiado que seria o encontro de todos os professores se consegue ter coro total. Os professores não comparecem nem nas plenárias departamentais o que se foi queixado na última reunião na pública pelo absurdo de não se ter 1/3 dos professores num encontro de tal teor que ocorre duas vezes por ano e está ocorrendo”.*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

As pessoas se falam por exemplo pelo *facebook*, mas as relações se tronaram muito superficiais. Na IES pública cada um quer resolver sua vida, passando o mínimo de tempo na instituição e cair fora não havendo uma interação muito forte. Nem as reuniões de colegiado que seria o encontro de todos os professores se consegue ter coro total. Os professores não comparecem nem nas plenárias departamentais o que se foi queixado na última reunião na pública pelo absurdo de não se ter 1/3 dos professores num encontro de tal teor que ocorre duas vezes por ano e está ocorrendo, grande parte fica alheia ao que está acontecendo e atribuo isso ao fato de muitos professores terem outras atividades profissionais além da vida acadêmica na universidade.

A tendência que no setor público as pessoas também se acomodem, a categoria não tem mobilização. Os professores da iniciativa privada têm medo de perder o emprego logo ninguém quer se envolver em questões que sejam controversas, polemicas e por isso não se consegue ter um sindicato, uma representação trabalhista destes professores. Na iniciativa pública ainda existe uma mobilização, as pessoas conseguem dizer as opiniões, mas, nos últimos anos cada vez mais as pessoas têm procurado se acomodar e não se expor tanto. Aqueles que ensinam sobretudo em instituições privadas se veem de pés e mãos atados, não podendo fazer absolutamente nada, não podendo se organizar, não podendo fazer uma paralisação e se quer fazer uma reunião para reivindicar nada pois podem ser demitidos, poucos possuem esta consciência, gerando uma manipulação de toda a classe, pois não é dado tempo suficiente para a análise do que estes decidem pelo todo”.

### **Pergunta: “como se relacionam com seus pares, no ambiente institucional”**

O professor um: *“vínculos com alguns poucos [...]me dou bem com todo mundo, mas, acho que tem muitos que não são confiáveis”*

O professor dois: *“há a necessidade do distanciamento pelo respeito de um ao outro”*

O professor três: *“na universidade tem muito a fogueira da vaidade”*

O professor quatro: *“busco ter um bom relacionamento através da identificação de cada para facilitar um relacionamento saudável”*

A professora cinco: *“uma dificuldade de alinhamento e na iniciativa privada a vinculação está ligado a própria natureza do trabalho no sentido de ser professor mas tendo a organização como direcionamento do comportamento da forma que o profissional se coloca e molda a forma de posicionamento [...] tenho colegas que passaram para o concurso de professores que afirmam ser pesquisadores e não professores, o que se caracteriza como uma espécie de esquizofrenia no sentido do sujeito não se reconhecer com o papel de professor.”*

A professora seis: *“uma boa relação com os seus pares e colegas [...] com relação a identificação, existem momentos sim e momentos não [...] é que muito vivem num momento tecnicista”*

O professor sete: *“na IES privada o individualismo também ocorre por conta da própria relação que os professores mantem com a instituição que não mantem o vínculo”*

A professora oito: *individualismo é surpreendente [...] vejo comportamento absurdo não falo para não perder o emprego.*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Na universidade tem muito a fogueira da vaidade, portanto, vínculos com alguns poucos, me dou bem com todo mundo, mas, acho que tem muitos que não são confiáveis. O individualismo é surpreendente, existe uma dificuldade de alinhamento e na iniciativa privada a vinculação está ligada a própria natureza do trabalho no sentido de ser professor, mas, tendo a organização como direcionamento do comportamento da forma que o profissional se coloca e molda a forma de posicionamento, ou seja, na IES privada o individualismo também ocorre por conta da própria relação que os professores mantem com a instituição que não mantem o vínculo, vejo comportamento absurdo e não falo para não perder o emprego. Na pública, tenho colegas que passaram para o concurso de professores que afirmam ser pesquisadores e não professores, o que se caracteriza como uma espécie de esquizofrenia no sentido do sujeito não se reconhecer com o papel de professor. É que muitos vivem um momento tecnicista e há a necessidade do distanciamento pelo respeito de um ao outro. Busco ter um bom relacionamento através da identificação de cada para facilitar um relacionamento saudável.

### **Pergunta: Como você se identifica com os seus pares/ colegas de trabalho”**

O professor um: *“com a minoria se identifica bem por pensar parecido, mas, uma parte que não se aproxima”.*

O professor dois: *“pelo tempo de docência [...] a identificação é menor com os que entraram recentemente, por estes não possuem senso de autonomia e respeito”.*

O professor três: *“não com todos [...] com aquele professor cumpridor das suas obrigações, mas, não com o professor de poderia cumprir melhor com as suas obrigações”*

O professor quatro: *“mesmo tendo um ciclo relativamente grande no ciclo de trabalho [...] busco a convivência sendo compreensiva, relevante com determinados comportamentos”*.

A professora cinco: *“existem várias formas de identidade que ocorre no contexto de trabalho e que se pode desenvolver relacionamentos por várias vias diferentes e ambientes diferentes tem climas organizacionais diferentes [...] nas instâncias das instituições estaduais ela declara ter uma aproximação maior, de um alinhamento, de um enfrentamento, de uma consciência de classe é muito diferente [...] onde os sujeitos se colocam numa posição muito de pertencimento de uma classe burguesa”*

A professora seis: *“me identifico em alguns momentos”*

O professor sete: *“Muito individualismo”*

A professora oito: *“Na pública é visto grupos pontuais, alguns de interesse, afinidades, mas na privada, nem isso pois as afinidades são diversas”*.

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Com a minoria se identifica bem por pensar parecido, mas, uma parte que não me aproximo mesmo tendo um ciclo relativamente grande no ciclo de trabalho. Identificação pelo tempo de docência, não com todos, com aquele professor cumpridor das suas obrigações, mas, não com o professor de poderia cumprir melhor com as suas obrigações. A identificação é menor com os que entraram recentemente, por estes não possuem senso de autonomia e respeito. Muito individualismo, busco a convivência sendo compreensiva, relevante com determinados comportamentos. Existem várias formas de identidade que ocorre no contexto de trabalho e que se pode desenvolver relacionamentos por várias vias diferentes e ambientes diferentes tem climas organizacionais diferentes. Nas instâncias das instituições estaduais tenho uma aproximação maior, de um alinhamento, de um enfrentamento, de uma consciência de classe é muito diferente. Na Federal, onde os sujeitos se colocam numa posição muito de pertencimento de uma classe burguesa, me identifico em alguns momentos.

### **Pergunta: “Qual a importância do papel do professor na sociedade contemporânea para você”**

O professor um: *“papel é muito grande que é o de não só passar conteúdo das diversas áreas de conhecimento, mas o de formar, politizar, desenvolver a consciência crítica, diversos papeis”*

O professor dois: *“afastada das questões políticas e sindicais e percebe como a educação não-formal é importante neste processo que estamos vivendo [...] é dada pouca importância ao momento ao qual estamos vivendo, e que este é um momento de muito aprendizado [...] necessário rever conceitos e que por isso está refletindo a respeito do que ela tem feito e do que não tem feito”*.



O professor três: *“é obrigação de ensinar um conteúdo específico da matéria para contribuir com o desenvolvimento de competências relevantes pra o processo de formação do aluno, do administrador [...] não existe país subdesenvolvido, existe país sub-educado’, no momento em que a nossa sociedade for mais educada, ela será mais desenvolvida [...] O Brasil ainda está longe de ser uma nação parecida com nações do primeiro mundo, precisa caminhar muito pra ser uma nação educada como, a Finlândia, a Noruega, o Canadá.”*

O professor quatro: *“é o profissional que forma outros profissionais o que já lhe garante uma grande importância [...] em países mais desenvolvidos que o professor é reverenciado e que tais profissionais por servirem como exemplo devem cuidar para oferecer isso de forma positiva para seus alunos.”*

A professora cinco: *“é indiscutível pois uma sociedade sem educação e sem professor fica impossibilidade de se estruturar, como educador no sentido mais restrito de formar parte do conhecimento técnico e no sentido mais amplo de formar uma sociedade, de construir uma perspectiva de seres pensantes, nesse processo de formação os professores são aqueles que possuem uma obrigação muito séria na formação de pessoas, na construção de uma nova mentalidade e por isso é possuidor de um papel fundamental e importantíssimo”*

A professora seis: *“o indivíduo tenha formação política, não só técnica (ele costuma a dizer que a formação técnica pura e simplesmente não vai levar o aluno a lugar nenhum, o professor deve assumir o papel de formar o aluno como cidadão, catalizador no processo de formação de mundo [...] capaz de alocar as habilidades que possui e competências no mundo do trabalho pois o fato de ser o melhor aluno não é o credenciamento para ser o melhor profissional ou ser alocado no mercado de trabalho com rapidez [...] é preciso melhorar a estrutura, processo de trabalho do professor, instrumentos claros de monitoramento da qualidade do ensino, escolas dessente, famílias conscientizadas do papel delas no contexto para que se consiga avançar.*

O professor sete: *tem que ser um meio facilitador, transferir algum conhecimento mas motivar o aluno, desafiar para que eles possam realmente aproveitar pois existe muita informação disponível [...] é realmente o inspirador, o motivador [...] para o Brasil, para o país ter um modelo desenvolvido que vá para frente, o professor é necessário, estratégico, mas não é notado uma visão da sociedade brasileira nesse sentido [...] na verdade a própria sociedade não valoriza dessa forma [...] é visto no comportamento dos próprios pais, que tem filhos em escolas particulares se ele tem o problema do filho dele com o professor, ele vai lá e trata o professor como ninguém, ele vai na escola, vai no diretor e humilha o professor, faz isso inclusive na universidade particular [...] a sociedade brasileira não é culturalmente posicionada para respeitar a posição do professor [...] os políticos refletem o que a sociedade pensa, não é que eles não considerem a classe mas refletem o que a sociedade pensa sobre o professor”.*

A professora oito: *“para os políticos o professor não é nada”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

É indiscutível pois uma sociedade sem educação e sem professor fica impossibilitada de se estruturar, como educador no sentido mais restrito de formar parte do conhecimento técnico e no sentido mais amplo de formar uma sociedade, de construir uma perspectiva de seres pensantes, nesse processo de formação os professores são aqueles que possuem uma obrigação muito séria na formação de pessoas, na construção de uma nova mentalidade e por isso é possuidor de um papel fundamental e importantíssimo. O papel é muito grande que é o de não só passar conteúdo das diversas áreas de conhecimento, mas o de formar, politizar, desenvolver a consciência crítica, diversos papéis. Me sinto afastada das questões políticas e sindicais e percebe como a educação não-formal é importante neste processo que estamos vivendo. É dada pouca importância ao momento ao qual estamos vivendo, e que este é um momento de muito aprendizado é necessário rever conceitos e que por isso está refletindo a respeito do que ela tem feito e do que não tem feito. É o profissional que forma outros profissionais o que já lhe garante uma grande importância, em países mais desenvolvidos que o professor é reverenciado e que tais profissionais por servirem como exemplo devem cuidar para oferecer isso de forma positiva para seus alunos. o indivíduo tenha formação política, não só técnica (costumo dizer que a formação técnica pura e simplesmente não vai levar o aluno a lugar nenhum), o professor deve assumir o papel de formar o aluno como cidadão, catalizador no processo de formação de mundo, capaz de alocar as habilidades que possui e competências no mundo do trabalho pois o fato de ser o melhor aluno não é o credenciamento para ser o melhor profissional ou ser alocado no mercado de trabalho com rapidez, é preciso melhorar a estrutura, processo de trabalho do professor, instrumentos claros de monitoramento da qualidade do ensino, escolas desatualizadas, famílias conscientizadas do papel delas no contexto para que se consiga avançar, tem que ser um meio facilitador, transferir algum conhecimento mas motivar o aluno, desafiar para que eles possam realmente aproveitar pois existe muita informação disponível, é realmente o inspirador, o motivador. Para o Brasil, para o país ter um modelo desenvolvido que vá para frente, o professor é necessário, estratégico, mas não é notada uma visão da sociedade brasileira nesse sentido. Na verdade, a própria sociedade não valoriza dessa forma e é visto no comportamento dos próprios pais, que tem filhos em escolas particulares se ele tem o problema do filho dele com o professor, ele vai lá e trata o professor como ninguém, ele vai na escola, vai no diretor e humilha o professor, faz isso inclusive na universidade particular. A sociedade brasileira não é culturalmente posicionada para respeitar a posição do professor e os políticos refletem o que a sociedade pensa, não é que eles não considerem a classe mas refletem o que a sociedade pensa sobre o professor.

**Pergunta: “Qual a sua percepção em relação a sentimento de pertencimento a categoria do trabalhador”**

O professor um: *“não sou sindicalizada nem na IES pública, nem nos sindicatos das IES privada, nunca tive muita ligação com o sindicato e não entendo que eles atuem efetivamente.”*

O professor dois: *“posso um baixo sentimento de pertencimento em relação à categoria [...] muito pouco envolvida com a categoria e apenas costumo discutir assuntos relacionados a isso com meus pares, com as pessoas próximas e amigos, sendo que, efetivamente, para mudança de algo que seria relevante para a categoria, não costumo fazer [...] suponho uma relação da situação atual com este dilema, o enfraquecimento desses laços, das condições de*

*pertencimento e penso que se a classe fosse muito mais forte e mais envolvidos a instabilidade não existisse. A classe é alvo do governo justamente por não ter poder de barganha com este último.*

O professor três: *“não me envolvo com o sindicato, porque penso que o sindicato toma algumas decisões radicais e entende que o melhor caminho é o do meio [...] penso que o sindicato ainda toma uma posição muito extremada, em alguns momentos o sindicato toma decisões firmes e importantes mas em outros momentos eles poderiam ser mais abertos para a contradição (divergência de opiniões).*

O professor quatro: *“poucas pessoas demonstram pertencimento a profissão”*

A professora cinco: *“o pertencimento a ser professor é percebido claramente visto que a escolha da profissão é muitas vezes vista como sacerdócio o por quem tem um vínculo com a natureza do trabalho”*

A professora seis: *“entendo que os professores que tem maior sentimento de pertencimento a profissão encontram-se na iniciativa pública e acredito que os professores que trabalham exclusivamente na iniciativa privada não criam o vínculo visto que as próprias instituições não criam a estrutura vinculante necessária para o trabalhador”*

O professor sete: *“Na IES pública, sim, o corpo, o grupo docente se sente pertencente a instituição e como se fizesse parte mesmo de um organismo, de um corpo docente, de um corpo de professores. Na IES privada não, cada vez mais o recado que a instituição privada traz para o professor é que ele é um empregado terceirizado como outro qualquer que pode ser substituído o que tirou dos professores também o sentimento de pertencimento, desta maneira, da mesma forma que as IES Privadas colocaram os alunos sendo clientes e o professor sendo apenas um instrumento de trabalho os próprios professores também se desagregaram, eu atualmente ministro aulas em três, quatro instituições e não construo vínculos emocionais com nenhuma [...] ocorre de os professores chegarem para os coordenadores e dizerem que não vão ficar com a turma, não vou ficar com você, obrigada e tchau, sem nenhum tipo de comprometimento”*

A professora oito: *“não tem suporte, não se sente pertencente a nada”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Na IES pública, sim, o corpo, uma parte do grupo docente se sente pertencente a instituição e como se fizesse parte mesmo de um organismo, de um corpo docente, de um corpo de professores, onde, o pertencimento a ser professor é percebido claramente visto que a escolha da profissão é muitas vezes vista como sacerdócio o por quem tem um vínculo com a natureza do trabalho. Na IES privada não, cada vez mais o recado que a instituição privada traz para o professor é que ele é um empregado terceirizado como outro qualquer que pode ser substituído o que tirou dos professores também o sentimento de pertencimento, desta maneira, da mesma forma que as IES Privadas colocaram os alunos sendo clientes e o professor sendo apenas um instrumento de trabalho os próprios professores também se desagregaram, eu atualmente ministro aulas em três, quatro instituições e não construo vínculos emocionais

com nenhuma. Ocorre de professores chegarem para os coordenadores e dizerem que não vão ficar com a turma, não vou ficar com você, obrigada e tchau, sem nenhum tipo de comprometimento, como não tem suporte, não se sente pertencente a nada. Possuo um baixo sentimento de pertencimento em relação à categoria, sou muito pouco envolvida com a categoria e apenas costumo discutir assuntos relacionados a isso com meus pares, com as pessoas próximas e amigos, sendo que, efetivamente, para mudança de algo que seria relevante para a categoria, não costumo fazer, não me envolvo com o sindicato, porque penso que o sindicato toma algumas decisões radicais e entende que o melhor caminho é o do meio, penso que o sindicato ainda toma uma posição muito extremada, em alguns momentos o sindicato toma decisões firmes e importantes mas em outros momentos eles poderiam ser mais abertos para a contradição (divergência de opiniões). Suponho uma relação da situação atual com este dilema, o enfraquecimento desses laços, das condições de pertencimento e penso que se a classe fosse muito mais forte e mais envolvidos a instabilidade não existisse. A classe é alvo do governo justamente por não ter poder de barganha com este último.

**Pergunta: “Como você avalia a sua autonomia na condução de: aulas; avaliação; atividade extra classe; atividade extensionista e atividade de pesquisa?”**

O professor um: *“na instituição pública tenho muita autonomia pois é determinado, definido por mim, por exemplo, como vou trabalhar a disciplina, quais atividades vão ser feitas e outras coisas. Na instituição privada tal autonomia está cada vez mais cerceada e sinto-me vivendo um clima de vigilância total, os alunos têm uma relação com a coordenação estranha de modo que tudo, desde as mínimas bobagens que ocorrem em sala de aula os alunos comunicam a coordenação tendo coordenadores que estimulam o comportamento por parte dos alunos de forma que uma liberdade praticamente não existe”*

O professor dois: *“é muito pouca ou quase nenhuma [...] quanto aos projetos, entendo que ainda existe uma certa autonomia, mas tendo ligações com as relações que o profissional possuir institucionalmente para que se tenha apoio e suporte para os projetos e também nas relações que possuir entre seus pares para que se tenha o apoio dos colegas, chefes de departamento e por fim na relação com os alunos devido a confiança que precisa existir para que os mesmos acreditem que o projeto tem potencial para dá certo e se insiram nele.*

O professor três: *“elevada”*

O professor quatro: *“tenho um boa autonomia nessas questões pois quando são feitas reclamações dos professores na coordenação é respondido que o mesmo possui autonomia para fazer isso [...] limitada pois se tinha modelo de prova estabelecido, tinha que encaminhar a prova a ser realizada para observação de um setor tendo vezes que foi necessário o contato para que se corrigisse termos da disciplina ministrada e que não podiam ser trocadas por outras. Tal avaliação era ainda feita por um pedagogo, precisando algumas vezes se explicar o que significava o termo [...] não era permitido a realização de trabalhos pois eram tidos como artifício de aprovação do aluno. O que implicava no aluno formar-se sem nunca ter apresentado um seminário”.*

A professora cinco: “ *autonomia é muito reduzida [...] existe uma cobrança muito efetiva para lançamento de notas, direcionamento de atividade, conteúdo e outras coisas [...]é muito maior, embora de alguma forma isso esteja se aproximando, já seja percebido algumas cobranças profissionais que vieram de mercado entanto impor estes posicionamentos, para o bem e para o mal, melhora, mas também cria uma certa tensão nas relações*”

A professora seis: “*nenhuma*”

O professor sete: “*coisa que infelizmente que está se colocando como uma certa padronização [...] um sistema de quase padronização, o professor vai ter a aula dele de certo modo e até a avaliação e toda estrutura pré-definida.*

A professora oito: “*Se eu disser que vai fazer uma visita na Avon em Camaçari, aí tem que perguntar, sim professora, quando a senhora vai, a senhora tem que entender que não se tem dinheiro para alugar ônibus, como a senhora vai fazer, porque a senhora está indo [...] não me sinto com autonomia de decidir nada*”

#### Discurso do Sujeito Coletivo

Na instituição pública tenho muita autonomia pois é determinado, definido por mim, por exemplo, como vou trabalhar a disciplina, quais atividades vão ser feitas e outras coisas, elevada, muito maior, embora de alguma forma isso esteja se aproximando, já seja percebido algumas cobranças profissionais que vieram de mercado entanto impor estes posicionamentos, para o bem e para o mal, melhora, mas também cria uma certa tensão nas relações. Quanto aos projetos, entendo que ainda existe uma certa autonomia, mas, tendo ligações com as relações que o profissional possuir institucionalmente para que se tenha apoio e suporte para os projetos e também nas relações que possuir entre seus pares para que se tenha o apoio dos colegas, chefes de departamento e por fim na relação com os alunos devido a confiança que precisa existir para que os mesmos acreditem que o projeto tem potencial para dá certo e se insiram nele. Na instituição privada tal autonomia está cada vez mais cerceada e sinto-me vivendo um clima de vigilância total, os alunos têm uma relação com a coordenação estranha de modo que tudo, desde as mínimas bobagens que ocorrem em sala de aula os alunos comunicam a coordenação tendo coordenadores que estimulam o comportamento por parte dos alunos de forma que uma liberdade praticamente não existe, é muito pouca ou quase nenhuma. Além de ser limitada, pois se tinha modelo de prova estabelecido, tinha que encaminhar a prova a ser realizada para observação de um setor tendo vezes que foi necessário o contato para que se corrigisse termos da disciplina ministrada e que não podiam ser trocadas por outras. Tal avaliação era ainda feita por um pedagogo, precisando algumas vezes se explicar o que significava o termo, não era permitido a realização de trabalhos pois eram tidos como artifício de aprovação do aluno. O que implicava no aluno formar-se sem nunca ter apresentado um seminário, se eu disser que vou fazer uma visita na Avon em Camaçari, aí tem que perguntar, sim professora, quando a senhora vai, a senhora tem que entender que não se tem dinheiro para alugar ônibus, como a senhora vai fazer, porque a senhora está indo. A coisa que, infelizmente, que está se colocando como uma certa padronização, um sistema de quase padronização, o professor vai ter a aula dele de certo

modo e até a avaliação e toda estrutura pré-definida. Não me sinto com autonomia de decidir nada

**Pergunta: “Como você avalia a utilização do seu tempo em relação às atividades do trabalho e para o trabalho, destacando, tempo destinado a estruturação da sua carreira?”**

O professor um: *“me anulei em termos de formação, de crescimento na carreira durante os últimos anos pois o trabalho como horista toma muito tempo dentro e fora da sala de aula o que me impediu de investir nisso considerando que talvez por deficiência minha mesmo de não conseguir organizar o meu tempo [...] nos últimos tempos não investi nada no meu crescimento profissional, na formação, na participação de eventos, em um curso de doutorado o que leva a conclusão de que compromete bastante a jornada de trabalho que possuí.*

O professor dois: *“quando optei por fazer doutorado foi por questão de plano de carreira visto que dentro da universidade pública não existe mais a questão de tempo de trabalho, mas sim de titulação”*

O professor três: *“se eu fosse um professor unicamente da universidade privada, seria muito difícil, porque se dependesse da universidade privada, eu não poderia sair das minhas turmas pra fazer um doutorado [...] a universidade pública tem benefício, pois o professor pode se ausentar da sala de aula para fazer um mestrado, doutorado ou um pós doutorado, e mesmo saindo terá por lei o seu salário”*

O professor quatro: *“se não tomar cuidado o trabalho toma todo tempo não sendo possível estruturar a carreira para isso muitas vezes o professor tem que se submeter a perder noites de sono, além do horário de trabalho, se sacrificando [...] É preciso a escolha por parte dos professores entre trabalho ou especializar-se porém através da criação de um outro turno.”*

A professora cinco: *“em contrapartida acho válido ponderar que a própria natureza do trabalho do professor é formativa pois sempre se tem que buscar, pesquisar, incorporar novos saberes, novas dinâmicas para ministrar aulas o que ameniza um pouco tal fato”*

A professora seis: *“nenhum”*

O professor sete: *“pouco tempo para planejamento e estruturação porque o tempo para execução está cada vez maior”*

A professora oito: *“tento administrar isso [...] estou fazendo doutorado e tenho que ministrar aula [...] tenho que administrar isso e fazer tudo possível para fazer um equilíbrio dessas três coisas aí”*

**Discurso do Sujeito Coletivo**

Quando optei por fazer doutorado foi por questão de plano de carreira visto que dentro da universidade pública não existe mais a questão de tempo de trabalho, mas sim de titulação. Se eu fosse um professor unicamente da universidade privada, seria muito difícil, porque se dependesse da universidade privada, eu não poderia sair das minhas turmas pra fazer um doutorado [...] a universidade pública tem benefício, pois o professor pode se ausentar da sala de aula para fazer um mestrado, doutorado ou um pós doutorado, e mesmo saindo terá por lei o seu salário, mas, se não tomar cuidado o trabalho toma todo tempo não sendo possível estruturar a carreira para isso muitas vezes o professor tem que se submeter a perder noites de sono, além do horário de trabalho, se sacrificando [...] É preciso a escolha por parte dos professores entre trabalho ou especializar-se porém através da criação de um outro turno. Em contrapartida acho válido ponderar que a própria natureza do trabalho do professor é formativa pois sempre se tem que buscar, pesquisar, incorporar novos saberes, novas dinâmicas para ministrar aulas o que ameniza um pouco tal fato. Como me anulei em termos de formação, de crescimento na carreira durante os últimos anos pois o trabalho como horista toma muito tempo dentro e fora da sala de aula o que me impedia de investir nisso considerando que talvez por deficiência minha mesmo de não conseguir organizar o meu tempo, hoje, tento administrar isso, estou fazendo doutorado e tenho que ministrar aula, tenho que administrar isso e fazer tudo possível para fazer um equilíbrio dessas três coisas aí”

**Pergunta: “Você entende que a remuneração do docente garante a sua sobrevivência?”**

O professor um: *“tenho que se submeter a uma carga horária cruel e exaustiva para ter um salário que me leve a ter uma vida de classe média, média”*

O professor dois: *“não garante de jeito nenhum. Que, por exemplo, quando com doutorado em andamento, o profissional, mesmo com liberação do estado, tem contas a pagar, tem um certo padrão de vida e muitas outras atividades.*

O professor três: *“o professor deveria ganhar muito mais [...] um professor que está começando hoje numa universidade privada [...] ganha 500 reais na disciplina. Para o professor ter um salário de 3 mil reais ou um salário mediano, ele teria que ser professor de seis disciplinas, este professor teria que apertar bem o “cinto” para se manter e para poder receber um salário de 5 mil teria que pelar 10 disciplinas, é algo surreal”*

O professor quatro: *“não”*

A professora cinco: *“para garantir o padrão que imponho para a minha própria vida, acabo tendo que trabalhar em três instituições [...] o que leva a um processo de intensificação do trabalho e eu por exemplo trabalho todo dia as vezes os três turnos”*

A professora seis: *“parece que se criou um padrão de remuneração independentemente de onde você trabalha, existindo uma distorção muito grande entre o que tem, o que se recebe e ao que se dar”*

O professor sete: *“a remuneração do docente é desproporcional, incompatível com o padrão de classe média. Hoje o professor tanto da privada, quanto da pública não consegue se vincular a única instituição e manter um padrão de individuo de classe média que é*

*equivalente aos que os alunos que ele ministra aula convive. Se realmente o professor ainda for de um padrão muito inferior ao dos estudantes ele fica muito mais fragilizado. Isso significa ter um lugar para morar dentro de um bairro que não seja uma favela, tenha um veículo próprio que possa se deslocar e ir para o trabalho, usá-lo para eventualmente fazer uma viagem para ter um intercâmbio, uma experiência fora do ambiente próprio, comprar os livros que precisa, ter um computador, ter acesso a internet. Só que para se ter essas coisas é preciso se ganhar bem e hoje nem a IES pública, nem a privada consegue fazer isso sozinha como consequência o professor tem que se vincular a três, quatro universidades ou atividades para poder ter. Dentro desse contexto chega-se à conclusão que o professor não ganha o suficiente”*

A professora oito: *“é muito injusto o esforço que o professor faz em sala de aula, para se estar comprando livros [...]quando se vai comprar um livro é no mínimo R\$89,00, por baixo porque os livros de administração custam entre R\$150,00 – R\$179,00.*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Não, tenho que se submeter a uma carga horária cruel e exaustiva para ter um salário que me leve a ter uma vida de classe média, média. Não garante de jeito nenhum! Por exemplo, quando com doutorado em andamento, o profissional, mesmo com liberação do estado, tem contas a pagar, tem um certo padrão de vida e muitas outras atividades. Para garantir o padrão que imponho para a minha própria vida, acabo tendo que trabalhar em três instituições, o que leva a um processo de intensificação do trabalho e eu por exemplo trabalho todo dia as vezes os três turnos. Um professor que está começando hoje numa universidade privada, ganha 500 reais na disciplina e para o professor ter um salário de 3 mil reais ou um salário mediano, ele teria que ser professor de seis disciplinas, este professor teria que apertar bem o “cinto” para se manter e para poder receber um salário de 5 mil teria que pelar 10 disciplinas, é algo surreal. A remuneração do docente é desproporcional, incompatível com o padrão de classe média. Hoje o professor tanto da privada, quanto da pública não consegue se vincular a única instituição e manter um padrão de indivíduo de classe média que é equivalente aos que os alunos que ele ministra aula convive. Se realmente o professor ainda for de um padrão muito inferior ao dos estudantes ele fica muito mais fragilizado. Isso significa ter um lugar para morar dentro de um bairro que não seja uma favela, tenha um veículo próprio que possa se deslocar e ir para o trabalho, usá-lo para eventualmente fazer uma viagem para ter um intercâmbio, uma experiência fora do ambiente próprio, comprar os livros que precisa, ter um computador, ter acesso a internet. Só que para se ter essas coisas é preciso se ganhar bem e hoje nem a IES pública, nem a privada consegue fazer isso sozinha como consequência o professor tem que se vincular a três, quatro universidades ou atividades para poder ter. É muito injusto o esforço que o professor faz em sala de aula, para se estar comprando livros, quando se vai comprar um livro é no mínimo R\$89,00, por baixo porque os livros de administração custam entre R\$150,00 – R\$179,00. Dentro desse contexto chega-se à conclusão que o professor não ganha o suficiente.



**Pergunta: “Em linhas gerais como você se sente com relação a sua remuneração?”**

O professor um: *“nos 26 anos lecionando no ensino superior já foi recebido um salário muito melhor e hoje o salário está bem depreciado tanto na pública, como na privada.”*

O professor dois: *“o momento atual permitiu notar que a remuneração é pouca”*

O professor três: *“por toda a minha trajetória ganho bem menos do que deveria ganhar, tenho um valor financeiro um pouco maior e melhor que meus colegas os quais estão em outros níveis, que entraram na universidade depois dele, que não fizeram um doutorado, mas ainda considero muito menor do que eu deveria ganhar [...] um professor pleno na UNEB ganha muito menos do que se imagina”*

O professor quatro: *“deveria ganhar mais até porque trabalha mais do que as 40 horas do seu contrato. Sinto-me parte da universidade e reafirmo acreditar que deveria ganhar mais inclusive tal fato está servindo de impulso para eu busque trabalhar paralelamente em outra instituição.*

A professora cinco: *“tenho que trabalhar muito para obter a remuneração que tem e gostaria de poder ser contratada como dedicação exclusiva, ter mais tempo para pensar, para escrever, para publicar e para fazer aquilo que gosta de fazer enquanto professora mas que em função da necessidade de sobrevivência acabo deixando em segundo plano e me dedicando a ministrar mais aulas, estar em mais instituições, fazer mais trabalhos como forma de garantir a sobrevivência o que é uma pena pois poderia ser construídas coisas muito melhores.*

A professora seis: *me sinto fragilizado pois gostaria de dar alguns saltos e não consigo pela remuneração como docente, as vezes sinto dificuldades para aquisições de livros, realizar uma viagem, aprender um idioma, como certa segurança e isso eu não tenho. Fora isso, ainda exerço uma carga horária que não é remunerada e acredito que esta é uma das coisas mais perversas que tem, essa carga horária abusiva talvez seja maior do que a carga horária oficial”*

O professor sete: *“insatisfeito”*

A professora oito: *“péssima”*

Discurso do Sujeito Coletivo

Insatisfeito! Por toda a minha trajetória ganho bem menos do que deveria ganhar, tenho um valor financeiro um pouco maior e melhor que meus colegas os quais estão em outros níveis, que entraram na universidade depois dele, que não fizeram um doutorado, mas ainda considero muito menor do que eu deveria ganhar. Nos 26 anos lecionando no ensino superior já foi recebido um salário muito melhor e hoje o salário está bem depreciado tanto na pública, como na privada. O momento atual permitiu notar que a remuneração é pouca. Deveria ganhar mais até porque trabalha mais do que as 40 horas do seu contrato. Sinto-me parte da universidade e reafirmo acreditar que deveria ganhar mais inclusive tal fato está servindo de impulso para eu busque trabalhar paralelamente em outra instituição. Tenho que trabalhar muito para obter a remuneração que tem e gostaria de poder ser contratada como dedicação exclusiva, ter mais tempo para pensar, para escrever, para publicar e para fazer aquilo que gosta de fazer enquanto professora mas que em função da necessidade de sobrevivência acabo deixando em segundo plano e me dedicando a ministrar mais aulas, estar em mais instituições, fazer mais trabalhos como forma de garantir a sobrevivência o que é uma pena pois poderia ser construídas coisas muito melhores, me sinto fragilizado pois gostaria de dar alguns saltos e não consigo pela remuneração como docente, as vezes sinto dificuldades para aquisições de livros, realizar uma viagem, aprender um idioma, como certa segurança e isso eu não tenho. Fora isso, ainda exerço uma carga horária que não é remunerada e acredito que esta é uma das coisas mais perversas que tem, essa carga horária abusiva talvez seja maior do que a carga horária oficial. Péssima! Um professor pleno na UNEB ganha muito menos do que se imagina.

**Pergunta: “Qual a perspectiva que você tem para os egressos?”**

O professor um: *“os alunos da IES privada são alunos que são egressos de escolas públicas de ensino médio que tem um preparo muito ruim o que a leva a não ver grandes perspectivas para eles. Já os alunos das IES publicas possuem uma capacidade de inserção melhor no mercado de trabalho, mas mesmo assim está difícil para os alunos”*

O professor dois: *“por vezes, ingressam pessoas que não sabem ler nem escrever, com nível acadêmico muito baixo, que, quando se formarem, não terão muito sucesso no mercado de trabalho, executando funções abaixo do seu título acadêmico”.*

O professor três: *“o profissional sério, o profissional que soube construir bem a sua formação, sempre vai existir um caminho para o sucesso, o caminho para o êxito profissional, agora o profissional que sempre quis entrar passando pela porta larga que não contribuiu de maneira mais significativa com a sua formação, que fez uma formação mediana este também terá uma remuneração mediana, mas, o profissional que se esforçou na sua vida acadêmica e que se esforça na empresa a qual trabalha, ele vai ser sempre notado, ele vai acabar de diferenciando e tendo como consequência uma remuneração melhor”*

O professor quatro: *“vão ter muita dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, inclusive já existe aqueles que entram na própria faculdade com dificuldade”*

A professora cinco: *“participarão de um mercado extremamente comprometido, dada a realidade muito difícil com número, nível de desemprego muito alto e que no processo de*

*formação já é visto no discurso do aluno um retardamento, pegando menos matéria, deixando para formar em mais um semestre, uma tentativa na esperança de encontrar um mercado mais justo e igualitário”*

A professora seis: *“conteúdo é fragilizado, o nível das instituições em nível superior tem caído muitos, tanto para o aluno que está entrando quanto para o que está saindo, o que torna mais difícil para a área de trabalho. Para que se tente qualificar o aluno para que ele der o mínimo de respostas no trabalho é um desafio enorme, por isso, a preocupação numa escala de 0 a 10, atribuo 4 a preparação dos alunos para o mercado de trabalho.*

O professor sete: *“é o pior possível nos últimos 30 anos [...] entendo que não existe uma boa oferta no mercado de trabalho, o índice de desemprego está beirando os 12%-13%, mais de 20 milhões de pessoas que poderiam estar no mercado e não estão com atividade. Mas é visto até mesmo no meio dos professores que tem pessoas que não está conseguindo se colocar com facilidade. O que ocorre com o egresso que está terminando o curso em diversas áreas, engenharias, administração, arquitetura, computação, todas as áreas estão entrando para um mercado de trabalho que não tem vagas, que não tem uma oferta de vagas muito boa. Mas eles estão competindo também com muita gente onde o próprio estado está aumentando o tempo para a aposentadoria. Se tem chegando no mercado de trabalho jovem, sem experiência, despreparado querendo entrar, o egresso, se tem o veterano, o sênior que já tem 55 anos que o governo não quer que se aposente e sim que trabalhe mais 10 anos então esse jovem vai ter que esperar mais 10 anos para que essa vaga aconteça. O que vai acontecer é mais diminuição de vagas para os egressos, porque se está forçando as pessoas a trabalharem por mais tempo então são menos vagas no mercado de trabalho que estarão disponíveis.*

A professora oito: *“tenho um filho que está a cinco anos tentando entrar no mercado de trabalho, tenho uma filha que se formou e não consegue entrar no mercado de trabalho, a outra filha está entrando na faculdade e não se sabe como vai [...] É interessante e realmente complexo, se paga a previdência social e ainda fico mais preocupada [...] se tenho uma pessoa de 22 anos, formada e que não tem perspectiva de trabalho e o que ocorre com esses jovens é depressão e forte. Tem áreas que se vai, mas são poucas pois as coisas que estão acontecendo não são para todos, tem que falar inglês”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Os alunos da IES privada são alunos que são egressos de escolas públicas de ensino médio que tem um preparo muito ruim o que me leva a não ver grandes perspectivas para eles, por vezes, ingressam pessoas que não sabem ler nem escrever, com nível acadêmico muito baixo, que, quando se formarem, não terão muito sucesso no mercado de trabalho, executando funções abaixo do seu título acadêmico. Vão ter muita dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, inclusive já existe aqueles que entram na própria faculdade com dificuldade. O conteúdo é fragilizado, o nível das instituições em nível superior tem caído muito, tanto para o aluno que está entrando quanto para o que está saindo, o que torna mais difícil para a área de trabalho. Para que se tente qualificar o aluno para que ele der o mínimo de respostas no trabalho é um desafio enorme, por isso, preocupação numa escala de 0 a 10, atribuo 4 a preparação dos alunos para o mercado de trabalho.

Já os alunos das IES públicas possuem uma capacidade de inserção melhor no mercado de trabalho, mas mesmo assim está difícil para os alunos. Acredito que o profissional sério, o profissional que soube construir bem a sua formação, sempre vai existir um caminho para o sucesso, o caminho para o êxito profissional, agora o profissional que sempre quis entrar passando pela porta larga que não contribuiu de maneira mais significativa com a sua formação, que fez uma formação mediana este também terá uma remuneração mediana, mas, o profissional que se esforçou na sua vida acadêmica e que se esforça na empresa a qual trabalha, ele vai ser sempre notado, ele vai acabar de diferenciando e tendo como consequência uma remuneração melhor. Mas, participarão de um mercado extremamente comprometido, dada a realidade muito difícil com número, nível de desemprego muito alto e que no processo de formação já é visto no discurso do aluno um retardamento, pegando menos matéria, deixando para formar em mais um semestre, uma tentativa na esperança de encontrar um mercado mais justo e igualitário.

É o pior possível nos últimos 30 anos. Entendo que não existe uma boa oferta no mercado de trabalho, o índice de desemprego está beirando os 12%-13%, mais de 20 milhões de pessoas que poderiam estar no mercado e não estão com atividade. Mas é visto até mesmo no meio dos professores que tem pessoas que não está conseguindo se colocar com facilidade. O que ocorre com o egresso que está terminando o curso em diversas áreas, engenharias, administração, arquitetura, computação, todas as áreas estão entrando para um mercado de trabalho que não tem vagas, que não tem uma oferta de vagas muita boa. Mas eles estão competindo também com muita gente onde o próprio estado está aumentando o tempo para a aposentadoria. Se tem chegando no mercado de trabalho jovem, sem experiência, despreparado querendo entrar, o egresso, se tem o veterano, o sênior que já tem 55 anos que o governo não quer que se aposente e sim que trabalhe mais 10 anos então esse jovem vai ter que esperar mais 10 anos para que essa vaga aconteça. O que vai acontecer é mais diminuição de vagas para os egressos, porque se está forçando as pessoas a trabalharem por mais tempo então são menos vagas no mercado de trabalho que estarão disponíveis. Tenho um filho que está a cinco anos tentando entrar no mercado de trabalho, tenho uma filha que se formou e não consegue entrar no mercado de trabalho, a outra filha está entrando na faculdade e não se sabe como vai. É interessante e realmente complexo, se paga a previdência social e ainda fico mais preocupada, se tenho uma pessoa de 22 anos, formada e que não tem perspectiva de trabalho e o que ocorre com esses jovens é depressão e forte. Tem áreas que se vai, mas são poucas pois as coisas que estão acontecendo não são para todos, tem que falar inglês.

**Pergunta:** “Nesse modelo de Universidade, você avalia que haja espaço para o desenvolvimento do sujeito no que se refere as suas necessidades sociais, emocionais, políticas?”

O professor um: *“acho que o trabalho está cada vez mais adoecendo as pessoas, que os ambientes de trabalho estão cada vez piores mesmo nas instituições públicas.*

O professor dois: *“não haver espaço suficiente [...] o estudante, que se engaja num doutorado motivado pelas suas crenças, escolhendo tema de interesse próprio, pessoal. Depois começam a surgir várias restrições quanto aos autores e aos conteúdos, por vezes”*

O professor três: *“a universidade peca muito nesse aspecto, tanto a pública quanto a privada [...] existe uma série de fragilidade na formação continuada do professor, não existe na pública esse processo de formação continuada do professor e na privada até menos, então o professor, sobretudo o mais jovem ele deveria ser melhor assistido. [...] a universidade não cumpre o seu papel de formação continua, de educação continuada do docente e ele continua dizendo que a formação do professor”*

O professor quatro: *“faz com que seja construído um sujeito mecânico que não se importa muito com o sentimento das pessoas, um sujeito que carrega muito conteúdo que é cobrado se tendo pouco tempo e espaço para discussões dos aspectos sociais”*

A professora cinco: *“possibilidade de formação nas IES públicas. Nas IES privadas por sua vez, não pois como é colocado o aluno ali é trabalhado, que vem do trabalho, que não tem mais energia, que não tem mais força, que quer um diploma que quer tentar a qualquer preço melhorar sua condição de trabalhado, ele já é trabalhador o que difere do estudante do ensino público que é aluno e então se mobiliza um pouco mais”*

A professora seis: *“muito pouco, pois a maioria das instituições não estão preocupadas com essa formação individual, mas sim com a preocupação técnica, onde a preocupação está em “empurrar o conteúdo” e o aluno que dê conta. Não se tem um trabalho estruturado que possibilite o acompanhamento do perfil do aluno e isso não ocorre apenas na Privada [...] forma pessoas que se tornam robôs.*

O professor sete: *“ universidade é profissional”*

A professora oito: *“não”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Não! acho que o trabalho está cada vez mais adoecendo as pessoas, que os ambientes de trabalho estão cada vez piores mesmo nas instituições públicas, por não haver espaço suficiente. A Universidade peca muito nesse aspecto, tanto a pública quanto a privada, existe uma série de fragilidade na formação continuada do professor, não existe na pública esse processo de formação continuada do professor e na privada até menos, então o professor, sobretudo o mais jovem ele deveria ser melhor assistido. A universidade não cumpre o seu papel de formação continua, de educação continuada do docente, faz com que seja construído um sujeito mecânico que não se importa muito com o sentimento das pessoas, um sujeito que carrega muito conteúdo que é cobrado se tendo pouco tempo e espaço para discussões dos aspectos sociais. O estudante, que se engaja num doutorado motivado pelas suas crenças, escolhendo tema de interesse próprio, pessoal. Depois começam a surgir várias restrições quanto aos autores e aos conteúdos, por vezes. Nas IES privadas por sua vez, não, pois como é colocado o aluno ali é trabalhado, que vem do trabalho, que não tem mais energia, que não tem mais força, que quer um diploma que quer tentar a qualquer preço melhorar sua condição de trabalhado, ele já é trabalhador o que difere do estudante do ensino público que é aluno e então se mobiliza um pouco mais, mesmo assim muito pouco, pois a maioria das instituições não estão preocupadas com essa formação individual, mas sim com a preocupação técnica, onde a preocupação está em “empurrar o conteúdo” e o aluno que dê conta. Não se tem um

trabalho estruturado que possibilite o acompanhamento do perfil do aluno e isso não ocorre apenas na Privada, forma pessoas que se tornam robôs. A universidade é profissional.

**Pergunta: “A sua jornada de trabalho, como professor, lhe causa esgotamento físico?”**

O professor um: *“muitíssimo [...] atualmente trabalho com 11 turmas, 5 manhãs, 5 noites e duas tardes para perfazer um salário de 9 mil e poucos reais, o que particularmente é muito exaustivo”*

O professor dois: *“sim”*

O professor três: *“provoca muito cansaço, mas que antigamente era insuportável [...]quando se projeta para o futuro seria insuportável, quando se quer fazer as coisas bem feitas”*

O professor quatro: *“principalmente no final do semestre, o esgotamento físico ocorre sim [...]o trabalho de professor em si causa esgotamentos físico pelo fato dos professores estarem sempre lidando com alunos, com colegas, lidando com situações inesperadas e também a responsabilidade de preparado de uma boa aula, que as vezes não dá tempo ao se juntarem se acumulam podem levar ao colapso. O que justifica o desgaste no final do semestre letivo”*

A professora cinco: *“ por gostar do que faz e o fazer excessivamente isso lhe causa dores físicas, musculares, o peso pelo fato de levar computador para lá e para cá, assim como livros, na dinâmica de estar em três instituições, compromete a saúde física, o desgaste e isso atrelado ao próprio cotidiano que é vivido nessa sociedade que é o transporte, a imobilidade, o engarrafamento”*

A professora seis: *“muito”*

O professor sete: *“o esgotamento físico, mental e emocional é decorrente das múltiplas jornadas. Se houvesse uma remuneração que permitisse ao professor se dedicar a uma única instituição e ter uma remuneração compatível, mantivesse o padrão dele dentro de um certo patamar para não haver necessidade de ele trabalhar em três, quatro lugares não haveria esses esgotamentos [...]O fato de estar trabalhando em 4, 4 lugares, viajar município, terminar a aula de noite e ministrar uma aula logo pela manhã, as horas de sono e a produtividade fica reduzido. As vezes quando o professor chega a noite ainda tem coisa para fazer e fica até uma hora da manhã, meia noite corrigindo, preparando, revisando algum slide para ministrar aula as 07:00 da manhã. Isso causa esgotamento físico e emocional”*

A professora oito: *“obvio! Não dou conta, não é fácil ministrar aula em Serrinha e voltar, é bate e volta, é horrível, me sinto esgotada fisicamente, mentalmente, emocionalmente, tudo mente que se imaginar”*

**Discurso do Sujeito Coletivo**

Sim, Muitíssimo, Óbvio! Atualmente trabalho com 11 turmas, 5 manhãs, 5 noites e duas tardes para perfazer um salário de 9 mil e poucos reais, o que particularmente é muito

exaustivo. Provoca muito cansaço, quando se projeta para o futuro seria insuportável, quando se quer fazer as coisas bem feitas. Principalmente no final do semestre, o esgotamento físico ocorre sim. O trabalho de professor em si causa esgotamentos físico pelo fato dos professores estarem sempre lidando com alunos, com colegas, lidando com situações inesperadas e também a responsabilidade de preparar de uma boa aula, que as vezes não dá tempo ao se juntarem se acumulam podem levar ao colapso. O que justifica o desgaste no final do semestre letivo e por gostar do que faz e o fazer excessivamente isso me causa dores físicas, musculares, o peso pelo fato de levar computador para lá e para cá, assim como livros, na dinâmica de estar em três instituições, compromete a saúde física, o desgaste e isso atrelado ao próprio cotidiano que é vivido nessa sociedade que é o transporte, a imobilidade, o engarrafamento. O esgotamento físico, mental e emocional é decorrente das múltiplas jornadas. Se houvesse uma remuneração que permitisse ao professor se dedicar a uma única instituição e ter uma remuneração compatível, mantivesse o padrão dele dentro de um certo patamar para não haver necessidade de ele trabalhar em três, quatro lugares não haveria esses esgotamentos. O fato de estar trabalhando em 4, 4 lugares, viajar município, terminar a aula de noite e ministrar uma aula logo pela manhã, as horas de sono e a produtividade fica reduzido. As vezes quando o professor chega a noite ainda tem coisa para fazer e fica até uma hora da manhã, meia noite corrigindo, preparando, revisando algum slide para ministrar aula as 07:00 da manhã. Isso causa esgotamento físico e emocional. Não dou conta, não é fácil ministrar aula em Serrinha e voltar, é bate e volta, é horrível, me sinto esgotada fisicamente, mentalmente, emocionalmente, tudo mente que se imaginar.

**Pergunta: “A sua jornada de trabalho, como professor, lhe causa esgotamento emocional?”**

O professor um: *“sim”*

O professor dois: *“já tive momentos de trabalhar os três turnos, manhã, tarde e noite, chegando na faculdade as 07:00 horas e saindo as 22:00 todos os dias da semana de segunda a sexta, às vezes sábado e até domingo e já cheguei a usar os dias de folga inteiro para dormir devido a um esgotamento”*

O professor três: *“quando é perceptível que o professor está fazendo tudo, mas o aluno não está na mesma sintonia, sem dúvidas ocorre o desgaste emocional”*

O professor quatro: *“existem alguns tipos de problemas que os professores precisam contornar, visto que ao se trabalhar com pessoas não se está livre de lidar com tal situação.”*

A professora cinco: *“chego a passar minimamente 4 horas por dia dirigindo, o que é obviamente não é saudável e com o desgaste físico o emocional também vai sendo atingido o que ameniza ambos é o fato de gostar muito do que faz”*

A professora seis: *“muito”*

O professor sete: *“o esgotamento físico, mental e emocional é decorrente das múltiplas jornadas”*

A professora oito: *“fico abaladíssima porque sai de Salvador pega um ônibus as 13:00, chega as 16:00 ministra aula 16:30 as 18:00, de 18:30 deveria ministrar outra até as 22:00, mas não faço porque não tem ônibus para retornar, pego carona até Feira de Santana onde encontra com o meu marido e retorno para Salvador e no dia seguinte pela manhã acordo cedo para ministrar aula em uma instituição particular. Agora que já está no final do semestre, eu já estou emocionalmente, fisicamente, psicologicamente estressada, acabada”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Sim, muito! O esgotamento físico, mental e emocional é decorrente das múltiplas jornadas. Já tive momentos de trabalhar os três turnos, manhã, tarde e noite, chegando na faculdade as 07:00 horas e saindo as 22:00 todos os dias da semana de segunda a sexta, às vezes sábado e até domingo e já cheguei a usar os dias de folga inteiro para dormir devido a um esgotamento, chego a passar minimamente 4 horas por dia dirigindo, o que é obviamente não é saudável e com o desgaste físico o emocional também vai sendo atingido o que ameniza ambos é o fato de gostar muito do que faz. Mas, quando é perceptível que o professor está fazendo tudo, mas o aluno não está na mesma sintonia, sem dúvidas ocorre o desgaste emocional, mas, existem alguns tipos de problemas que os professores precisam contornar, visto que ao se trabalhar com pessoas não se está livre de lidar com tal situação. Fico abaladíssima porque saio de Salvador pega um ônibus as 13:00, chega as 16:00 ministra aula 16:30 as 18:00, de 18:30 deveria ministrar outra até as 22:00, mas não faço porque não tem ônibus para retornar, pego carona até Feira de Santana onde encontra com o meu marido e retorno para Salvador e no dia seguinte pela manhã acordo cedo para ministrar aula em uma instituição particular. Agora que já está no final do semestre, eu já estou emocionalmente, fisicamente, psicologicamente estressada, acabada.

**Pergunta: “Se a sua resposta for positiva, você faz uso de algum medicamento para atenuar os efeitos desses esgotamentos?”**

O professor um: *“ultimamente sim e diz que no último mês, um mês e meio ela já utilizou cerca de duas vezes ansiolíticos”*

O professor dois: *“busquei resolver tal questão através de outras formas como tratamento espiritual, psicológico”*

O professor três: *“não”*

O professor quatro: *“jamais”*

A professora cinco: *“ao pensar em medicamentos mais fortes para depressão ou coisas do gênero mas se considerar que a mochila, o computador e os livros ao serem transportado me causam dores musculares e eu tenho que ingerir tandrilax para melhorar e obter um relaxamento muscular essa torna-se uma questão a se pensar visto que os seres humanos*



*nascem para ser saudáveis, o uso de medicamentos seja para relaxar o músculo ou a mente tá errado, pois não foi para isso que os seres foram constituídos enquanto indivíduos.”*

A professora seis: *“não, por hora”*

O professor sete: *“importante ter um hobby, uma atividade fora da sequência porque não se fica ligado 24 horas e se isso ocorrer não tem ninguém que aguente, não tem cérebro que suporte isso. O que me ajuda é a atividade física”*

A professora oito: *“no momento estou tentando fazer uso de algum medicamento, mas ainda não fiz”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Ultimamente sim e no último mês, um mês e meio já utilizei cerca de duas vezes ansiolíticos, mas, busquei resolver tal questão através de outras formas como tratamento espiritual, psicológico. Não! Jamais ao pensar em medicamentos mais fortes para depressão ou coisas do gênero mas se considerar que a mochila, o computador e os livros ao serem transportado me causam dores musculares e eu tenho que ingerir *tandrilax* para melhorar e obter um relaxamento muscular essa torna-se uma questão a se pensar visto que os seres humanos nascem para ser saudáveis, o uso de medicamentos seja para relaxar o músculo ou a mente tá errado, pois não foi para isso que os seres foram constituídos enquanto indivíduos. Não, por hora, mas, importante ter um hobby, uma atividade fora da sequência porque não se fica ligado 24 horas e se isso ocorrer não tem ninguém que aguente, não tem cérebro que suporte isso. O que me ajuda é a atividade física. No momento estou tentando fazer uso de algum medicamento, mas ainda não fiz.

**Pergunta: “Você se percebe consumindo algum medicamento para diminuir o desconforto no trabalho?”**

O professor um: *“sim, já fiz uso de ansiolítico para diminuir a angustia, ansiedade, insatisfação para ficar mais zen, mais calma”*

O professor dois: *“faço uso de medicamento para dor de estomago e acredito que a origem é no trabalho”*

O professor três: *“me percebo tomando vitaminas para ter maior disposição, mas isso pode ser questão da idade, pois não tenho o condicionamento físico de uma pessoa com 20 anos, então faz o uso do complemento alimentar, complexo vitamínico”*

O professor quatro: *“florais”*

A professora cinco: *“relaxantes musculares em função das dores no ombro”*

A professora seis: *“dorflex, para dores na coluna”*

O professor sete: *“O que me ajuda é a atividade física”*

A professora oito: *“no momento estou tentando fazer uso de algum medicamento, mas ainda não fiz.”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Sim, já fiz uso de ansiolítico para diminuir a angustia, ansiedade, insatisfação para ficar mais zen, mais calma, faço uso de medicamento para dor de estomago e acredito que a origem é no trabalho. Me percebo tomando vitaminas para ter maior disposição, mas isso pode ser questão da idade, pois não tenho o condicionamento físico de uma pessoa com 20 anos, então faz o uso do complemento alimentar, complexo vitamínico, florais, relaxantes musculares em função das dores no ombro, dorflex, para dores na coluna. O que me ajuda é a atividade física. No momento estou tentando fazer uso de algum medicamento.

**Pergunta: “Você se percebe nos seus pares de trabalho o uso compulsivo de: alimentos, remédios controlados, álcool, drogas ilícitas, shopping?”**

O professor um: *“percebo em alguns e que tem alguns colegas que usam rivotril”*

O professor dois: *“eu recorro ao alimento pela ansiedade [...] mas ouço falar que existe sim o uso de bebidas, por exemplo”*

O professor três: *“não”*

O professor quatro: *“mas em relação ao consumismo, idas em shoppings percebo até mesmo através de conversas. Quando estou estressada vou ao shopping arrumar a unha, cabelo mesmo que não precise”*

A professora cinco: *“não sei se pelo fato de se isolar um pouco dessa convivência, mas encontro relatos de professores que estressados tomam ansiolíticos [...] porém não tenho efetivamente mais dados para falar dessas questões [...]em função do não reconhecimento como pertencimento, enquanto categoria de trabalhadores”*

A professora seis: *“as vezes”*

O professor sete: *“dentre os pares alguns usando alguns tipos de medicamentos para dormir, tranquilizantes ou coisas desse tipo”*

A professora oito: *“em pequenas quantidades.”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Percebo em alguns e que tem alguns colegas que usam rivotril, eu recorro ao alimento pela ansiedade, mas ouço falar que existe sim o uso de bebidas, por exemplo. Não drogas, mas em relação ao consumismo, idas em shoppings percebo até mesmo através de conversas. Quando estou estressada vou ao shopping arrumar a unha, cabelo mesmo que não precise. Não sei se pelo fato de me isolar um pouco dessa convivência, mas encontro relatos de professores que estressados tomam ansiolíticos, porém não tenho efetivamente mais dados para falar dessas questões em função do não reconhecimento como pertencimento, enquanto categoria de trabalhadores. Às vezes, dentre os pares alguns usando alguns tipos de medicamentos para dormir, tranquilizantes ou coisas desse tipo, em pequenas quantidades.

**Pergunta: “Como você avalia o surgimento, no contexto de trabalho, da valorização de: "autoestima", "comportamento empreendedor", "prosperidade", "apego à marca", "idealização de sucesso"?”**

O professor um: *“esses valores têm crescido muito e que são extremamente negativos, pois neurotiza as pessoas, gera conflitos porque as pessoas estão ganhando cada vez menos e se sentindo obrigadas, entre aspas, a consumir cada vez mais e melhor o que cria um nível de insatisfação muito alto”*

O professor dois: *“preocupante, pois cria uma ilusão de que a marca é a identidade do indivíduo, ou a ideia de que ser empreendedor é ter sucesso [...] constante busca por mais, sem dar valor ao que se tem no momento, que é o que motiva pessoas que tem recursos financeiros suficientes e, mesmo assim, não são felizes”*

O professor três: *“não é elevação autoestima e sim elevação do narcisismo. Hoje para as pessoas, cada momento é uma foto, elas parecem que querem vender que estão permanentemente alegres e aquilo ali pode estar escondendo um processo depressivo ou até um processo de baixa autoestima”*

O professor quatro: *“são mais modismos do que outra coisa que tomam conta do ambiente do trabalho[...] ferramenta de pressão psicológica.”*

A professora cinco: *“construção social que o sistema se articula para dá conta de embutir na cabeça dos sujeitos a questão de que o consumo é uma possibilidade, a partir daquilo que é fruto do trabalho feito, de amenizar o sofrimento encontrado no próprio trabalho e também estimulado pelas indústrias e varejos que precisam da compulsão de uma sociedade de consumo para se manter no processo de acumulação de capital”*

A professora seis: *“avaliação do MEC”*

O professor sete: *“o empreendedorismo e valores é muito mais no sentido que está previsto nos projetos institucionais e pedagógicos[...] feitas para cumprir os instrumentos”*

A professora oito: *“a universidade particular e pública, empreendedorismo tem até disciplinas que estão trabalhando essa questão em relação ao aluno [...]a questão de valorização a marca no caso da instituição particular mesmo o que se vende lá é muito mais*

*marca [...] é contemporânea, se dá muito valor ao status, marca, “qual celular que você usa?” A marca traz também para o indivíduo talvez de marketing pessoal”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Esses valores têm crescido muito e que são extremamente negativos, pois neurotiza as pessoas, gera conflitos porque as pessoas estão ganhando cada vez menos e se sentindo obrigadas, entre aspas, a consumir cada vez mais e melhor o que cria um nível de insatisfação muito alto, preocupante, pois cria uma ilusão de que a marca é a identidade do indivíduo, ou a ideia de que ser empreendedor é ter sucesso [...] constante busca por mais, sem dar valor ao que se tem no momento, que é o que motiva pessoas que tem recursos financeiros suficientes e, mesmo assim, não são felizes, pois, não é elevação autoestima e sim elevação do narcisismo. Hoje para as pessoas, cada momento é uma foto, elas parecem que querem vender que estão permanentemente alegres e aquilo ali pode estar escondendo um processo depressivo ou até um processo de baixa autoestima. Construção social que o sistema se articula para dá conta de embutir na cabeça dos sujeitos a questão de que o consumo é uma possibilidade, a partir daquilo que é fruto do trabalho feito, de amenizar o sofrimento encontrado no próprio trabalho e também estimulado pelas indústrias e varejos que precisam da compulsão de uma sociedade de consumo para se manter no processo de acumulação de capital, são mais modismos do que outra coisa que tomam conta do ambiente do trabalho. Ferramenta de pressão psicológica. Na universidade particular e pública, empreendedorismo tem até disciplinas que estão trabalhando essa questão em relação ao aluno, onde o empreendedorismo e valores é muito mais no sentido que está previsto nos projetos institucionais e pedagógicos, feitas para cumprir os instrumentos de avaliação do MEC. A questão de valorização a marca no caso da instituição particular mesmo o que se vende lá é muito mais marca, é contemporânea, se dá muito valor ao status, marca, “qual celular que você usa? a marca traz também para o indivíduo talvez de marketing pessoal.

### **Pergunta: “De acordo os "novos valores", como você sente a relação "professor-aluno"?”**

O professor um: *“como a maioria das pessoas tem essas coisas como valores mas não conseguem praticar, consumir o que deseja, ter o carro que deseja, vestir ou morar onde deseja e isso está gerando uma sociedade doente, insatisfeita, neurótica e isso reflete na relação aluno professor pois se tem nas salas alunos cada vez mais agressivo, mais infelizes, insatisfeitos e acabam traduzindo isso numa relação muito hostil com o professor e com os colegas também o que é muito ruim”*

O professor dois: *“exponho a minha opinião, seja em relação à algum tipo de preconceito, seja em relação a desigualdades sociais e raciais [...] talvez alguns entendam o meu ponto de vista, outros podem até se sentirem agredidos”*

O professor três: *“sim, passa a se valorizar determinadas coisas que não deveriam ser tão valorizadas e a desvalorizar coisas que deveriam ser valorizadas. Por exemplo, a sabedoria do mestre foi desvalorizada ao longo do tempo”*

O professor quatro: *“está ocorrendo a formação de pessoas superficiais, não importando a essência e sim o que outras estejam vendo. A autoestima é vista como algo que só vem se a pessoa estiver dentro de padrões estabelecidos fomentando que se seja superficial”*

A professora cinco: *“existência de todo um contexto histórico, social que descontrói o papel do professor e define como uma luta manter-se em tal condição é uma luta, uma construção diária no fazer e refazer-se professor o que é muito difícil, mas prazeroso quando a conciliação entre professor-aluno”*

A professora seis: *“difícil”*

O professor sete: *“já sonham em fazer alguma startup, algum empreendimento, eles pensam no TCC fazer um software para androide ou alguma coisa que vai dá o salto qualitativo da vida dele”*

A professora oito: *“complicada”*

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

Complicada, difícil! Como a maioria das pessoas tem essas coisas como valores, mas, não conseguem praticar, consumir o que deseja, ter o carro que deseja, vestir ou morar onde deseja e isso está gerando uma sociedade doente, insatisfeita, neurótica e isso reflete na relação aluno professor pois se tem nas salas alunos cada vez mais agressivo, mais infelizes, insatisfeitos e acabam traduzindo isso numa relação muito hostil com o professor e com os colegas também o que é muito ruim. Já sonham em fazer alguma *startup*, algum empreendimento, eles pensam no TCC fazer um software para androide ou alguma coisa que vai dá o salto qualitativo da vida dele. Por exemplo, a sabedoria do mestre foi desvalorizada ao longo do tempo, está ocorrendo a formação de pessoas superficiais, não importando a essência e sim o que outras estejam vendo. A autoestima é vista como algo que só vem se a pessoa estiver dentro de padrões estabelecidos fomentando que se seja superficial. Existência de todo um contexto histórico, social que descontrói o papel do professor e define como uma luta manter-se em tal condição é uma luta, uma construção diária no fazer e refazer-se professor o que é muito difícil, mas prazeroso quando a conciliação entre professor-aluno. Exponho a minha opinião, seja em relação à algum tipo de preconceito, seja em relação a desigualdades sociais e raciais, mas, talvez alguns entendam o meu ponto de vista, outros podem até se sentirem agredidos